

Mosteiros Medievais de Clarissas em Portugal

Contributos para a sua caracterização morfotipológica, recuperação e valorização



Orientador: Professor Virgolino Ferreira Jorge

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora, 2006**

Mosteiros Medievais de Clarissas em Portugal

Contributos para a sua caracterização morfotipológica, recuperação e valorização



160705



Orientador: Professor Virgolino Ferreira Jorge
Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora, 2006

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é para o Professor Virgolino Ferreira Jorge, orientador desta dissertação, pela partilha do seu conhecimento e pelo quanto aprendi com o seu rigor. Um obrigado pelo seu apoio, desde o primeiro momento. Sem ele, esta dissertação não existiria.

Agradeço ao Eng. Clemente Meneres (Monchique de Miragaia), ao Sr. Santos Pinto (Torrão) e ao Sr. Alfredo Nascimento (Sernancelhe), que me facultaram o acesso aos seus mosteiros e pela partilha de conhecimentos.

Devo também um agradecimento especial aos técnicos de câmaras municipais e de outros organismos que me facultaram o acesso aos edifícios monásticos, ou vestígios deles, pelo tempo que disponibilizaram para recolher documentação, acompanhar as visitas e esclarecer dúvidas: Dr. Artur Côrte-Real (Direcção Regional de Coimbra, do IPPAR), Arq. Cláudio Moreira (Câmara Municipal de Sernancelhe), Dr^a. Cristina Moura (Ministério do Exército), Dr^a. Dália Paulo (Museu Municipal de Faro), D. Fátima Santos (Igreja de Santa Clara do Porto), Dr. Fernando Baptista Pereira (Museu de Setúbal), Dr. Fernando Pires (CM Figueiró dos Vinhos), Arq. Filipe Ramalho (Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul, da DGEMN), Dr. José Carlos Oliveira e Dr. Francisco Paixão (Museu Regional de Beja), Arq. José Faria (CM Tomar), Dr. José Inácio da Silva (CM Monforte), Sr. José Mariano (Ordem Terceira de São Francisco, de Vila Viçosa), Dr. Licínio Lampreia e Dr^a. Margarida (CM Vila Viçosa), Dr. Luís Mata (CM Santarém), Dr^a. Maria do Céu Ferreira (CM Trancoso), Dr^a. Maria de Jesus Monge e Dr. Ruas (Fundação Casa de Bragança), Dr^a. Maria José Queirós (Arquivo e Biblioteca Municipal de Amarante), Irmã Maria Manuela Sousa (Lar de Terceira Idade de Estremoz), D. Olívia Costa (Associação Nacional de Farmácias), Dr^a. Paula Monteiro e Dr^a. Maria João Martinho (CM Vila Franca de Xira), Dr^a. Rosário Costa (CM Alenquer), Dr^a. Teresa Santos (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta de Guimarães), Arq. Teresa Valente (Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul, da DGEMN) e Comissário Veiga (Relações Públicas da PSP). Devo igual agradecimento aos conselhos directivos das escolas da Guarda, de Évora, de Caminha e de Vila do Conde.

À Dr^a. Isabel Fernandes (Museu Alberto Sampaio, de Guimarães), devo um sincero agradecimento pela disponibilidade com que me facultou o acesso à obra *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, de Carlos Borromeo.

À Dr^a. Elvira Rebelo (Direcção Regional do Porto, do IPPAR), devo um reconhecido agradecimento pelos contactos que me facultou.

Quero expressar igualmente um agradecimento aos meus colegas de trabalho e aos de mestrado, pela troca de conhecimentos e pelo apoio que me deram.

Índice

Resumo	9
Summary	11
Introdução	13
1 – Estado actual da investigação	15
2 – Notas históricas sobre a Ordem de Santa Clara em Portugal	17
2.1 – Presença franciscana em Portugal	18
2.2 – Fundação e construção de mosteiros de Clarissas em Portugal.....	19
3 – Descrição dos mosteiros subsistentes	25
3.1 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara	27
3.1.1 – Enquadramento histórico.....	27
3.1.2 – Descrição do Mosteiro.....	27
3.1.3 – Protecção legal.....	29
3.2 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara	35
3.2.1 – Enquadramento histórico.....	35
3.2.2 – Descrição do Mosteiro.....	36
3.2.3 – Protecção legal.....	38
3.3 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara	45
3.3.1 – Enquadramento histórico.....	45
3.3.2 – Descrição do Mosteiro.....	45
3.3.3 – Protecção legal.....	47
3.4 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara	53
3.4.1 – Enquadramento histórico.....	53
3.4.2 – Descrição do Mosteiro.....	53
3.4.3 – Protecção legal.....	55
3.5 – Porto: Mosteiro de Santa Clara	63
3.5.1 – Enquadramento histórico.....	63
3.5.2 – Descrição do Mosteiro.....	63
3.5.3 – Protecção legal.....	64
3.6 – Évora: Mosteiro de Santa Clara	71
3.6.1 – Enquadramento histórico.....	71
3.6.2 – Descrição do Mosteiro.....	71
3.6.3 – Protecção legal.....	72
3.7 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição	79
3.7.1 – Enquadramento histórico.....	79
3.7.2 – Descrição do Mosteiro.....	79
3.7.3 – Protecção legal.....	82
3.8 – Setúbal: Mosteiro de Jesus.....	91
3.8.1 – Enquadramento histórico.....	91
3.8.2 – Descrição do Mosteiro.....	92
3.8.3 – Protecção legal.....	94
3.9 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus	101
3.9.1 – Enquadramento histórico.....	101
3.9.2 – Descrição do Mosteiro.....	102
3.9.3 – Protecção legal.....	103
3.10 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas.....	107
3.10.1 – Enquadramento histórico.....	107
3.10.2 – Descrição do Mosteiro.....	107
3.10.3 – Protecção legal.....	119
3.11 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria	115
3.11.1 – Enquadramento histórico.....	115
3.11.2 – Descrição do Mosteiro.....	115

Conclusão	185
Bibliografia	189
Fontes impressas	189
Fontes electrónicas.....	191
Índice de elementos fotográficos	193
Índice de elementos gráficos	199

Resumo

Após breve nota sobre a Ordem de Santa Clara em Portugal, com a inventariação cronológica dos seus mosteiros, é feita a respectiva caracterização morfotipológica. Esta análise baseia-se nos doze conjuntos monásticos edificados entre os séculos XIII e XVI onde ainda é possível encontrar as características originais das construções realizadas até ao Concílio de Trento. A informação disponível sobre os restantes mosteiros foi igualmente integrada neste trabalho.

Não se pretende fazer a história de cada conjunto, mas interpretar as características dos espaços e a sua organização funcional dentro da época em estudo.

Foram encontradas duas tipologias de igrejas. Quanto às dependências regulares, essa tarefa revelou-se impossível, dadas as alterações posteriores à sua construção.

A continuidade do tipo de ocupação mantida durante séculos foi interrompida no séc. XIX, devido à exclausuração das ordens religiosas, o que conduziu ao abandono dos mosteiros e consequente reaproveitamento para novas funções. Alguns foram alvo de trabalhos de restauro, ao abrigo dos conceitos vigentes na época.

Summary

Medieval Clarisse Monasteries in Portugal – Contributions to Their Morphological and Typological Characterization, Conservation and Valorisation.

After a brief note about the Order of Saint Clare in Portugal, with the chronological inventory of their monasteries, a morphological and typological analysis of their characters is made. This study is based in the twelve monastic ensembles erected between the 13th and the 16th centuries where it is still possible to find the original features of the buildings made up to the Council of Trent. The information available about the remaining monasteries has also been included in this study.

The objective is not to make the history of each ensemble, but to understand the characters of those spaces and their functional organization in the years under analysis.

Two types of churches have been found. On the other monastic buildings, the task proved impossible, due to the changes made after their construction.

The continuous type of occupation kept for centuries was interrupted in the 19th century by the extinction of the religious orders in Portugal, which led to the monasteries being abandoned and subsequently reused for different purposes. Some were the object of restoration works according to the contemporary concepts available.

Introdução

A paisagem das nossas cidades antigas está muito marcada pelas grandes massas edificadas dos antigos mosteiros e conventos¹.

Apesar das alterações e demolições de que estes conjuntos arquitectónicos foram sendo alvo ao longo dos séculos, o seu conhecimento permite-nos perceber como seria a paisagem urbana em seu redor quando foram edificadas, as diferenças que decorrem do género e da Ordem para que foram construídos e as características comuns, nomeadamente a organização em torno de um ou mais claustros.

Os claustros têm dado ensejo a várias expressões que revelam bem o fascínio que estes espaços causam sobre o homem contemporâneo, mesmo que leigo: jardins de pedra, simulação do paraíso, uma “ilha de natureza, mas rectificadada”². O *hortus conclusus* medieval desempenhou o papel de “horto utilitário, que serve para recreio, lazer e meditação, e onde se podem cultivar plantas hortícolas e aromáticas, ou árvores de fruto, carregadas de valor simbólico”³.

Braunfels escreveu que “o claustro monástico é um motivo arquitectónico extraordinariamente feliz, sobretudo devido ao facto de permitir que a massas pesadas de edificios de proporções diferentes, como a igreja e os edificios conventuais, se possa antepor uma estrutura de arcadas muito mais ligeira, no piso térreo, de modo a que, para o observador, uma massa enorme e pesada emerge de algo gracioso, uma multiplicidade de volumes rodeia uma cintura uniforme de arcadas e colunas ou pilares”⁴.

Em termos de programa arquitectónico, se a igreja é o elemento gerador do mosteiro, o claustro é o elemento organizador do conjunto arquitectónico. Como é que essas dependências se organizam e se articulam para permitirem o cumprimento da Regra? Como é que respondem a um esquema funcional tão específico? De que modo é que uma Regra condiciona e determina o esquema funcional de um mosteiro?

São estas as questões a que se pretende responder. Sendo de um âmbito excessivamente vasto, a investigação restringiu-se a uma ordem religiosa. Foi escolhida a Ordem de Santa Clara, por a sua arquitectura ainda não estar estudada em Portugal. Apesar de a Regra desta Ordem não definir características concretas do espaço edificado, interessava saber como é que o mosteiro se organizava para viabilizar o seu cumprimento e quais as características dos espaços e a articulação entre eles.

A barreira cronológica definida para o nosso trabalho foi 1563, data da conclusão do Concílio de Trento. Se bem que as actas das sessões conciliares não se refiram expressamente à

¹ Para demarcar a diferença entre mosteiro e convento, socorremos-nos da definição de Frei Manuel da Esperança: “Mosteiro”, palavra de origem grega que significa solidão, ou o lugar solitário, para as freiras ou os frades que vivem em clausura, separadas do mundo; “Convento”, isto é, comunidade, quando eles estão “juntos dentro das suas paredes”. Cf. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, 1656, I Parte, sem página.

² Georges Duby, *O Tempo das Catedrais – A Arte e a Sociedade (980-1420)*, Lisboa, 1978, p. 276.

³ Cf. José Eduardo Horta Correia, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, *Monumentos*, n.º 8, Lisboa, 1998, p. 17.

⁴ Cf. Wolfgang Braunfels, *Arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona, 1975, p. 154.

organização específica dos espaços sagrados, é certo que, anteriormente, “a cabeceira da igreja indica[va] exactamente o este, ou seja, a parte do céu onde o sol nasce na época dos equinócios”⁵. A partir dessa época, esta imposição “cai no esquecimento, ao mesmo tempo que outras tradições da arte da Idade Média”⁶. Este facto promoveu alguns desvios na organização dos conjuntos monásticos vigente até então, pois as igrejas deixaram de ter a cabeceira obrigatoriamente voltada a oriente.

É esta baliza temporal que permite caracterizar como medieval o objecto do trabalho, se bem que ultrapasse um pouco essa época.

Foram inventariados e visitados todos os mosteiros claristas construídos até 1563⁷, em Portugal Continental⁸, para identificar os que poderiam integrar esta análise. Não se pretendeu fazer monografias, mas, através da identificação das fases de construção anteriores e posteriores a 1563, detectar o que das construções realizadas até então poderia contribuir para a sua caracterização morfotipológica. As avultadas alterações que muitos mosteiros tiveram em tão longa existência dificultaram este trabalho. Muitas dessas alterações foram ainda realizadas como resposta às necessidades coevas do habitat monástico. Outras decorreram da extinção das comunidades religiosas e da adaptação dos seus edifícios a novas utilizações. A estas acrescem, ainda, as obras de restauro realizadas ao abrigo de conceitos de recuperação do património hoje ultrapassados e inaceitáveis e que, possivelmente, terão originado a expressão “sofreu melhoramentos”.

⁵ Cf. Guillaume Durand, *Rationale divinatorum officiorum*, Lyon, 1672, citado por Émile Mâle, *L'Art Religieux du XIIIe Siècle en France*, Paris, 1986, p. 17.

⁶ Cf. Émile Mâle, *ob. cit.*, p. 17.

⁷ Excluíram-se as construções que não foram, na sua origem, edificadas para esta Ordem.

⁸ Ficou assim excluído o Mosteiro de Santa Clara do Funchal, começado a construir em 1492 e habitado a partir de 1497. Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 271.

1 – Estado actual da investigação

A Ordem de Santa Clara em Portugal tem sido objecto de diversos estudos sobre a história da Ordem e a vida das suas comunidades.

Em 1656, foi publicada a *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, de Frei Manuel da Esperança, obra que, no séc. XVIII, foi completada pela *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia de Nosso Serafico Padre S. Francisco*, de Frei Jerónimo de Belém, ambos cronistas franciscanos. Nestas obras, os autores referem os diversos conventos da Ordem dos Frades Menores e mosteiros da Ordem de Santa Clara, com datas de fundação, e abordam, fundamentalmente, a vida das comunidades religiosas. Fazem também algumas descrições dos edifícios, nomeadamente das igrejas e de algumas características particulares, devido à sua beleza ou a alguma situação insólita. Estas descrições constituem auxiliares preciosos para o estudo destes edifícios.

Em meados do séc. XX, Henrique da Gama Barros publicou a *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*⁹, que constitui um contributo para o entendimento da administração do território nessa época.

A partir de 1910, Fortunato de Almeida começou a publicar a *História da Igreja em Portugal*¹⁰, obra pioneira, no contexto nacional, sobre a historiografia religiosa medieval. Para além da história da Igreja e da vida religiosa, refere ainda estilos e características das construções.

A *Ordem de Santa Clara em Portugal*¹¹, obra publicada por uma das congregações franciscanas, faz uma história da Ordem e inclui um inventário das casas religiosas, com datas de fundação e de construção, o qual carece de rigor. A história da Ordem foi igualmente abordada por Otília Rodrigues Fontoura na sua obra *As Clarissas na Madeira – Uma Presença de 500 Anos*¹², que também inclui um inventário das casas religiosas desta Ordem.

A obra *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*¹³ veio esclarecer eventuais discrepâncias sobre as datas. Baseada em documentos existentes em diversos arquivos nacionais, lista, por Ordem Religiosa e por ordem cronológica, todas as casas existentes no país com data de fundação anterior à conclusão do Concílio de Trento.

Para além destes estudos, muitas são as obras sobre o pensamento e a vida destas comunidades religiosas.

Acerca dos complexos arquitectónicos monásticos, a situação é bem diferente. Em Portugal, a arquitectura dos mosteiros da Ordem de Santa Clara nunca foi estudada no seu conjunto. Mário Tavares Chicó¹⁴ fez a análise da arquitectura das igrejas do período gótico em território nacional e elaborou uma síntese da arquitectura mendicante dessa época.

⁹ Edição Livraria Sá da Costa, 11 vols., Lisboa, 1945-1954 (2.ª edição).

¹⁰ Edição Portucalense Editora, 4 vols., Porto, 1965-1971 (2.ª edição).

¹¹ Edição Mosteiro de São José, Clarissas Adoradoras, Vila das Aves, Braga, 1976.

¹² Edição Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 2000.

¹³ Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), Lisboa, 2005.

¹⁴ *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 3.ª edição, 1981.

Sobre os mosteiros da Ordem em apreço, foram realizados alguns estudos de carácter monográfico, poucos anos após o encerramento dos mosteiros, que nos permitem ter um melhor conhecimento das construções nessa época¹⁵. Mais recentemente, têm vindo a ser realizadas investigações, no âmbito de dissertações de mestrado, também de carácter monográfico, que abordam mais detalhadamente a história ou a arqueologia e a vida das comunidades¹⁶.

No âmbito da organização espaço-funcional das construções monásticas, é dado um grande contributo por Virgolino Ferreira Jorge, através dos seus estudos sobre a arquitectura cisterciense¹⁷. Apesar de se tratar de outra ordem religiosa, nestes estudos é feita a caracterização dos espaços monásticos, sua funcionalidade e articulação, que permite um melhor entendimento da vida claustral.

São também contributos para o conhecimento da arquitectura desta Ordem em Portugal os estudos desenvolvidos em âmbitos mais abrangentes, como sejam a arquitectura monástica em geral, um determinado território ou uma época específica. São disto exemplo o trabalho desenvolvido por Wolfgang Braunfels¹⁸, que caracterizou os programas arquitectónicos das construções das diferentes ordens monásticas em território europeu; a análise sobre alguns complexos arquitectónicos monásticos feita por Elena Casas Castells¹⁹; o estudo da inserção destas construções na cidade de Sevilha, feita por Maria Teresa Pérez Cano²⁰.

Sendo este o actual quadro da investigação sobre os mosteiros da Ordem de Santa Clara em Portugal, afigura-se necessária a realização de trabalhos que preencham várias lacunas da investigação, nomeadamente: inventariação completa dos mosteiros edificados, estudos das construções e análise comparativa das suas características e do seu estado de conservação.

Este trabalho pretende fornecer um contributo para as respostas a algumas destas questões.

¹⁵ Ver, por exemplo, Aarão de Lacerda, *Lisboa – Madre de Deus*, Barcelos, sem data; António Vasconcelos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, Vol. 1, Coimbra, 1894; Monsenhor J. Augusto Ferreira, *Vila do Conde e o Seu Alfoz – Origens e Monumentos*, Porto, 1923.

¹⁶ De que são exemplo: Artur Côrte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Novos Dados para o Seu Conhecimento, Operação Arqueológica 1995-1999*, Universidade de Coimbra, 2001 (polic.); Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em Meados do Século XVIII (1730-80)*, Universidade do Porto, 1987 (polic.); João Alberto Carvalho Marques, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, Universidade Nova de Lisboa, 1990 (polic.).

¹⁷ “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal – Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 94, 2.º tomo, 2000-2002; “Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaca como Modelo de Análise”, *As Beiras e a Presença de Cister – Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, 1.º Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, Lafões, 2006.

¹⁸ Wolfgang Braunfels, *Arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona, 1975.

¹⁹ Elena Casas Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monastica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, *Las Clarisas en España y Portugal*, Salamanca, 1993.

²⁰ María Teresa Pérez Cano, *Patrimonio y Ciudad. El Sistema de los Conventos de Clausura en el Centro Histórico de Sevilla*, Sevilha, 1995.

2 – Notas históricas sobre a Ordem de Santa Clara em Portugal

“Viver em comum, em união de espírito e sob o voto da mais alta pobreza”, “tendo [...] desprezado as pompas e as delícias do mundo” e “vivendo em obediência, sem próprio e em castidade”²¹. São estes os ideais que ainda hoje levam algumas mulheres a abraçar a vida de clausura e de contemplação, seguindo os passos de Clara de Assis (1193/94–1253), fundadora da Ordem Segunda de São Francisco ou das Clarissas, em 1211/12²². Anteriormente, o monaquismo feminino já tinha experimentado diferentes formas, desde o séc. VII, na Península Ibérica²³, com comunidades formadas por “mulheres tocadas pelo chamamento divino, desejosas de fugir ao mundo ou afastadas desse mesmo mundo, procurando a paz, a tranquilidade ou tão-só a segurança”²⁴.

Durante a ocupação muçulmana, os mosteiros rarearam no território que hoje constitui Portugal, começando de novo a proliferar no período pós-Reconquista, sobretudo a norte do rio Tejo²⁵, estendendo-se para sul conforme o território ia sendo conquistado e eram garantidas condições de estabilidade e segurança.

Na sequência da renovação monástica do séc. XIII, as ordens deixaram de escolher só os locais fora das cidades para a sua fuga do mundo, passando a instalar-se também nos centros urbanos; os seus membros tomaram então a designação de “religiosos”²⁶. Havia uma expressão utilizada durante a Idade Média para descrever esta diferença: “Bernardo amava os vales, Bento as montanhas, Francisco as povoações, Domingos as cidades populosas”²⁷.

As principais ordens mendicantes (Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas e Agostinhos) votavam-se a uma vida de pobreza e de castidade, em completa rejeição das riquezas, regalias e abusos das ordens então existentes.

A relação directa destas comunidades religiosas com a população de fiéis que ouvia as suas palavras definiu a sua implantação em contexto urbano, ou próximo dele. Na vertente feminina, apesar de viverem em clausura, as comunidades tinham a mesma localização.

As adesões femininas à Ordem de Santa Clara terão surgido de entre os mesmos grupos sociais, a nobreza e a burguesia, que tinham alimentado as ordens religiosas já existentes²⁸.

²¹ Cf. “Regra de Santa Clara”, *Regra e Constituições Gerais da Ordem de Santa Clara*, Roma, 1988, pp. 15 e 16.

²² Data em que Clara de Assis se instalou em São Damião. Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, Braga, 1976, p. 22.

²³ Cf. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a edição, Tomo II, Lisboa, 1950, p. 88.

²⁴ Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, “Evolução do Monaquismo Feminino, Até ao Século XIII, na Região de Entre Douro e Tejo – Notas para uma investigação”, separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, 1985, p. 7.

²⁵ Nas palavras de Maur Cocheril, “Les Cisterciens dans la Péninsule Ibérique”, *Annuario de Estudios Medievales*, citado por Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, p. 6, “o Tejo era uma verdadeira fronteira monástica”.

²⁶ Segundo Jacques Berlioz (apres.), *Monges e Religiosos da Idade Média*, Lisboa, 1994, p. 11, os mendicantes são religiosos; o termo “monge” deve ser aplicado aos casos de exclusão da sociedade.

²⁷ Cf. Jacques Berlioz (apres.), *ob. cit.*, p. 227.

²⁸ Cf. Jacques Berlioz (apres.), *ob. cit.*, pp. 196-197.

2.1 – Presença franciscana em Portugal

Em 1216, já os Frades Menores tinham conventos em Portugal²⁹. O ramo feminino da Ordem Franciscana, que rapidamente se disseminara pela Europa³⁰ e pelo Médio Oriente³¹, teve igual aceitação em território nacional³². Os mosteiros femininos implantaram-se, muitas vezes, nas proximidades dos masculinos, dentro ou nas proximidades das muralhas dos aglomerados urbanos, à procura de segurança e na protecção e dependência dos franciscanos. As Clarissas fundaram os seus mosteiros possivelmente com a mesma aceitação por parte da nobreza e do povo, mas com as mesmas dificuldades que os seus irmãos franciscanos, contra quem se insurgiam “bispos, abades, priores, prepósitos, deães, arcediagos e outros prelados”³³, que não encaravam com bons olhos a aceitação que a população manifestava pelos frades “pobre[s], descalço[s] e penitente[s]”³⁴.

Quando se iniciaram as fundações de mosteiros de Clarissas em Portugal, em 1258, já havia uma forte implantação de mosteiros femininos de outras ordens no território. Naquela época, existiam, ou tinham existido, dezassete mosteiros femininos beneditinos³⁵, cinco cistercienses³⁶, um de hieronimitas³⁷ e quatro de cónegas regrantes de Santo Agostinho³⁸.

Inicialmente, todos os mosteiros de Clarissas estavam integrados na Província de Portugal. Em 1532, foi criada a Província dos Algarves, porque “parecia muito desproporcionada nas distâncias dos conventos a [...] Província de Portugal, e seria mais útil para os prelados que os

²⁹ Cf. Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, p. 101. Ainda segundo o mesmo autor, *ob. cit.*, p. 100, há notícia da instalação dos Pregadores, em 1222.

³⁰ Em 1228, tinham sido fundados 24 mosteiros em Itália; em 1253, ano da morte de Clara de Assis, havia 111 mosteiros: 68 em Itália, 21 em Espanha, 14 em França e 8 nos países germânicos. Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *As Clarissas na Madeira – Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, 2000, p. 29.

³¹ A Ordem expandiu-se também pelo Líbano, Palestina e Síria. Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *ob. cit.*, p. 29.

³² O projecto de Clara de Assis para viver em pobreza absoluta, expresso no *Privilegium Paupertatis*, confirmado em documento de 1216 pelo Papa Inocêncio III (1198–1216), deu origem à primeira Regra de Santa Clara, aprovada pelo Papa Inocêncio IV (1243–1254), em 1253. Em 1263, é decretada nova regra, pelo Papa Urbano IV (1261–1264), que admite a posse de propriedades e de rendas; as religiosas que seguiam esta regra ficaram conhecidas como “urbanistas”. Ao longo dos anos, foram surgindo várias designações, decorrentes, por vezes, dos lugares onde estavam estabelecidas as comunidades (Damianitas, Menoritas, Reclusas, Cordígeras, Minoritas, Senhoras Pobres). Cf. Clara Rodríguez Núñez, “El Conventualismo Femenino: Las Clarisas”, *VI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 1995, p. 94, e *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, *ob. cit.*, pp. 27-28. A reforma de Santa Recoleta (1381–1447) surge na sequência da Observância entre os Franciscanos; proibia rendas e dotes e obrigava à existência de bibliotecas, e que “se cultivasse a leitura de bons livros”. Cf. António Montes Moreira, “Breve História das Clarissas em Portugal”, *Las Clarisas en España y Portugal*, vol. II, Salamanca, 1993, pp. 212-217. Em 1538, pela mão de Maria Lorenza Longo, surgiram as Clarissas Capuchinhas, em Nápoles, aprovadas por breve de Paulo III; observavam a Regra de Santa Clara e as constituições de Santa Recoleta e dos Franciscanos Capuchinhos. Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *ob. cit.*, p. 28.

³³ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. I, Porto, 1965-1971, p. 137.

³⁴ Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, p. 22.

³⁵ Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, Salvador de Vairão, São João de Vieira, São Cristóvão de Rio Tinto, Salvador de Vila Cova de Sendim, Salvador de Vitorino das Donas de Viana do Castelo, Salvador de Lufrei, Santa Maria de Jazente, Salvador de Vila Cova, Santa Eufémia de Ferreira de Aves, Santa Maria de Várzea de Ovelha, Salvador de Tuñas, São Jorge de Recião, Santa Maria de Semide, Santa Maria de Tarouquela e Santa Maria de Gondar. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, pp. 78-85.

³⁶ São Mamede e São Paio de Lorvão, São Pedro e São Paulo de Arouca, Santa Maria de Celas, Santa Maria de Cós e Salvador de Bouças. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, pp. 117-122.

³⁷ Jesus de Viana do Alentejo. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 165.

³⁸ São João das Donas de Coimbra, Santa Maria de Chelas, São Miguel das Donas de Lisboa e Santa Ana da Ponte de Coimbra. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, pp. 209-211.

visitam [...] fazer da dita província duas, dividindo-se os distritos de ambas com as águas do rio Tejo”³⁹.

Os mosteiros construídos a norte da região transtagana continuaram a pertencer à Província de Portugal. Os que foram posteriormente erigidos a sul do território passaram a integrar a Província dos Algarves. Três casos são excepção: os mosteiros da Madre de Deus de Lisboa, de Jesus de Setúbal e de Nossa Senhora da Conceição de Beja, já fundados e erigidos aquando da criação da Província dos Algarves, mas que passaram a integrá-la.

2.2 – Fundação e construção de mosteiros de Clarissas em Portugal

As primeiras comunidades de Clarissas formadas em Portugal terão sido iniciadas por religiosas companheiras de Clara de Assis no Mosteiro de São Damião⁴⁰.

No ano de 1258, surgiram as duas primeiras fundações em Portugal. A primeira ocorreu em Lamego⁴¹, mas, a curto prazo, talvez devido à ausência de um convento franciscano no local⁴², a comunidade foi transferida para Santarém, na época residência habitual da Corte, onde o novo Mosteiro foi edificado em 1260⁴³. A outra comunidade a estabelecer-se nesta data escolheu um local então designado por Entre Ambos-os-Rios, na confluência dos rios Douro e Tâmega. Era um local isolado e, devido aos “constantemente abusos por parte dos senhores nobres”⁴⁴, o Mosteiro foi transferido para o Porto, em 1427.

No ano de 1286, é fundado o Mosteiro de Clarissas de Coimbra⁴⁵ e, em 1288, o Mosteiro de Santa Clara de Lisboa, este também transferido para outro local, na mesma cidade⁴⁶.

No séc. XIV, são fundados e/ou construídos os mosteiros de Amarante⁴⁷, de Vila do Conde (1318)⁴⁸, de Santa Clara de Beja (1340)⁴⁹, da Guarda (1346)⁵⁰ e de Portalegre (1370 ou 1376)⁵¹.

³⁹ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, IV Parte, Livro III, p. 297.

⁴⁰ Hipótese sugerida em *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, *ob. cit.*, pp. 56-57.

⁴¹ Não restam quaisquer vestígios da construção deste mosteiro. É possível que se localizasse no terreno onde mais tarde foi edificado o Convento de São Francisco, já que “abrindo-se os alicerces para fazer no dito convento huma enfermaria, se acharão alguns esqueletos de mulheres, com toucas e hábitos, como de clarissas”. Cf. ANTT, “Memórias Paroquiais – 1758”, *Diccionario Geográfico*, Vol. 19, fl. 366, citado por José Sidónio Meneses da Silva em *O Mosteiro das Chagas de Lamego*, Coimbra, 2002, p. 42. Em Lamego, existiu um outro mosteiro da mesma Ordem, o Mosteiro das Chagas, fundado em 1589. Cf. José Sidónio Meneses da Silva, *ob. cit.*, p. 51.

⁴² Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 293.

⁴³ Porém, segundo António Montes Moreira, *ob. cit.*, pp. 212-213, a Regra que seguiam não era a de Santa Clara mas sim a do cardeal Hugolino, pois essa só fora dada ao Mosteiro de São Damião, em 1253. Apenas mais tarde é que o Mosteiro passou à Regra de Santa Clara.

⁴⁴ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 294.

⁴⁵ Foi extinto após a morte da sua fundadora, em 1311, vindo a ser novamente fundado, e objecto de nova construção, em 1317, pela mão da rainha D. Isabel de Aragão. Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, II Parte, Livro VI, p. 19.

⁴⁶ As obras iniciaram-se no local mais tarde designado por Largo da Trindade. Em 1294, foi começada nova construção no actual Campo de Santa Clara. Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 253.

⁴⁷ Pouco se sabe sobre a data da fundação, mas há notícia da sua existência naquele século. Cf. Francisco Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Ponte de Lima, 1992, p. 258.

⁴⁸ Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, p. 254.

⁴⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 323. Restam alguns vestígios arqueológicos desta construção, junto ao actual cemitério, e uma fonte, na via pública.

⁵⁰ Há notícia de ter mudado de instalações por três vezes, sendo a última em 1382. Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, p. 268.

⁵¹ Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre*, Disco III, Lisboa, 2000, e Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 323.

No século XV, são fundados os mosteiros de Estremoz (1424 ou 1498)⁵², de Évora (a comunidade já existia em 1390)⁵³, de Sernancelhe (1460)⁵⁴, de Nossa Senhora da Conceição de Beja (1469)⁵⁵ e de Setúbal (1489)⁵⁶. Há notícia de o Mosteiro do Torrão já existir em 1500⁵⁷. No séc. XVI, e até 1563, foram fundados os mosteiros da Madre de Deus de Lisboa (1509)⁵⁸, de Vale de Pereiras (1515)⁵⁹, das Chagas de Vila Viçosa (1535)⁶⁰, de Vila Franca de Xira (1520)⁶¹, de Tomar (1523)⁶², de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa (1524)⁶³, de Santa Helena do Calvário de Évora (1525)⁶⁴, de Elvas (1526)⁶⁵, de Faro (1527)⁶⁶, da Madre de Deus de Monchique de Miragaia do Porto (1533), de Trancoso (1537)⁶⁷, de Abrantes (1538)⁶⁸, de Guimarães (1548)⁶⁹, do Salvador de Évora (1550)⁷⁰, de Alenquer (meados do séc. XVI)⁷¹, de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa (1555)⁷² e de Caminha (1561)⁷³. Alguns autores referem ainda a existência de outros mosteiros para a época em estudo, mas não foi encontrada documentação que permita corroborar essa informação⁷⁴.

⁵² Cf. Mário Nunes Costa, “Breve Recopilação”, separata do *Boletim da Biblioteca Universitária de Coimbra*, Vol. 42, Coimbra, 1994, pp. 135 e 136, e Pinto Rema, “A Ordem Franciscana no Alentejo”, comunicação ao Congresso de História do IV Centenário do Seminário de Évora, 1994, citado por José Filipe Mendeiros em *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, 2001, p. 67. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, Livro XI, p. 632, data a fundação do Mosteiro em 1425.

⁵³ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 324. A instalação definitiva deu-se em 1459. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Disco I, Lisboa, 2000.

⁵⁴ Cf. Vasco Moreira, *Terras da Beira – Cernancelhe e o Seu Alfoz*, Porto, 1929, edição fac-similada, Sernancelhe, 1997, p. 190.

⁵⁵ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

⁵⁶ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 327.

⁵⁷ Cf. Mário Fagulha, *Historial, Recolhas e Memórias da Freguesia do Torrão (Alentejo)*, Alcácer do Sal, 2001, p. 83.

⁵⁸ Cf. Aarão de Lacerda, *Lisboa – Madre de Deus*, Barcelos, sem data, p. 6.

⁵⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, pp. 299-300.

⁶⁰ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 333.

⁶¹ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, IV Parte, Livro II, p. 112.

⁶² Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Santarém*, Disco III, Lisboa, 2000.

⁶³ Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, p. 280.

⁶⁴ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, *ob. cit.*, p. 45. Para Túlio Espanca, *ob. cit.*, o mosteiro terá sido fundado em 1565.

⁶⁵ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 332.

⁶⁶ Não é a data de fundação, mas sim a data provável de início da construção. Cf. José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, 1987, p. 35.

⁶⁷ Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, pp. 280 a 282.

⁶⁸ Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.* Segundo este autor, o Mosteiro foi fundado nesta data, em local exterior à vila, mudando para o seu interior em 1576, tendo a obra sido concluída em 1621.

⁶⁹ Nesta data, o Mosteiro estava a ser edificado. Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, IV Parte, Livro V, p. 700.

⁷⁰ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.* Segundo este autor, a comunidade instalou-se, inicialmente, em casas existentes. Só em 1604 se mudou para o actual edifício.

⁷¹ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, IV Parte, Livro V, p. 670.

⁷² A construção foi feita em data posterior, para religiosas da Ordem da Conceição, pelo que não se insere neste trabalho. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 335.

⁷³ Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, p. 285.

⁷⁴ Em *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, *ob. cit.*, pp. 42-46, são referidos os seguintes mosteiros: Santíssimo Sacramento de Montemor-o-Velho (1503), um mosteiro em Viana do Alentejo (1528) e um outro em Torres Novas (1560). Em Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 300, é ainda referido um mosteiro em Aljustrel, extinto em 1561, sendo as religiosas deslocadas para os mosteiros de Valença do Minho e de Caminha. Não se sabe qual seria a sua localização.

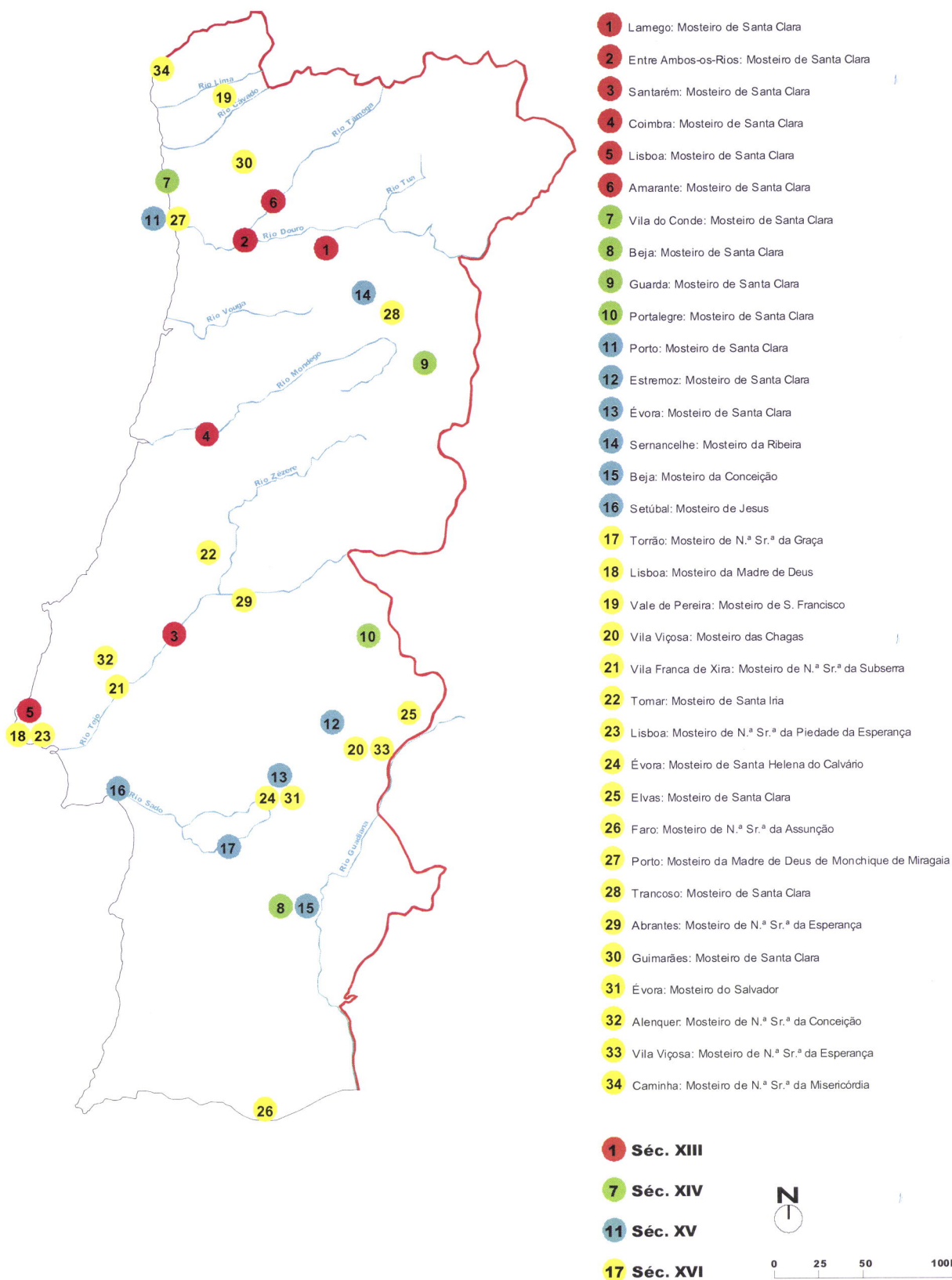


Fig. 2.1 – Mapa de Portugal com a localização dos mosteiros da Ordem de Santa Clara fundados até ao Concílio de Trento.

Ainda no séc. XVI, mas após a conclusão do Concílio de Trento, Portugal assistiu à fundação de vários mosteiros de Clarissas⁷⁵: de Ponte de Lima⁷⁶, de Viana do Castelo (1559)⁷⁷, de Alverca (1563)⁷⁸, de Vinhó (1567)⁷⁹, do Torrão (1569), de Alcácer do Sal (1573), de Sacavém (1577), de São Vicente da Beira (1580)⁸⁰, de Vinhais (1582)⁸¹, de Santa Marta de Lisboa (1583), de Bragança (1586), do Calvário de Lisboa (1586)⁸², de Lamego (1588)⁸³ e de Vila Pouca da Beira (1596)⁸⁴.

Já no séc. XVII, são fundados os mosteiros de Borba (1600), de Vila Real (1602)⁸⁵, de Pinhel (1602)⁸⁶, de Mourão (1610)⁸⁷, de Moura (1610)⁸⁸, de Alcântara de Lisboa (1617), de Braga (1625), de Pontével de Santarém (1632), do Louriçal (1630), das Francesinhas de Lisboa (1647), de Santa Apolónia de Lisboa (1662), de Aldeia Galega (1675)⁸⁹, da Madre de Deus de Guimarães (1681)⁹⁰, de Chaves (1685)⁹¹, de Loulé (1688) e de Carnide de Lisboa (1694)⁹².

No séc. XVIII, foram criados os mosteiros de Penafiel (1716), de Braga (1727), da Figueira da Foz (1732), de Arroios de Lisboa (1761) e do Santíssimo Sacramento de Lisboa (1782)⁹³.

No séc. XIX, foram criados dois mosteiros: de Vila Pouca da Beira e de Montemor-o-Novo⁹⁴.

É no séc. XIX que se dá o primeiro momento de rotura na vida destas comunidades e nos seus mosteiros, com a publicação da lei da exclausuração, em 1834; o segundo, aplicado às comunidades subsistentes, deu-se após a implantação da República, com a Lei da Separação dos Bens do Estado e da Igreja, de 1911. As últimas religiosas ainda residentes em mosteiros tiveram de abandoná-los, procurando alojamento no exterior, em casa de familiares, ou no exílio⁹⁵.

No séc. XX, a Ordem de Santa Clara foi reestruturada. Foram restaurados dois mosteiros e criadas seis novas comunidades, organizadas em Federação⁹⁶.

⁷⁵ Esta listagem e as datas de fundação resultam do cruzamento dos inventários incluídos nas seguintes obras: *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., e José Mattoso (coord.), ob. cit.

⁷⁶ Não foi encontrada informação sobre a data de fundação. Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 39.

⁷⁷ Fundado em 1392; em 1559, integrou a Ordem de Santa Clara. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), ob. cit., p. 363.

⁷⁸ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 43.

⁷⁹ Esta é a data do início da construção. Cf. José Mattoso (coord.), ob. cit., p. 286.

⁸⁰ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 42 a 46.

⁸¹ Cf. José Mattoso (coord.), ob. cit., p. 392.

⁸² Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 39 a 44.

⁸³ Cf. José Sidónio Meneses da Silva, ob. cit., p. 17. É também a data do início da construção. Cf. José Mattoso (coord.), ob. cit., p. 396.

⁸⁴ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 41.

⁸⁵ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 40 a 43.

⁸⁶ Cf. José Mattoso (coord.), ob. cit., p. 408. Em *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 41, é dado o ano de 1596 como data de fundação.

⁸⁷ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 46.

⁸⁸ A comunidade já existia desde 1520, mas nesta data foi transferida para este local e adoptou a Regra de Santa Clara. Cf. José Mattoso (coord.), ob. cit., p. 335.

⁸⁹ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 40 a 45.

⁹⁰ Cf. *Inventário do Património Arquitectónico*, <http://www.monumentos.pt>, 31 de Dezembro de 2003.

⁹¹ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 39.

⁹² Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 45 e 46.

⁹³ Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., pp. 40 a 45.

⁹⁴ Há notícia da fundação de um terceiro mosteiro neste século, mas não são conhecidas nem a sua designação nem a localização. Cf. *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, ob. cit., p. 120.

⁹⁵ Com algumas excepções, como o Mosteiro de Santa Clara de Portalegre, onde as religiosas permaneceram até 1950.

⁹⁶ Mosteiros restaurados: Santíssimo Sacramento do Louriçal e Santíssimo Sacramento de Lisboa. Mosteiros novos: São José de Vila das Aves, Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Santa Clara de Monte Real, São Francisco de Assis de Vila Nova de Famalicão, Nossa Senhora da Boa Esperança de Montalvo e Imaculado Coração de Maria de Lisboa. Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, ob. cit., pp. 40-44.

Mosteiros da Ordem de Santa Clara fundados em Portugal até ao Concílio de Trento

Designação	Data	Observações
Lamego: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1258.	Não há vestígios da construção. Foi transferido para Santarém.
Entre Ambos-os-Rios ou Santa Clara do Torrão	Fundado em 1258.	Não há vestígios da construção. Foi transferido para o Porto.
Santarém: Mosteiro de Santa Clara	Ocupado pelas Clarissas de Lamego, em 1260.	
Coimbra: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha	Fundado em 1286.	
Lisboa: Mosteiro de Santa Clara	Autorizado em 1288 e existente em 1292.	Inicialmente, situava-se no actual Largo da Trindade; não há vestígios da construção. Transferido para o Campo de Santa Clara.
Amarante: Mosteiro de Santa Clara	Fundado no séc. XIII.	
Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1318.	
Beja: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1340.	Há alguns vestígios da construção, junto ao actual cemitério.
Guarda: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1346.	
Portalegre: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1370 ou 1376.	
Porto: Mosteiro de Santa Clara	Ocupado pelas Clarissas de Entre Ambos-os-Rios em 1427.	
Estremoz: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1424 ou 1498.	
Évora: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1452.	
Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira	Fundado em 1460; em 1520, passou à Ordem Segunda ou Terceira.	
Beja: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Conceição	Fundado em 1469.	
Setúbal: Mosteiro de Jesus	Fundado em 1489; a construção realizou-se entre 1490 e 1500.	
Torrão: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Graça	Já existia em 1500.	A construção fez-se cerca de 1599 (1).
Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus	Fundado em 1509.	
Vale de Pereiras: Mosteiro de São Francisco	Convento masculino fundado em 1360, passou para as Clarissas em 1515.	A construção não foi feita para a Ordem de Santa Clara.
Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas	Fundado em 1535; a construção teve início em 1514.	
Vila Franca de Xira: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Subserra	Fundado em 1520.	
Tomar: Mosteiro de Santa Iria	Fundado em 1523.	
Lisboa: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Piedade da Esperança	Fundado em 1524.	
Évora: Mosteiro de Santa Helena do Calvário	Fundado em 1525.	A construção teve início em 1569 (2).
Eiwas: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1526.	
Faro: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Assunção	Fundado em 1527.	
Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia	Fundado em 1533.	
Trancoso: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1537.	
Abrantes: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Esperança	Fundado em 1538.	Em 1576, a comunidade mudou para outro edifício, cujas obras foram concluídas em 1621 (3).
Guimarães: Mosteiro de Santa Clara	Fundado em 1548.	
Évora: Mosteiro do Salvador	Fundado em 1550.	Inicialmente, a comunidade instalou-se em casas existentes; mudou para novo edifício em 1604 (4).
Alenquer: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Conceição	Fundado em meados do séc. XVI.	Não há vestígios significativos da construção.
Vila Viçosa: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Esperança	Fundado em 1555.	A construção é de data posterior (5).
Caminha: Mosteiro de N.ª Sr.ª da Misericórdia	Fundado em 1561.	

(1) Cf. Mário Fagulha, *ob. cit.*, p. 83; (2) Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*; (3) Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*; (4) Túlio Espanca, *ob. cit.*; (5) Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*

3. Descrição dos mosteiros subsistentes

Após a inventariação dos mosteiros da Ordem de Santa Clara construídos em Portugal, foram visitados todos os conjuntos monásticos ou os locais onde eles foram edificados dentro da época em estudo, para identificar quais os casos passíveis de contributo para a caracterização morfotipológica.

De entre os mosteiros subsistentes, foram seleccionados os doze cujo estado actual ainda permite a descrição do conjunto arquitectónico ou, pelo menos, da igreja, e a identificação de algumas das características da construção original e das obras realizadas até meados do séc. XVI.

Um segundo grupo é constituído pelos mosteiros de que é conhecida a localização e de que restam vestígios significativos ou documentação que permite identificar algumas das características das construções.

Os mosteiros são apresentados por ordem cronológica. Para cada um, é feita a descrição dos diversos espaços e da articulação entre eles, no estado em que estes se encontram actualmente, identificando, tanto quanto possível mas sem precisão indiscutível, as construções realizadas dentro da época analisada. A descrição começa pela igreja, tomando-a como centro espiritual e elemento gerador do conjunto monástico, seguida do claustro, como elemento organizador das construções; seguindo a eventual ordem de construção, são descritos a sala do Capítulo, o refeitório, o dormitório e as restantes dependências.

Para esta análise, não foram considerados os elementos marcadamente adventícios, assim como se excluem quaisquer referências do âmbito da história de arte e das artes decorativas. Nos casos possíveis, foi actualizada a documentação gráfica existente.

3.1 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara

3.1.1 – Enquadramento histórico

Com a instalação dos Dominicanos e dos Franciscanos, no séc. XIII, Santarém tornara-se um importante centro religioso⁹⁷. D. Leonor Afonso, filha de D. Afonso III, funda o Mosteiro de Santa Clara⁹⁸, ficando a obra concluída em 1260⁹⁹. Tinha capacidade para acolher oitenta religiosas¹⁰⁰ e foi habitado, inicialmente, por monjas do Mosteiro de Santa Clara de Lamego.

A sua longa história testemunha diversas épocas que foram deixando vestígios no conjunto monástico escalabitano. Nos séculos XVII e XVIII, terão sido promovidas grandes alterações construtivas¹⁰¹, consequência dos danos sofridos com o terramoto de 1531 e, sobretudo, com o de 1755¹⁰².

O Mosteiro foi habitado até 1902, ano da morte da última freira, passando então à posse do Estado, na sequência da secularização oitocentista. O processo de degradação em que entrara desde a extinção das ordens religiosas agravou-se a partir dessa altura. A ruína em que se tornara ditou a demolição das dependências claustrais, em 1906, “restando a igreja desenquadrada do seu conjunto e do seu significado comunitário através dos tempos”¹⁰³.

Na década de 1940, o Estado, através da DGEMN, promoveu a recuperação da igreja, que se tornara um “esqueleto arquitectónico”¹⁰⁴. Presidiu à intervenção o princípio da “reintegração”, sendo assim “fabricado” um exemplar gótico de características mendicantes, subtraindo ao monumento quaisquer elementos adventícios que o afastassem desse estilo medieval e apagando parte da sua história, com a remoção de alterações e sobreposições construtivas posteriores¹⁰⁵. Contribuíram para documentar esta obra os vestígios encontrados durante a realização dos trabalhos: paredes de fundação, pilares e arcadas. Dada a envergadura desta intervenção, não é possível identificar a construção original.

3.1.2 – Descrição do Mosteiro

O Mosteiro foi construído fora da muralha da cidade, para o lado nascente, e próximo do já existente Convento de São Francisco.

⁹⁷ Cf. Jorge Custódio (coord.), *Santarém – Cidade do Mundo*, Vol. I, Santarém, 1996, p. 72.

⁹⁸ Cf. Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, pp. 93 e 104.

⁹⁹ Não há unanimidade quanto à data de construção deste Mosteiro. Para Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Santarém*, Disco III, Lisboa, 2000, a presença das Clarissas em Santarém data de 1250, sendo a dos Dominicanos de 1211, a dos Trinitários de 1218, a dos Franciscanos de 1242 e a das Capuchas da Creche dos Inocentes de 1290. Já para Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, p. 293, a deslocação das Clarissas de Lamego para Santarém deu-se em 1259, estando o novo mosteiro concluído em 1260.

¹⁰⁰ Cf. Boletim DGEMN, n.º 30-31, *Igreja de Santa Clara de Santarém*, Lisboa, 1942-1943, p. 9.

¹⁰¹ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 32.

¹⁰² Cf. Jorge Custódio (coord.), *ob. cit.*, pp. 226-227.

¹⁰³ Cf. Jorge Custódio, *O Património Monumental de Santarém: Fases da Sua Destruição*, Santarém, 1979, pp. 21-22 (polic.).

¹⁰⁴ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 31.

¹⁰⁵ De acordo com Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, “Cortara-se o transepto, empachara-se a nave com um extenso coro, onde o cadeirado se encostava a um alto tabique que se decorara de painéis de pintura, cobrira-se a capela-mor de outra cobertura de caixotões de cantaria, com sacrifício da abóbada inicial, entaiparam-se as altas janelas de lanceta, conspurcara-se a rosácea, revestira-se de azulejaria policroma (século XVII) parte da nave, e as pilastras e as colunas tinham-se recoberto de pinturas de brutescos.”

Sobre as dependências claustrais, pouco pode ser dito com rigor. Mário Sousa Cardoso esboçou uma reconstituição do conjunto monástico, baseada em plantas e descrições conhecidas¹⁰⁶. Sendo uma conjectura sobre a organização espacial, e não referindo a articulação entre as dependências, não temos dados concretos com relevância para o nosso estudo. Por conseguinte, deste Mosteiro, analisamos somente a igreja, que formava o lado norte do complexo monástico.

Planta

O programa arquitectónico da igreja é o seguinte:

- traçado cruciforme, orientado a nascente;
- cabeceira escalonada, formada pela capela-mor, com fecho em 5/10 do polígono, e por dois absídeos de cada lado, que podiam não existir originalmente¹⁰⁷, tendo planta rectangular os dois primeiros e quadrangular os restantes; as capelas são intercomunicantes;
- transepto saliente;
- corpo longitudinal tripartido, separado por pilares e arcos quebrados, segmentado por sete tramos transversais;
- iluminação natural feita por janelas e frestas que se abrem no envelope perimétrico do edifício;
- cobertura abobadada na capela-mor e nos absídeos e de madeira no transepto e no corpo longitudinal¹⁰⁸;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave, próximo do transepto; acesso aos lugares regulares pela porta localizada a meio do alçado sul;
- torre sineira no vértice sudoeste.

O coro das monjas localizava-se no extremo do corpo longitudinal, oposto à cabeceira. Dele existe a seguinte descrição: “O coro primitivo ocupava cerca de três quartas partes do recinto. Esse coro, que os monógrafos antigos tanto admiraram, comparando-o a uma ‘grande igreja’, reduzia de facto, desproporcionadamente, o espaço que em tamanho templo deveria pertencer aos devotos seculares. Todavia, só muito mais tarde – porventura no século XVII – se substituiu a grande parede que separava, com suas grades doiradas, a vida claustral da vida mundanal, por outra menos dominadora, que deixou o corpo da Igreja dividido em duas partes iguais ou quase iguais.”¹⁰⁹

¹⁰⁶ Cf. Mário de Sousa Cardoso, “O Mosteiro de Santa Clara – A Organização do Espaço Conventual”, *Correio do Ribatejo*, Santarém, 14 e 21 de Dezembro de 2001 e 4 de Janeiro de 2002. O desenho que ilustra o último artigo é de difícil interpretação.

¹⁰⁷ Esta suposição deve-se ao facto de os absídeos se sobreporem aos contrafortes laterais da capela-mor, o que corresponde a uma duplicação estrutural.

¹⁰⁸ Os absídeos tinham sido destruídos, bem como as cinco janelas da capela-mor; a abóbada primitiva da capela-mor fora substituída por uma de caixotões de cantaria. Aquando da referida intervenção da DGEMN, os absídeos e as janelas foram refeitos, bem como a abóbada. Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, pp. 32 e 37.

¹⁰⁹ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 11.

Alçados

A característica mais evidente da composição externa desta igreja foi já acentuada por Mário Tavares Chicó, ao referir-se aos monumentos em que “a verticalidade interior se opõe à calma horizontalidade das combinações de volumes”¹¹⁰. São distintamente identificáveis os volumes que compõem a igreja e se articulam entre si: a cabeceira escalonada, o transepto saliente, com altura ligeiramente superior à da capela-mor e inferior à da nave central, e as naves de alturas diferentes, sendo a nave central de altura superior à das naves colaterais.

A capela-mor é reforçada por contrafortes de secção rectangular escalonados, que recebem os impulsos das abóbadas.

Na zona superior do alçado poente, também amparado com contrafortes escalonados, abre-se uma rosácea raiada¹¹¹. Neste alçado, ergue-se a torre sineira.

As paredes laterais, onde se rasgam janelas de iluminação da igreja, são rematadas com uma cachorrada, onde assenta o beiral do telhado.

3.1.3 – Protecção legal

A Igreja de Santa Clara de Santarém foi classificada como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 3027, de 14 de Março de 1917.

¹¹⁰ Mário Tavares Chicó, *ob. cit.*, p. 18.

¹¹¹ A rosácea estava entaipada. A sua recuperação cuidadosa, aquando da intervenção realizada pela DGEMN, foi descrita como um trabalho por vezes semelhante ao dos “enfermeiros ou joalheiros”. Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 33.

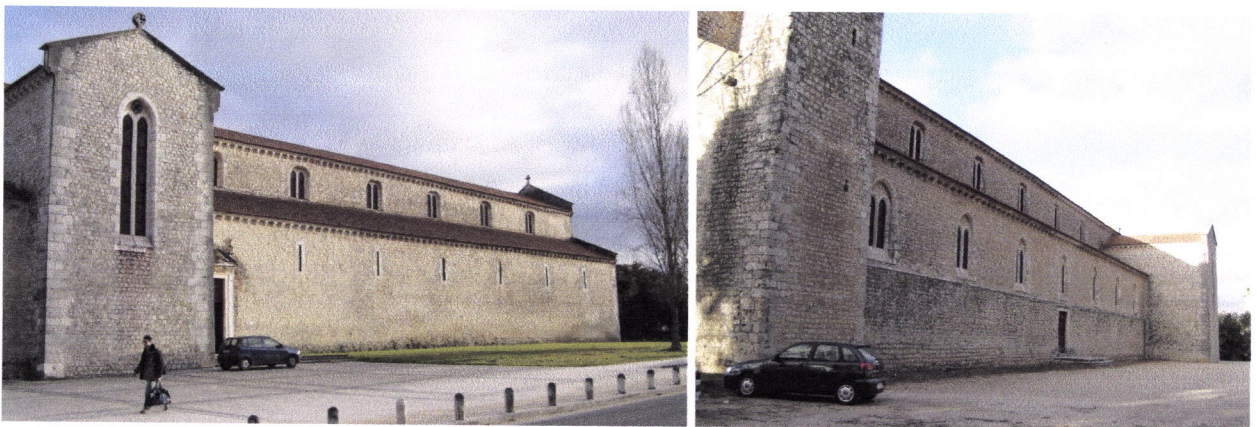
Elementos fotográficos



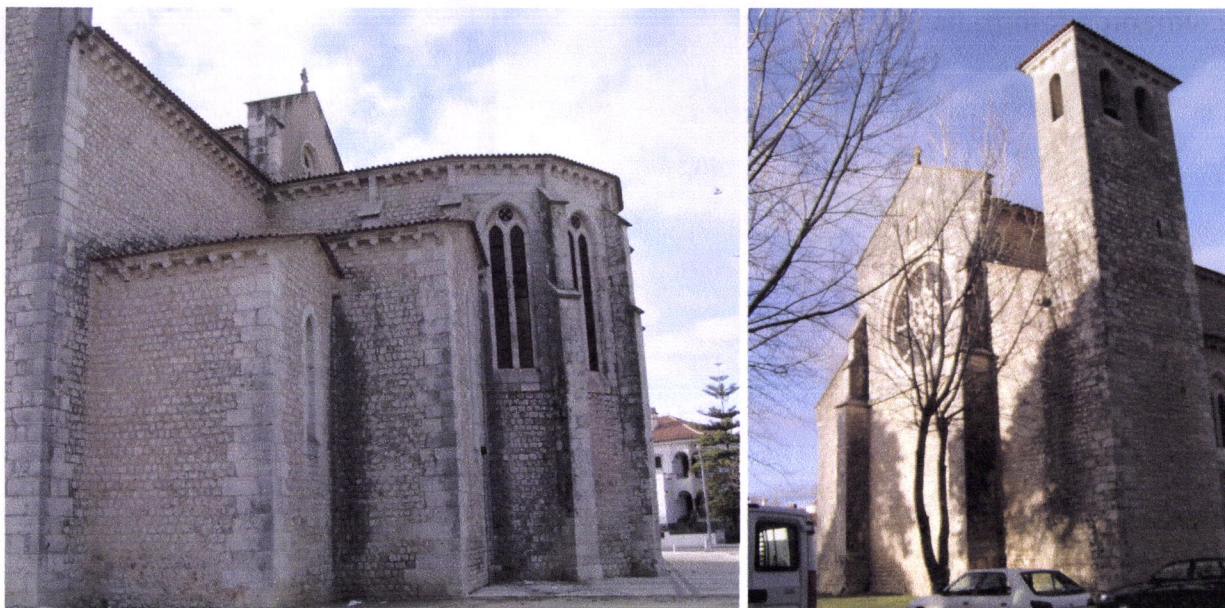
Fig. 3.1 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vista dos lados sul e poente, alguns anos antes da intervenção da DGEMN, na década de 1940 (Foto: DGEMN).*



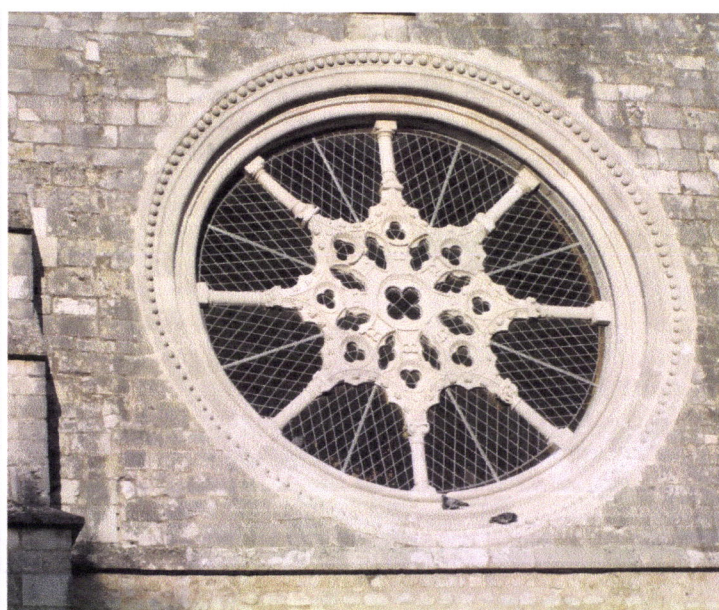
Fig. 3.2 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Claustro demolido anos antes da intervenção da DGEMN, na década de 1940 (Foto: DGEMN).*



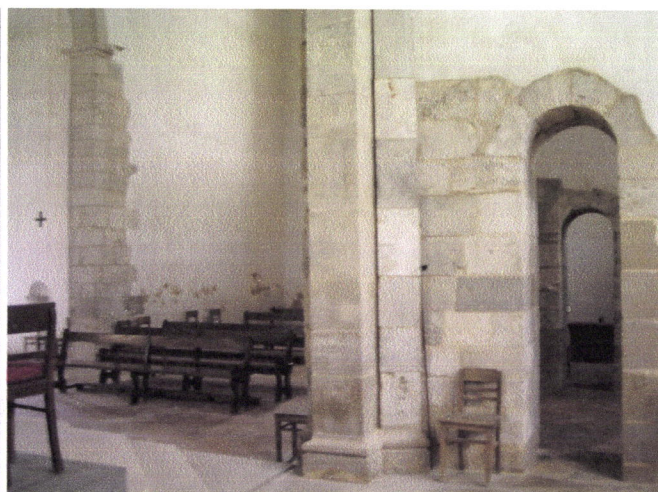
Figs. 3.3 e 3.4 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto exterior dos alçados norte e sul.*



Figs. 3.5 e 3.6 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vista exterior da cabeceira, onde é visível a sobreposição dos absidiolos aos contrafortes laterais da capela-mor, e alçado poente.*



Figs. 3.7 e 3.8 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Porta de acesso à "igreja pública" e rosácea no alçado poente.*



Figs. 3.9 e 3.10 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vista interior da capela-mor e vãos de comunicação entre os absidiolos.*



Figs. 3.11 e 3.12 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Interior do lado norte dos absidiolos e vista interior das naves.*



Fig. 3.13 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vista interior do corpo longitudinal, para a cabeceira.*



Fig. 3.14 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vista interior das naves.*

Elementos gráficos

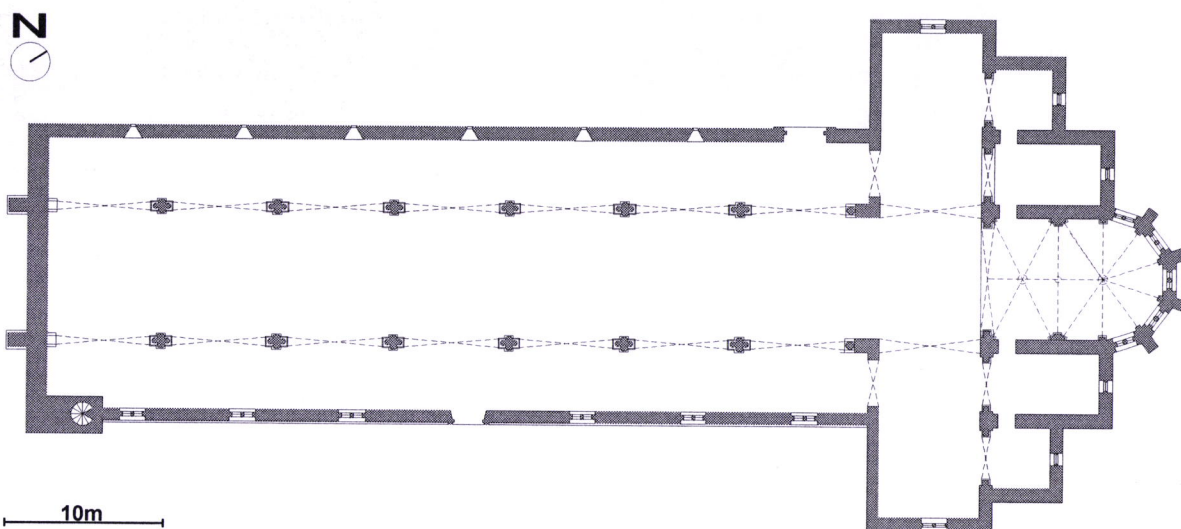


Fig. 3.15 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Planta actual da igreja* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

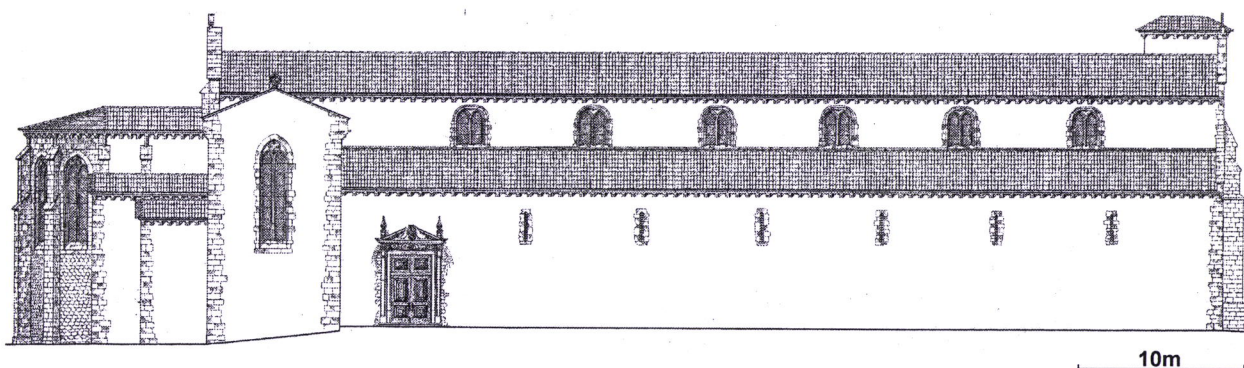


Fig. 3.16 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado norte* (Desenho: DGEMN).

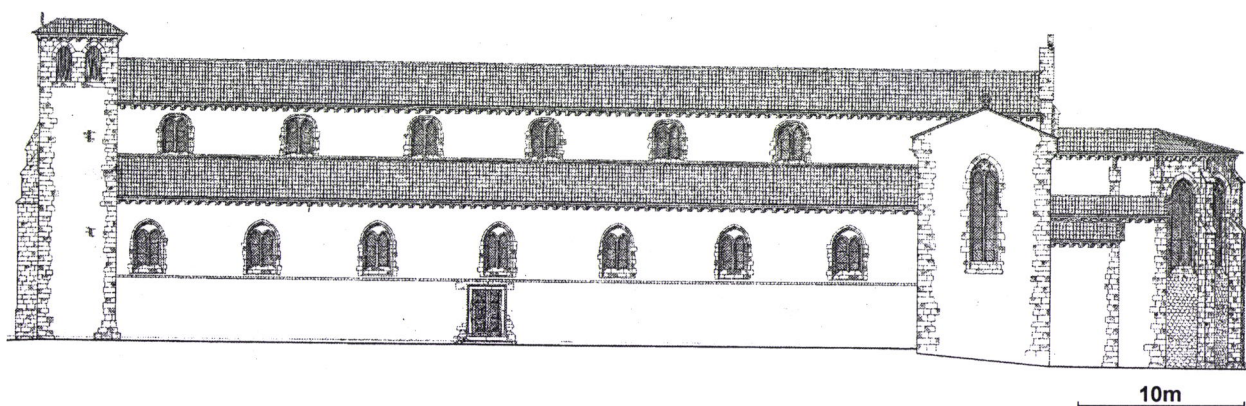
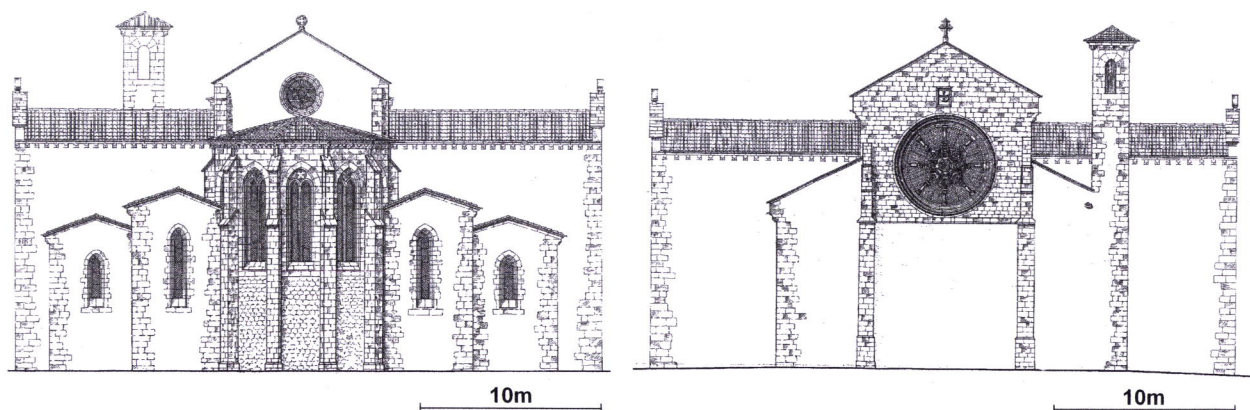


Fig. 3.17 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul* (Desenho: DGEMN).



Figs. 3.18 e 3.19 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Alçados nascente e poente* (Desenhos: DGEMN).

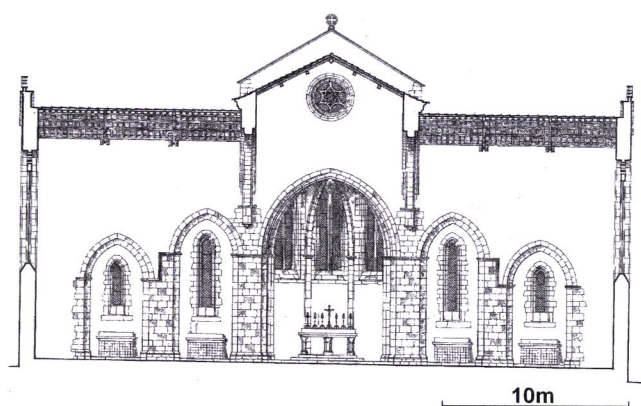


Fig. 3.20 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Corte transversal do transepto* (Desenho: DGEMN).

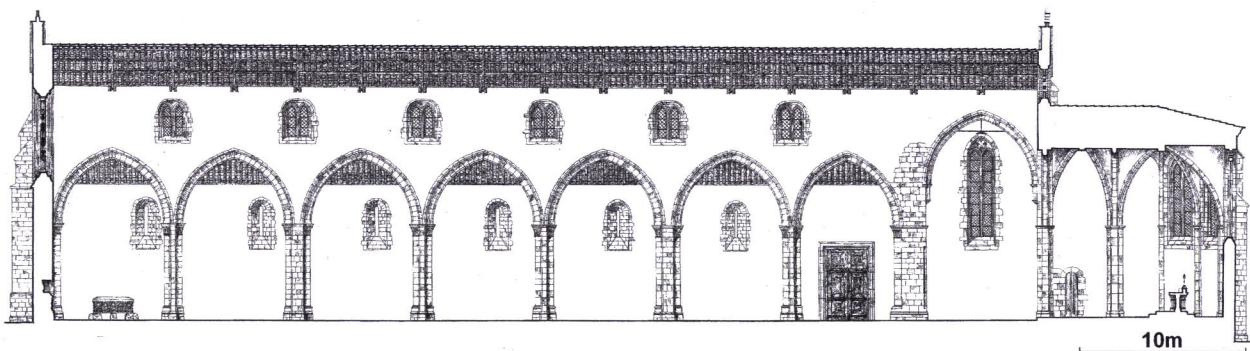


Fig. 3.21 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Corte longitudinal da igreja* (Desenho: DGEMN).

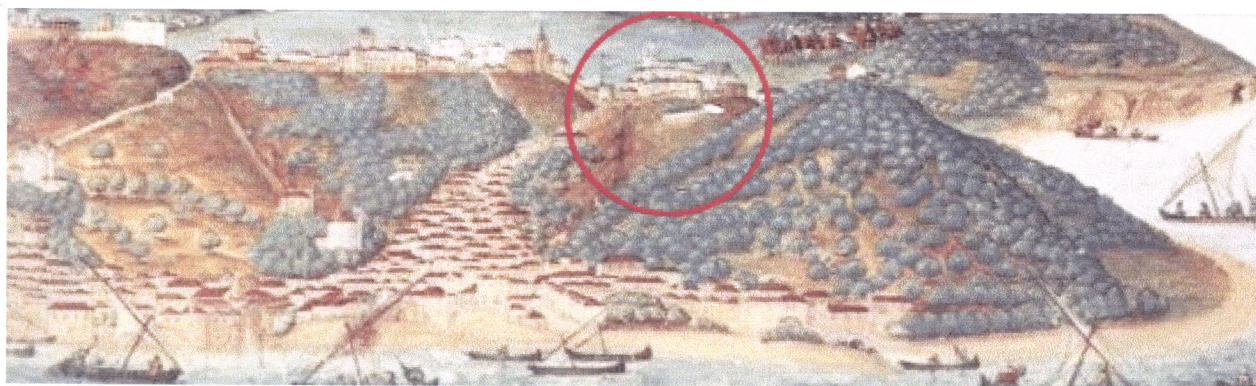


Fig. 3.22 – Santarém. *Pormenor de iluminura do séc. XVI, vendo-se o Mosteiro de Santa Clara, no círculo* (Genealogia do Infante D. Fernando).

3.2 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara

3.2.1 – Enquadramento histórico

O Mosteiro teve duas fases de fundação e de construção. A primeira fundação ocorreu em 1286¹¹², por iniciativa de uma nobre coimbrã, D. Mor Dias; este mosteiro foi extinto em 1311¹¹³. A segunda realizou-se por iniciativa e sob a protecção da rainha D. Isabel de Aragão; em 1317, já algumas religiosas se tinham instalado no Mosteiro¹¹⁴. A igreja foi sagrada em 1330¹¹⁵ e, nessa data, já D. Isabel tinha mandado construir uma capela, na “igreja pública”, para instalar o seu túmulo e o da sua neta.

A constante subida das águas do Mondego provocou, desde então, a necessidade de alterações no conjunto monástico; logo no ano seguinte à sagração da igreja, esta foi invadida pelas águas do rio, o que levou a rainha a mandar construir um piso sobrelevado junto à parede divisória entre a “igreja pública” e o coro, para nele colocar os referidos túmulos; entre 1612 e 1615, este piso foi prolongado em toda a profundidade do coro das monjas, ficando o piso inferior inundado¹¹⁶; em 1677, as religiosas foram obrigadas a abandonar o Mosteiro¹¹⁷, mantendo-se a igreja aberta ao culto ainda por algum tempo¹¹⁸. O rápido processo de assoreamento do rio provocou a ruína de algumas estruturas e a acumulação de sedimentos até 5,40 metros acima do pavimento original¹¹⁹.

Em 1770, a Câmara Municipal de Coimbra obrigou as religiosas a demolirem ou atulharem as áreas do edifício onde se concentrava água, por razões de saúde pública¹²⁰; para dar cumprimento a essa imposição, terão sido destruídas as coberturas das galerias do claustro. Na sequência da secularização oitocentista, o conjunto monástico foi vendido a particulares¹²¹ e, em 1925, a igreja foi arrendada pelo Estado¹²²; nas décadas de 1930 e 1940, a DGEMN realizou trabalhos de reconstituição, numa tentativa de repor a igreja na sua configuração original; veio a ser comprada pelo Estado em 1976¹²³.

¹¹² Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, II Parte, Livro VI, p. 19.

¹¹³ Na sequência de um litígio com os Cônegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, que tinham um entendimento diferente do de D. Mor Dias quanto às condições da sua entrada no Mosteiro das Donas de Santa Cruz e da posse dos seus bens. Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, pp. 19-23 e 30.

¹¹⁴ Cf. António de Vasconcelos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, Vol. 1, Coimbra, 1894, p. 88.

¹¹⁵ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 34.

¹¹⁶ Cf. Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Coimbra*, Disco II, Lisboa, 2000.

¹¹⁷ A comunidade mudou-se para um novo Mosteiro, conhecido como Santa Clara-a-Nova.

¹¹⁸ Cf. António de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 187.

¹¹⁹ Por outro lado, fixou o momento de saída das religiosas, mantendo essas zonas do edifício tal como estavam nessa data, sem alterações posteriores, o que hoje permite, através do estudo dos espólios arqueológico e osteológico e da análise dos sedimentos, um melhor conhecimento do edifício e da vida desta comunidade religiosa.

¹²⁰ Cf. Artur Côrte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Novos Dados para o Seu Conhecimento, Operação Arqueológica 1995-1999*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2001, p. 26 (polic.).

¹²¹ Cf. Artur Côrte-Real, *ob. cit.*, p. 19.

¹²² Cf. Francisco Pato de Macedo, “O Mosteiro Velho de Santa Clara”, *Monumentos*, n.º 18, Lisboa, 2003, p. 23.

¹²³ Cf. Artur Côrte-Real e Francisco Pato de Macedo, “Le Cloître de Sainte-Claire-l’Ancienne de Coimbra”, *Revue de l’Art*, n.º 133, 2001-3, Paris, p. 21.

Em 1989, foram iniciados trabalhos de valorização do conjunto monástico que deverão estar concluídos em 2008¹²⁴.

3.2.2 – Descrição do Mosteiro

O Mosteiro localiza-se fora da muralha citadina, para poente, na margem esquerda do rio, em local onde já existiam os conventos de S. Francisco e de Santa Ana. A presença franciscana em Coimbra datava do início do séc. XIII¹²⁵.

Na primeira fundação, foram construídos “a igreja, o claustro, grande parte do dormitório e algumas oficinas”¹²⁶.

A segunda fundação integrou estes edifícios, desenvolvendo-se para norte, próximo da ponte que ligava à cidade¹²⁷. O Mosteiro passou a organizar-se em torno de dois claustros¹²⁸; “apesar de terem dimensões semelhantes, eram diferentes em dignidade, sendo o mais grandioso contíguo à igreja”¹²⁹.

Hoje, são visíveis a igreja, a base das galerias do claustro principal e parte dos corpos nascente e sul.

Planta

A igreja formava, em conjunto com a portaria, o lado norte do claustro e tem o seguinte programa arquitectónico:

- corpo longitudinal orientado a nascente;
- cabeceira escalonada, formada pela capela-mor, com fecho em 5/8 do polígono, e por um absidíolo de cada lado, com fecho poligonal pelo lado interior e rectangular pelo exterior; as capelas são intercomunicantes; a largura total da capela-mor e dos absidíolos é igual à do corpo das naves;
- corpo longitudinal com sete tramos, tripartido, correspondendo três tramos à “igreja pública” e os restantes ao coro; a nave central é mais estreita junto à cabeceira e mais larga junto ao coro; verifica-se o aumento da espessura das paredes junto à entrada para a “igreja pública”, através dos contrafortes; encontra-se igual alargamento da espessura da parede junto ao

¹²⁴ No âmbito da operação de requalificação do Mosteiro, foi construída uma cortina de contenção hidráulica periférica para permitir a realização de escavações arqueológicas em ambiente seco. Para além das escavações, serão ainda promovidos trabalhos de conservação e restauro das ruínas (igreja e claustro), a construção de um edifício (serviços da tutela, núcleo museológico/centro interpretativo, auditório, loja, laboratórios) e projectos paisagísticos. Cf. Artur Côte-Real, “Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Contemporaneidade e Passado...”, *Património/Estudos*, n.º 8, Lisboa, 2005, p. 51. O projecto de arquitectura é da responsabilidade dos arquitectos Alexandre Alves Costa, Luís Urbano e Sergio Fernandez.

¹²⁵ Segundo Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, Livro II, p. 260, em 1220 o Convento de S. Francisco já “tinha comodidade para receber noviços”.

¹²⁶ Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, II Parte, Livro VI, p. 23.

¹²⁷ Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 22, descreve assim a compatibilização da nova fundação com os edifícios pré-existentes: “quando o ampliou a dita Rainha Santa foi enfiando um com outro, os edifícios ambos, e fez casa do capítulo na Igreja, que agora se obrou”.

¹²⁸ A construção do claustro principal é posterior à da igreja e do dormitório; está comprovada a existência de outras construções para sul, nascente e poente deste claustro principal, através de sondagens arqueológicas. Cf. Artur Côte-Real e Francisco Pato de Macedo, *ob. cit.*, pp. 21-22.

¹²⁹ Descrição do séc. XVI, feita pelo padre jesuíta Pedro João Perpilhão, citado por Artur Côte-Real e Francisco Pato de Macedo, *ob. cit.*, p. 22.

- acesso ao claustro, com o vão ladeado por contrafortes, pela torre sineira e por pequeno compartimento; roda na parede divisória entre a “igreja pública” e o coro;
- coro de grande profundidade, com porta lateral de comunicação com o claustro e, no lado poente, com a portaria e os dormitórios¹³⁰;
 - iluminação natural feita por janelas maineladas rasgadas nos alçados longitudinais e por três rosáceas¹³¹;
 - cobertura em abóbada na cabeceira e no corpo longitudinal¹³²;
 - acesso lateral à “igreja pública”, no centro desta, pelo alçado norte do corpo longitudinal.

O **claustro** desenvolve-se a sul do corpo da igreja, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta trapezoidal, com dimensões iguais nas galerias norte e sul; lavabo adossado à galeria do lado nascente¹³³, em frente à porta do refeitório, mas não a eixo¹³⁴;
- cobertura das galerias e do lavabo com abóbadas¹³⁵;
- fonte de grandes dimensões, no centro do pátio.

A sala do **Capítulo** localizava-se, segundo alguns autores, no corpo sul do claustro. Trata-se de uma sala de área exígua, manifestamente pequena para a dimensão da comunidade religiosa, sobretudo quando comparada com as áreas do coro e das salas que são identificadas como sendo o refeitório e o dormitório.

O **refeitório**, sala rectangular de grandes dimensões, localizar-se-ia no corpo nascente; o corpo poente seria formado pelo **dormitório**, que comunicava com o coro das monjas.

Segundo António de Vasconcelos, “os edifícios foram acrescentados com andares superiores, as capelas que havia pelo claustro passaram para os terraços que se estendiam sobre os arcos e abóbadas; o claustro não pôde ser aproveitado e ficou como enorme tanque, entulhado de lodo e água”¹³⁶.

Alçados

A igreja é um corpo único, destacando-se somente a cabeceira, de altura reduzida. É visível do exterior a existência de três naves¹³⁷. Mário Tavares Chicó refere a harmonia entre as aberturas e os alçados laterais da igreja e o desequilíbrio da cabeceira, demasiado baixa¹³⁸.

¹³⁰ No piso inferior, foram construídas paredes de contenção delimitando espaços onde foram realizados enterramentos. O piso intermédio, feito no séc. XVII, foi demolido em 1933, permanecendo os arcos. Cf. Francisco Pato de Macedo, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Sécs. XIII e XIV*, Coimbra, 1988, p. 33 (polic.).

¹³¹ Na interpretação de António de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 163, a rosácea do lado sul terá sido aberta quando se fez o pavimento sobreelevado, para o iluminar.

¹³² A cobertura da cabeceira encontra-se quase completamente destruída.

¹³³ A “casa formosíssima sobre colunas, e arcos” descrita por Frei Manuel da Esperança (*ob. cit.*, p. 35).

¹³⁴ Esta ausência de axialidade pode dever-se à construção posterior da arcaria e do lavabo, relativamente ao refeitório. Cf. Artur Côte-Real e Francisco Pato de Macedo, *ob. cit.*, p. 25.

¹³⁵ Segundo descrição feita por Francisco Pato de Macedo, “O Mosteiro Velho de Santa Clara”, *Monumentos*, n.º 18, *ob. cit.*, pp. 19-20, com base nos vestígios arqueológicos encontrados.

¹³⁶ Cf. António de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 181.

¹³⁷ Anteriormente, a cobertura da igreja era feita com telhado de duas águas. Com a intervenção da DGEMN, passou a ter demarcadas as três naves, segundo elementos encontrados. Cf. Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves, *ob. cit.*

¹³⁸ Cf. Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 110.

Todos os alçados são marcados por contrafortes, que acentuam o ritmo das janelas. As paredes dos absidiolos e do corpo longitudinal são rematadas com uma cachorrada, onde assenta o beiral do telhado.

Aproximadamente a meio do alçado sul, destaca-se a torre sineira.

No alçado norte, o portal da “igreja pública” era protegido por um alpendre, de que restam alguns vestígios na parede.

As escavações arqueológicas puseram a descoberto os alçados do claustro até ao arranque das abóbadas¹³⁹; através dos vestígios encontrados, é possível saber que as galerias eram formadas por arcarias.

3.2.3 – Protecção legal

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910.

¹³⁹ Cf. Artur Côrte-Real, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Novos Dados para o Seu Conhecimento, Operação Arqueológica 1995-1999*, ob. cit., p. 178.

Elementos fotográficos

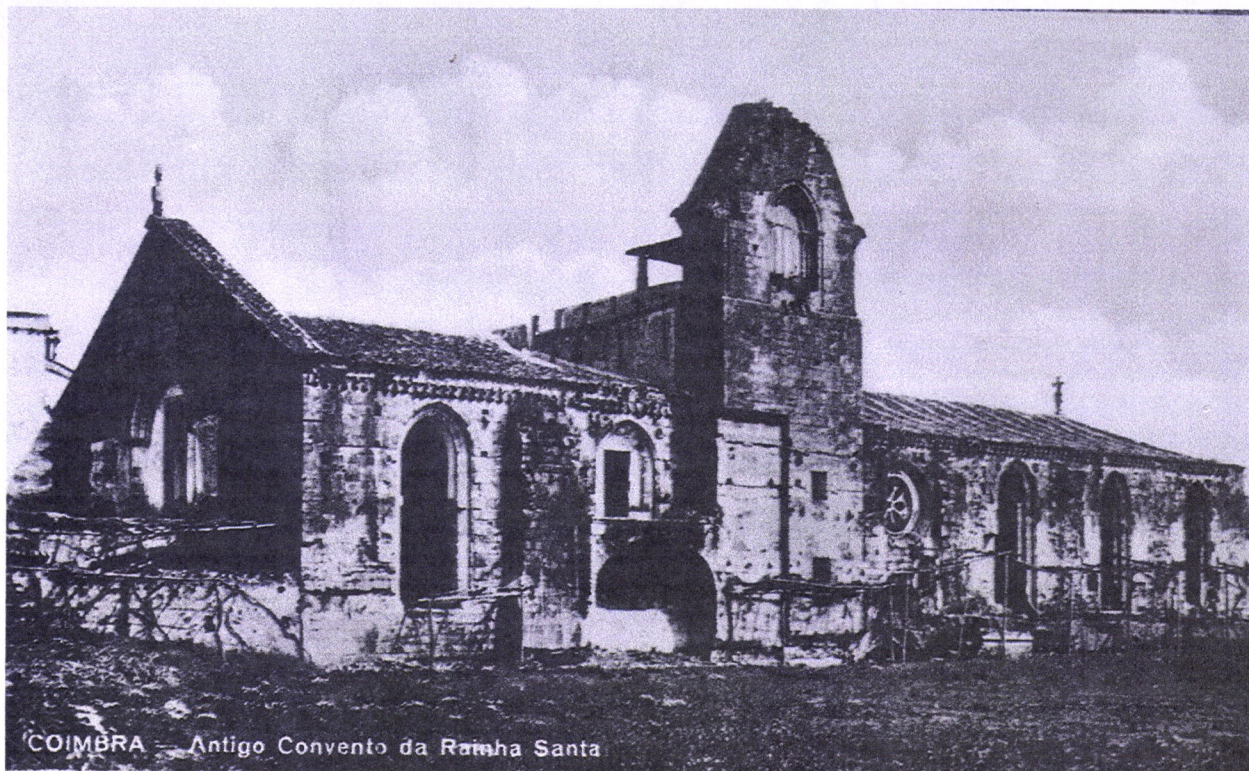


Fig. 3.23 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto do alçado sul, nas décadas de 1930 ou 1940* (Foto: DGEMN).

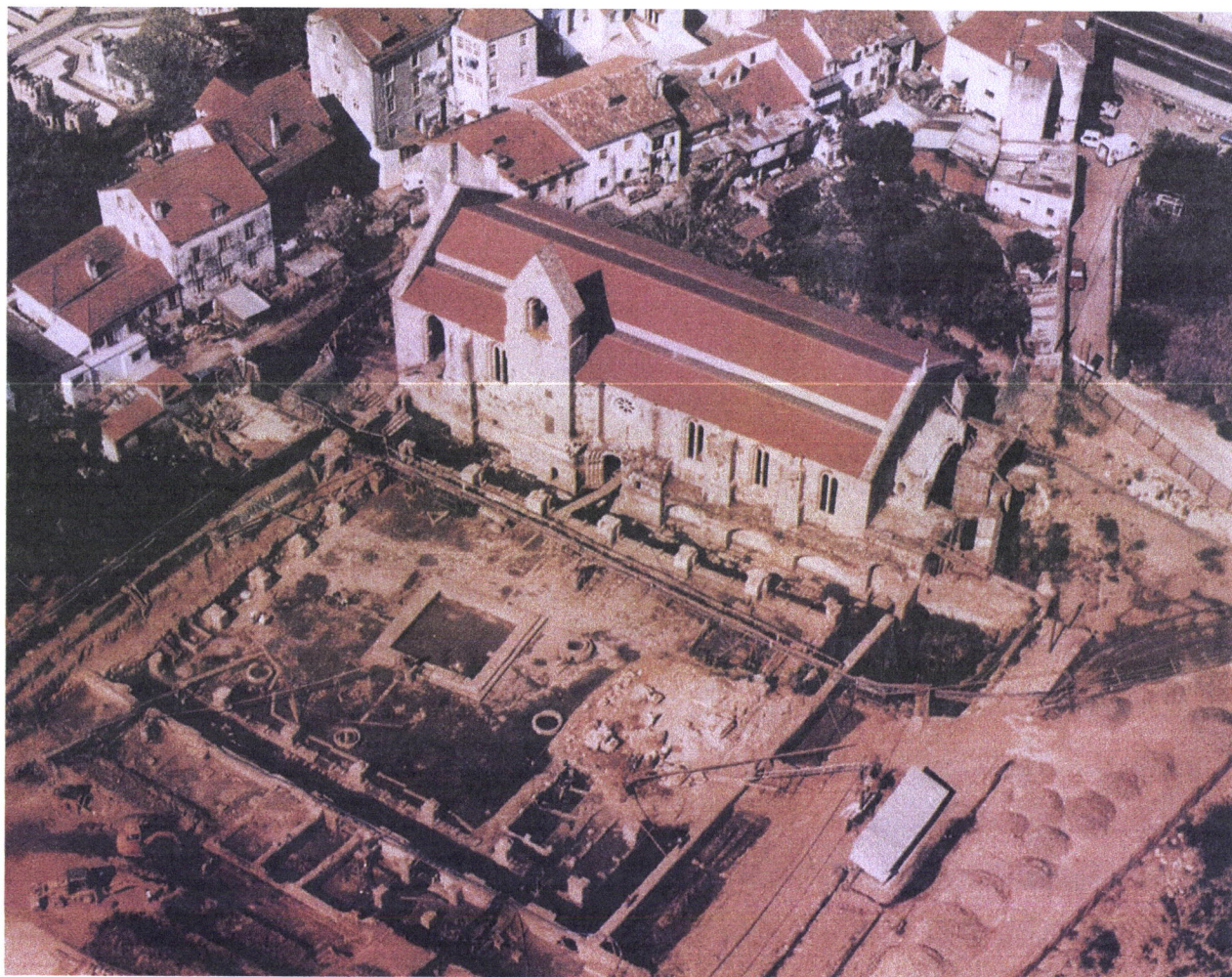


Fig. 3.24 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Vista aérea em 1998* (Foto: DGEMN).



Figs. 3.25 e 3.26 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. Vista geral do claustro, sendo visíveis as ruínas do refeitório e do lavabo, em primeiro plano, da fonte central e do corpo poente, mais afastado, e pormenor do lavabo.



Figs. 3.27 e 3.28 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. Vista do corpo sul, onde se localizaria a sala do Capítulo, e aspecto da entrada dessa sala.



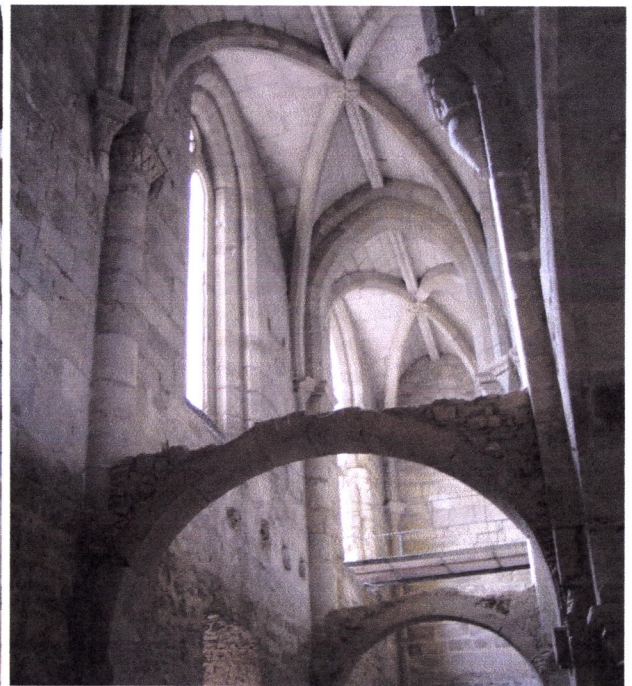
Fig. 3.29 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. Vista do alçado sul da igreja, sendo identificável, pela diferença de coloração dos materiais, o nível de assoreamento.



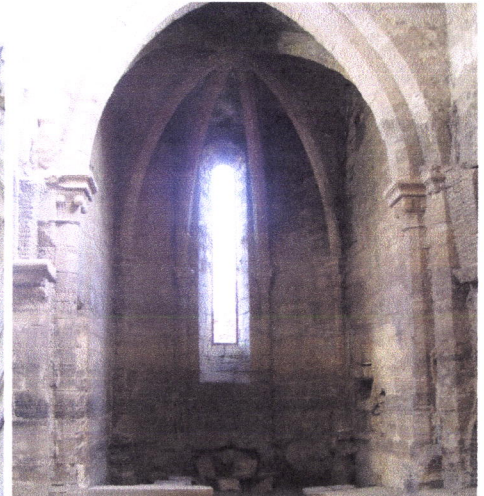
Figs. 3.30 e 3.31 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto do alçado norte, sendo visíveis o portal de entrada da “igreja pública” e os contrafortes no mesmo alçado.*



Figs. 3.32 e 3.33 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto exterior do alçado nascente, com ruína da cabeceira, e alçado poente.*



Figs. 3.34 e 3.35 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos do interior do corpo longitudinal.*



Figs. 3.36 e 3.37 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Cobertura do tramo recto da capela-mor e absidíolo.*



Figs. 3.38 e 3.39 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Localização da antiga roda e pequeno compartimento junto à entrada do coro.*

Elementos gráficos

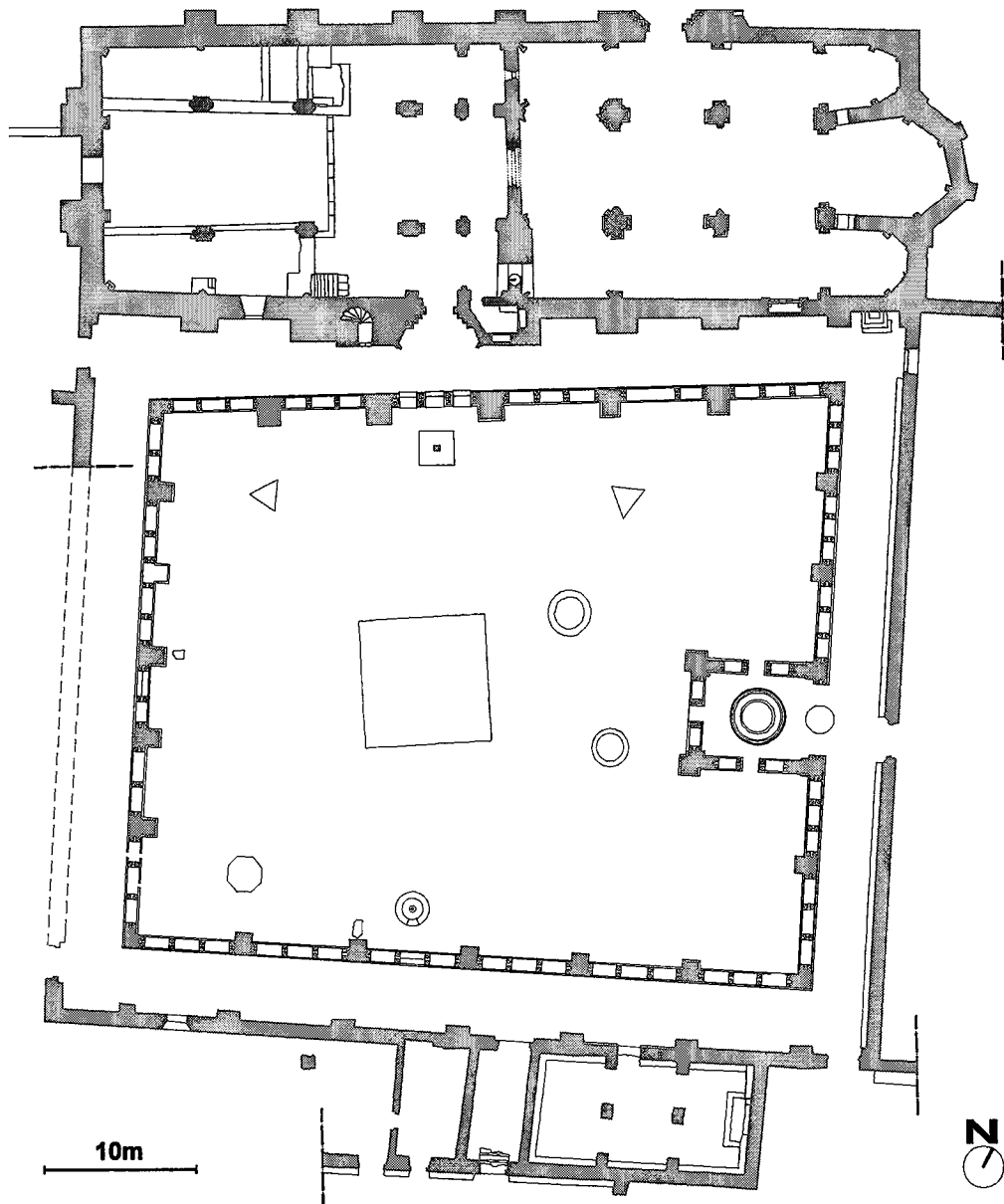


Fig. 3.40 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Planta actual da igreja e dos vestígios arqueológicos do claustro e das dependências regulares* (Desenho: IPPAR; redesenhado por T. Duarte).

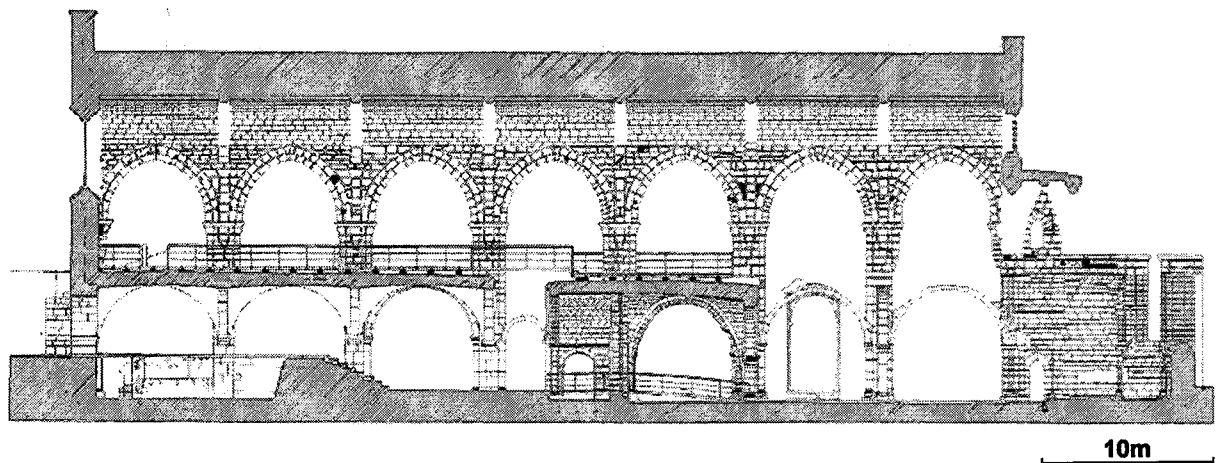


Fig. 3.41 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Corte longitudinal da igreja* (Desenho: Património/Estudos, n.º 8, ob. cit., p. 59).

3.3 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara

3.3.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1318, por D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e por sua mulher, D. Tareja Martins de Meneses¹⁴⁰, o edifício só viria a ser concluído pelo seu filho D. João Afonso. Para a construção, foi escolhido o local onde se erguia o Paço Real¹⁴¹. O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde “foi sempre um viveiro da nobreza feminina das províncias do norte de Portugal”¹⁴².

No primeiro quartel do séc. XVI, foram promovidas obras de alteração; no entanto, os trabalhos de maior envergadura foram os realizados no final do séc. XVII e início do seguinte: o vasto aqueduto de abastecimento de água à comunidade e, relativamente às dependências regulares, o edifício que hoje conhecemos, com o alçado monumental a dominar a colina (obra que ficou incompleta).

O Mosteiro encerrou em 1893, após a morte da última freira. A partir de 1902, as dependências regulares foram adaptadas para instalação de organizações de reinserção social, ocupação que mantém até hoje.

Na década de trinta do séc. XX, aquando da realização de obras promovidas pela DGEMN, havia construções arruinadas adossadas à igreja, que foram demolidas, de modo a realçar o seu volume. Nessa altura, a igreja foi objecto de trabalhos de “reintegração” que pretenderam repô-la na sua configuração primitiva. Das dependências regulares do Mosteiro trecentista, nada resta.

3.3.2 – Descrição do Mosteiro

Relativamente à localização do conjunto monástico, é de salientar a sua posição destacada sobre o aglomerado e sobre a foz do rio Ave. Esta localização elevada terá originado a dificuldade de abastecimento de água, o que levou as religiosas, no final do séc. XVII, a construírem um grandioso aqueduto.

Sobre as dependências monásticas, sabemos que se organizavam em torno de um claustro, de que hoje só resta a arcaria, remontada, possivelmente com configuração diferente da original. No corpo norte, localizam-se a igreja e a sala do Capítulo. A igreja está situada em cota mais elevada do que o claustro.

Planta

A igreja formava o lado norte do claustro e tem o seguinte programa arquitectónico:

– traçado cruciforme, orientado a nascente;

¹⁴⁰ Monsenhor J. Augusto Ferreira, *Vila do Conde e o Seu Alfoz – Origens e Monumentos*, Porto, 1923, p. 15, levanta a hipótese de D. Afonso Sanches ter fundado este Mosteiro por imitação da rainha, que fundara um mosteiro para a mesma ordem religiosa em Coimbra, alimentando uma rivalidade entre ambos, ou por “devoção e simpatia para com a Ordem dos Menores”.

¹⁴¹ Onde os infantes costumavam pernoitar quando se deslocavam a Vila do Conde ou nas passagens para Santiago de Compostela. Cf. Joaquim Pacheco Neves, *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde – Pequena Crónica de um Grande Mosteiro*, 1982, p. 167.

¹⁴² Cf. Boletim DGEMN, n.º 14, *Santa Clara de Vila do Conde*, Lisboa, 1938, p. 8.

- cabeceira escalonada, formada pela capela-mor, com fecho em 5/8 do polígono, e por um absidiolo de cada lado, com fecho em 4/6 do polígono¹⁴³; os absidiolos estão unidos à capela-mor por parede muito espessa;
- transepto profundo;
- corpo longitudinal de nave única;
- coros baixo e alto sobrepostos, com profundidade que ocupa 2/3 do comprimento total do corpo da nave;
- iluminação natural:
 - cabeceira, por janelas na capela-mor e frestas nos absidiolos;
 - transepto, por janelas altas nas testeiras;
 - “igreja pública”, por janelas;
 - coro alto, por rosácea no alçado poente e por janelas e fresta nos alçados norte e sul;
- coberturas:
 - cabeceira e capela dos fundadores em abóbada;
 - transepto e nave em abóbada forrada com caixotões;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave;

Por vontade expressa pelos seus fundadores, a igreja teve uma galilé onde estes queriam ser sepultados, para não o serem na igreja, local que entendiam ser destinado a homens santos¹⁴⁴. A galilé, formada por “quatro paredes muito altas com duas portas abertas, uma para o norte e outra para a mesma igreja”¹⁴⁵, ruiu no início do século XVI¹⁴⁶ devido ao abandono a que foi votada. Nesta altura, e no mesmo local, foi construída a Capela da Conceição, que viria a acolher os túmulos de D. Afonso Sanches, sua mulher e filhos, e que mais tarde passou a ser designada por “Capela dos Fundadores”.

Adossada à nave, pelo lado sul, junto ao coro das monjas, localiza-se a torre sineira, de planta quadrada.

Não há vestígio da sacristia original. Há referência à construção de uma sacristia, seiscentista, junto à abside, do lado norte¹⁴⁷.

Encostada à parede sul da igreja, localiza-se a sala do **Capítulo**, identificada como tendo a localização original¹⁴⁸. A presença de uma janela cortada em altura denuncia não ser verdadeira esta afirmação.

O antigo **claustro**, cuja configuração original não é conhecida, remontado a sul da igreja aquando da intervenção realizada no séc. XX, tem o seguinte programa arquitectónico:

¹⁴³ Este é um dos tipos referidos por Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 91, na caracterização das cabeceiras do segundo terço do séc. XIII na arquitectura gótica mendicante em Portugal: “capela-mor de abside de três panos precedida de um tramo rectangular; ladeada de capelas com absides de dois panos”.

¹⁴⁴ Cf. Frei Manuel da Esperança, citado em Boletim DGEMN, *ob. cit.*, pp. 11 e 12.

¹⁴⁵ Cf. Frei Manuel da Esperança, citado em Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 12.

¹⁴⁶ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, pp. 12 e 13.

¹⁴⁷ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 30.

¹⁴⁸ Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 30.

- planta trapezoidal;
- fonte central, do séc. XVIII.

Alçados

Mário Tavares Chicó descreve esta igreja como tendo um “aspecto sólido e pesado [...] em que as três capelas da cabeceira [...] quase atingem a platibanda [...] do cruzeiro”¹⁴⁹. Todo o conjunto é coroado por merlões pontiagudos, como as igrejas fortificadas¹⁵⁰.

A cabeceira, bem como o braço norte do transepto e a Capela dos Fundadores são reforçados por contrafortes escalonados de secção rectangular. No alçado poente, também amparado por contrafortes de igual desenho, abre-se uma rosácea. Adossada à nave, pelo lado sul, localiza-se a torre sineira, coroada por merlões.

Os alçados do claustro são formados por um parapeito corrido onde assenta a arcaria.

3.3.3 – Protecção legal

A Igreja de Santa Clara foi classificada como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910.

¹⁴⁹ Cf. Mário Tavares Chicó, *ob. cit.*, p. 111.

¹⁵⁰ Cf. Mário Tavares Chicó, *ob. cit.*, p. 109.

Elementos fotográficos



Fig. 3.42 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. A igreja e as dependências regulares setecentistas, vistas de sul.



Figs. 3.43 e 3.44 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. Aspectos dos alçados norte e sul.



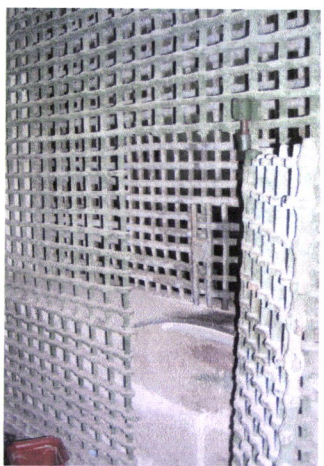
Figs. 3.45 e 3.46 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. Cabeceira e transepto da igreja e aspecto do antigo claustro, vendo-se a arcaria do lado nascente, a torre sineira e a fonte.



Figs. 3.47 e 3.48 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos do interior da igreja.*



Figs. 3.49 a 3.51 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto dos coros baixo e alto e escada posterior de comunicação entre os coros.*



Figs. 3.52 a 3.54 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Pormenor da portinhola da grade dupla do coro baixo, cobertura da Capela dos Fundadores e entrada da sala do Capítulo.*

Elementos gráficos

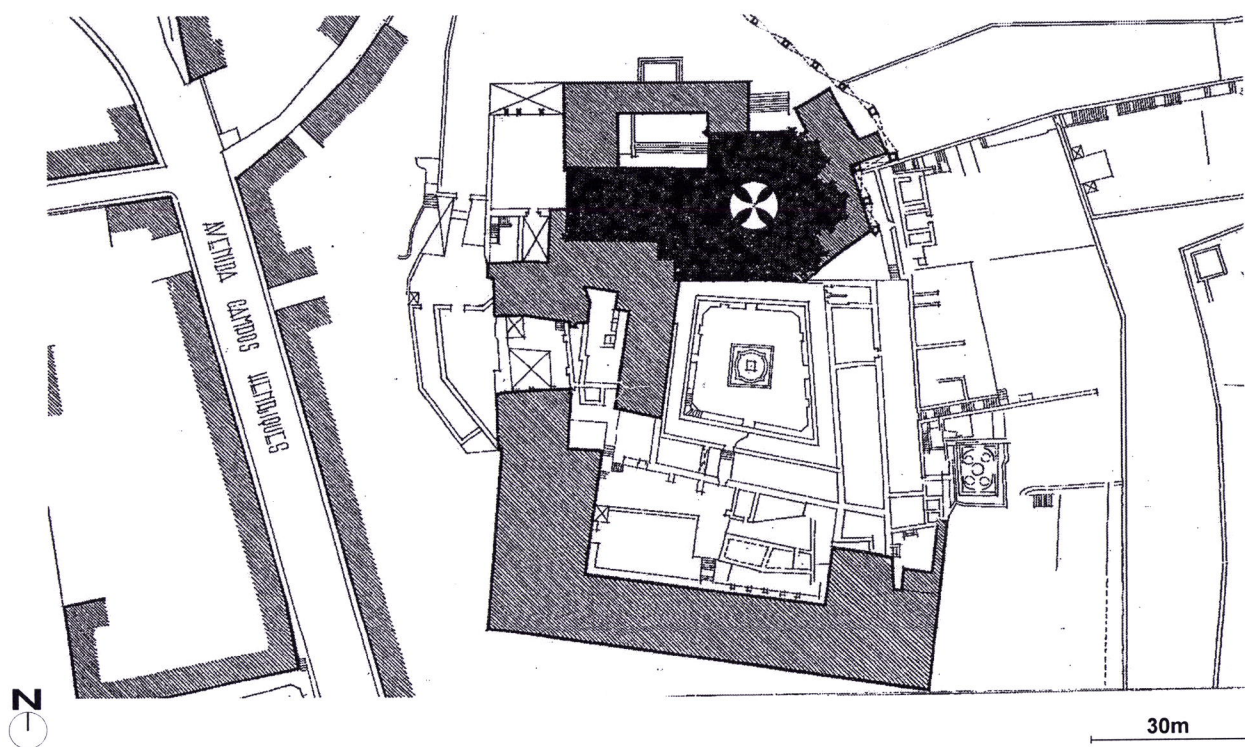


Fig. 3.55 – Vila do Conde. *Planta parcial com localização do Mosteiro de Santa Clara, antes dos trabalhos realizados pela DGEMN na década de 1930 (Desenho: DGEMN).*

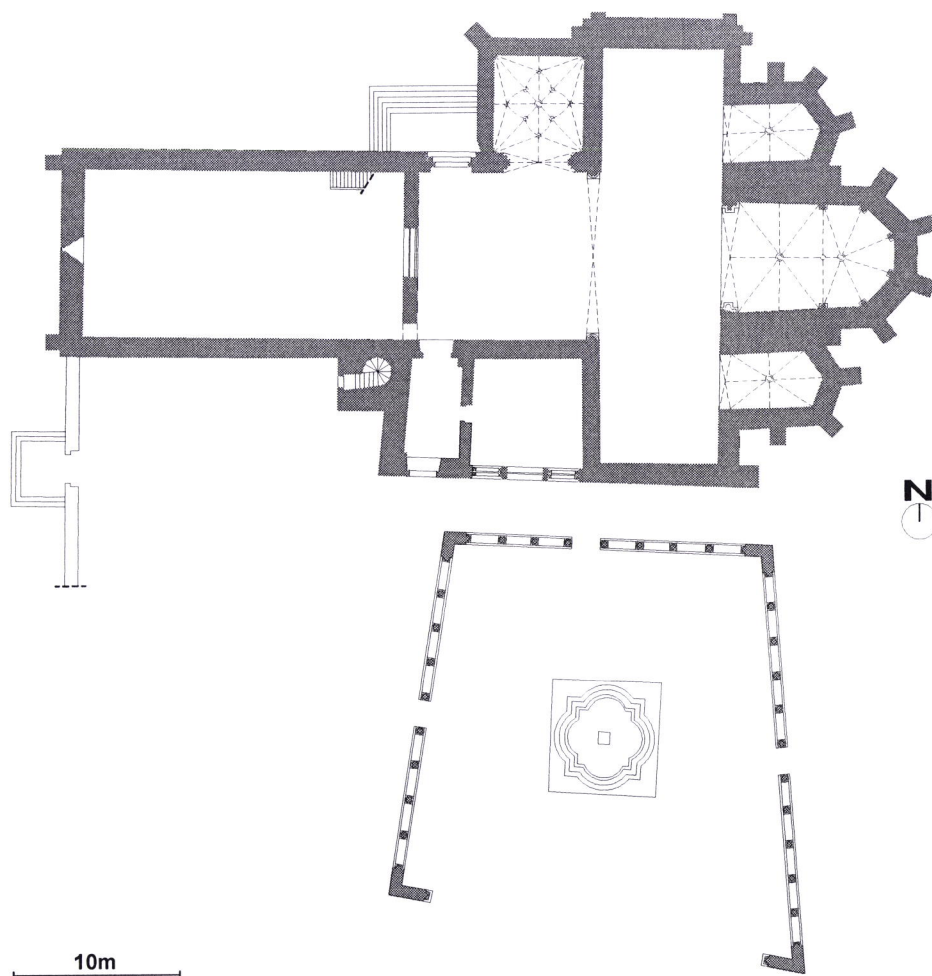


Fig. 3.56 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Planta actual da igreja e do claustro (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).*

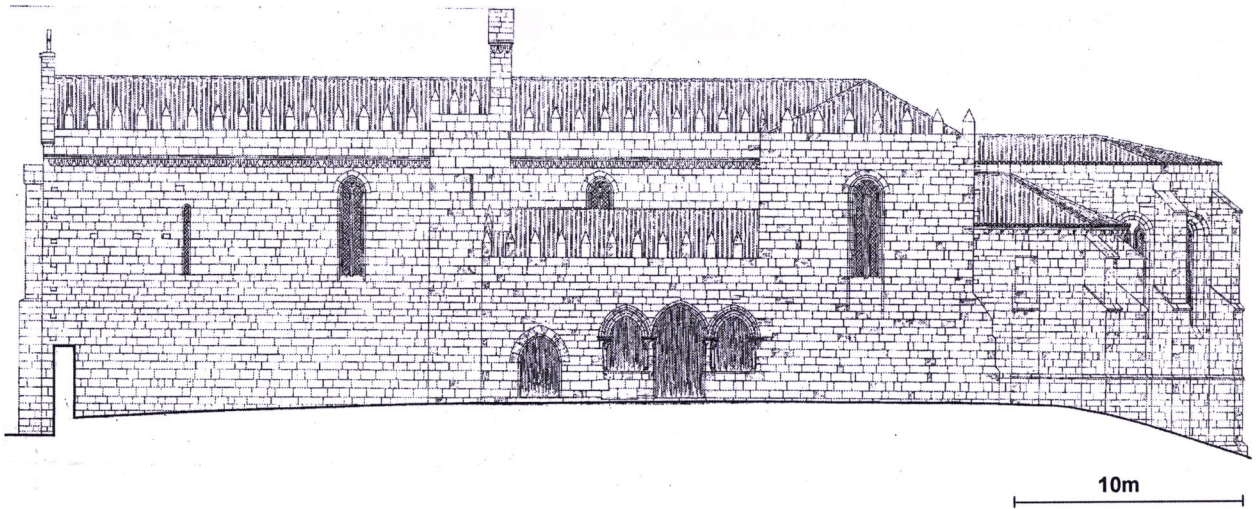


Fig. 3.57 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul da igreja* (Desenho: DGEMN).

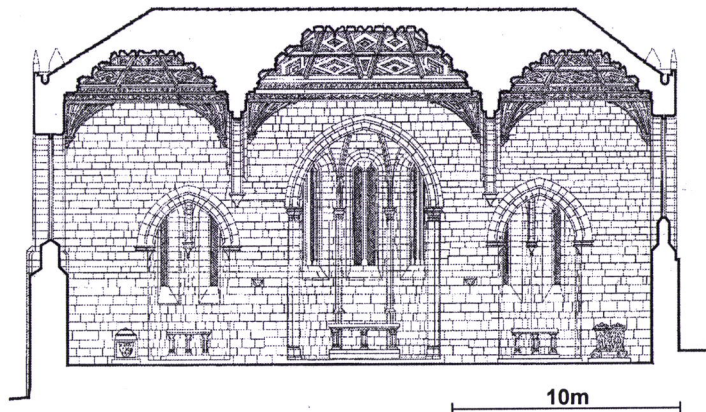


Fig. 3.58 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Corte transversal da igreja* (Desenho: DGEMN).

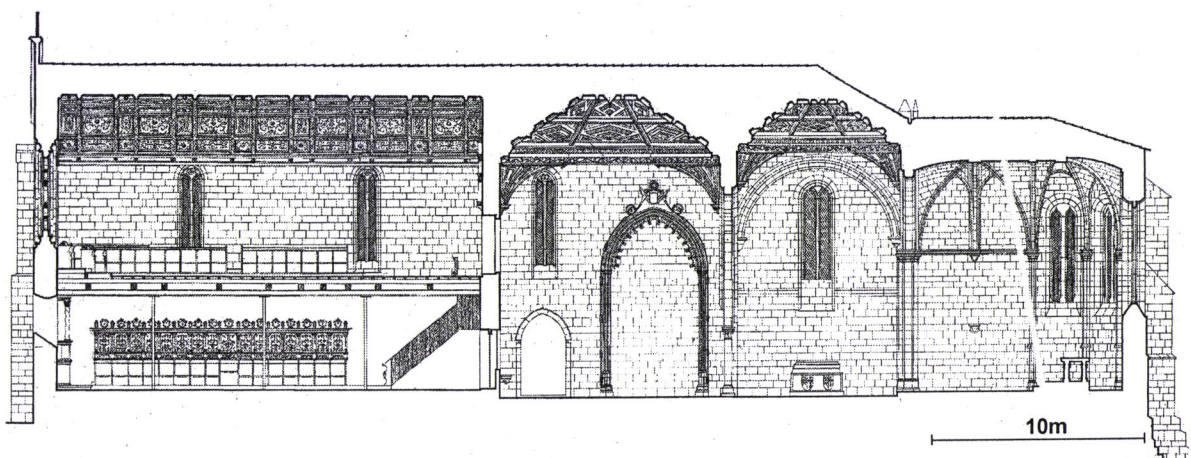


Fig. 3.59 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Corte longitudinal da igreja* (Desenho: DGEMN).

3.4 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara

3.4.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1370 ou 1376, pela rainha D. Leonor Teles¹⁵¹, no terreno onde já existia o palácio do rei D. Fernando. A igreja ficou concluída em 1389¹⁵². A Ordem de Santa Clara teria sido a segunda Ordem Religiosa a instalar-se em Portalegre. Em 1275, estabeleceram-se os Franciscanos; no início do séc. XVI, as monjas cistercienses; no final do séc. XVII, instalaram-se os Agostinhos, sendo esta a última Ordem a estabelecer-se na cidade.

O Mosteiro foi objecto de várias intervenções: nos séculos XV e XVI (alterações no piso térreo do claustro e em algumas dependências e construção do sobreclaustro), na primeira metade do séc. XVIII e no final do mesmo século¹⁵³; provavelmente já no séc. XX, foi demolido parte do corpo noroeste, que formava a frente para a Rua de Elvas.

Com a extinção das ordens religiosas, e depois da morte da última freira, o edifício alojou algumas instituições de caridade. Mais tarde, foram instalados serviços públicos e associações¹⁵⁴. Após trabalhos de recuperação e de ampliação, realizados pela DGEMN na década de 1990, instalaram-se nele a Biblioteca Municipal e o Grupo de Teatro de Portalegre (nave da igreja e anexos adjacentes).

3.4.2 – Descrição do Mosteiro

Situado entre arruamentos, o Mosteiro foi construído em terreno com inclinação suave de nordeste para sudoeste, no limite interior da muralha da cidade.

Planta

Da **igreja** primitiva, nada se conhece¹⁵⁵. A igreja actual, localizada a sul do conjunto monástico, tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a sudeste;
- cabeceira de planta rectangular;
- corpo longitudinal de uma nave;
- coros alto e baixo de planta rectangular e profundidade ligeiramente inferior à da “igreja pública”; em ambos os pisos, o acesso aos coros é feito lateralmente, por porta a que se acede por uma pequena divisão que ladeia o claustro no vértice oeste;
- iluminação natural:
 - janela no alçado sudoeste;

¹⁵¹ Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre*, Disco III, Lisboa, 2000. Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, p. 323, a data de fundação é 1370 e em 1377 ainda não estaria construído.

¹⁵² Cf. Luís Keil, *ob. cit.*

¹⁵³ Cf. Luís Keil, *ob. cit.*

¹⁵⁴ Foram instalados os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Portalegre, a associação cultural «O Semeador», uma dependência da Biblioteca Gulbenkian e ainda parte do Arquivo Municipal. Cf. José António Sousa Macedo, “Caso Prático de Intervenção num Edifício Classificado”, *Monumentos*, n.º 2, Lisboa, 1995, p. 85, e *Inventário do Património Arquitectónico*, <http://www.monumentos.pt>, 6 de Novembro de 2003.

¹⁵⁵ Cf. Luís Keil, *ob. cit.*

- óculo sobre o arco triunfal;
- coberturas:
 - cabeceira em abóbada;
 - nave com tecto de masseira;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado sudoeste da nave.

A sul da igreja, localiza-se a torre sineira, de planta quadrada, que era também mirante.

O **claustro** desenvolve-se para norte da igreja e tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta quadrada;
- fonte central, construída no séc. XVIII;
- coberturas das galerias:
 - corpos sudoeste e sudeste com abóbadas;
 - corpos noroeste e nordeste com estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira;
- acesso ao sobreclaustro pelos corpos nordeste e sudoeste.

O corpo sudoeste é formado pela igreja, por um compartimento contíguo a esta¹⁵⁶, pelos antecoros e pela torre sineira.

No corpo sudeste, localiza-se a porta de acesso pela Rua de Santa Clara, local para onde foi deslocada a **portaria**, no séc. XVI; dá acesso a uma sala, dividida em dois compartimentos por uma parede com três vãos: um com vestígios de grade, um pequeno, que poderia ter a roda, e uma porta.

O corpo noroeste foi parcialmente demolido. Nele se localizaria a **cozinha**, já que há a descrição de aí haver uma chaminé¹⁵⁷. Esta seria ladeada pelo **refeitório**, localização que pode ser confirmada pelo lavabo, colocado junto à porta de acesso ao coro baixo. A fonte de mergulho, que actualmente se encontra no exterior, poderia estar associada a esta cozinha.

Alçados

A configuração exterior do Mosteiro encontra-se bastante alterada, devido à demolição do corpo noroeste, que formava a frente para a Rua de Elvas, e que hoje é um espaço público ajardinado, com a fonte de mergulho quinhentista reduzida a um cubo cujo alçado sudoeste tem dois arcos geminados, unidos por um mainel.

No alçado sudeste, sobre a Rua de Santa Clara, é identificável o corpo saliente da cabeceira da igreja.

As diversas demolições foram desmassificando o conjunto monástico. Os volumes mais marcantes são os da igreja e da torre sineira, esta com janelas de arco redondo guarnecidas com grilagem de tijolo; os restantes constituem pequenos volumes integrados na escala do casario envolvente.

¹⁵⁶ Não é conhecida a função original deste compartimento; em *Inventário do Património Arquitectónico*, ob. cit., é sugerido que nele se localizava o refeitório.

¹⁵⁷ Cf. *Inventário do Património Arquitectónico*, ob. cit.

As galerias do claustro têm alçados diferentes:

- os corpos nordeste e noroeste mantêm os alçados originais no piso térreo, com arcos quebrados ¹⁵⁸; o corpo nordeste está sobrepujado por uma galeria com arcos semicirculares e é rematado por um andar onde se rasgam oito janelas de vão rectangular; o corpo noroeste é rematado por um piso onde se abrem quatro janelas de vão rectangular;
- os corpos sudeste e sudoeste são formados por arcos redondos, intervalados por contrafortes; o corpo sudeste é rematado por um piso com cinco conjuntos de duas janelas de vão semicircular entre cada contraforte; o corpo sudoeste é rematado por um piso onde se rasgam cinco janelas de vão rectangular.

3.4.3 – Protecção legal

O claustro foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 8518, de 30 de Novembro de 1922. Mais tarde, o Mosteiro de Santa Clara recebeu a mesma classificação, pelo Decreto n.º 25523, de 20 de Junho de 1935.

¹⁵⁸ Cf. Luís Keil, *ob. cit.*

Elementos fotográficos



Fig. 3.60 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Claustro em 1950* (Foto: *Monumentos*, ob. cit.).



Figs. 3.61 e 3.62 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto do alçado sudeste, sobre a Rua de Santa Clara, vendo-se a entrada da portaria, e alçado sudoeste da igreja.*



Figs. 3.63 e 3.64 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. Entrada da “igreja pública”, no alçado sudoeste, e fonte de mergulho, junto à Rua de Elvas.



Figs. 3.65 e 3.66 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. Avanço da cabeceira da igreja, a sudeste, sobre a Rua de Santa Clara, e pormenor.



Figs. 3.67 e 3.68 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Corpos nordeste e noroeste.*



Figs. 3.69 e 3.70 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Arcos quebrados originais das galerias do piso térreo dos corpos nordeste e noroeste, vistos pelos lados exterior e interior.*



Figs. 3.71 e 3.72 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Corpos sudeste e sudoeste.*



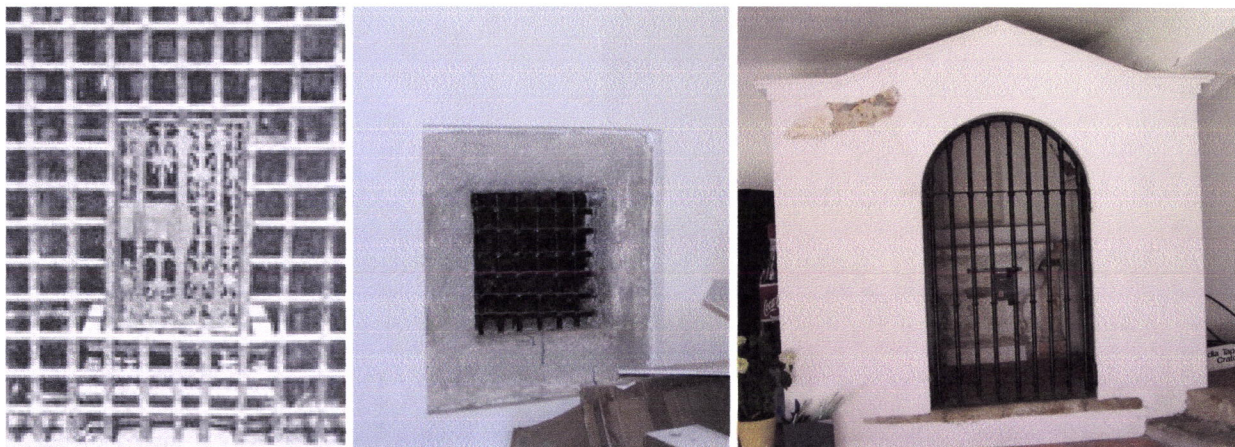
Figs. 3.73 e 3.74 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Galerias do piso térreo cobertas por abóbadas e por estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira.*



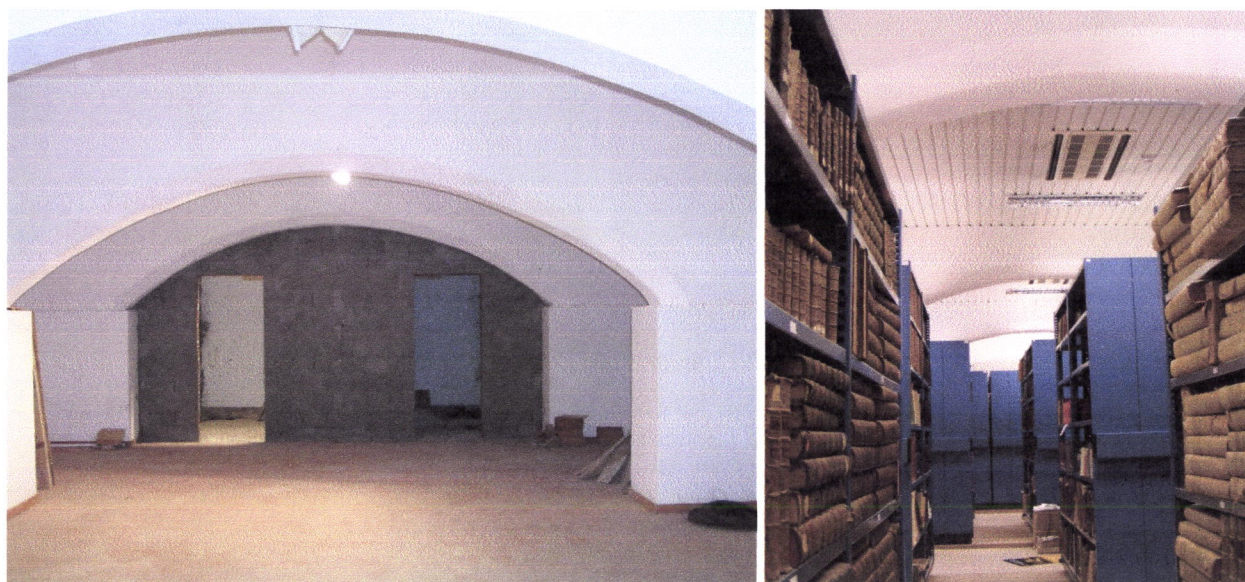
Figs. 3.75 e 3.76 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. Aspectos do interior da igreja.



Figs. 3.77 e 3.78 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. Coro baixo e grade do coro alto.



Figs. 3.79 a 3.81 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Pormenor da antiga portinhola da grade do coro baixo, desaparecida (Foto: Inventário Artístico de Portugal, ob. cit.), vão com grade situado no compartimento na base da torre sineira e capela setecentista na galeria do corpo noroeste.*



Figs. 3.82 e 3.83 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos do compartimento contíguo à igreja.*



Figs. 3.84 e 3.85 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Lavatório de parede no acesso ao coro baixo e parede divisória na portaria, com vestígios de encaixe de grade.*

Elementos gráficos

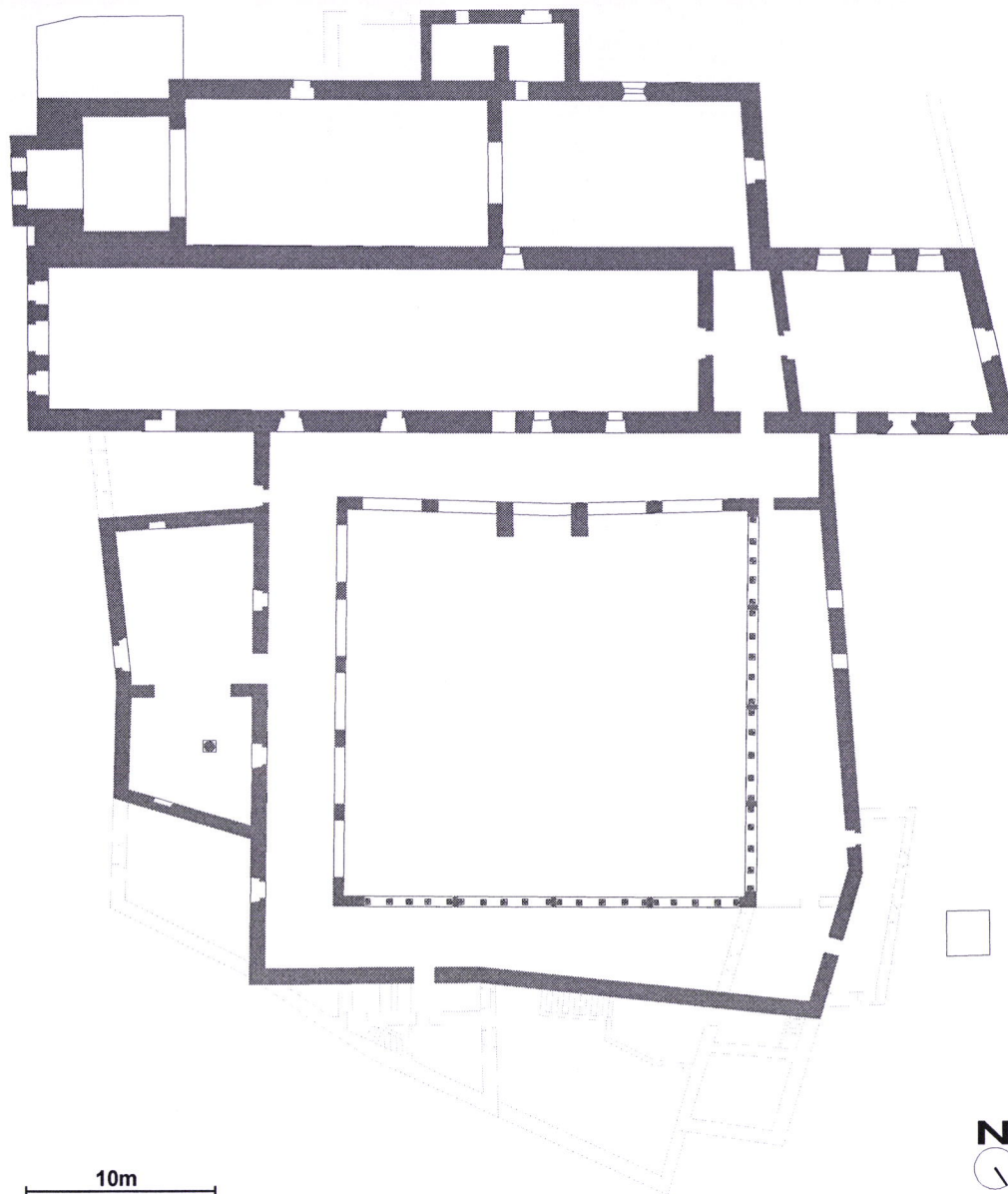


Fig. 3.86 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Planta actual do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

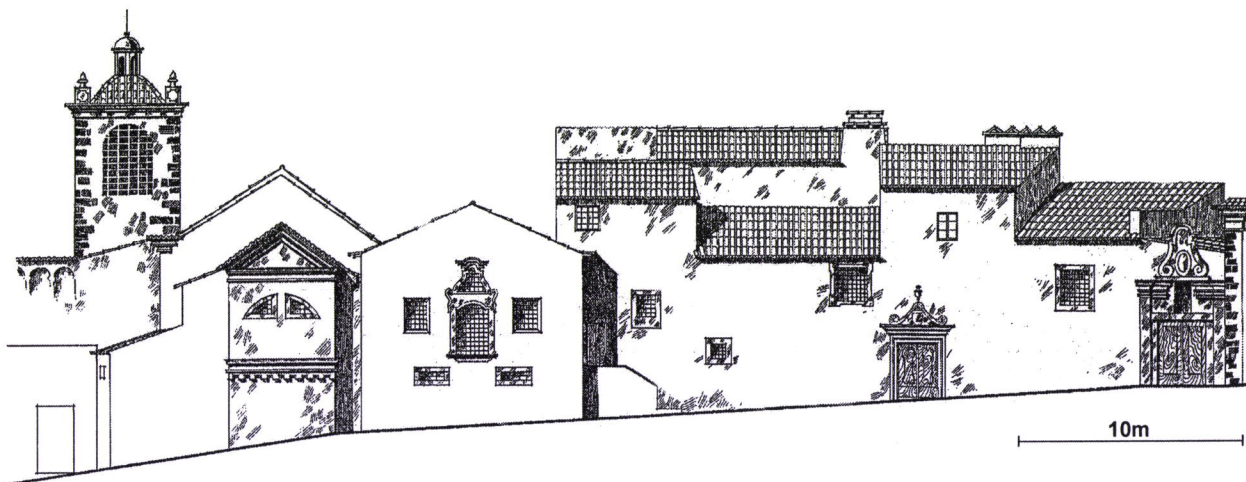


Fig. 3.87 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sudeste, sobre a Rua de Santa Clara* (Desenho: DGEMN).

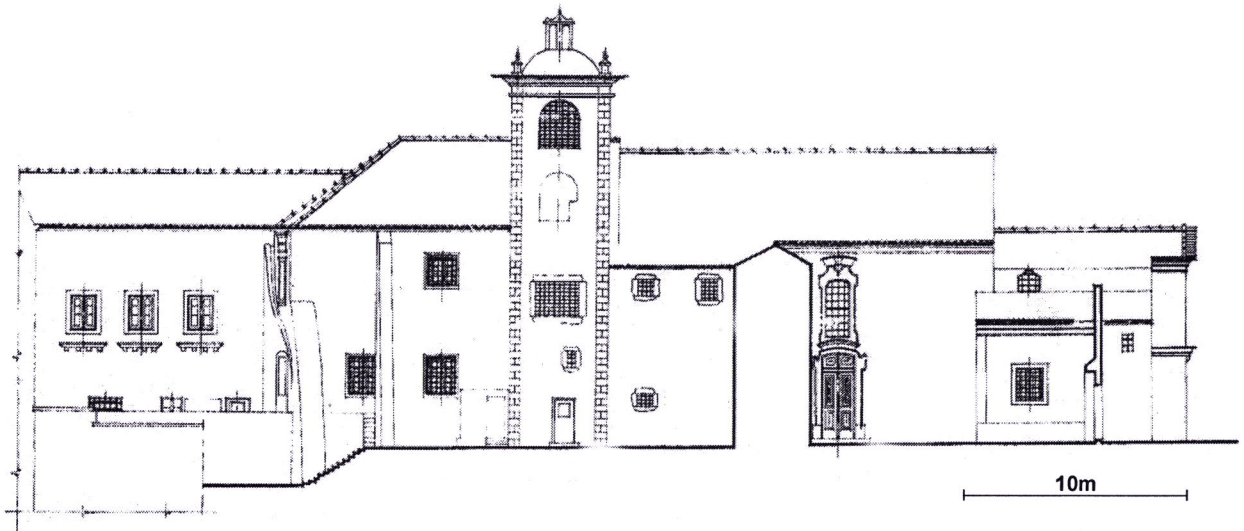


Fig. 3.88 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sudoeste* (Desenho: DGEMN).

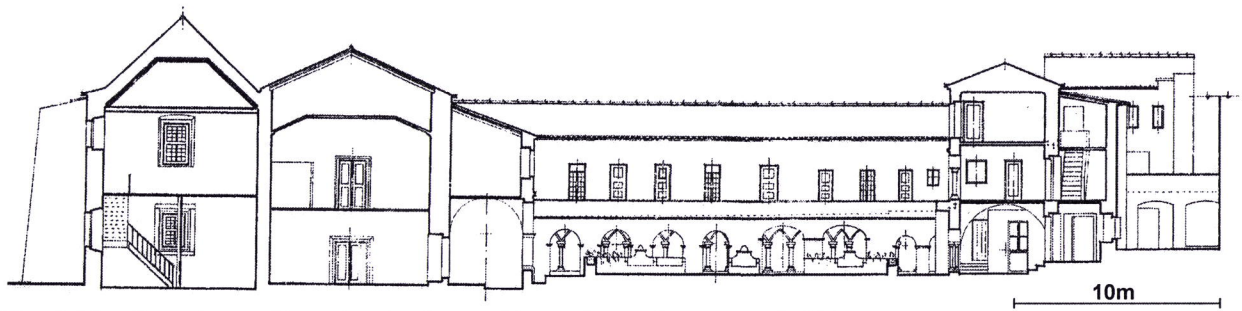


Fig. 3.89 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Corte* (Desenho: DGEMN).

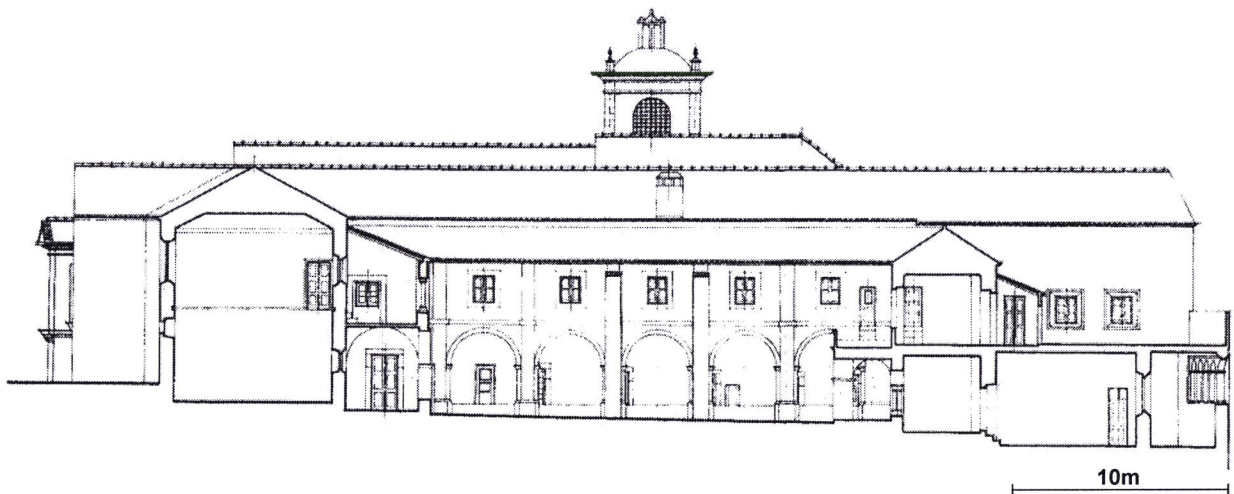


Fig. 3.90 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Corte* (Desenho: DGEMN).

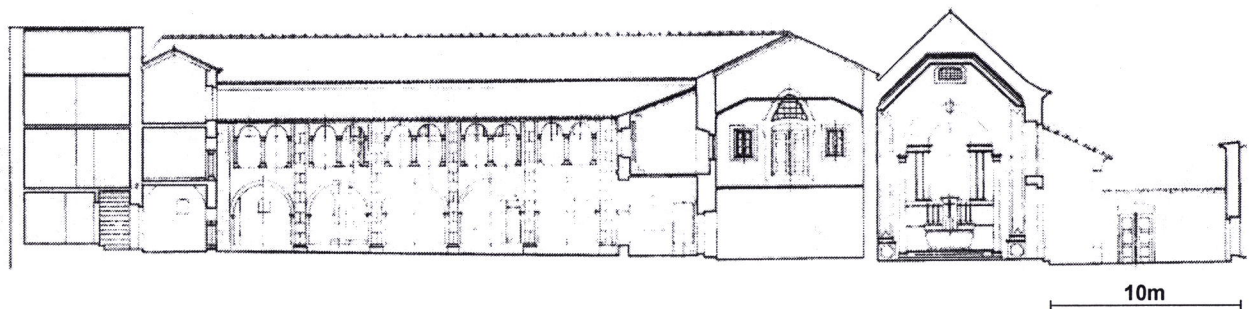


Fig. 3.91 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. *Corte* (Desenho: DGEMN).

3.5 – Porto: Mosteiro de Santa Clara

3.5.1 – Enquadramento histórico

A comunidade religiosa já existia desde 1258, instalada numa localidade então designada Entre Ambos-os-Rios; em 1427, foi transferida para este novo edifício na cidade do Porto¹⁵⁹, construído com o padroado de D. João I¹⁶⁰. Os Franciscanos já tinham fundado um convento na cidade, em 1233¹⁶¹.

Não só as dependências regulares, mas sobretudo a igreja, tiveram muitas alterações nos séculos XVII e XVIII. Na sequência da secularização oitocentista, o conjunto arquitectónico monástico entrou em processo de ruína, altura em que foi ocupado por um estabelecimento prisional¹⁶²; mais recentemente, instalou-se nele a Polícia de Segurança Pública¹⁶³. Em meados do século XX, a DGEMN realizou obras de recuperação da igreja e, já no final do século, em parte das dependências regulares.

3.5.2 – Descrição do Mosteiro

O Mosteiro foi construído em terreno de cota elevada, dentro da cidade medieval e encostado à face interior da muralha fernandina.

Segundo uma descrição de 1796, era constituído por igreja, coros, sacristia, dois claustros, dormitórios, cozinha, celeiro e oficinas, datando todos do tempo da fundação; nessa data, tudo estava em ruína e era muito pequeno. Mais tarde, foram feitos novos dormitórios. O Mosteiro tinha dois claustros, “um em que se sepultam as religiosas, que falecem, e outro em que se acham muitas casinhas térreas, que servem de cozinhas particulares, por ser pequena a da comunidade, e não poderem todas as religiosas cozinhar nela”¹⁶⁴. A mesma descrição refere ainda a existência de um hospício, localizado no extremo de um dos dormitórios.

O conjunto de edificações que chegou aos nossos dias é formado pela igreja e por um claustro, a poente, e por construções que confinam entre si, em torno de espaços abertos sem características de pátios.

A igreja encontra-se envolvida por construções; uma delas, fronteira ao seu alçado principal, a norte, esconde o acesso à “igreja pública”, que confinava com o largo fronteiro.

Planta

A igreja tem o seguinte programa arquitectónico:

– planta rectangular, orientada a nascente;

¹⁵⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, p. 294.

¹⁶⁰ Cf. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito do Porto*, Disco II, Lisboa, 2000.

¹⁶¹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *ob. cit.*, p. 276.

¹⁶² Cf. Vítor Mestre, “Edifício do Aljube – Porto”, *Caminhos do Património*, DGEMN, 1999, p. 238.

¹⁶³ Deve-se a este facto a interdição de acesso a algumas áreas do edifício e a falta de documentação gráfica.

¹⁶⁴ Memória mandada fazer pela abadessa Ana Margarida de Oliveira. Cf. ANTT, *Mosteiro de Santa Clara do Porto – A Fundação do Mosteiro e Padroado das Igrejas*, Vol. 3, citada por Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em Meados do Século XVIII (1730-80)*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1987, pp. 26-27 (polic.).

- cabeceira de planta rectangular; comunica com a sacristia, pequena dependência lateral, a sul;
- corpo longitudinal de nave ampla, com capelas entre os contrafortes¹⁶⁵;
- coros de planta rectangular; a sua profundidade equivale a 1/3 da profundidade da “igreja pública”¹⁶⁶; coro alto com galeria; o acesso aos coros era feito por um vão localizado na parede oposta à cabeceira;
- coberturas:
 - cabeceira em abóbada;
 - nave com tecto de madeira lavrado;
 - coro alto com tecto de caixotões;
- iluminação natural por janelas nos alçados norte e sul;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave.

Para noroeste da igreja, confinando com a parede oposta à cabeceira, localiza-se o **claustro** subsistente, de planta quadrada, cada lado com cinco tramos, dois largos e três estreitos, alternados, e quatro pisos.

Alçados

O que resta do Mosteiro está envolvido por construções recentes, o que dificulta a leitura do edifício. O alçado norte da igreja tem dois níveis, em planos diferentes, marcados por cornija rematada com telha; os outros alçados estão envolvidos por construções.

A torre sineira localiza-se no topo poente dos coros, no eixo longitudinal da nave.

Os alçados do claustro subsistente são todos iguais no piso térreo, rasgados por arcadas; nos três pisos superiores, rasgam-se janelas e portas de vão rectangular.

3.5.3 – Protecção legal

A Igreja de Santa Clara foi classificada como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910.

¹⁶⁵ Com a construção destes contrafortes, construídos para suportarem a carga do abobadamento da nave, resultaram passagens laterais, ao longo da nave, ao nível do coro alto.

¹⁶⁶ A parede de separação entre os coros e a “igreja pública” não parece ser contemporânea das paredes laterais da igreja.

Elementos fotográficos

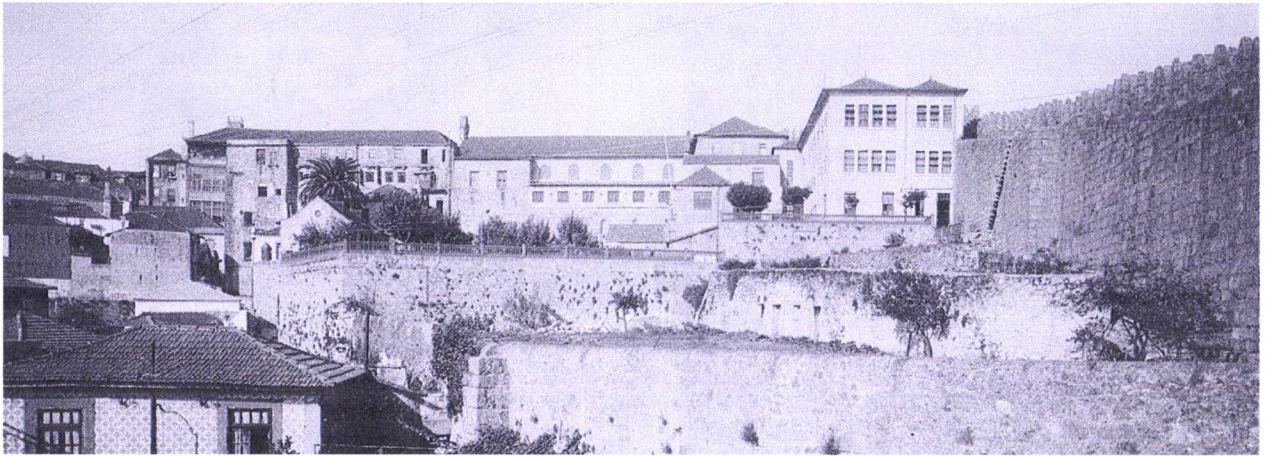


Fig. 3.92 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Vista geral de sul, em 1948 (Foto: DGEMN).*



Figs. 3.93 e 3.94 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado norte do edifício construído a norte da igreja e porta para o pátio que, actualmente, dá acesso à igreja.*



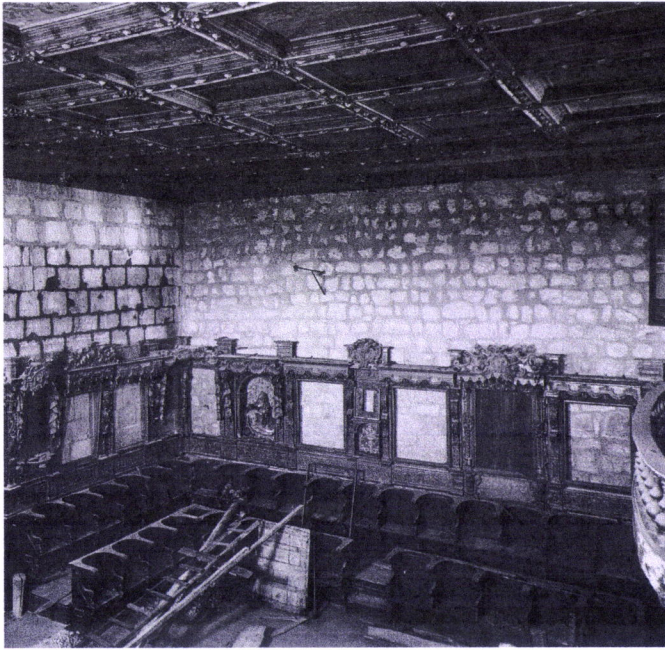
Figs. 3.95 e 3.96 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado norte da igreja e portal de entrada para a “igreja pública”.*



Figs. 3.97 e 3.98 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul da igreja, onde são visíveis vestígios de transformações, e pisos inferiores do claustro subsistente.*



Figs. 3.99 e 3.100 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto interior da nave e cabeceira e tecto da nave da igreja.*



Figs. 3.101 e 3.102 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. Coro alto, durante a intervenção realizada pela DGEMN (Foto: DGEMN) e na actualidade.



Figs. 3.103 e 3.104 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. Aspectos do coro alto e da passagem lateral ao longo da nave.



Figs. 3.105 a 3.107 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. Antigo acesso das dependências regulares ao coro baixo, parede que separa o coro das monjas da “igreja pública” e roda.

Elementos gráficos



Fig. 3.108 – Porto. *Planta parcial de 1892* (extraída de “Reabilitação do Edifício do Aljube para Instalação da Divisão Concentrada da PSP Porto”, *Monumentos*, n.º 4, 1996, p. 75); *no círculo, a localização do Mosteiro de Santa Clara.*

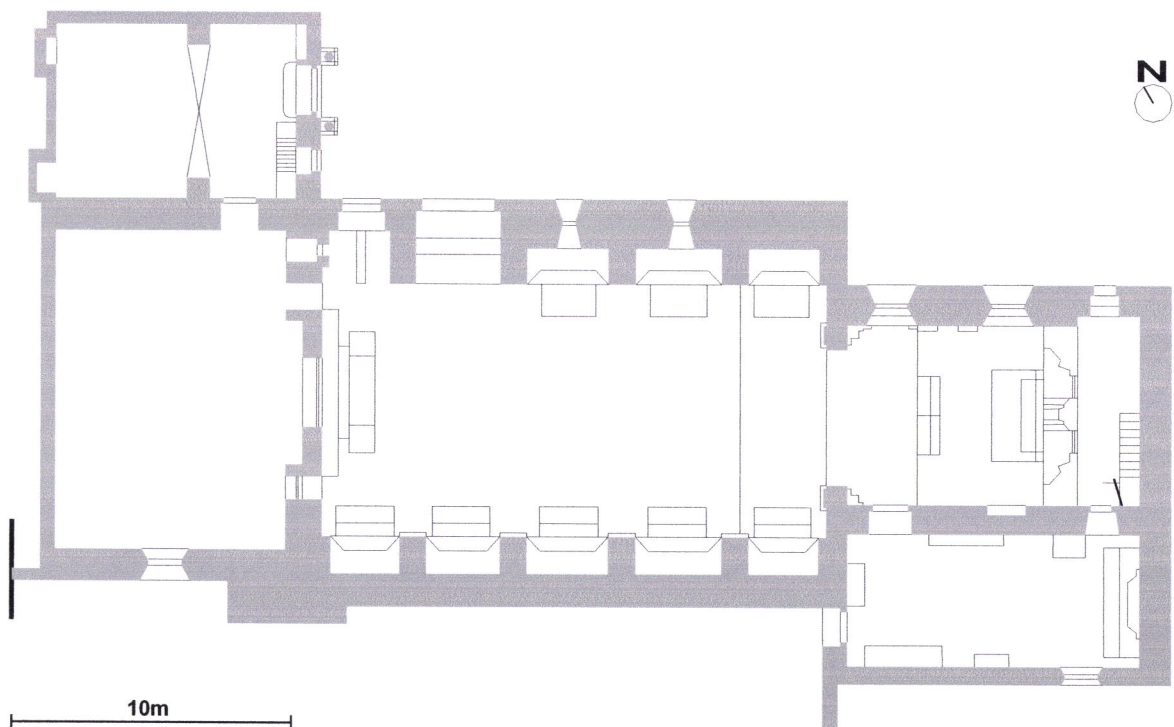


Fig. 3.109 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Planta actual da igreja, ao nível do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

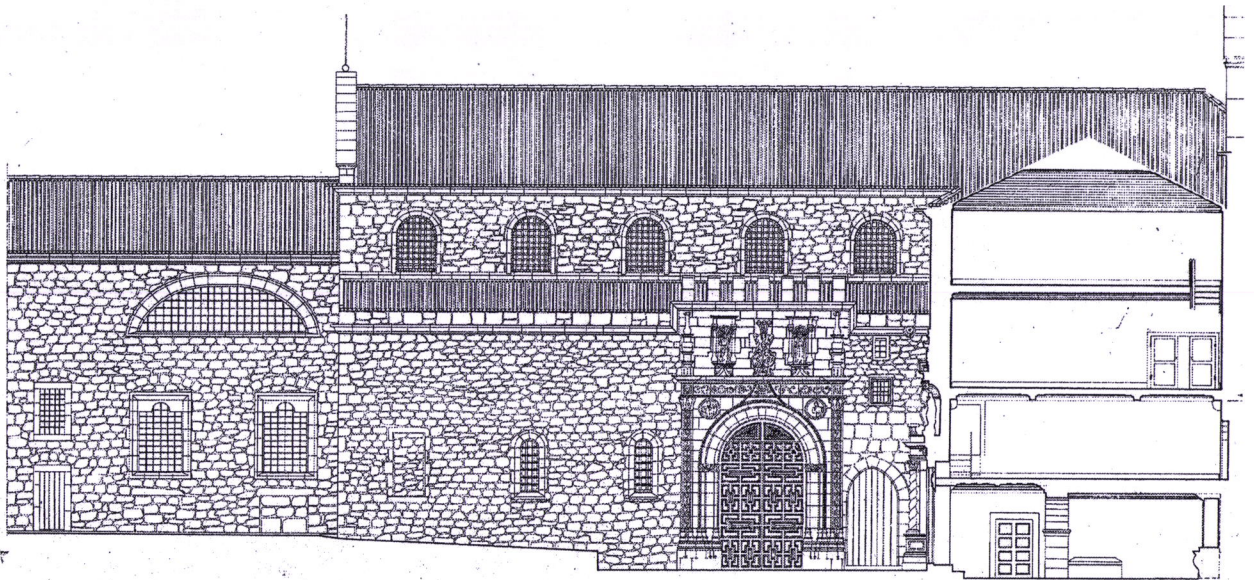


Fig. 3.110 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado norte da igreja* (Desenho: DGEMN).

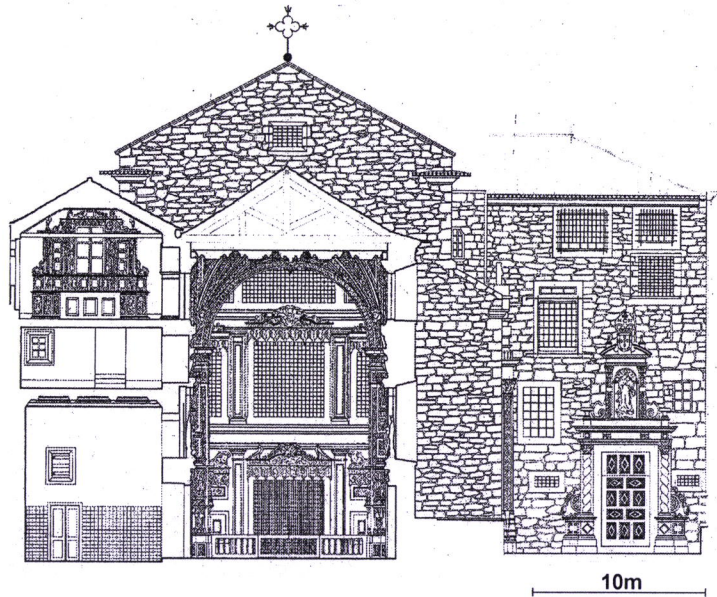


Fig. 3.111 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Corte transversal da nave da igreja* (Desenho: DGEMN).

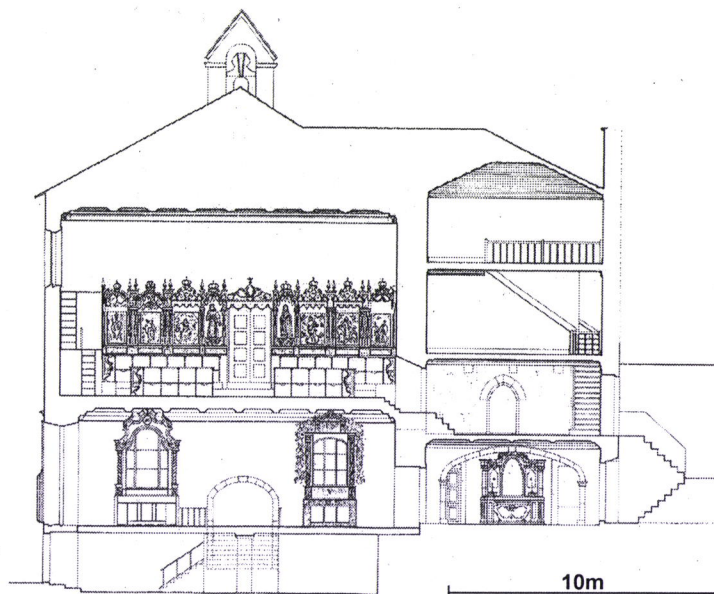


Fig. 3.112 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. *Corte transversal dos coros* (Desenho: DGEMN).

3.6 – Évora: Mosteiro de Santa Clara

3.6.1 – Enquadramento histórico

Após alojamento noutros edifícios da mesma cidade, a comunidade religiosa instalou-se neste Mosteiro em 1459¹⁶⁷. A presença franciscana em Évora remonta ao séc. XIII¹⁶⁸. O Mosteiro de Santa Clara foi muito danificado em 1663, aquando do cerco castelhano à cidade, e ainda na sequência do terramoto de 1755.

Encerrou em 1903, por morte da última religiosa. Entre 1911 e 1936, serviu de quartel e, a partir de 1951, após trabalhos de recuperação, nele têm vindo a funcionar estabelecimentos de ensino¹⁶⁹.

3.6.2 – Descrição do Mosteiro

O Mosteiro foi construído dentro da “cerca nova” da cidade, erigida no séc. XIV¹⁷⁰, tendo sido sempre, tanto o edifício como a cerca, delimitados por vias públicas¹⁷¹.

Organiza-se em torno de dois claustros, que se desenvolvem para norte da igreja.

Da igreja original, nada se conhece. Segundo Túlio Espanca, os limites da igreja original coincidem com os da actual¹⁷², construída na segunda metade do séc. XVI¹⁷³; observando a diferença de largura da nave da igreja e dos coros, parece-nos plausível que estes tenham sido acrescentados à igreja original.

Planta

O programa arquitectónico da **igreja** actual é o seguinte:

- planta rectangular, orientada a nascente;
- cabeceira de planta rectangular; ladeada por dois compartimentos, sendo o do lado sul a sacristia;
- corpo longitudinal de uma nave;
- coros de grandes dimensões, de planta rectangular e com largura inferior à da nave; comunicavam com as dependências regulares por portas na parede lateral às grades, agora encerradas;
- ao lado sul da igreja, encosta um outro corpo, de construção mais recente, dividido em pequenos compartimentos, cuja dimensão é determinada pelos contrafortes de apoio da abóbada;
- iluminação natural feita por janelas que se abrem no alçado poente;
- cobertura abobadada na cabeceira, na nave e nos coros;

¹⁶⁷ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Disco I, Lisboa, 2000.

¹⁶⁸ Cf. Manuel J. C. Branco, “Evolução do Sítio do Século XIII ao Século XIX”, *Monumentos*, n.º 17, Lisboa, 2002, p. 9.

¹⁶⁹ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁷⁰ Construída no reinado de D. Afonso IV. Cf. Miguel Pedroso de Lima, *O Recinto Amuralhado de Évora – Subsídios para o Estudo do Seu Traçado*, Lisboa, 1996, p. 39.

¹⁷¹ “Ruas de Alconchel, de Santa Clara, da Carta Velha, de S. Domingos, do Alfeirão e Travessas dos Beguinos e da Milheira”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁷² Cf. Túlio Espanca, *Évora*, Lisboa, 1993, p. 87.

¹⁷³ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, *ob. cit.*

– dois acessos laterais para a “igreja pública”, pelo alçado sul da nave;

A norte na igreja, localiza-se o **claustro principal**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta trapezoidal, com cinco tramos em cada ala, para onde abrem os compartimentos regulares;
- cobertura das galerias com abóbadas de arestas e estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira;
- acesso ao sobreclaustro por escada encostada no canto sudoeste do pátio;
- fonte no centro do pátio.

Os corpos norte e poente têm salas de pequenas dimensões, ao contrário do corpo nascente; todas as salas são, maioritariamente, cobertas com abóbadas.

A norte deste, localiza-se um **claustro pequeno**, que tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta oblonga, com número de tramos variável; lados norte, nascente e poente com arcaria; número de pisos variável;
- cobertura das galerias com abóbadas;
- duas torres mirantes, com grilhagem de tijolo, sobre os corpos norte e poente;
- boca do poço incorporada no murete da galeria poente;

A **portaria** do Mosteiro funcionava no corpo poente deste claustro. A norte, localiza-se uma grande sala abobadada, em corpo destacado do conjunto edificado.

Alçados

O conjunto monástico é muito recortado, devido à diferença de alturas dos corpos, provocada pela torre sineira, a sul, e pelas torres mirantes, a norte, sul e poente. Este recorte é sublinhado pela passagem em arco entre a cabeceira, a nascente, e o edifício confinante.

No alçado sul da igreja, destacam-se seis contrafortes, que apoiam o corpo da nave e enquadram simetricamente os acessos da “igreja de fora”.

As dependências regulares formam volumes homogéneos.

Os alçados do claustro principal são todos semelhantes, com dois pisos amparados por contrafortes e rasgados por arcaria de volta inteira de arcos geminados.

3.6.3 – Protecção legal

O Mosteiro de Santa Clara foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 8217, de 29 de Junho de 1922.

Elementos fotográficos



Figs. 3.113 e 3.114 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul e pormenor dos acessos à “igreja pública”.*



Figs. 3.115 e 3.116 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado nascente, sendo visíveis, à esquerda, o corpo destacado da cabeceira e a passagem em arco, e alçado poente.*



Fig. 3.117 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Corpo sul do claustro principal, sendo visível o corpo da igreja.*



Figs. 3.118 e 3.119 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Claustro principal: corpo norte e escada de acesso ao sobreclaustro.*



Figs. 3.120 e 3.121 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos das galerias nascente e norte do piso térreo do claustro principal.*



Figs. 3.122 e 3.123 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Corpos poente e norte e galeria norte do piso térreo do claustro pequeno.*



Fig. 3.124 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto interior da nave da igreja.*



Figs. 3.125 e 3.126 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. Cobertura abobadada do coro baixo e antiga passagem deste para as dependências regulares.



Figs. 3.127 e 3.128 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. Aspecto do coro alto e sala localizada a norte do claustro pequeno.

Elementos gráficos

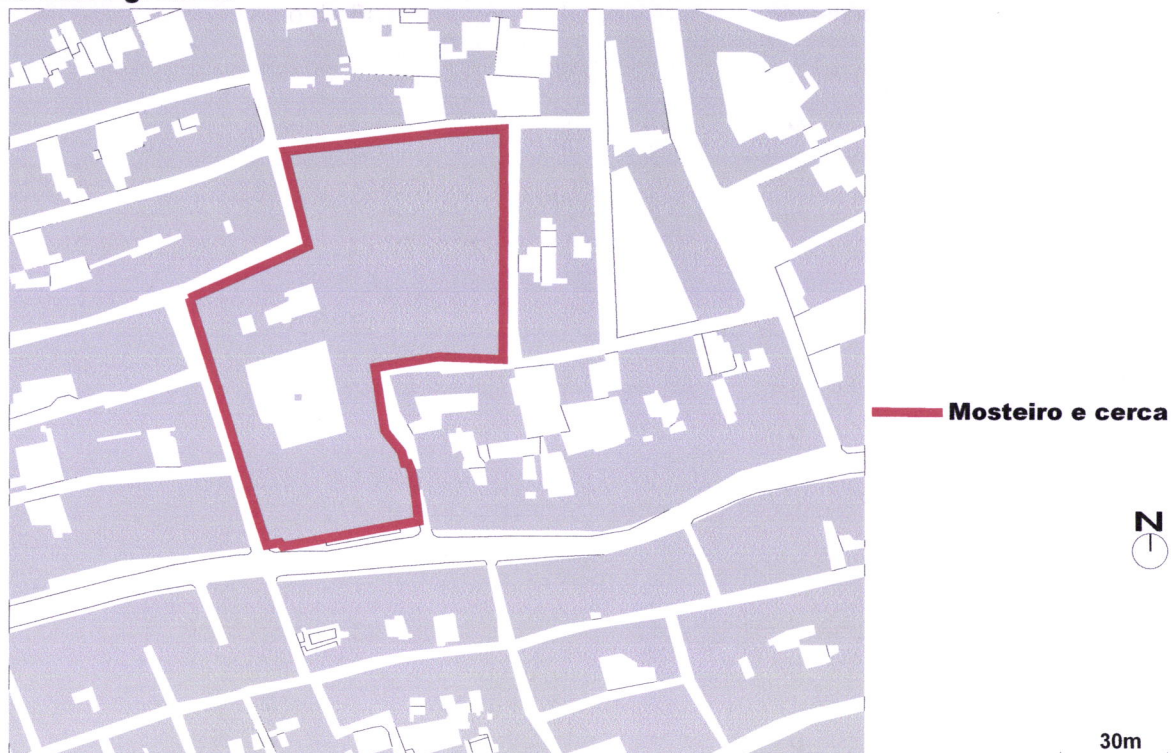


Fig. 3.129 – Évora. *Planta parcial com localização do Mosteiro e eventual cerca* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

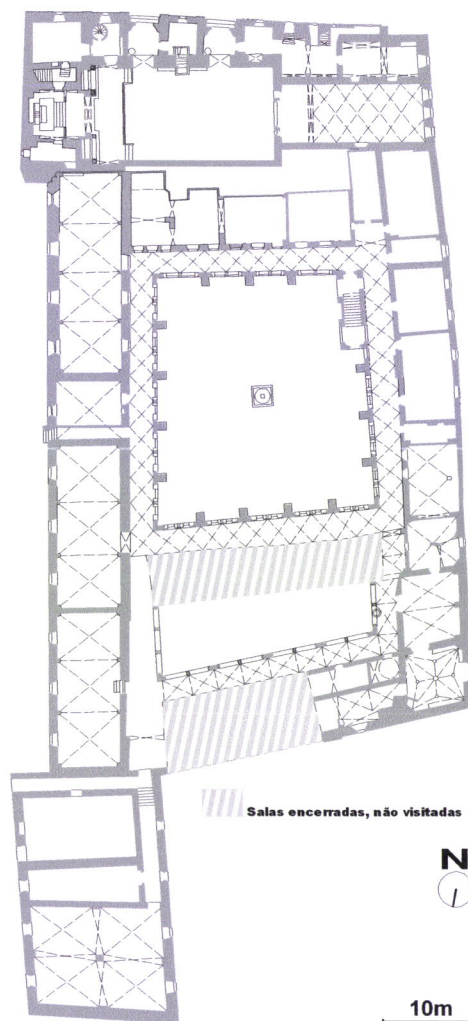


Fig. 3.130 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Planta do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

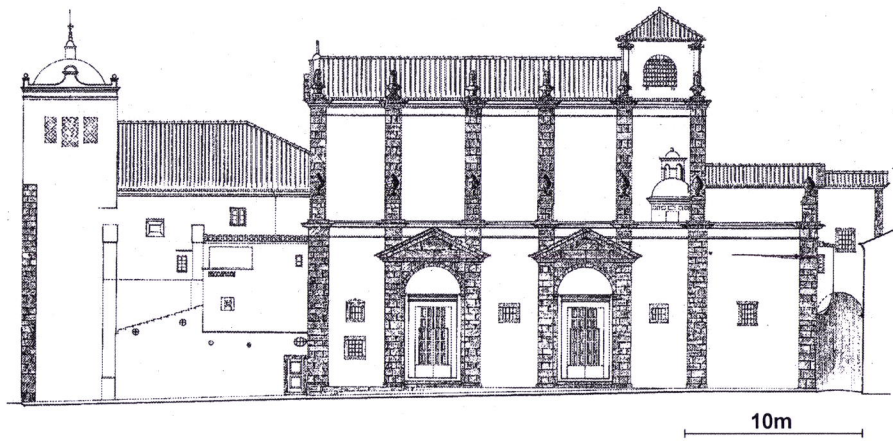


Fig. 3.131 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul* (Desenho: DGEMN).

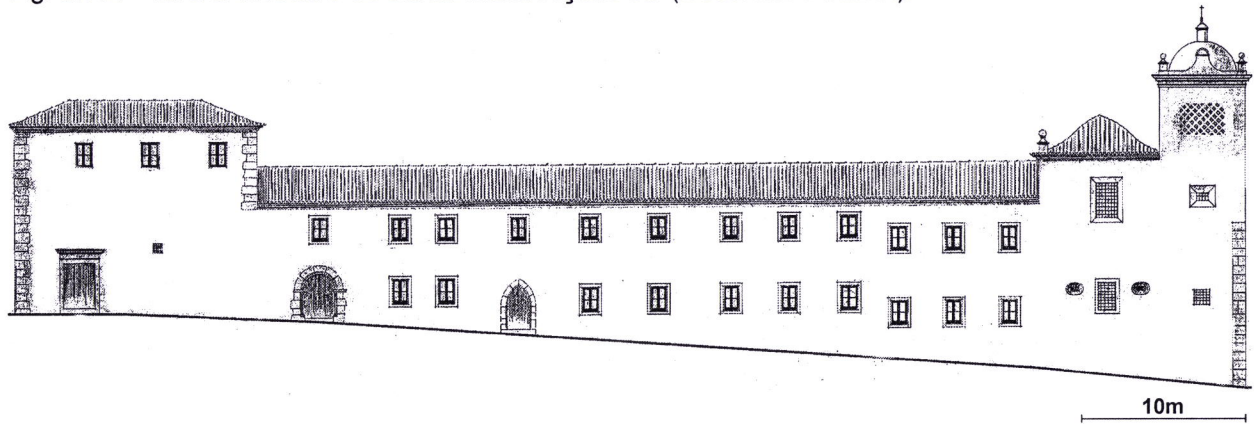


Fig. 3.132 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado ponte* (Desenho: DGEMN).

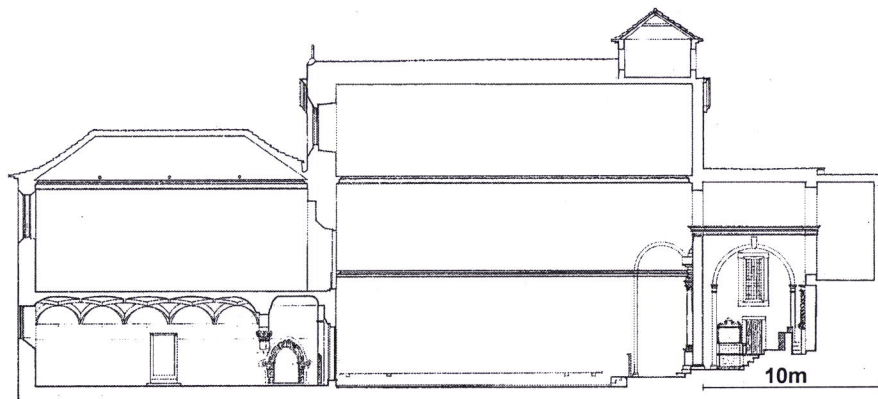


Fig. 3.133 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Corte longitudinal da igreja* (Desenho: DGEMN).

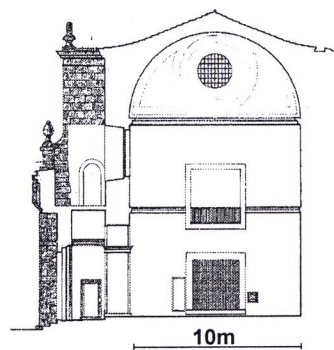


Fig. 3.134 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. *Corte transversal da igreja* (Desenho: DGEMN).

3.7 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição

3.7.1 – Enquadramento histórico

Em Beja, já fora fundado, em 1340, o Mosteiro de Santa Clara. Porém, por vontade de D. Fernando e de D. Brites, primeiros duques de Beja e pais de D. Manuel, foi fundado, em 1469, o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, entregue à mesma Ordem¹⁷⁴. Se, por um lado, foi fundado como “refúgio para donzelas desprovidas de rendimentos”, por outro, “tornou-se um dos mais sumptuosos e ricos do Alentejo [...], ao ser escolhido pela nobreza regional para mansão das senhoras da grande estirpe local”¹⁷⁵.

Em 1617, viviam nele “cento e vinte religiosas profectas, e meninas de coro, que ali se criavam para freiras, excediam o número de vinte”¹⁷⁶. Em 1647, contavam-se 211 habitantes, entre religiosas de hábito, educandas e serventes. Em 1703, o Mosteiro alargou-se ao paço ducal¹⁷⁷. Encerrou em 1893, após a morte da última freira. Era então “um grande conjunto de edificações, construídas, em épocas diversas, em torno do núcleo primitivo do Mosteiro: Igreja, Claustro, Casa do Capítulo, Refeitório, Portaria e Dormitórios; limitado a norte pela Rua da Torrinha, com escassos quatro metros de largura; a poente pela estreitíssima Rua da Conceição ou da Portaria; a sul pela também acanhada Rua da Fábrica; e a nascente pela Rua dos Infantes”¹⁷⁸. No ano a seguir ao seu encerramento, foi entregue à autarquia bejense, para alteração do arranjo urbanístico, de que decorreu a demolição de parte das construções do Mosteiro e ainda do vizinho paço ducal¹⁷⁹, com profunda alteração do espaço envolvente. O conjunto passou a figurar destacado num espaço amplo, sem construções próximas, perdendo o seu enquadramento. Seguidamente, foram promovidas obras para adaptação da igreja a catedral e, em 1927, nele foi instalado o Museu Regional de Beja.

3.7.2 – Descrição do Mosteiro

O Mosteiro foi construído em terreno situado no interior da muralha da cidade, separado do paço ducal por uma pequena rua e unido a este por um passadiço elevado, que comunicava com o coro alto.

Organiza-se em torno de um claustro, que se desenvolve para sul da igreja. Pela análise da documentação existente¹⁸⁰, sabemos que “conserva a planta original das derradeiras décadas do séc. XV, distribuída em forma de trapézio [...] e que se admite ter sido vistoriado pelo

¹⁷⁴ Data de 1469 a integração na Ordem de Santa Clara. A construção do Mosteiro decorreu até ao final do séc. XV. Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Beja*, Disco III, Lisboa, 2000.

¹⁷⁵ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁷⁶ Frei Fernando da Soledade, citado por António Belard da Fonseca, *Mariana Alcoforado – A Freira de Beja e as “Lettres Portugaises”*, Lisboa, 1966, p. 32.

¹⁷⁷ Era “aproveitado, pelas religiosas, para as grandes solenidades, visitas fidalgas e cerimónias de eleição das abadessas e, ainda, para os entretenimentos internos e armações de teatro”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁷⁸ Cf. António Belard da Fonseca, *ob. cit.*, p. 7.

¹⁷⁹ Demolido em 1896. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁸⁰ Para além do edifício, servem-nos como auxiliares, na reconstituição do conjunto monástico, as descrições de Túlio Espanca (*ob. cit.*) e de António Belard da Fonseca (*ob. cit.*), onde são publicadas duas plantas com proposta de reconstituição do Mosteiro, feitas por Abel Viana e datadas de 1915.

arquitecto João de Arruda em 1485”¹⁸¹, com a igreja a delimitar o lado norte, a nascente a sala do Capítulo, a sul o dormitório, transformado em refeitório novo na época de D. Manuel, e a portaria, e a poente a casa da grade, a casa do tesouro e a torre sineira. Os textos referem o pequeno “terreiro do dormitório novo”, ao lado da sala do Capítulo, que terá sido construído aquando da transformação, em refeitório, do que passou a designar-se por “dormitório velho”. São ainda referidos os pequenos pátios da cisterna de “São Joaquim” e a “Crastinha”.

Planta

O corpo norte do Mosteiro é constituído pela **igreja**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a sudeste;
- cabeceira de planta rectangular, actualmente integrada na construção envolvente; paredes laterais de espessura superior às restantes¹⁸²; grade e roda na parede que confina com o claustro¹⁸³;
- corpo longitudinal de uma nave;
- coberturas da cabeceira e da nave em abóbada¹⁸⁴;
- acesso original lateral para a “igreja pública”, pelo alçado norte da nave.

No topo oposto à cabeceira, localizavam-se os coros alto e baixo, de profundidade inferior à da “igreja pública”. Foram destruídos aquando das obras de transformação da igreja em catedral. Deixou assim de haver a separação entre a “igreja pública” e o coro das monjas, e a entrada para a igreja passou a ser feita pelo fundo do coro baixo, no alçado fronteiro à cabeceira, sendo deslocado o portal da portaria para esta nova entrada¹⁸⁵; esta obra alterou profundamente as proporções da igreja. Ambos os coros tinham “grades de ferragem batida, com as respectivas rótulas [...]”; do coro alto, através de estreita porta ogival”¹⁸⁶, “alcançava-se o passadiço do paço gótico dos fundadores”¹⁸⁷. Era um passadiço em ladrilho vermelho, construído no final do séc. XV, sobre a Viela dos Infantes¹⁸⁸. Da sacristia, não é possível identificar vestígios¹⁸⁹.

Para sul da igreja, desenvolve-se o **claustro**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, com um número variável de tramos nas quatro alas; fonte no pátio;
- cobertura abobadada das galerias;

¹⁸¹ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁸² Segundo Túlio Espanca, *ob. cit.*, esta espessura denuncia a abside primitiva.

¹⁸³ Esta localização pode não ser a original.

¹⁸⁴ Para Túlio Espanca, *ob. cit.*, o trabalho de talha dourada que forra o tecto da capela-mor esconde a primitiva abóbada gótica de dois tramos de 1490, data confirmada pela existência de uma factura com a descrição desses trabalhos.

¹⁸⁵ A remontagem ocorreu cerca de 1894.

¹⁸⁶ Passagem “feita no tempo da infanta fundadora, que morreu na clausura em 1506”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁸⁷ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁸⁸ Este passadiço foi demolido; hoje existe uma reconstituição numa das salas do Museu Regional de Beja.

¹⁸⁹ Teria existido uma sacristia gótica e uma outra, referida a partir de 1610; aquando dos trabalhos de demolição, foram encontrados na parede “quatro pedras primorosamente lavradas e com vestígios de decoração dourada, e um arco de ladrilho, obstruído, também de arquitectura manuelino-mudejar”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

– acesso ao sobreclaustro junto aos coros, pelo corpo da torre sineira;

As irmandades internas atribuíram nomes às galerias do claustro: corpo norte – quadra do Rosário; corpo nascente – quadra de São João Evangelista; corpo sul – quadra da Portaria ou de D. Manuel; corpo poente – quadra de São João Baptista.

A sala do **Capítulo** localiza-se no corpo nascente. Também por este corpo se acedia ao “terreiro do dormitório novo” e, ao fundo, ao primitivo dormitório. A sala do Capítulo tem planta quadrada e é coberta por abóbadas apoiadas numa coluna central.

O **refeitório** localizava-se no corpo sul, e seria ladeado pela **cozinha** e pela **portaria**; esta tinha “grades com locutório e a roda. Na face direita, ficava a porta regal e junto dela o aposento da madre porteira” ¹⁹⁰. Ainda no mesmo corpo, localizava-se o parlatório, que comunicava com a portaria.

O acesso aos coros era feito pelo corpo poente. Também nele se instalaram a “Casa Grande” e a “Casa do Tesouro”. No piso superior, localizavam-se “os **dormitórios**, velho e novo, e a Casa Nova, que se alcançava pela escada de acesso ao coro alto e galerias do claustro” ¹⁹¹.

Alçados

O exterior do conjunto monástico está marcado pelas mutilações e alterações que sofreu. Este exemplar gótico, “requintado e frágil” ¹⁹², é um misto de original e reconstrução.

O alçado da primitiva entrada da igreja, a norte, é marcado por contrafortes escalonados de secção rectangular. O troço a nascente foi reconstruído após a demolição da sacristia. Os janelões foram abertos no séc. XVIII.

No alçado poente, foi construído um alpendre, para proteger a nova entrada da igreja, onde actualmente se encontra o portal da primitiva portaria do Mosteiro, e que ladeia uma arcada amparada por contrafortes.

Os restantes alçados foram todos refeitos, na sequência da demolição das dependências que rodeavam o claustro. Túlio Espanca refere que os alçados dos corpos sobre “as ruas do Conde da Boavista e da Fábrica [...] foram totalmente refeitos nas características tradicionais, com gigantes de pedra e frestas ogivais” ¹⁹³.

A torre sineira já fora reconstruída em 1634; a actual foi construída depois de 1894, aquando das obras de adaptação do templo a catedral¹⁹⁴.

Todo o conjunto é rematado superiormente por platibanda rendilhada, intervalada por pináculos torsos.

¹⁹⁰ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁹¹ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁹² Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 16.

¹⁹³ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

¹⁹⁴ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

Os alçados do claustro são todos diferentes, com muitas alterações: os corpos nascente, sul e poente têm um piso, enquanto o corpo norte tem dois; os alçados norte e sul são marcados por contrafortes, no piso térreo; o corpo norte tem janelas abertas posteriormente, em substituição das setecentistas. No corpo nascente, a arcaria “pertence à empreitada da época de D. João II e mantém os sete tramos de arcaria mais antiga do edifício” ¹⁹⁵.

3.7.3 – Protecção legal

O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 8217, de 29 de Junho de 1922.

¹⁹⁵ Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*

Elementos fotográficos

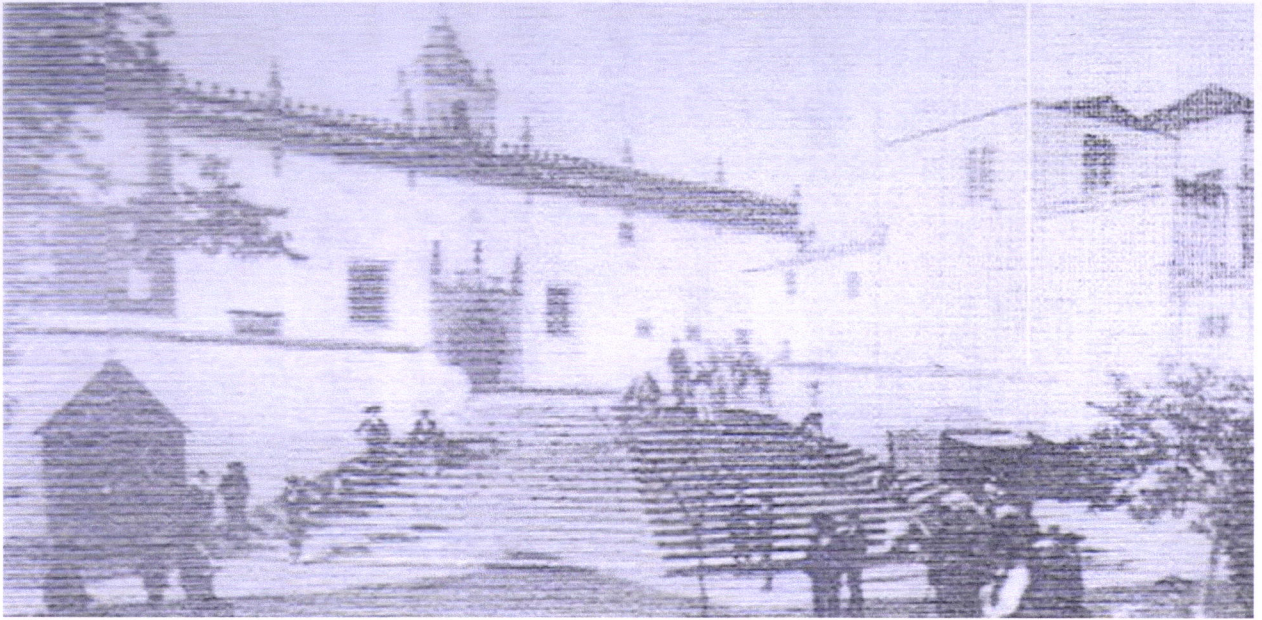
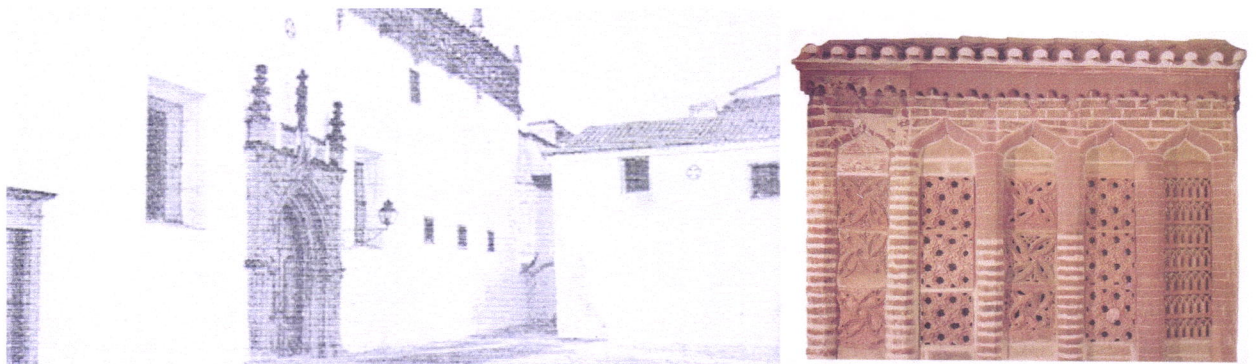


Fig. 3.135 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. Alçado norte e escadaria de acesso à igreja e ao paço ducal, antes das demolições de 1894 (Foto: António Belard da Fonseca, *ob. cit.*).



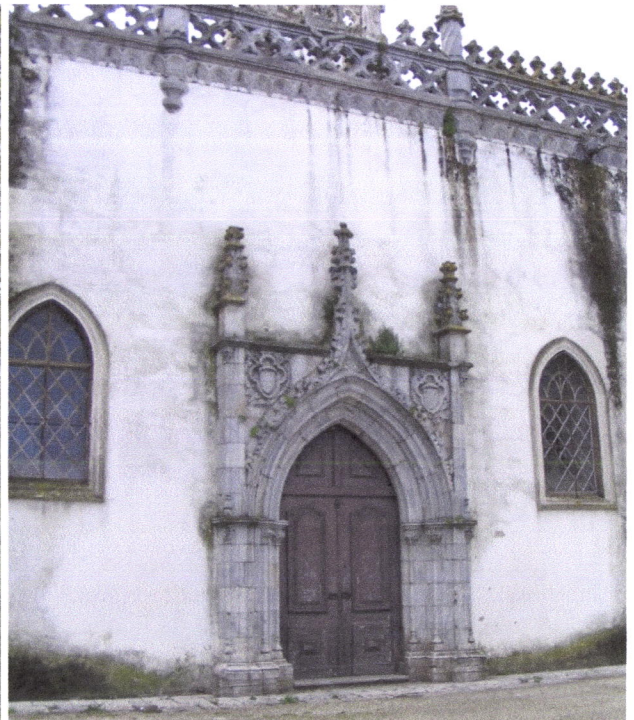
Figs. 3.136 e 3.137 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. Alçado da igreja e Paço dos Infantes, antes das demolições realizadas em 1894, sendo ainda visível parte do passadiço que ligava os dois edifícios (Foto: António Belard da Fonseca, *ob. cit.*), e aspecto da reconstituição do mesmo passadiço, exposta actualmente no Museu Regional de Beja (Foto: António Cunha, Museu Rainha D. Leonor).



Fig. 3.138 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. Alçado poente.



Figs. 3.139 e 3.140 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Aspectos dos alçados norte e sul.*



Figs. 3.141 e 3.142 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Cabeceira da igreja, ladeada por construções, e antigo acesso lateral à “igreja pública”.*



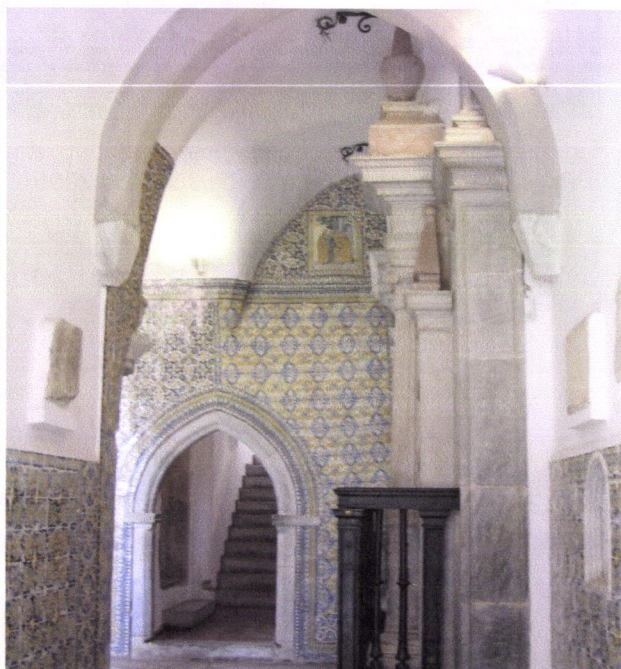
Figs. 3.143 e 3.144 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Alçados norte e nascente do claustro.*



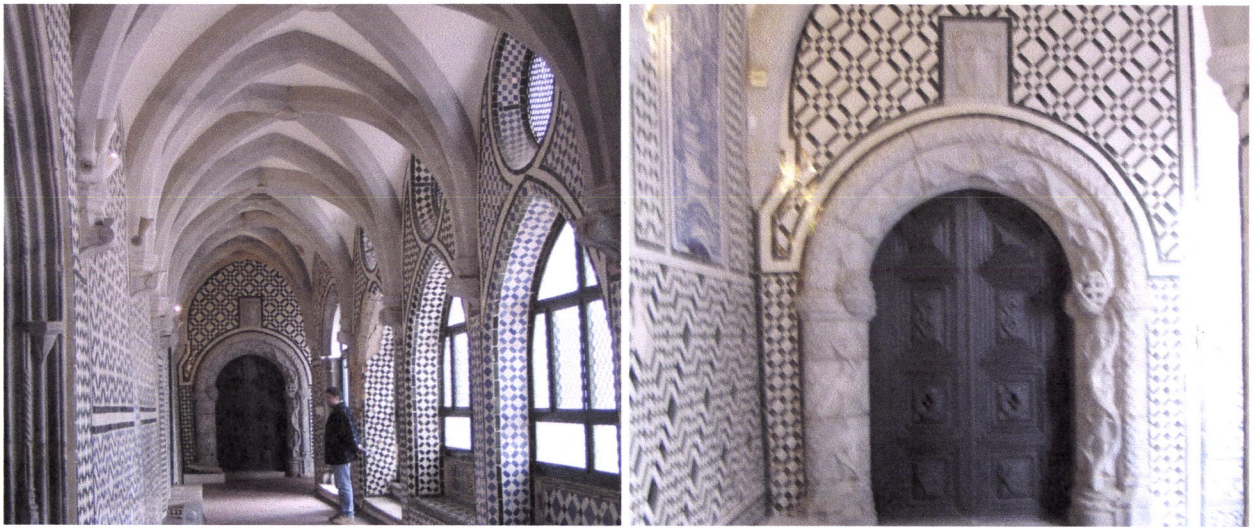
Figs. 3.145 e 3.146 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Alçados sul e poente do claustro.*



Figs. 3.147 e 3.148 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Pormenor do alçado norte do claustro e galeria.*



Figs. 3.149 e 3.150 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Galeria poente e portal de acesso ao sobreclaustro e aos coros.*



Figs. 3.151 e 3.152 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Piso térreo do corpo nascente e portal do refeitório, localizado neste corpo.*



Fig. 3.153 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Aspecto do interior da nave da igreja* (Foto: IPPAR, <http://www.ippar.pt>, 26 de Julho de 2005).



Figs. 3.154 e 3.155 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Coro alto no final do séc. XIX* (Foto: António Belard da Fonseca, *ob. cit.*) e *área dos coros tal como se encontra actualmente.*



Figs. 3.156 a 3.158 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Pormenor da roda, vista da igreja e a partir do claustro, e grade.*

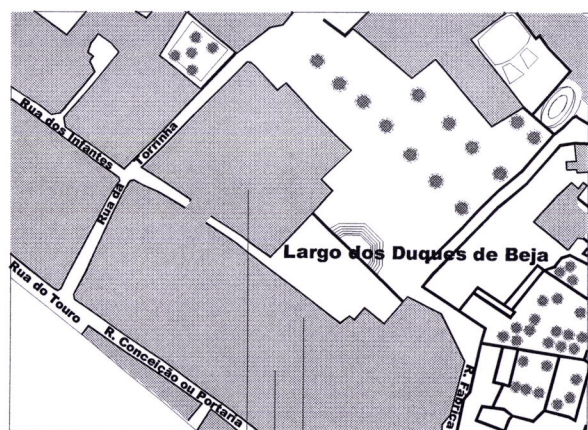


Figs. 3.159 e 3.160 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Aspectos da sala do Capítulo.*

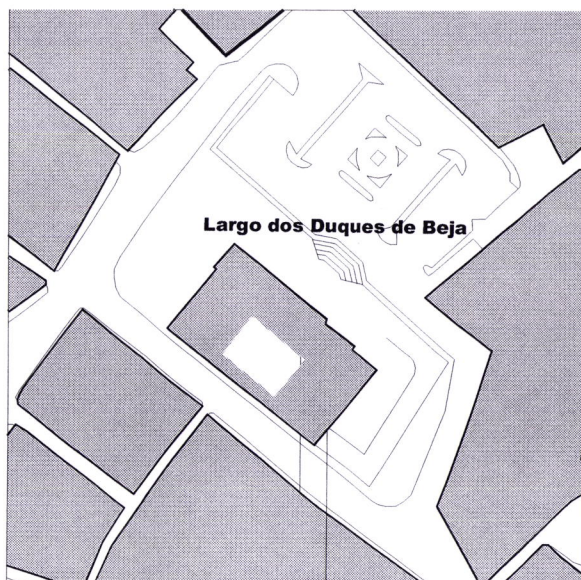
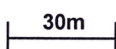


Figs. 3.161 e 3.162 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Salas construídas em torno da sala do Capítulo.*

Elementos gráficos

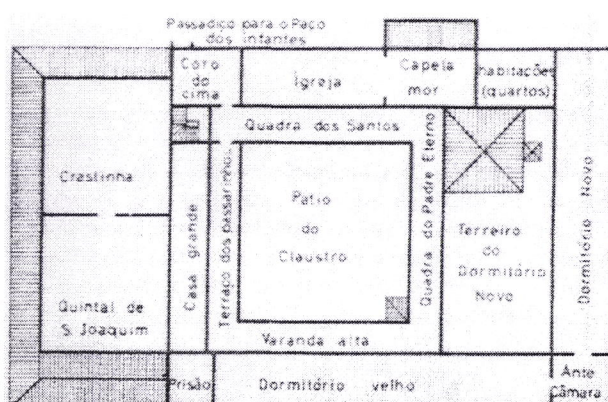
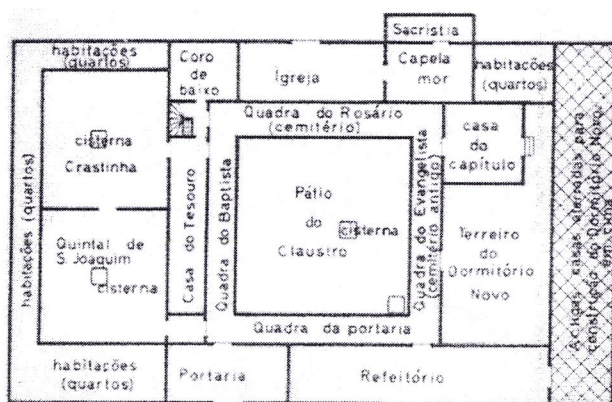


Igreja
Dependências regulares e cerca
Paço ducal



Dependências regulares
Igreja

Figs. 3.163 e 3.164 – Beja. *Plantas parciais da área envolvente do Mosteiro, antes das demolições e na actualidade* (Planta de reconstituição de António Belard da Fonseca, *ob. cit.*; redesenhadas por T. Duarte).



Figs. 3.165 e 3.166 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Reconstituição dos dois pisos do Mosteiro proposta por Abel Viana* (Desenhos: António Belard da Fonseca, *ob. cit.*).

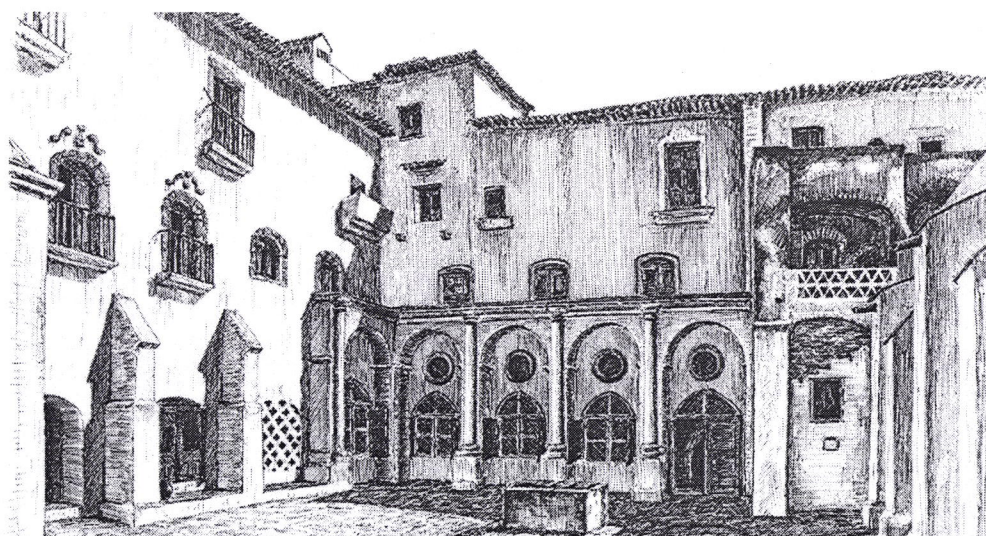


Fig. 3.167 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Claustro no final do séc. XIX: corpo norte (à esquerda) e nascente* (Desenho: L. Borrela, Museu Rainha D. Leonor).

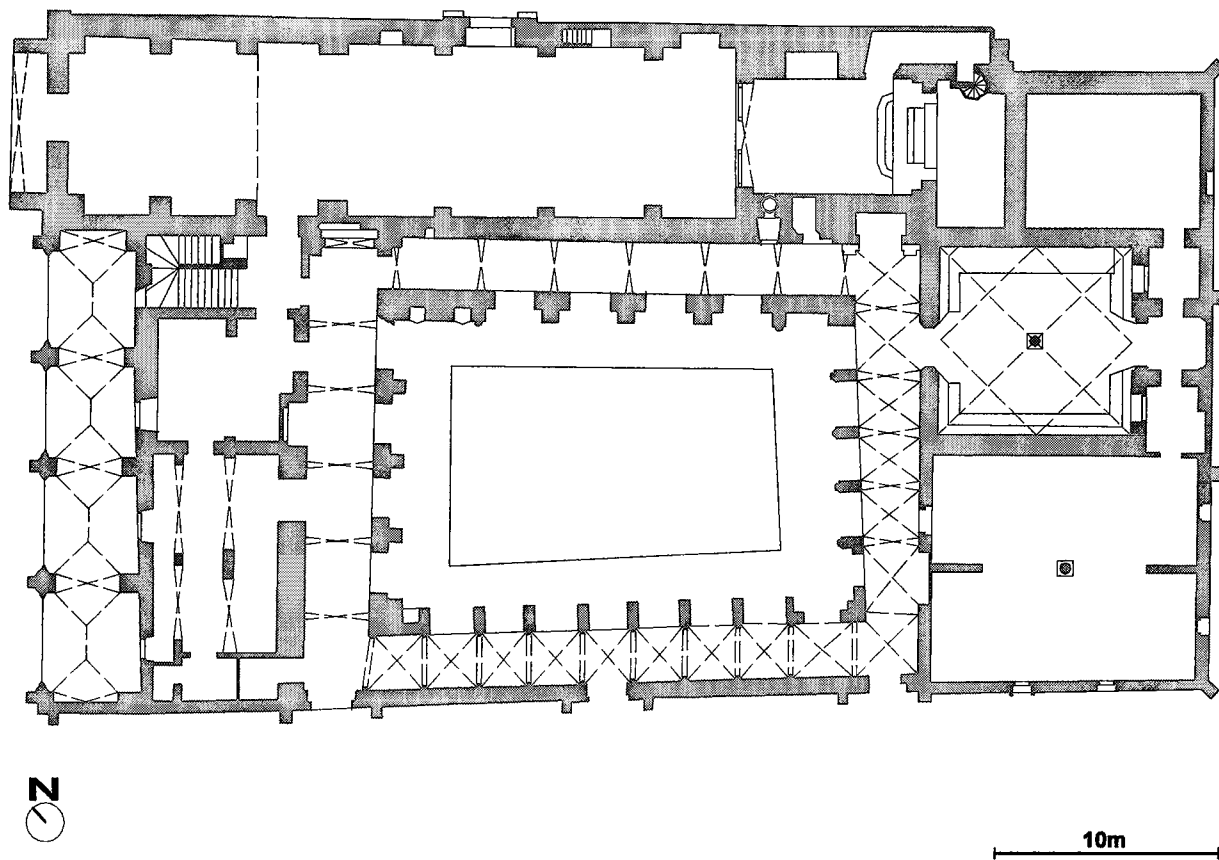
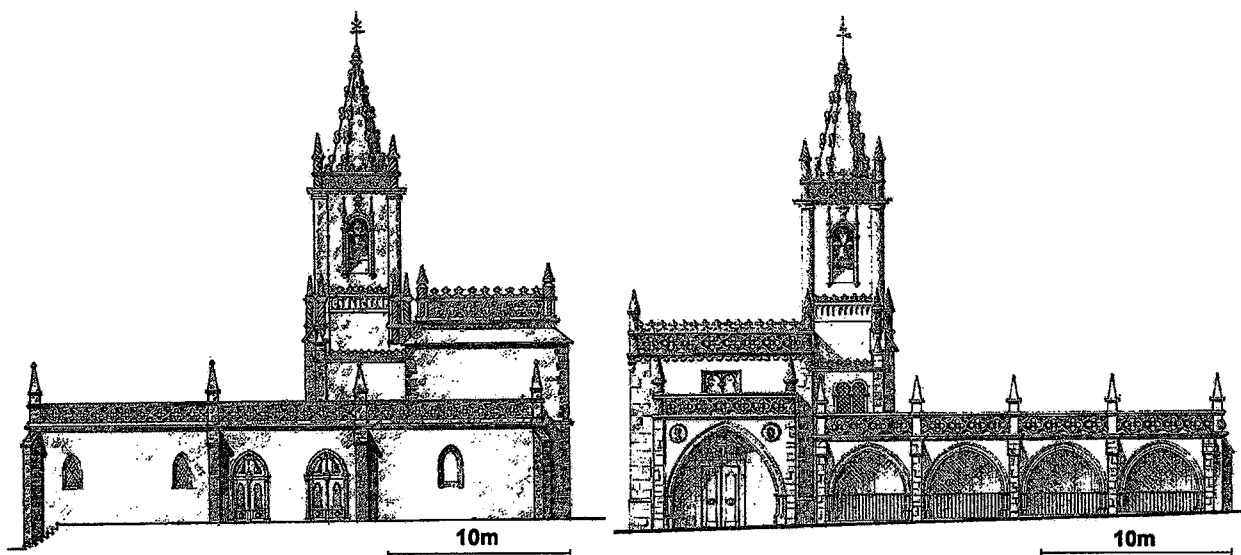


Fig. 3.168 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Planta actual do Mosteiro, ao nível do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).



Figs. 3.169 e 3.170 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. *Alçados nascente e poente* (Desenhos: DGEMN).

3.8 – Setúbal: Mosteiro de Jesus

3.8.1 – Enquadramento histórico

O Mosteiro de Jesus foi fundado por iniciativa de Justa Rodrigues Pereira, ama de D. Manuel, na cidade onde os Franciscanos já estavam instalados desde 1410¹⁹⁶. O lançamento da primeira pedra teve lugar em 1490, no reinado de D. João II. Quando, no ano seguinte, o monarca visitou a cidade, assistiu à primeira missa no local da futura igreja; nessa altura, estava limpo o terreno e tinham sido construídos a portaria e o dormitório¹⁹⁷; “descontentou-se el Rei do alicerce por ficar pequena a Capela e chão da Igreja, logo mandou abrir outros à sua vontade com muita solenidade”¹⁹⁸. A obra foi então entregue a Boitaca, para que fizesse “obra de pedraria muito sumptuosa”¹⁹⁹. O conjunto monástico foi construído entre 1490-91 e 1500, e a igreja entre 1491 e 1496²⁰⁰, já com o padroado de D. Manuel. A vida conventual teve início em 1496. Inicialmente, o Mosteiro foi construído para uma população de doze religiosas, que logo passou a trinta e três²⁰¹.

Foi muito danificado por diversos terramotos – 1531²⁰², 1755²⁰³, 1762²⁰⁴, 1858²⁰⁵ e 1969²⁰⁶ – e ainda pelo incêndio que deflagrou pouco antes de 1582²⁰⁷.

Manteve-se em funcionamento até 1888, ano da morte da última religiosa. No ano seguinte, foi cedido à Confraria da Misericórdia de Setúbal, para nele instalar um hospital²⁰⁸.

Na década de 1940, foram realizadas obras de restauro da igreja e do claustro, a cargo da DGEMN²⁰⁹, passando as dependências regulares a acolher exposições e, mais tarde, o Museu de Setúbal.

¹⁹⁶ Cf. José Custódio Vieira da Silva, *Setúbal – A Igreja de Jesus*, Setúbal, 1987, p. 56.

¹⁹⁷ Cf. José Custódio Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 18.

¹⁹⁸ Soror Leonor de São João, citada por Fernando António Baptista Pereira em “A Génese da Igreja e do Convento de Jesus de Setúbal”, *Convento de Jesus – 500 Anos: Arqueologia e História*, Texto de Apoio Científico à Exposição Inaugurada por S. Excelência o Sr. Presidente da República a 22 de Julho de 1989, p. 24. Segundo este autor, os principais momentos da história do Mosteiro de Jesus foram registados por duas das suas religiosas: Soror Leonor de São João e Soror Ana Maria do Amor Divino, que escreveram, respectivamente, *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus da Villa de Setuval (1630–1644)* e *Memórias Históricas do Real Convento de Jesus de Setúbal para Servirem de Suplemento e Continuação do Tratado da Antiga e Curiosa Fundação Delle que Compoz a Madre Soror Leonor de São João (1796–1803)*. Estes textos têm documentado alguns dos estudos sobre o Mosteiro.

¹⁹⁹ Cf. Fernando António Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 41.

²⁰⁰ Quando D. João II morreu, “a capela-mor não estava completa, principalmente o fundo, e o corpo da igreja estava coberto com um simples tecto provisório de madeira”. Cf. Almeida Carvalho, *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, Vol. III, Setúbal, 1969, p. 44.

²⁰¹ Cf. Fernando António Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 41.

²⁰² Cf. Fernando António Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 30.

²⁰³ Parte dos prejuízos sofridos pelo Mosteiro devem-se, não só à violência do sismo, como também às características do material de que é feito, a “brecha da Arrábida”. Cf. Boletim DGEMN, n.º 47, *Igreja e Claustro do Antigo Mosteiro de Jesus – Setúbal*, Lisboa, 1947, p. 10.

²⁰⁴ Destruíu as abóbadas do coro. Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 60.

²⁰⁵ Provocou a deformação dos vãos do alçado sul. Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, pp. 13 e 20.

²⁰⁶ Cf. *Inventário do Património Arquitectónico*, <http://www.monumentos.pt>, 3 de Janeiro de 2004.

²⁰⁷ Na sequência deste incêndio, Filipe II de Castela visitou Setúbal em 1582 e promoveu obras na sacristia, que foi “reparada, senão rectificada e muito melhorada”, e também na sala do Capítulo; em 1587, com donativo do mesmo monarca, foi reparado o coro, que se encontrava muito danificado. Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 35.

²⁰⁸ Cf. Fernando António Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 43.

²⁰⁹ “A obra geral, de consolidação e restauração, [...] restabeleceu [...] a primitiva regularidade e a elegância das suas linhas.” Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 20.

A partir da década de 1990, foram promovidos projectos para a recuperação do conjunto monástico²¹⁰. As obras foram iniciadas, mas ainda não estão concluídas.

3.8.2 – Descrição do Mosteiro

O local escolhido para a edificação do Mosteiro, fora da muralha da cidade mas próximo dela, foi o Sapal do Troino, terreno outrora ocupado pelo rio; esta localização veio a provocar problemas de salubridade no edifício.

Planta

A igreja localiza-se a sul do conjunto monástico e tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a nascente;
- cabeceira de planta rectangular; sob o altar-mor, foi construída uma cripta, no início do séc. XVI;
- corpo longitudinal tripartido, com naves de quatro tramos com medidas diferentes;
- sub-coro com acesso exclusivo através da nave, menos profundo do que o coro alto²¹¹;
- coro alto, de planta rectangular, com três tramos, antecedido por um varandim a que se acede por uma escada helicoidal construída no interior da parede²¹²; acesso ao coro alto feito pelo ante-coro, por porta fronteira à cabeceira²¹³; do ante-coro, tinha-se acesso ao confessionário, através de grade que estabelecia a ligação com as dependências do Pátio da Portaria, e ainda ao campanário; a profundidade do coro alto é de 2/5 do comprimento total do corpo da igreja;
- iluminação natural feita por janelas que se abrem no alçado sul;
- cobertura abobadada na cabeceira, nas naves²¹⁴, no sub-coro e no coro alto²¹⁵;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado sul da nave, próximo do coro.

²¹⁰ Da responsabilidade dos arquitectos Pedro Vieira de Almeida (1992) e João Carrilho da Graça (1999).

²¹¹ Esta dependência, não sendo utilizada pelas religiosas, era cedida a irmandades e confrarias. Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, pp. 139 a 142.

²¹² A escada de caracol primitiva foi substituída por outra, no séc. XVIII, o que provocou a alteração do alçado. Aquando da intervenção da DGEMN, foi reposta a original seguindo os vestígios encontrados. Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 21.

²¹³ O ante-coro fora formado por “três pequenas e escuras casas”, mas D. Sebastião promoveu a sua alteração para uma única sala espaçosa de “duas naves e quatro arcos de pedraria”, a que se acede por “larga escada de duas voltas e tabuleiro feitas de pedraria”. Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 32.

²¹⁴ D. Manuel impôs que o corpo da igreja fosse abobadado. Cf. Soror Leonor de São João, citada por Fernando António Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 24. Segundo este autor, as três naves já estavam definidas e não decorrem de alteração devida à cobertura com abóbadas em vez da cobertura com tecto de madeira. Esta ideia é reforçada pelo resultado das escavações arqueológicas realizadas em 1989, cujo relatório defende que os contrafortes do alçado sul são de origem, dado que o “soco de pedra das paredes, que se apresenta como roda-pé chanfrado, termina, de forma perfeitamente acabada, no ponto onde começam os contrafortes sem que estes se tenham sobreposto ou destruído aquele”. Cf. Carlos Tavares da Silva, “O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: uma Abordagem Arqueológica”, *Convento de Jesus – 500 Anos: Arqueologia e História*, *ob. cit.*, p. 7. E afirma ainda: “O alicerce dos contrafortes faz corpo com o das paredes. Ter-se-ia, pois, construído um alicerce único, que recebeu paredes e contrafortes”.

²¹⁵ Em 1587, “achando-se então o coro muito danificado, foi reparado e ornamentado. Das janelas, [...] que deitavam para a igreja, tiraram-se das frestas as redes de tijolo que tinham, substituindo-as por grades de ferro.” Na mesma data, foi alargada a tribuna em frente ao coro “sobre um forte arco de cantaria” e posta grade de ferro. Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 41.

Para norte da igreja, desenvolve-se o **claustro**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta quadrada;
- lavabo no canto noroeste, em corpo destacado da arcaria, com planta quadrada;
- fonte seiscentista no centro do pátio;
- acesso ao sobreclaustro junto ao coro da igreja;
- cobertura:
 - das galerias, em estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira;
 - do lavabo, em abóbada.

A sala do **Capítulo** localizava-se no corpo nascente. É uma sala de planta rectangular, localizada fora do eixo da quadra; ao seu lado, e a confinar com a cabeceira da igreja, a **sacristia**, com acesso directo pelo exterior. No piso superior deste corpo, situavam-se algumas salas, que funcionavam como sala de convalescença e rouparia²¹⁶.

O **refeitório** localizava-se no corpo poente, bem como outras dependências identificadas como sendo **portaria**, **roda**, **parlatório** e **dormitório** no piso superior²¹⁷. No corpo perpendicular a este, a norte, localizava-se a **cozinha**²¹⁸ (que comunicava com o claustro, com a cerca e com o piso superior), uma antiga cozinha, transformada em capela, e algumas outras dependências; o piso superior era ocupado pela **enfermaria** e por outras pequenas divisões²¹⁹.

A poente da igreja, localiza-se o Pátio da Portaria, de reduzida dimensão, com um poço central, onde se situavam “casas de lojas e pavimento superior [...] que tinham comunicação para o largo público e para o mesmo pátio, e serviam de habitação aos padres, confessor e capelão do convento”²²⁰. Baptista Pereira refere a galilé que data da campanha de obras do séc. XV, no corpo ocidental, virada para a cerca²²¹.

As sepulturas de que há conhecimento localizam-se na igreja, na sala do Capítulo e na galeria do claustro em frente a esta sala, designada por “Claustro do Silêncio”.

Alçados

O corpo da igreja é marcado pela cabeceira, com altura superior à da nave, e também pelo seu recorte, cuja planta quadrada evolui para oitavada devido à introdução de chanfros de papo de rola nas arestas. O alçado principal da igreja, a sul, é formado por um único plano, em consequência da igual altura das três naves, aproximando esta igreja das características das

²¹⁶ Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, pp. 27 a 29 e 34 e 35.

²¹⁷ Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, pp. 25 e 29 a 33.

²¹⁸ “Na cozinha havia uma roda, por onde se transmitia o comer para a casa dos padres.” Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 18.

²¹⁹ Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, pp. 26 e 27 e 34.

²²⁰ Cf. Almeida Carvalho, *ob. cit.*, p. 17.

²²¹ Cf. Fernando António Baptista Pereira, *O Museu do Convento de Jesus de Setúbal*, Lisboa, 1990, p. 39.

igrejas-salão²²²; tem contrafortes que o acompanham até à cimalha rendilhada, à excepção dos contrafortes que ladeiam o portal e do que apoia a parede do coro alto²²³. Encostada ao coro, localiza-se a torre sineira, com grilhagem de tijolo²²⁴. Os restantes alçados também têm contrafortes.

Os alçados do claustro são todos iguais, com dois pisos²²⁵. No piso inferior, cada alçado tem nove arcos assentes sobre colunas, tendo o central vão menor; a arcaria e o sobreclaustro do alçado sul estão envolvidos pelos arcobotantes do corpo da igreja²²⁶;

3.8.3 – Protecção legal

A igreja, o claustro e a sala do Capítulo do Mosteiro de Jesus foram classificados como Monumento Nacional, pelos Decretos de 16 de Junho de 1910 e n.º 23008, de 30 de Agosto de 1933.

²²² Cf. Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 20.

²²³ Segundo Baptista Pereira, *ob. cit.*, p. 23, estes contrafortes não estavam previstos inicialmente. Esta interpretação é reforçada pelos dados recolhidos nas escavações arqueológicas anteriormente referidas: “O contraforte [...] que escora a parede divisória do coro alto, e o portal da igreja pertencem a fase posterior. Assim, a zona inferior do contraforte [...], que é, aliás, muito mais baixo que os restantes, não se apresenta encastrada na parede da Igreja, mas tão-somente adossada: sobre põe-se ao soco da parede (roda-pé) da mesma; o seu alicerce não faz corpo com o da parede. Também as bases dos contrafortes que integram o portal foram simplesmente adossadas aos contrafortes [...], sobrepondo-se ao soco de pedra destes.” Cf. Carlos Tavares da Silva, *ob. cit.*, p. 7.

²²⁴ Esta torre não parece ser original, pois no seu interior são visíveis vestígios de outra construção e o remate é desalinhado da base.

²²⁵ Segundo Soror Leonor de São João, citada por Fernando António Baptista Pereira em *O Museu do Convento de Jesus de Setúbal*, *ob. cit.*, p. 37, o claustro tinha originalmente dois pisos, sendo “o inferior em arcada e o superior em colonata arquivada”; o sobreclaustro foi fechado no século XVI.

²²⁶ Na interpretação de Fernando António Baptista Pereira, este foi o recurso utilizado por Boitaca para suportar as descargas da abóbada da igreja.

Elementos fotográficos

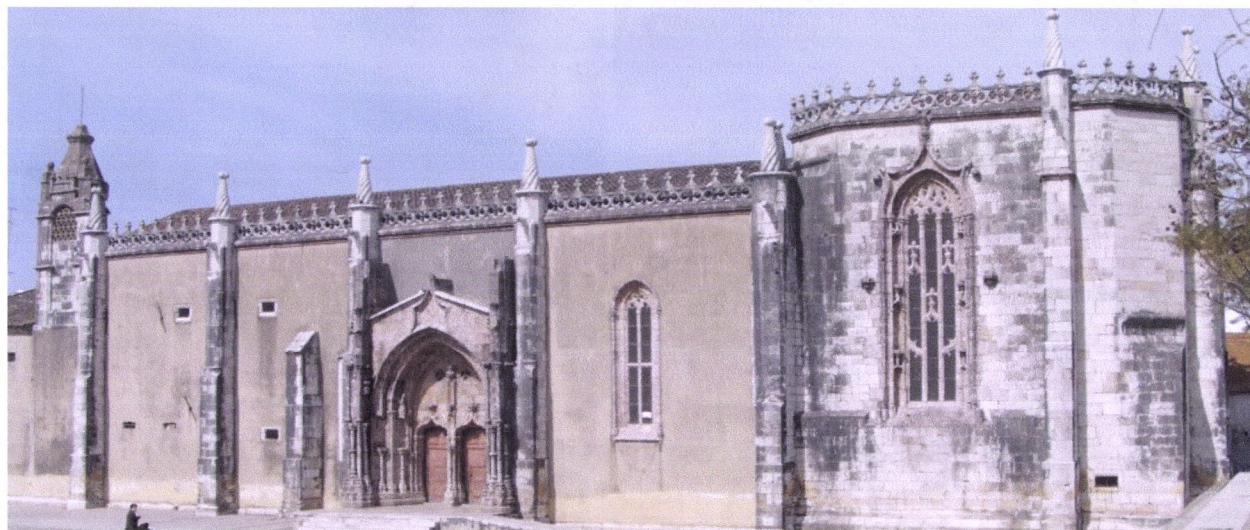


Fig. 3.171 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Alçado sul.*



Figs. 3.172 e 3.173 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Exterior da escada de acesso ao coro alto e torre sineira.*



Figs. 3.174 e 3.175 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corpos norte e poente.*



Figs. 3.176 e 3.177 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corpo sul do claustro, onde são visíveis os arcos e botantes do corpo da igreja, e corpo poente.*



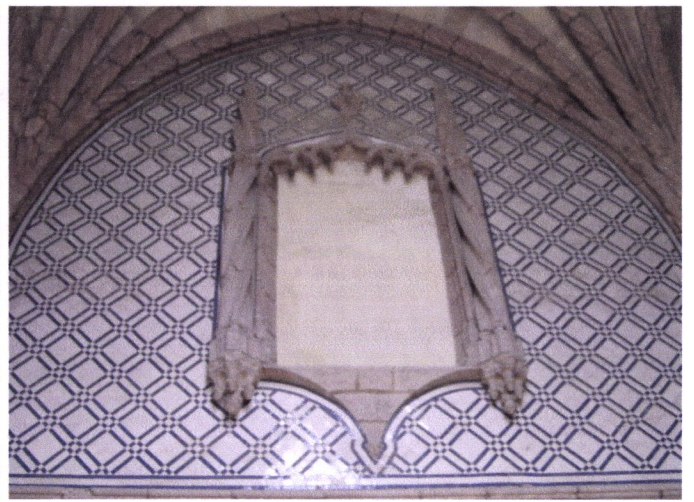
Figs. 3.178 e 3.179 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corpo nascente e entrada da sala do Capítulo, no mesmo corpo.*



Figs. 3.180 e 3.181 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Galeria do piso térreo do corpo sul e ante-coro.*



Figs. 3.182 e 3.183 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corpo norte e pormenor do lavabo.*



Figs. 3.184 e 3.185 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Abóbada e vão da cabeceira.*



Figs. 3.186 e 3.187 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Aspectos do interior da nave da igreja.*



Figs. 3.188 e 3.189 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Porta de acesso e varandim fronteiro ao coro alto.*



Figs. 3.190 e 3.191 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Sub-coro e coro alto.*



Figs. 3.192 e 3.193 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Pormenor do chanfro na cabeceira da igreja, visto pelo interior e pelo exterior.*

Elementos gráficos

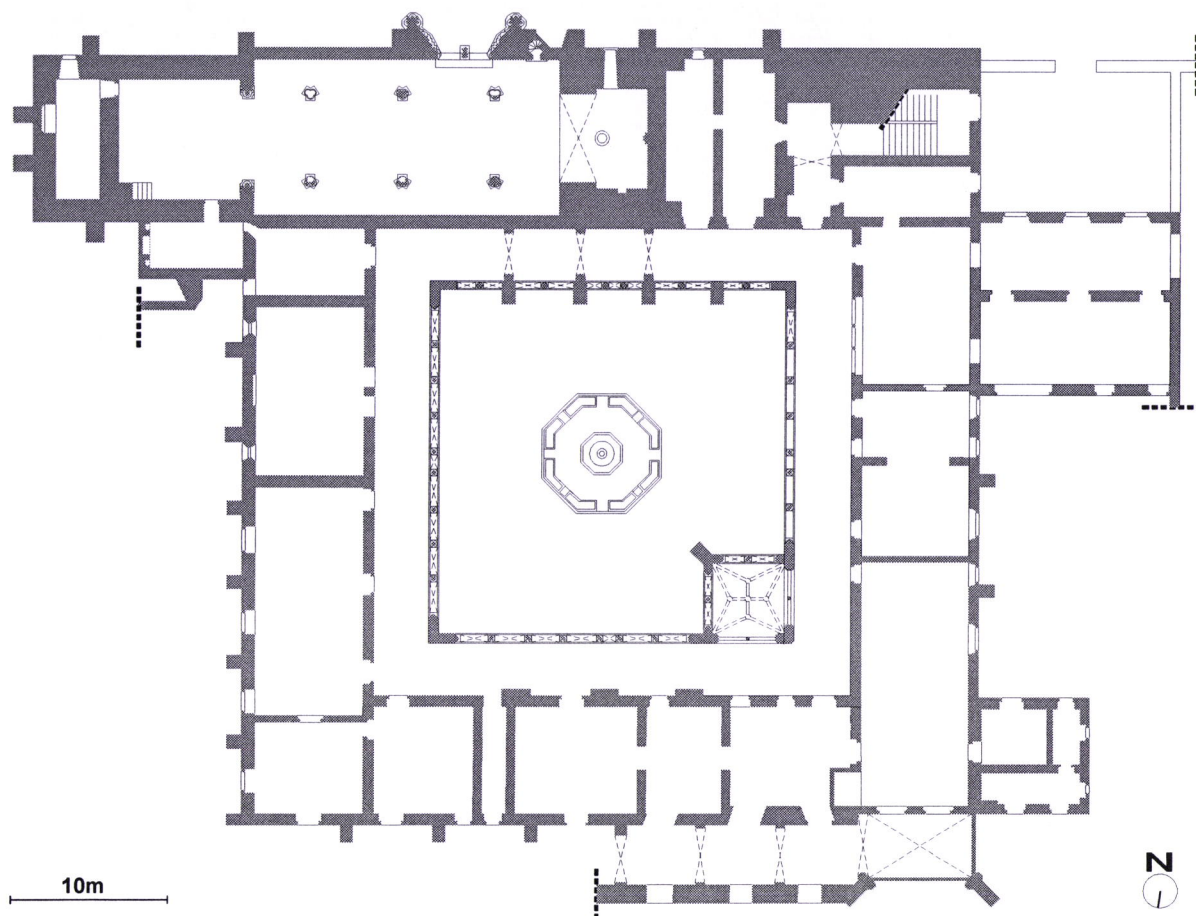


Fig. 3.194 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Planta actual do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

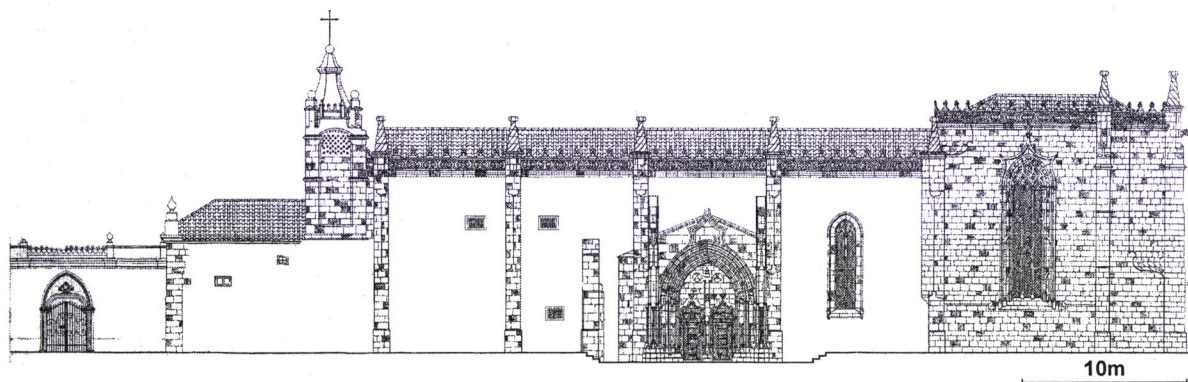
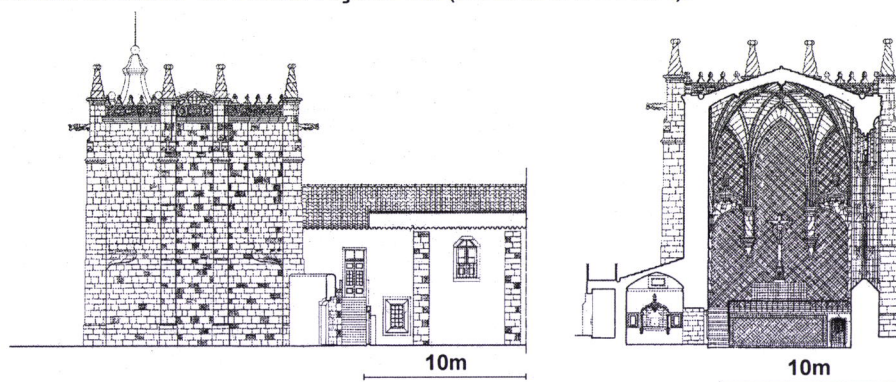


Fig. 3.195 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Alçado sul* (Desenho: DGEMN).



Figs. 3.196 e 3.197 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Alçado nascente e corte transversal da capela-mor e da actual sacristia* (Desenhos: DGEMN).

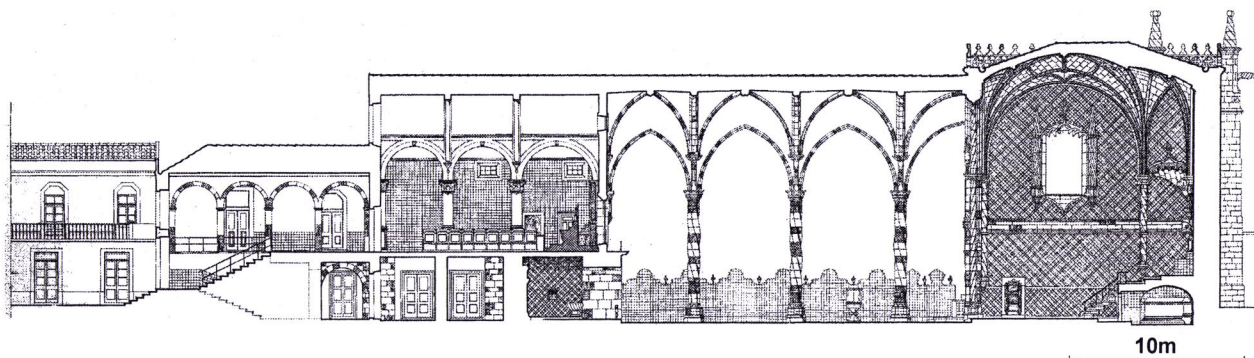


Fig. 3.198 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corte longitudinal da igreja* (Desenho: DGEMN).

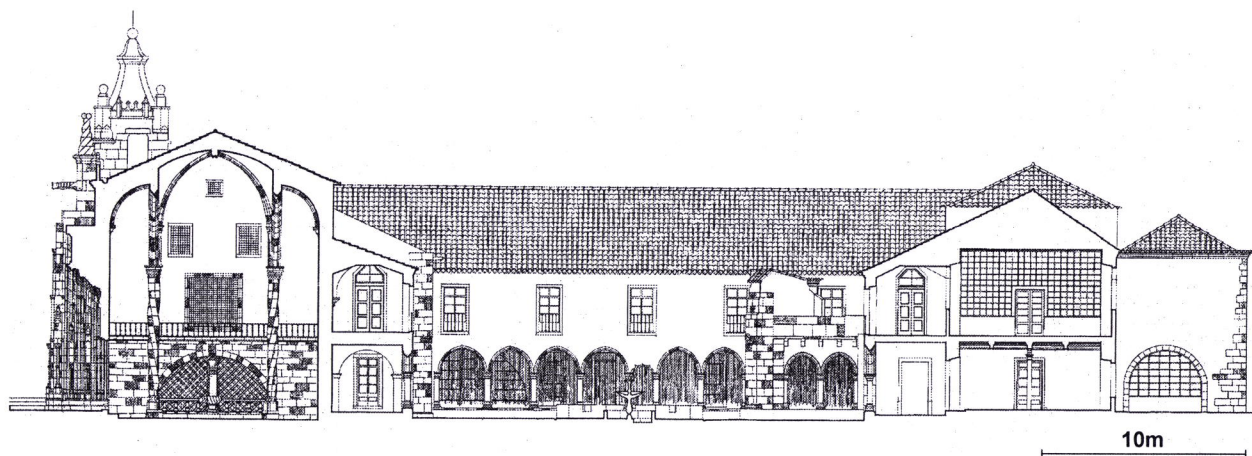


Fig. 3.199 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Corte transversal da igreja e do claustro* (Desenho: DGEMN).

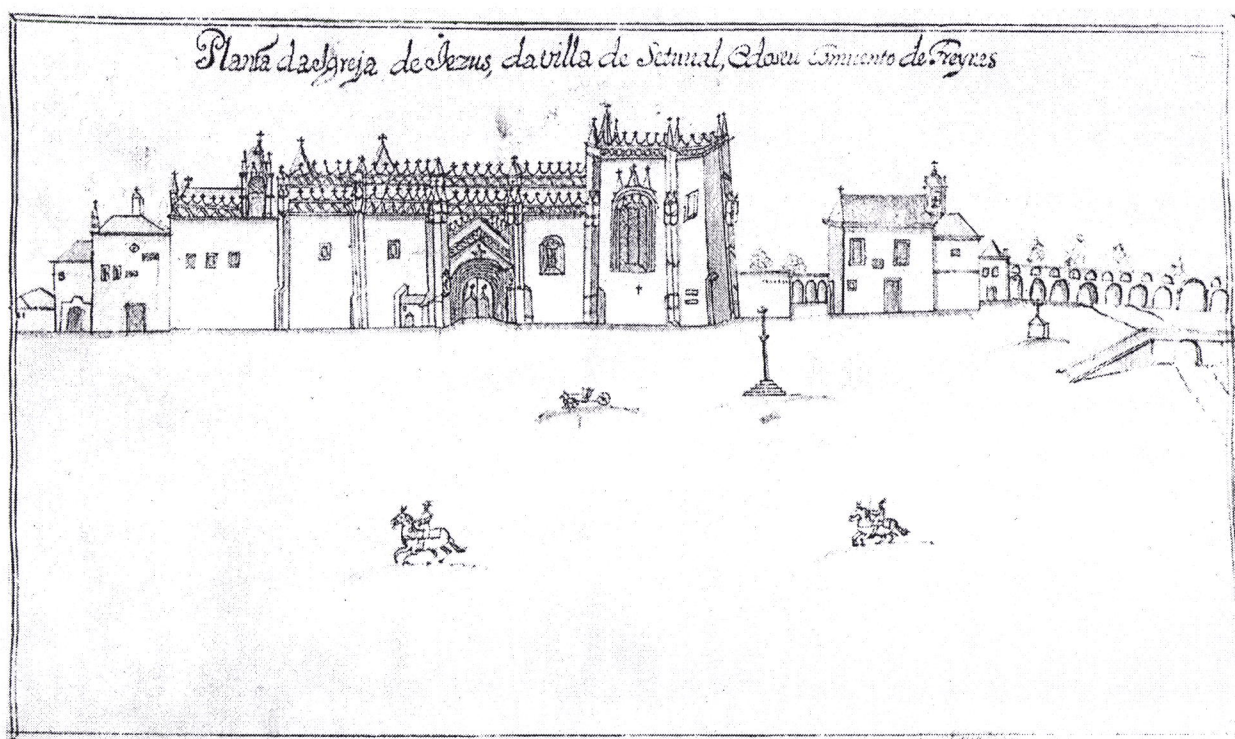


Fig. 3.200 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Reprodução de gravura antiga* (Boletim DGEMN, n.º 47, ob. cit.).

3.9 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus

3.9.1 – Enquadramento histórico

O primitivo Mosteiro de Nossa Senhora da Madre de Deus era um “conjunto arquitectónico de [...] modestas proporções”²²⁷. Foi fundado em 1509, pela rainha D. Leonor²²⁸, e logo habitado por sete religiosas transferidas do Mosteiro de Jesus, de Setúbal. Manteve a protecção régia até à extinção das ordens religiosas²²⁹.

A construção inicial era invadida pelas águas do rio Tejo e desde sempre houve vontade de alterar a construção para proteger as religiosas e os fiéis. No reinado de D. João III, Diogo de Torralva dirigiu obras de alteração e ampliação, numa empreitada com início em 1551. O construtor “desfez a igreja antiga, e no mesmo lugar erigiu a que hoje existe”²³⁰, sendo, possivelmente, a igreja primitiva adaptada a sub-coro e sala do Capítulo²³¹. Data desta campanha de obras a construção da nova igreja, numa cota mais elevada²³², e de dependências regulares em torno de um novo claustro; teve ainda alterações no reinado de D. João V e na sequência do terramoto de 1755²³³.

No séc. XIX, o conjunto monástico foi objecto de uma intervenção que tentou conferir, sobretudo à igreja, características semelhantes às que se entendia que teria tido na sua origem²³⁴; durante a realização desses trabalhos, foi posto a descoberto o que restava do portal quinhentista, sendo reconstituído segundo a representação que dele havia em pintura da época: o *Retábulo de Santa Aua*²³⁵. Em parte do edifício, foi instalado um espaço museológico; a restante construção foi destinada a uma instituição sócio-assistencial.

Na década de 1950, foram também realizadas obras de restauro²³⁶.

Actualmente, o Mosteiro acolhe o Museu Nacional do Azulejo, na igreja e em parte das dependências regulares, e a Casa Pia, nas restantes instalações.

²²⁷ Cf. Aarão de Lacerda, *Lisboa – Madre de Deus*, Barcelos, sem data, p. 6.

²²⁸ Cf. Aarão de Lacerda, *ob. cit.*, p. 6.

²²⁹ Segundo Alexandre Pais e Teresa Campos, “Interiores”, *As Coleções do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa, 1995, p. 18, esta protecção manteve-se mesmo durante o domínio espanhol.

²³⁰ Cf. Frei Fernando da Soledade citado por Joaquim Santos Firmo em *Notícia Sobre a Fundação do Mosteiro e Igreja da Madre-de-Deus*, Lisboa, 1867, p. 13. Como o autor refere, da expressão “o mesmo lugar” podemos deduzir que a igreja primitiva foi demolida para, no mesmo local, ser construída a nova igreja, ou que esta foi edificada no mesmo terreno, próximo da primitiva.

²³¹ Cf. Fernando Portugal e Alfredo de Matos (compil.), *Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974, p. 111.

²³² O pavimento da igreja actual localiza-se dois metros acima do nível do arruamento de acesso.

²³³ “Padeceu alguma ruína este Convento no terramoto, e grande abalo a igreja.” Cf. Fernando Portugal e Alfredo de Matos (compil.), *ob. cit.*, p. 111.

²³⁴ Foi responsável por esta intervenção, para repôr a “traça manuelina”, o arquitecto José Maria Nepomuceno. Cf. Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, 2001, p. 91.

²³⁵ Atribuído a Cristóvão Figueiredo e Garcia Fernandes, representa a chegada ao Mosteiro da Madre de Deus das relíquias desta santa, oferecidas em 1517 pelo imperador Maximiliano.

²³⁶ Dirigidas pela DGEMN.



3.9.2 – Descrição do Mosteiro

Localizado no lado oriental da cidade, no termo dela mas em local onde existia o paço real de Xabregas²³⁷, e onde os Franciscanos se tinham já instalado em 1455²³⁸.

O Mosteiro organiza-se em torno de um claustro de grandes dimensões e de um outro mais pequeno, chamado “claustrim”, a sul do primeiro.

Planta

O corpo da igreja, a sacristia e a casa do capelão formam, actualmente, o lado sudeste do claustro.

A **igreja** actual tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a nordeste;
- cabeceira de planta rectangular, com largura igual à da nave; lateralmente, localiza-se uma “tribuna real”;
- cruzeiro, desenhado por dois planos de pilares e arcos redondos que sustentam o arco triunfal;
- corpo longitudinal de uma nave;
- coro alto de profundidade semelhante à da “igreja de fora”, precedido por ante-coro;
- sub-coro, ou sala do Capítulo, construído num nível inferior ao da nave, com acesso directo do claustro²³⁹;
- coberturas:
 - abobadada na cabeceira e na nave;
 - cobertura plana com painéis no sub-coro;
 - tecto de masseira no antecoro e no coro alto;
- iluminação natural feita por vãos rasgados no alçado sudeste;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado sudeste da nave, próximo do coro.

A **sacristia** desenvolve-se atrás da cabeceira, junto à casa do capelão, que comunica directamente com o exterior. Junto a esta, localiza-se a escadaria de acesso à “tribuna real”.

No lado oposto à cabeceira, a comunicar com o coro baixo, localiza-se uma sala de planta rectangular, hoje designada por “Sala D. Manuel”, que seria o coro da igreja primitiva; esta igreja seria, igualmente, orientada a nordeste, e teria acesso lateral para a “igreja pública”, pelo alçado sudeste da nave; seria também por este coro que se acedia à torre sineira.

Para norte da igreja, desenvolve-se o **claustro principal**, com o seguinte programa arquitectónico:

²³⁷ “Contíguo ao mosteiro”. Cf. Alexandre Pais e Teresa Campos, *ob. cit.*, p. 16.

²³⁸ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, p. 313.

²³⁹ O vão de comunicação entre a nave e o sub-coro terá sido rasgado no século XIX.

- planta quadrada;
- fonte no centro do pátio;
- cobertura das galerias em abóbada.

No corpo sudoeste deste claustro, localizam-se uma pequena sala, chamada “Capela Árabe”, com tecto mudéjar, que seria a primitiva sala do **Capítulo**, e a escada de acesso ao claustro.

Para poente deste claustro situava-se o **claustro**, cujo piso térreo deve pertencer à primitiva construção quinhentista, e que apresenta o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular;
- cobertura das galerias em abóbada.

Alçados

O actual alçado principal do Mosteiro é formado por um único plano, realçado por pilares salientes e rematado por platibanda recortada. Tem múltiplos vãos rasgados em dois níveis²⁴⁰ e um grande portal. A sul, destaca-se a torre sineira, saliente do alçado.

O corpo da cabeceira não é identificável pelo exterior, por estar rodeado pela sacristia e pela casa do capelão. Os restantes alçados não são visíveis.

Os alçados do claustro principal têm cinco tramos contrafortados; o piso inferior tem arcos semicirculares e o superior tem arquitrave assente em colunelos.

No claustro, o piso térreo é formado por um número variável de arcos redondos assentes sobre colunas; o piso superior deste claustro é uma criação oitocentista.

3.9.3 – Protecção legal

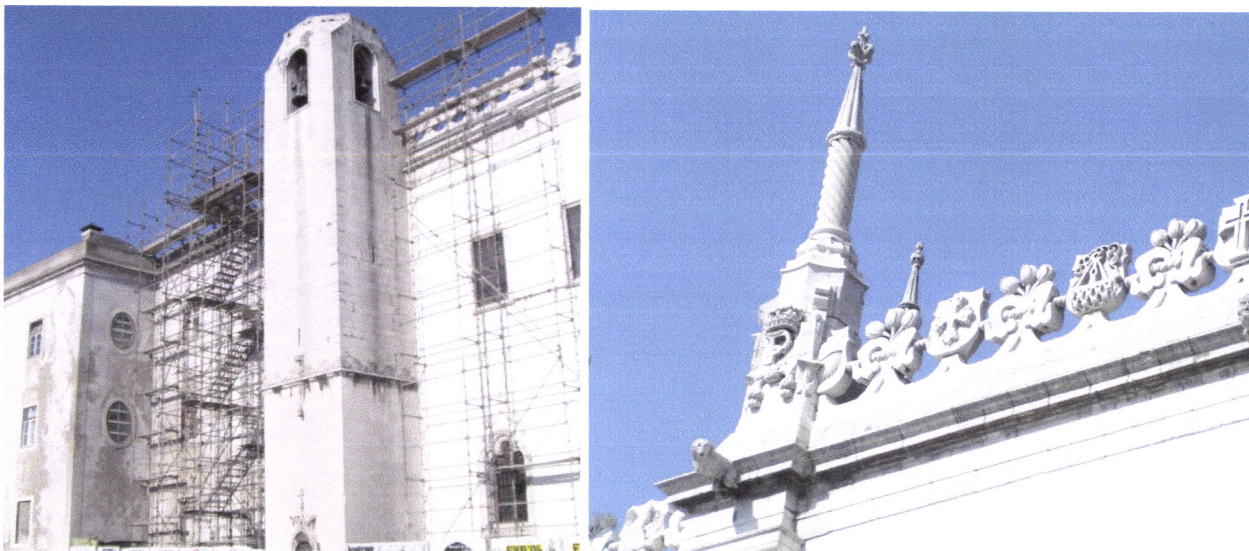
A Igreja da Madre de Deus foi classificada como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910.

²⁴⁰ Com as obras realizadas no séc. XIX, este alçado foi alteado e foram abertos novos vãos.

Elementos fotográficos



Figs. 3.201 e 3.202 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. Alçado sudeste e acesso à “igreja pública”.



Figs. 3.203 e 3.204 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. Alçado sudeste: torre sineira e platibanda de remate do edifício.



Figs. 3.205 e 3.206 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. Claustro principal e claustrim.



Figs. 3.207 e 3.208 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. *Aspectos do interior da nave da igreja.*



Figs. 3.209 e 3.210 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. *Sub-coro e coro alto.*

Elementos gráficos

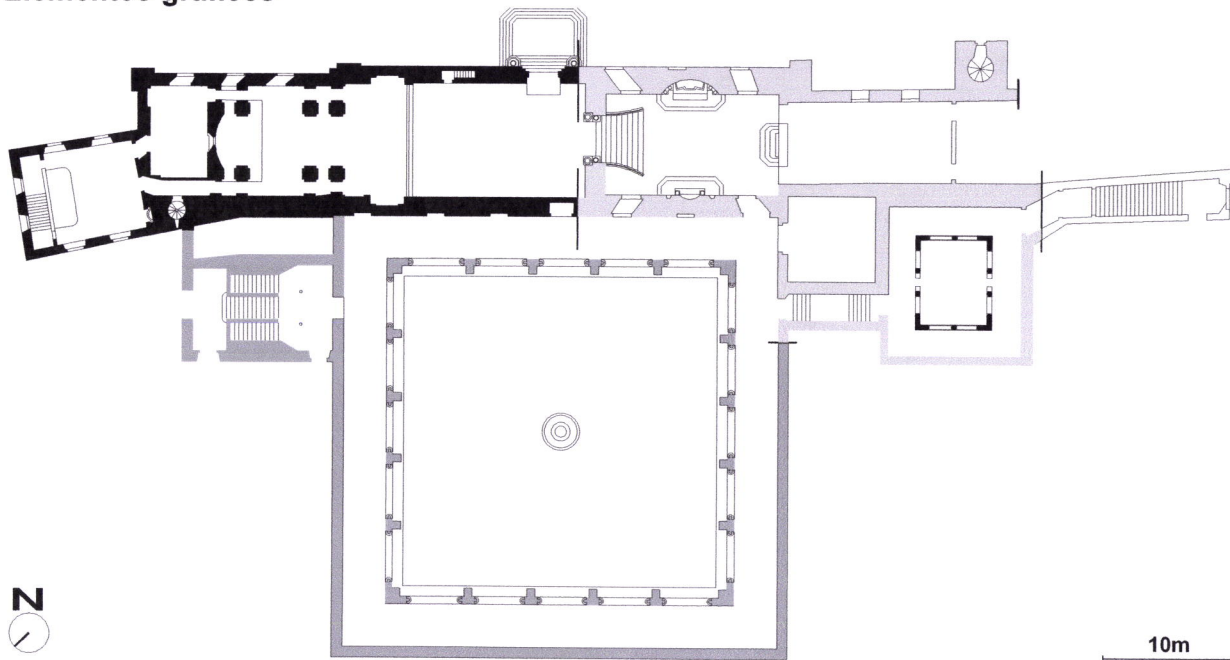


Fig. 3.211 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. *Planta parcial do Mosteiro, com proposta de identificação da construção primitiva, a cinzento, e da realizada em 1551, a negro* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

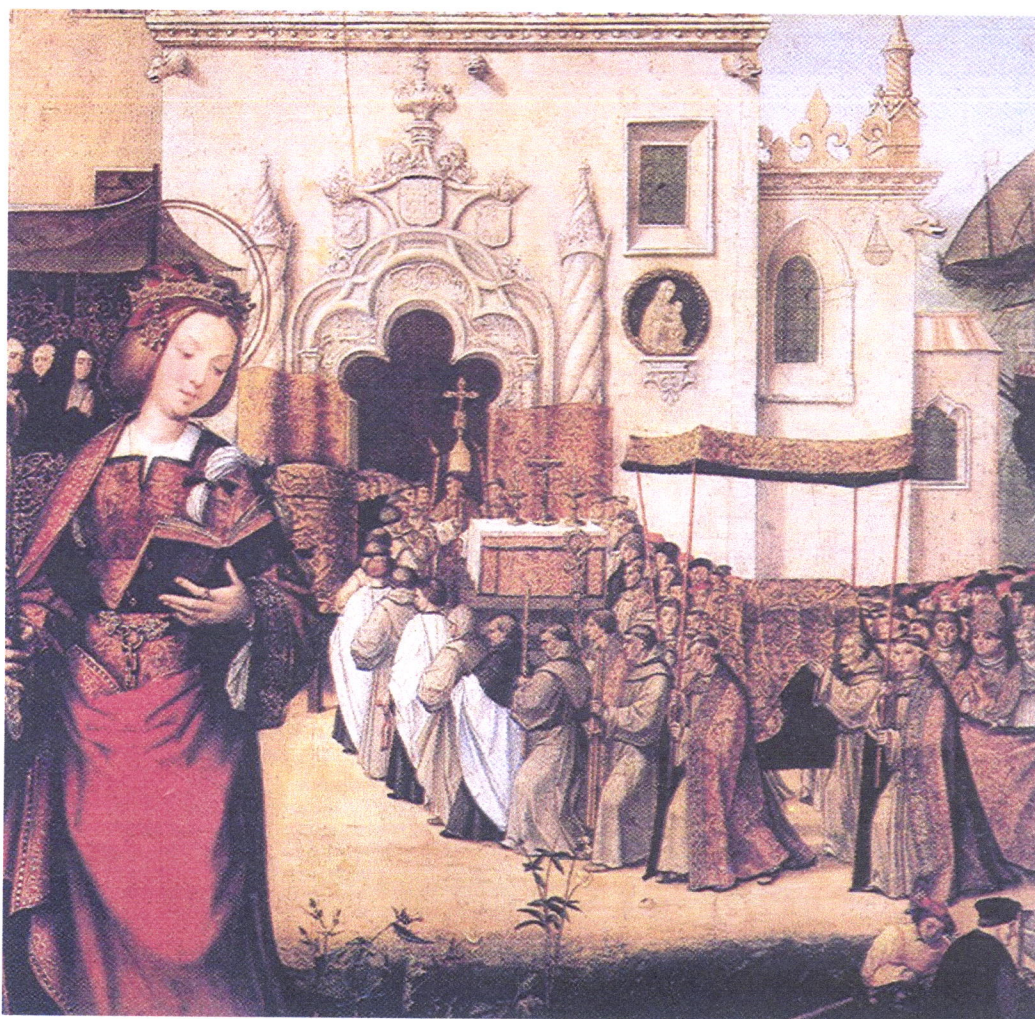


Fig. 3.212 – *Retábulo de Santa Aua* (Foto: *Atlas de Lisboa – A Cidade no Espaço e no Tempo, Contexto*, Lisboa, 1993, p. 62). *Pintura que inspirou os trabalhos realizados no séc. XIX; a igreja era formada por vários corpos articulados, sendo identificáveis a nave e a cabeceira.*

3.10 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas

3.10.1 – Enquadramento histórico

O Mosteiro das Chagas foi fundado por D. Jaime, quarto duque de Bragança, e por sua mulher, “para panteão das donas da sua estirpe”²⁴¹, na vila onde os Franciscanos estavam instalados desde 1500²⁴². O conjunto constituído pelo Mosteiro das Chagas, o Paço Ducal e o Convento dos Agostinhos implantou-se na Horta do Reguengo, ocupação de terrenos a norte do aglomerado existente. A construção do Mosteiro teve início em 1514 e a vida claustral em 1535, com oito religiosas de um dos mosteiros de Clarissas de Beja²⁴³. Desde o início, e ao longo de toda a sua história, este Mosteiro foi objecto de numerosos donativos para obras e para o sustento da comunidade; era considerado o mais rico da vila.

Sempre alojou filhas das famílias nobres alentejanas e de outras zonas do país que, a partir da segunda metade do séc. XV, se deslocaram para a região, por influência da Casa de Bragança. A época de maior ocupação foi durante o reinado de D. João V, vivendo nele 60 religiosas²⁴⁴. Por morte da última freira, em 1905, o Mosteiro das Chagas fechou as suas portas; foi o último a encerrar em Vila Viçosa. Depois de ter funcionado como colónia de férias e, a partir de 1935, como Seminário Menor da Arquidiocese, foi adaptado a unidade hoteleira na década de 1990²⁴⁵.

3.10.2 – Descrição do Mosteiro

O conjunto monástico foi edificado do lado sul do Terreiro do Paço, junto à ribeira de Alcabideche.

Planta

A igreja, em conjunto com o ante-coro, forma frente urbana para este espaço público, e tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a nascente;
- cabeceira de planta rectangular²⁴⁶;
- corpo longitudinal de uma nave;

²⁴¹ Cf. Túlio Espanca, *Mosteiros de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, 1970, p. 63.

²⁴² Cf. Manuel Valença, “Presença Franciscana em Faro – Séc. XVI-XX”, *Anais do Município de Faro*, Vols. XXVII/XXVIII, 1997/98, Faro, 2000, p. 38.

²⁴³ Não há unanimidade quanto à data de fundação do Mosteiro, bem como sobre a regra a que foi destinado originalmente. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro III, p. 288, diz que “principia a contar os anos da sua antiguidade neste de mil e quinhentos e trinta”. Joaquim de Oliveira Caetano, “A Fundação do Convento das Chagas”, *Monumentos*, n.º 6, Lisboa, 1997, p. 46, refere ter sido inicialmente ocupado por religiosas de Santo Agostinho, que o abandonaram na sequência da vontade da duquesa de construir um passadiço entre o palácio, mais tarde Paço do Bispo, e o Mosteiro, para visitar as suas filhas, o que implicaria uma constante intrusão no espaço de clausura.

²⁴⁴ Cf. Joaquim de Oliveira Caetano, *ob. cit.*, p. 46.

²⁴⁵ Com projecto de ARQUI III – João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz.

²⁴⁶ A cabeceira é contornada por uma escada que dá acesso ao trono e que constitui um corpo saliente no alçado nascente. Observando a diferença de espessura das paredes, bem como a saliência no alçado nascente (sustentada por um fragmento de sepultura) para a instalação do trono, no séc. XVIII, e a norte para a construção da escada, verifica-se que se trata de uma construção posterior.

- coros de grandes dimensões, de planta rectangular; os acessos são feitos por portas na parede fronteira às grades: coro baixo pelo claustro através de uma capela; coro alto por larga escadaria e ante-coro; a profundidade dos coros é pouco inferior à da nave;
- iluminação natural feita por janelas rasgadas na cabeceira²⁴⁷ e na nave;
- cobertura abobadada na cabeceira, nave e coros;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave, próximo do coro.

Junto à cabeceira da igreja, no corpo nascente e com acesso directo da rua, localiza-se a **sacristia**, de planta rectangular, coberta com abóbada.

Para sul da igreja, desenvolve-se o **claustro**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta quadrada, com cinco tramos em cada galeria²⁴⁸;
- cobertura abobadada das galerias²⁴⁹;
- acesso ao sobreclaustro junto aos coros da igreja;
- fonte central; poço na galeria do corpo sul, em frente à sala do Capítulo.
- oratórios nos dois pisos, com maior concentração na galeria a norte, que confina com a igreja.

A sala do **Capítulo** é localizada por diversos autores no corpo sul do claustro; tem planta rectangular e porta no eixo da quadra; é coberta com abóbada.

O **refeitório** localiza-se no mesmo corpo; tem também planta rectangular e cobertura semelhante à anterior. Túlio Espanca refere a localização da cozinha encostada a este corpo, para poente. Dado que o forno de lenha se localiza entre a portaria e a sala do Capítulo, pode indiciar que, em época mais remota, o refeitório se localizaria na actual sala do Capítulo e esta na ala nascente, junto à sacristia, em espaço cuja função se desconhece.

É neste corpo nascente que se localizam os vestígios de espaços de comunicação com o exterior:

- portaria, aqui designada por “Casa das Falas”, no piso térreo, de planta rectangular e cobertura abobadada, onde se localizam a roda e o parlatório (com grade dupla);
- compartimento ao lado da portaria, com acesso directo pela rua, com roda e parlatório;
- compartimento sobre a portaria, que comunica com esta por uma escada.

²⁴⁷ “Que substitui a primitiva fresta renascentista”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 68.

²⁴⁸ O claustro tem “plano original de D. Jaime de Bragança mas terminado em tempos de seu filho”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 82.

²⁴⁹ Obra financiada por D. Pedro II; D. João V custeou a reparação dos alicerces, telhados e refeitório. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 82.

A quantidade de comunicações com o exterior, no piso térreo, pode dever-se à numerosa afluência de visitantes²⁵⁰; no piso superior, a comunicação resulta da existência do antigo passadiço entre o palácio (no local actualmente conhecido por Paço do Bispo) e o Mosteiro²⁵¹. O corpo poente é constituído, nos dois pisos, por salas de grandes dimensões. No piso superior, localiza-se a Casa do Beija-Mão dos Reis, obra da época de D. João VI.

Alçados

O conjunto é bastante recortado, devido às diferentes alturas dos volumes, nomeadamente no alçado norte. A igreja é um conjunto de três corpos em crescendo, correspondentes à cabeceira, à “igreja pública”, com contrafortes, e aos coros. Este último corpo é o mais elevado, facto ainda sublinhado pela torre sineira e pelo mirante com grillagem de tijolo; junto a esta, destaca-se o corpo das antigas latrinas, de planta quadrada e grandes proporções²⁵².

Todos os alçados do claustro são semelhantes, muito regulares nos dois primeiros pisos, com cinco conjuntos de dois arcos redondos no piso térreo e vãos arquivoados no primeiro piso, marcados por contrafortes; no último piso, recortam-se volumes mais variáveis, com elevação do corpo da igreja, num plano recuado, no corpo norte, e, nos restantes, ampliações correspondentes às casas das religiosas²⁵³.

3.10.3 – Protecção legal

A Igreja e o claustro do Mosteiro das Chagas foram classificados como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 33587, de 27 de Março de 1944.

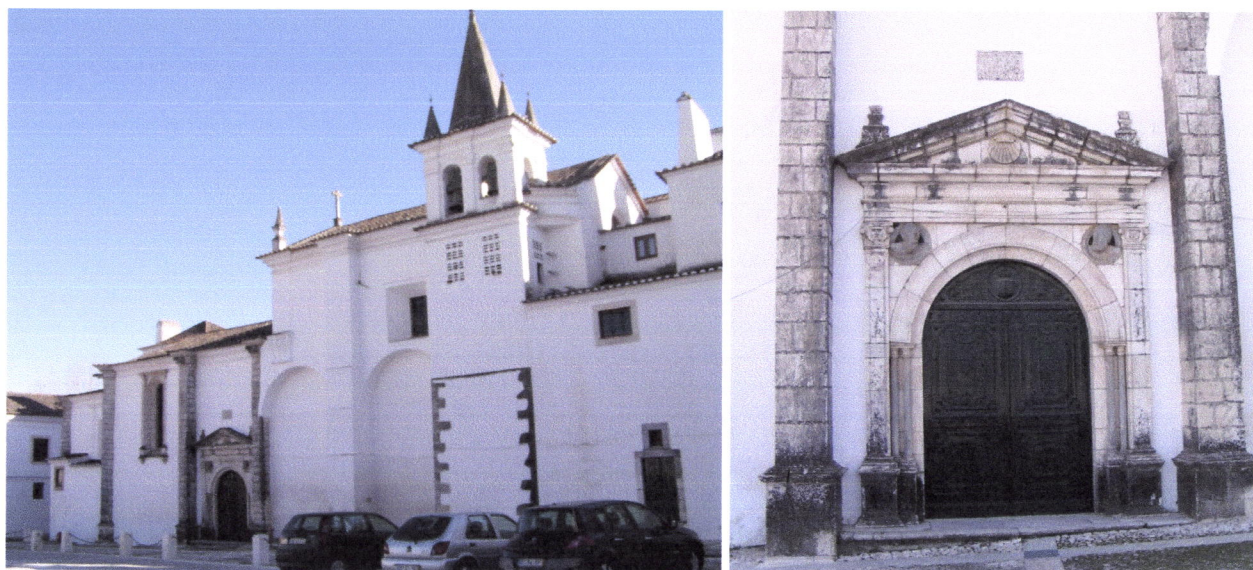
²⁵⁰ Segundo Joaquim de Oliveira Caetano, *ob. cit.*, p. 47, durante os reinados de D. Pedro II e de D. João V, “os visitantes dão-nos uma ideia muito atribulada da vida conventual e, entre as suas proibições, contam-se as de comer, beber, bailar e tocar música no parlatório, para alegrar os visitantes”.

²⁵¹ Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 65, refere “o velho passadiço de alvenaria, que entroncava com a clausura através do paço (mais tarde reconstruído para residência dos Bispos Deões da Capela Ducal), onde vivia a idosa duquesa fundadora, D. Joana de Mendonça, para comunicar com as suas filhas freiras, D. Vicência e D. Maria das Chagas, o qual foi demolido logo após a sua morte em 1580”.

²⁵² Este corpo foi construído ao lado da ribeira de Alcabideche, actualmente encanada, que promovia a remoção dos dejectos. Não foi encontrada referência à data da sua construção.

²⁵³ Estas tinham autorização para construir celas privativas, resumindo-se a sua participação na vida comunitária “ao serviço do coro, refeitório e dormitório”. Cf. Túlio Espanca, *ob. cit.*, p. 63.

Elementos fotográficos



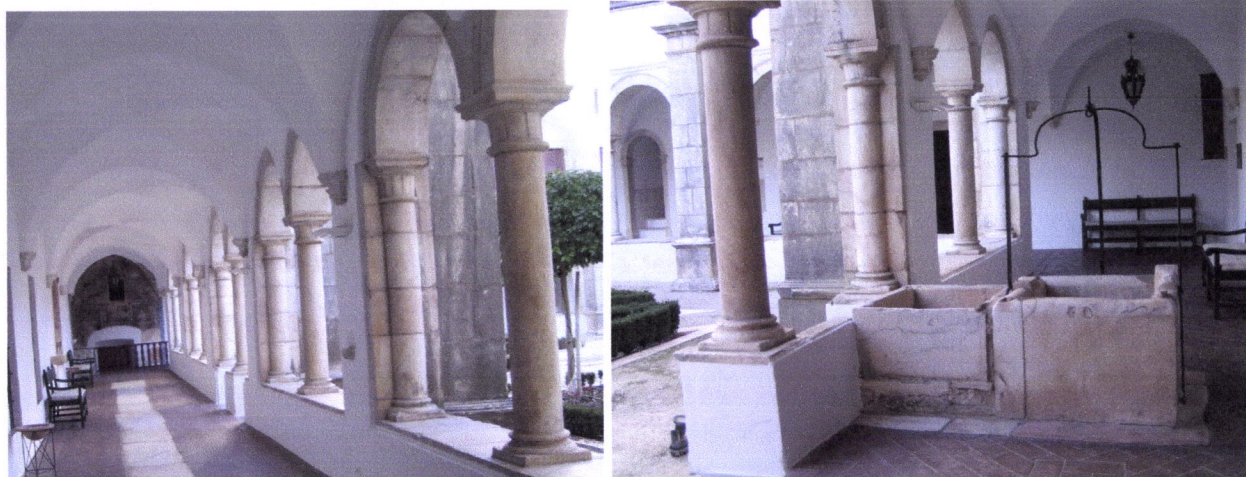
Figs. 3.213 e 3.214 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Alçado norte e acesso à “igreja pública”.*



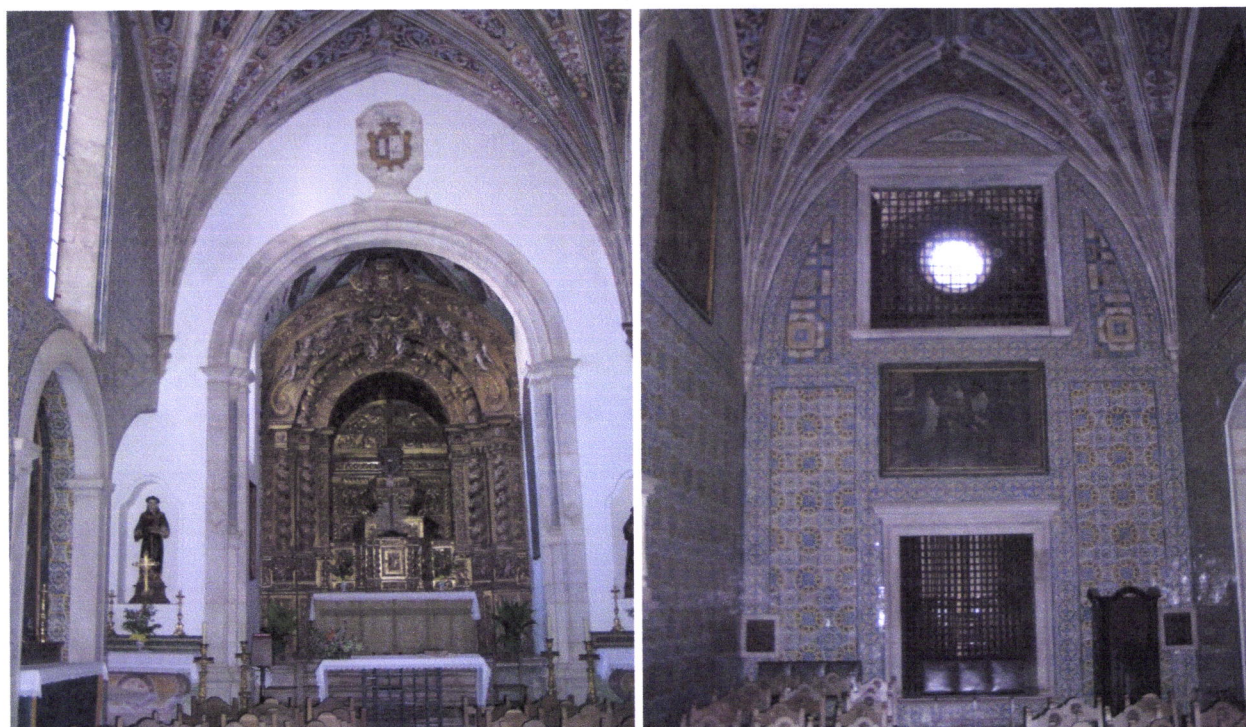
Figs. 3.215 e 3.216 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Alçado nascente e corpo das latrinas.*



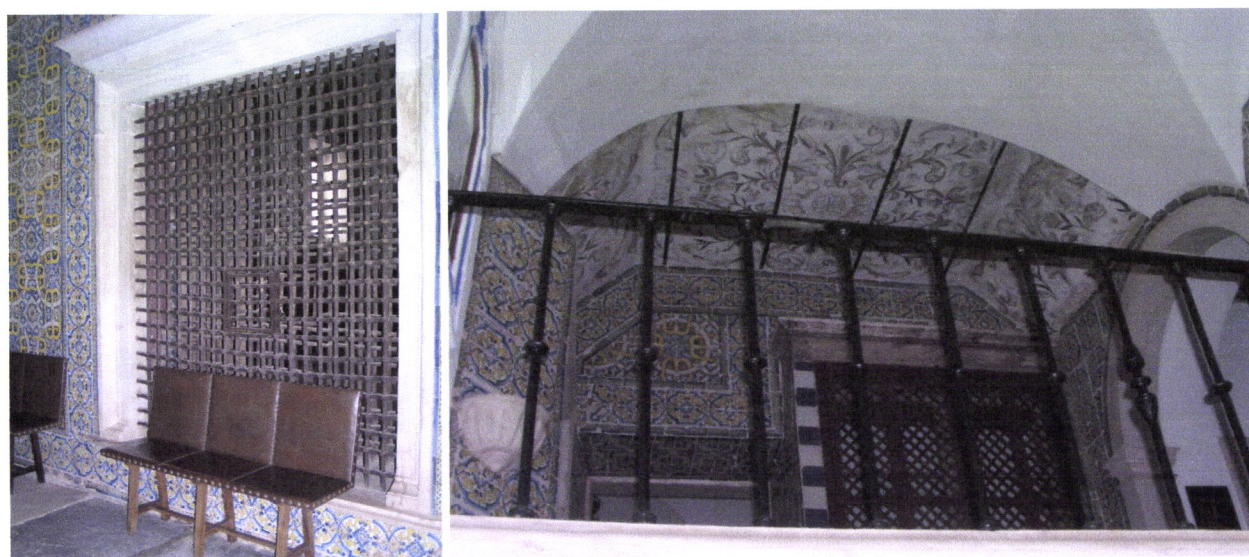
Figs. 3.217 e 3.218 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Corpos norte e poente do claustro.*



Figs. 3.219 e 3.220 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Galeria do piso térreo do corpo norte e pormenor do poço, na galeria do corpo sul do claustro.



Figs. 3.221 e 3.222 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Aspectos da nave da igreja.



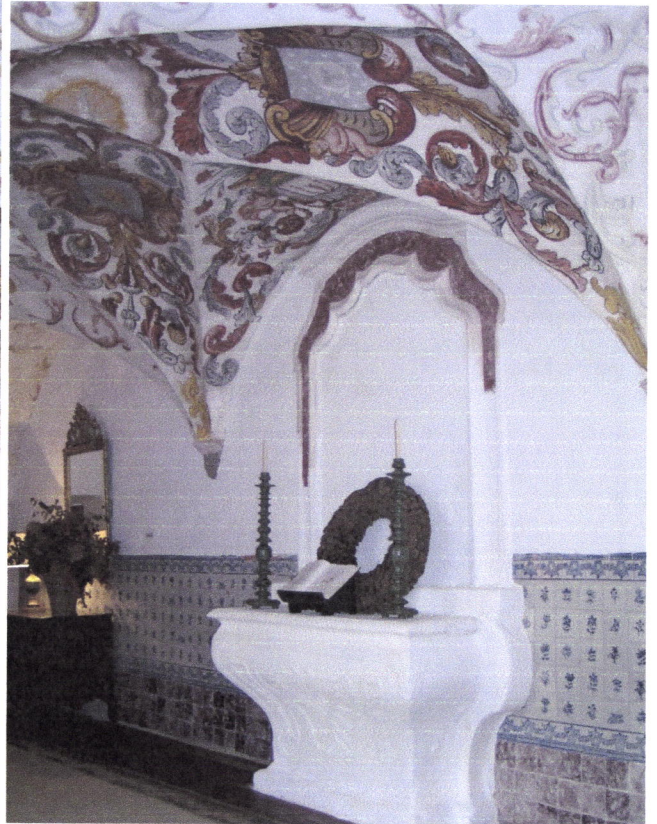
Figs. 3.223 e 3.224 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Pormenor da grade do coro baixo e ante-coro.



Figs. 3.225 a 3.227 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Os três compartimentos com grade e roda.



Figs. 3.228 e 3.229 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Refeitório e forno de lenha.



Figs. 3.230 e 3.231 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Aspectos da sala do Capítulo.

Elementos gráficos

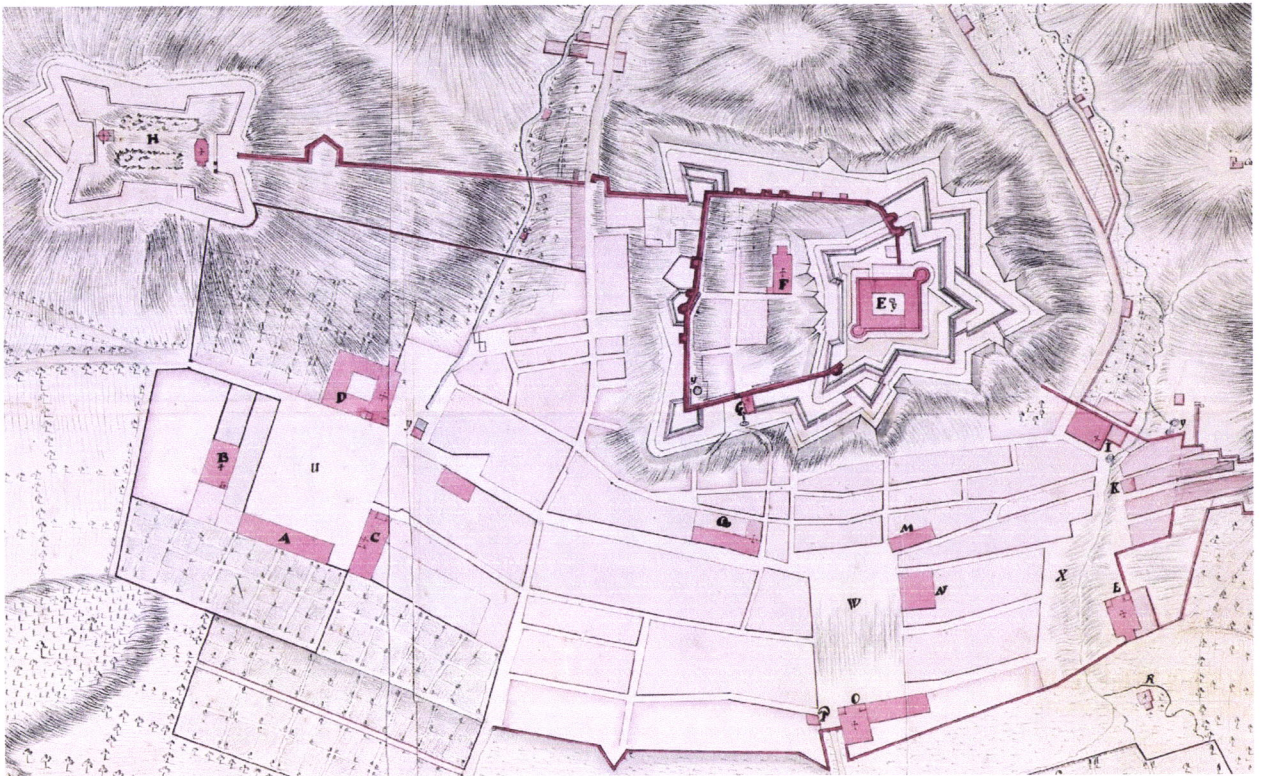


Fig. 3.232 – Vila Viçosa. Planta de 1763, de Stuckumcker Welmerdeng e João de Roemer (Arquivo do Gabinete de Estudos de Arqueologia Militar do Ministério do Exército). O Mosteiro das Chagas está identificado com a letra C.

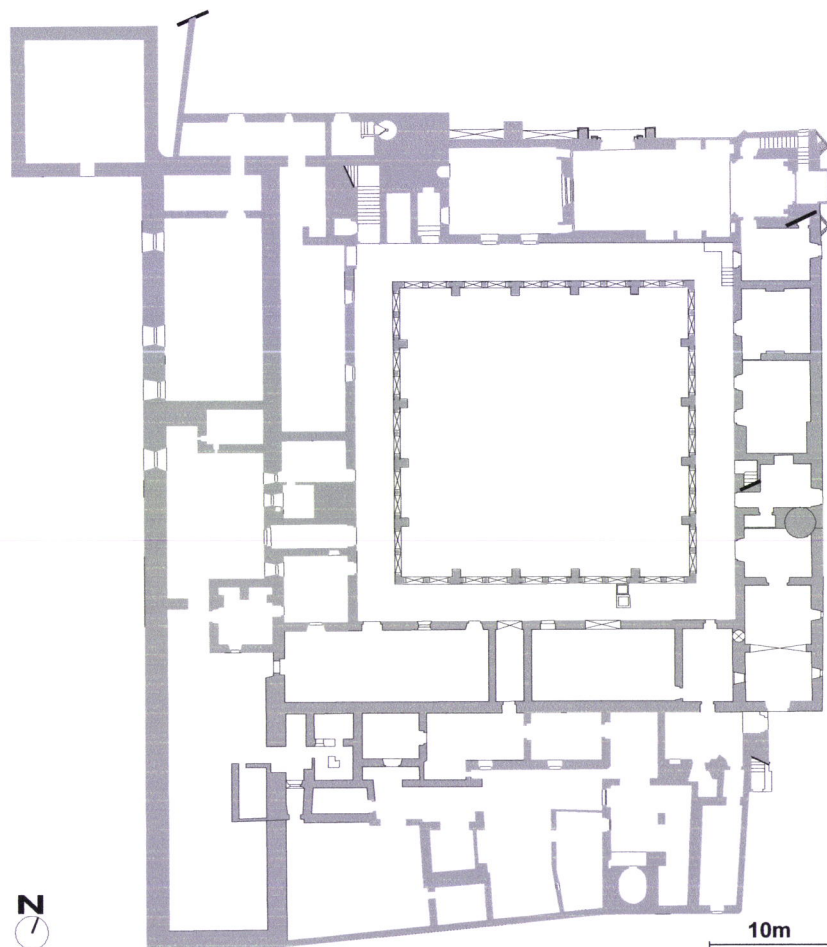


Fig. 3.233 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. Planta actual do Mosteiro (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

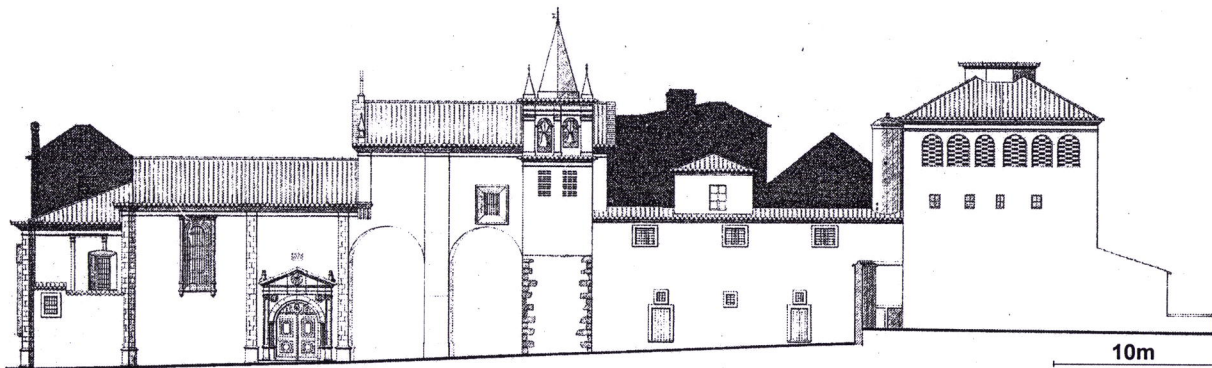


Fig. 3.234 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Alçado norte* (Desenho: DGEMN).

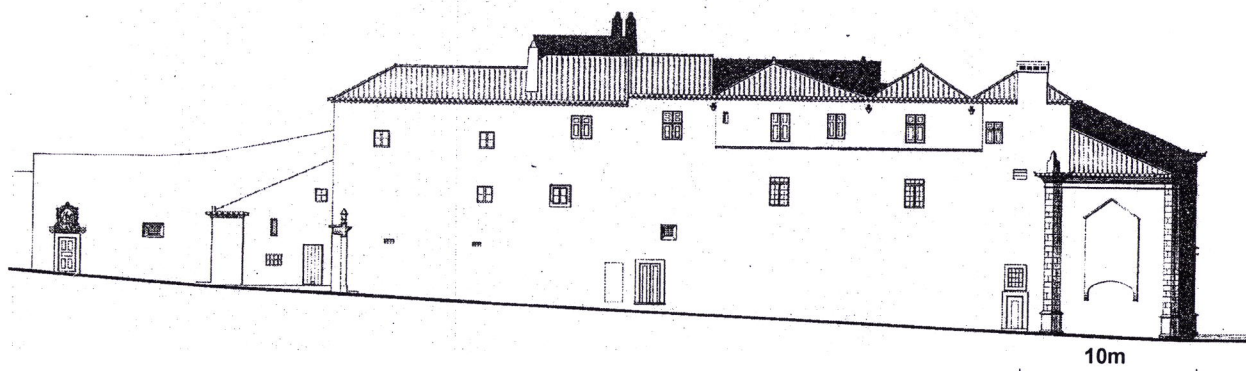


Fig. 3.235 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Alçado nascente* (Desenho: DGEMN).



Fig. 3.236 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. *Corte* (Desenho: DGEMN).

3.11 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria

3.11.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1523, por Meda Vaz de Queirós, viúva de Pedro Vaz de Almeida, vedor do infante D. Henrique²⁵⁴, no local onde já existia uma capela de invocação a Santa Iria²⁵⁵. Em 1536, Pedro Moniz da Silva mandou reedificar a igreja²⁵⁶, ficando associado a esta obra o nome de João de Castilho.

O Mosteiro foi construído sobre a margem do rio Nabão, o qual lhe causou graves danos devido às constantes inundações, sobretudo em 1550 e em 1555. Os trabalhos recentes realizados nas margens do rio, que elevaram o nível das águas, provocaram a inundação da capela de Santa Iria e a desconsolidação das estruturas de fundação, facto que ameaça levar à derrocada do corpo poente do Mosteiro.

Após a extinção das ordens religiosas, as dependências regulares foram vendidas em 1836, sofrendo avultadas obras de alteração para adaptação a habitações²⁵⁷. A igreja foi comprada, em 1877, por José Maria Nepomuceno, que pretendia restaurá-la, o que não chegou a acontecer. Mais tarde, parte da nave da igreja foi destruída, para alterar o acesso ao interior da construção.

3.11.2 – Descrição do Mosteiro

Devido às alterações que sofreu, as partes que restam deste Mosteiro só permitem a descrição parcial da igreja e do claustro subsistente. Para além destes dois espaços, são ainda identificáveis a sacristia e uma dependência exterior, com vestígios de arcaria, encostada à parede sul da igreja, que pode ter sido parte de uma galeria de um outro claustro. Na configuração actual, a igreja não confina com o claustro.

Os edifícios que contornam a igreja, para nascente, com frente para a Rua de Santa Iria, estão ligados por arco ao palácio de Frei António de Lisboa, hoje em ruína.

Planta

A **igreja**, que formava o lado norte do conjunto monástico, tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta rectangular, orientada a nascente;
- cabeceira de planta rectangular com ângulos cortados obliquamente; comunica com uma pequena dependência lateral, a sul, que funcionou como sacristia;
- corpo longitudinal de nave única; capela de Miguel Vale, no lado da Epístola;
- coberturas:
 - cabeceira em abóbada;

²⁵⁴ Cf. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Santarém*, Disco III, Lisboa, 2000.

²⁵⁵ Esta capela ficou integrada na construção do conjunto monástico, do lado poente, numa cota inferior.

²⁵⁶ Pedro Moniz da Silva era irmão de António Moniz da Silva, conhecido como Frei António de Lisboa, prior-mor da Ordem de Cristo. Cf. Padre José Guilherme Godinho da Silva, *Santa Iria – Influências da Escola Renascentista Coimbrã em Tomar*, Boletim Cultural e Informativo, n.º 4, Tomar, 1982, p. 31.

²⁵⁷ Cf. José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, 1994, p. 84.

- nave com tecto de masseira;
- capela lateral com abóbada;
- iluminação natural por janelas no alçado norte;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave.

A igreja tinha coro, que foi demolido no final do séc. XIX²⁵⁸, aquando da realização das obras de adaptação das dependências regulares a habitação, deslocando-se a janela que se encontrava no lado norte do coro para a nave²⁵⁹.

O **claustro** subsistente não comunica com a igreja; localiza-se a sudoeste desta, e tem o seguinte programa arquitectónico:

- planta quadrada, com cinco tramos em cada galeria e dois pisos;
- cobertura das galerias com tecto de madeira.

Não são identificáveis os espaços e funções que se organizavam em torno do claustro.

Alçados

O alçado norte da igreja desenvolve-se em três planos, correspondendo um à cabeceira e dois à nave. Embora já parcialmente escondida por outra construção, a cabeceira parece ter sido saliente, devido ao ângulo cortado em diagonal ainda hoje visível. O remate do alçado é feito com platibanda e beirado.

Para nascente, sul e poente do que seria o Mosteiro, não são visíveis os alçados, devido às demolições e ampliações entretanto realizadas.

A igreja localiza-se num plano recuado em relação ao arruamento e ao edificado a poente, não sendo certo que assim fosse originalmente.

Os alçados do claustro são todos semelhantes, sendo o piso inferior com arcos redondos sobre colunas e o superior com arquitrave direita sobre pilares.

3.11.3 – Protecção legal

O portal e a capela lateral da Igreja de Santa Iria foram classificados como Monumento Nacional, pelo Decreto de 11 de Março de 1920. O Mosteiro de Santa Iria (incluindo a igreja) foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 35532, de 15 de Março de 1946.

²⁵⁸ Cf. Padre José Guilherme Godinho da Silva, *ob. cit.*, p. 32.

²⁵⁹ Cf. Vieira Guimarães, *Thomar – Santa Iria*, Lisboa, 1927, p. 239.

Elementos fotográficos



Fig. 3.237 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Alçado poente, sobre o rio Nabão.*



Figs. 3.238 e 3.239 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Aspectos do alçado norte.*



Figs. 3.240 e 3.241 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Arco sobre a Rua de Santa Iria e alçado poente, sendo visível a entrada para a capela de Santa Iria, realçada com um painel de azulejo.*



Figs. 3.242 e 3.243 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Corpos poente e nascente do claustro.*



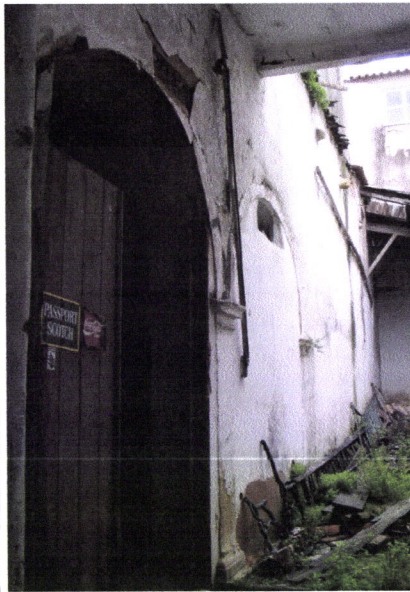
Figs. 3.244 e 3.245 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Corpo norte do claustro.*



Figs. 3.246 e 3.247 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Galeria do piso térreo e sobreclaustro.*



Figs. 3.248 e 3.249 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Aspecto do interior da cabeceira e nave da igreja.*



Figs. 3.250 a 3.252 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Porta da sacristia, arcaria no alçado sul da igreja e interior do corpo poente do claustro.*

Elementos gráficos



Fig. 3.253 – Tomar. *Planta parcial com localização do Mosteiro de Santa Iria, da igreja e do claustro* (Desenho: Câmara Municipal de Tomar; sem escala).

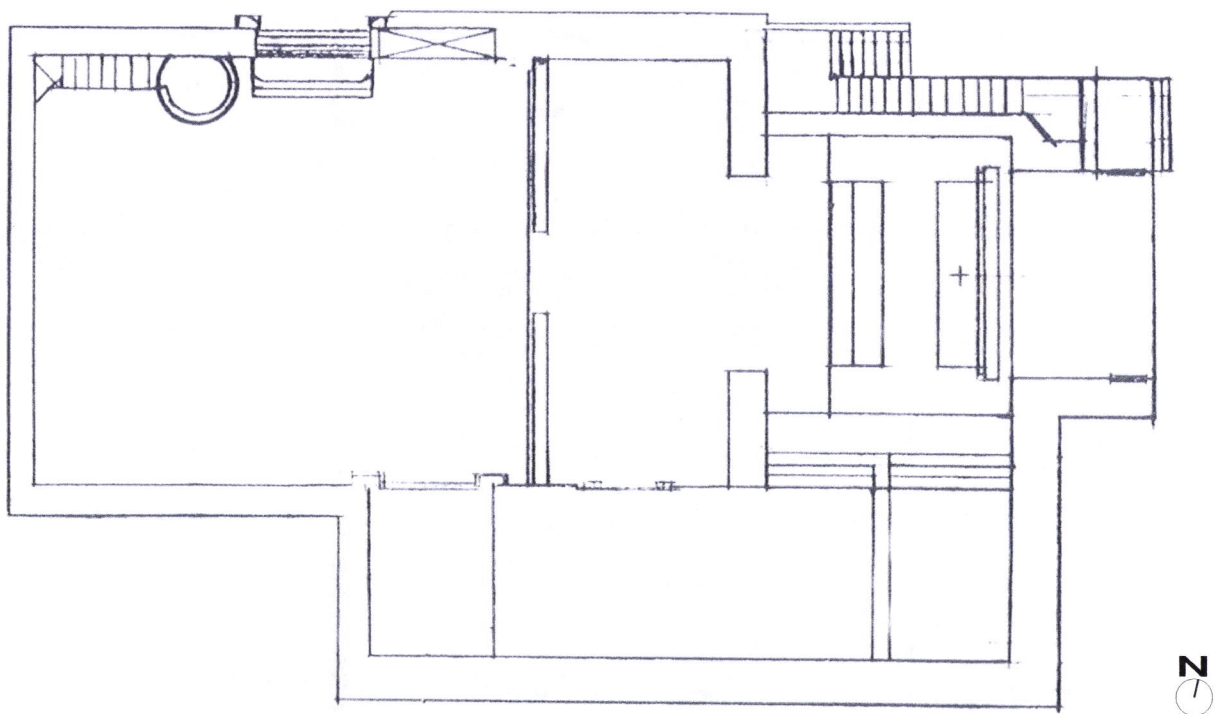


Fig. 3.254 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. *Planta da igreja* (extraído de *Santa Iria – Influências da Escola Renascentista Coimbrã em Tomar*, ob. cit., p. 50; sem escala).

3.12 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção

3.12.1 – Enquadramento histórico

A presença da Ordem dos Frades Menores em Faro, “muito bem situada, e muito abastada”²⁶⁰, remonta a 1516, tendo a construção do seu convento sido iniciada em 1529²⁶¹. Para as Clarissas, foi a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, quem promoveu a construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, que só veio a ser concluído por D. Catarina, mulher de D. João III. Ambas as rainhas eram donatárias de Faro²⁶². Quanto à data de início da obra, não há consenso, sendo dado o ano de 1527 como data provável do arranque dos trabalhos²⁶³. Em 1548, estavam concluídos “o dormitório do piso superior do claustro [...], a sacristia e todas as obras de carpintaria do mosteiro”²⁶⁴, continuando, no entanto, a decorrer algumas obras nos anos subsequentes.

Faro sofreu numerosas calamidades, com consequências graves no seu património edificado: “Em 1596 a cidade foi saqueada e incendiada pelas tropas do Conde de Essex, apenas escapando à destruição as igrejas de S. Pedro [...] e da Misericórdia. [...] Já os sismos de 1504, 1531 e 1587 tinham provocado pesadas destruições. No século XVIII, o terramoto de 1719, de relativamente pouca importância, e principalmente os de 1722 e 1755 provocaram grandes danos na cidade. Ainda mal tinham começado os trabalhos de reconstrução quando, em 13 de Janeiro de 1757 um furacão provocou novos e importantes estragos.”²⁶⁵ O casario desta zona da cidade terá ficado tão danificado que, aproveitando esse ensejo, foi decidido destruí-lo e, em seu lugar, abrir dois largos²⁶⁶.

Após a extinção das ordens religiosas, as freiras clarissas mantiveram-se no Mosteiro até 1836²⁶⁷; após alguns anos de abandono, o Mosteiro foi vendido a particulares, que nele instalaram uma fábrica de cortiça²⁶⁸. A Câmara Municipal de Faro adquiriu o edifício em 1960. Foram então promovidos trabalhos de recuperação do conjunto monástico que permitiram a instalação do Museu Municipal, em 1973; inicialmente instalado em algumas salas, veio a

²⁶⁰ Cf. Alberto Iria, *Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos Séculos XV a XVIII*, Lisboa, 1976, p. 100, citado por Joaquim Romero Magalhães em “A Meio do Reino do Algarve: Faro, Séculos XVI-XVII”, *Monumentos*, n.º 24, Lisboa, 2006, p. 21.

²⁶¹ Cf. Manuel Valença, “Presença Franciscana em Faro – Séc. XVI-XX”, *Anais do Município de Faro*, Vols. XXVII/XXVIII, 1997/98, Faro, 2000, pp. 37-38.

²⁶² Cf. Francisco Lameira, *Faro – A Arte na História da Cidade*, Faro, 1999, p. 40.

²⁶³ Cf. José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, 1987, p. 35.

²⁶⁴ Cf. José Eduardo Horta Correia, *ob. cit.*, p. 35. Ainda segundo este autor, estes espaços foram abertos ao público antes de serem integrados na clausura, para que a população pudesse apreciar o seu carácter inovador.

²⁶⁵ Cf. Marcos Blanch Diniz, “Arquitectura Civil em Faro Após o Terramoto de 1755”, separata dos *Anais do Município de Faro*, Faro, 1981, p. 7. Segundo José António Pinheiro e Rosa, “O Mais Representativo Monumento da Cidade de Faro”, separata dos *Anais do Município de Faro*, Faro, 1978, citado por João Alberto Carvalho Marques em *O Convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro*, dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 45 (polic.), o terramoto de 1755 terá destruído a igreja e todo o corpo nascente e parte do poente do Mosteiro; o corpo sul e o claustro resistiram.

²⁶⁶ Cf. Rui Mendes Paula e Frederico Paula, *Faro – Evolução Urbana e Património*, Faro, 1993, p. 41.

²⁶⁷ Cf. João Alberto Carvalho Marques, *ob. cit.*, p. 46.

²⁶⁸ Cf. Francisco Lameira, *ob. cit.*, p. 41.

ocupar a totalidade do edifício, em 1980, com a conclusão dos trabalhos, realizados pela DGEMN²⁶⁹.

3.12.2 – Descrição do Mosteiro

Para a construção do Mosteiro, foram escolhidos os terrenos onde se localizara a judiaria²⁷⁰, dentro da muralha da cidade e próximo do Convento de São Francisco.

Após múltiplas destruições e conseqüentes campanhas de obras, o conjunto monástico encontra-se muito alterado. Hoje, são inequivocamente identificáveis a igreja, que forma o lado norte do complexo arquitectónico, o claustro, a cozinha e o refeitório, no corpo sul. Habitualmente, é aceite que a sala do Capítulo se localizava no corpo poente, sugestão que pode ser confirmada pelo portal que nele se localiza.

Planta

A igreja, em conjunto com a sacristia e a portaria, constituem o corpo norte do complexo arquitectónico, que forma uma frente sobre a via pública.

O programa arquitectónico da **igreja** é o seguinte:

- planta rectangular, orientada a nascente;
- cabeceira de planta quadrada;
- corpo longitudinal de uma nave;
- coros de profundidade pouco inferior à da nave; vão de comunicação entre o coro baixo e a nave; os acessos aos coros são feitos por portas na parede lateral às grades;
- iluminação natural feita por janelas rasgadas na cabeceira e na nave e por óculos abertos na base da cúpula;
- cobertura:
 - cabeceira em cúpula;
 - nave em abóbada;
- acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado norte da nave (através de um portal e de uma pequena porta de que são visíveis vestígios pelo lado interior da nave).

Às faces interiores das paredes longitudinais da nave, encosta uma estrutura de reforço, que se sobrepõe aos arcos e vãos pré-existentes.

Para sul da igreja, desenvolve-se o **claustro**, com o seguinte programa arquitectónico:

- planta quadrada, com quatro tramos em cada corpo e todos os ângulos chanfrados nas faces exteriores dos dois pisos;
- cobertura das galerias:
 - do piso inferior com abóbadas;
 - do piso superior com tecto de masseira;

²⁶⁹ *Três Pessoas, Três Edifícios, Um Museu*, folha de sala da exposição comemorativa do 110.º aniversário do Museu Arqueológico e Lapidar Afonso D. Henriques, sem data [2004], Faro, p. 12 (polic.).

²⁷⁰ Cf. Francisco Lameira, *ob. cit.*, p. 32.

- acesso ao sobreclaustro por escada junto aos coros da igreja²⁷¹ e por uma outra escada, no vértice diametralmente oposto do claustro;
- fonte central (removida)²⁷².

No corpo poente do claustro, localiza-se uma sala de grandes dimensões, com porta de acesso centrada na galeria, que é identificada como sala do **Capítulo**; ainda no mesmo corpo, localiza-se uma outra dependência, com prolongamento para sul, cuja função se desconhece.

O corpo sul do claustro era formado pelo **refeitório** e pela **cozinha**, que comunicavam entre si. O piso térreo do corpo nascente é formado por um conjunto de salas cuja função também não é conhecida; no piso superior, localiza-se uma pequena sala, coberta com uma cúpula, que seria a “câmara de disciplina”²⁷³.

Alçados

O alçado norte é formado pelos sucessivos planos da nave e dos coros, da cabeceira, da sacristia e da portaria, marcados pelos vãos realçados pelas cantarias. Junto ao portal de entrada na “igreja pública”, localiza-se uma pilastra que constituiria o alpendre, já desaparecido²⁷⁴. As coberturas denunciam a organização interna: a cabeceira é marcada pela cúpula; os restantes espaços são identificáveis devido aos “telhados de tesouro”. Os alçados são rematados por beirado sobre cimalha. Neste alçado, destaca-se ainda a torre sineira, localizada junto aos coros.

Os alçados do claustro são todos semelhantes, com contrafortes a marcar os tramos; cada tramo é formado por dois arcos sobre colunas, no piso térreo, e duas arquivadas sobre colunelos, no sobreclaustro; no piso superior, o parapeito é interrompido em todos os alçados, sendo preenchido por balaustrada.

3.12.3 – Protecção legal

O Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 37077, de 29 de Setembro de 1948.

²⁷¹ José António Pinheiro e Rosa, citado por João Alberto Carvalho Marques, *ob. cit.*, p. 38, interpreta o corpo em que se insere esta escada como sendo uma torre pré-existente, denunciada por portas de arco quebrado nos dois pisos, que viria a dar origem à torre mirante. Em nosso entender, é provável que se trate do aproveitamento de uma pré-existência, pois está subdimensionado para a função a que se destinava. Os degraus entre os níveis do claustro e do sobreclaustro foram retirados aquando das obras para instalação do museu.

²⁷² Segundo informação de Dália Paulo, Chefe de Divisão dos Museus Municipais de Faro, a fonte foi removida aquando da primeira intervenção realizada pela DGEMN.

²⁷³ Cf. João Alberto Carvalho Marques, *ob. cit.*, p. 126.

²⁷⁴ Cf. João Alberto Carvalho Marques, *ob. cit.*, p. 135.

Elementos fotográficos



Fig. 3.255 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Alçado norte com acesso à “igreja pública”, sendo visíveis os “telhados de tesouro”.



Figs. 3.256 e 3.257 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Corpos norte e poente do claustro.



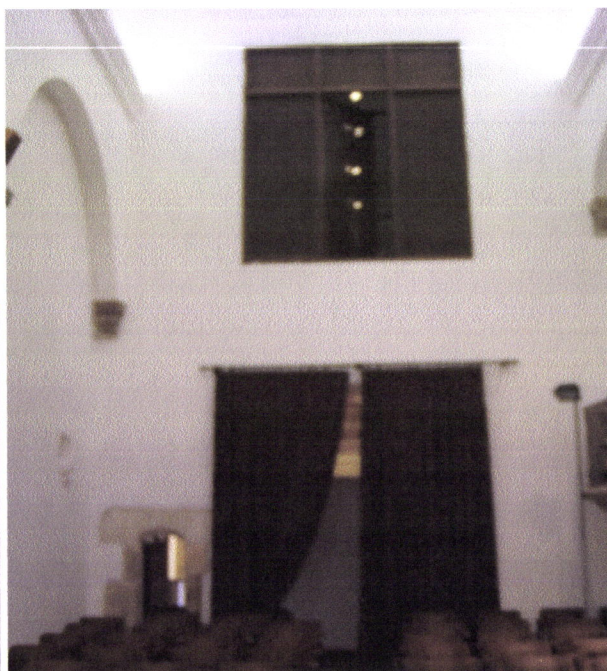
Figs. 3.258 e 3.259 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Corpos sul e nascente do claustro.



Figs. 3.260 e 3.261 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Galeria do piso térreo e sobreclaustro.



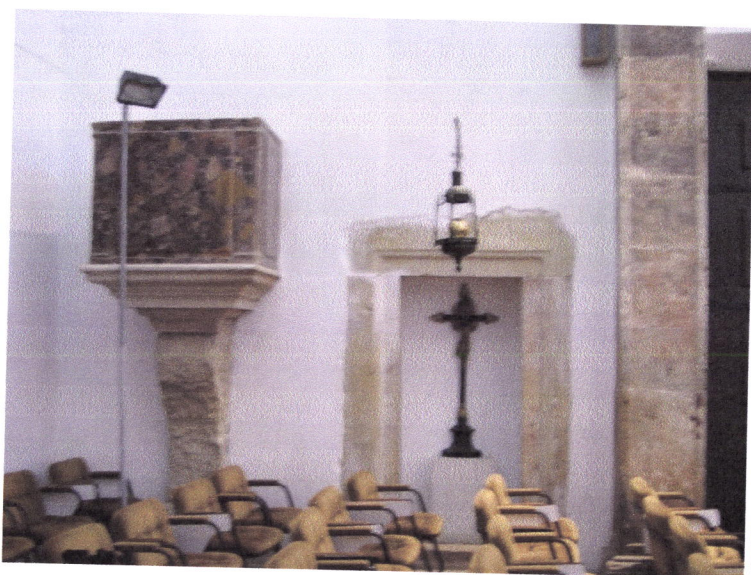
Figs. 3.262 a 3.264 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Contrafortes e ângulos chanfrados.



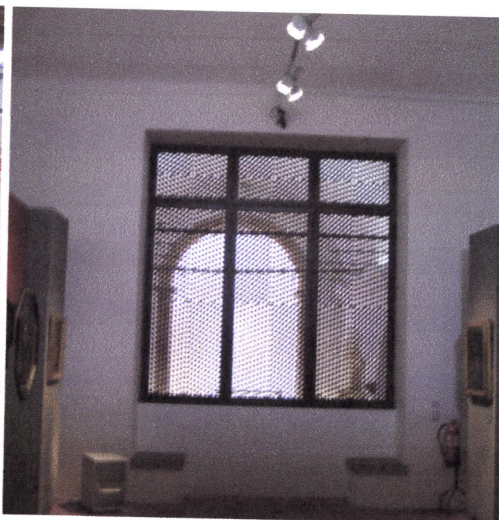
Figs. 3.265 e 3.266 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. Aspectos da nave da igreja.



Figs. 3.267 e 3.268 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Pormenor da cúpula sobre a cabeceira e estrutura de reforço da igreja.*



Figs. 3.269 e 3.270 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Pequena porta lateral de acesso à “igreja pública” e vão de comunicação entre o coro baixo e a nave.*



Figs. 3.271 e 3.272 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Aspectos dos coros.*



Figs. 3.273 e 3.274 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Provável sala do Capítulo e portal de acesso no claustro.*



Figs. 3.275 e 3.276 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Refeitório e cozinha.*



Figs. 3.277 e 3.278 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Tecto da “câmara de disciplina” e interior da torre sineira.*



Figs. 3.279 a 3.281 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Porta, no claustro, de acesso aos coros, porta de acesso à torre sineira e porta de acesso à escadaria que acede ao sobreclaustro.*

Elementos gráficos

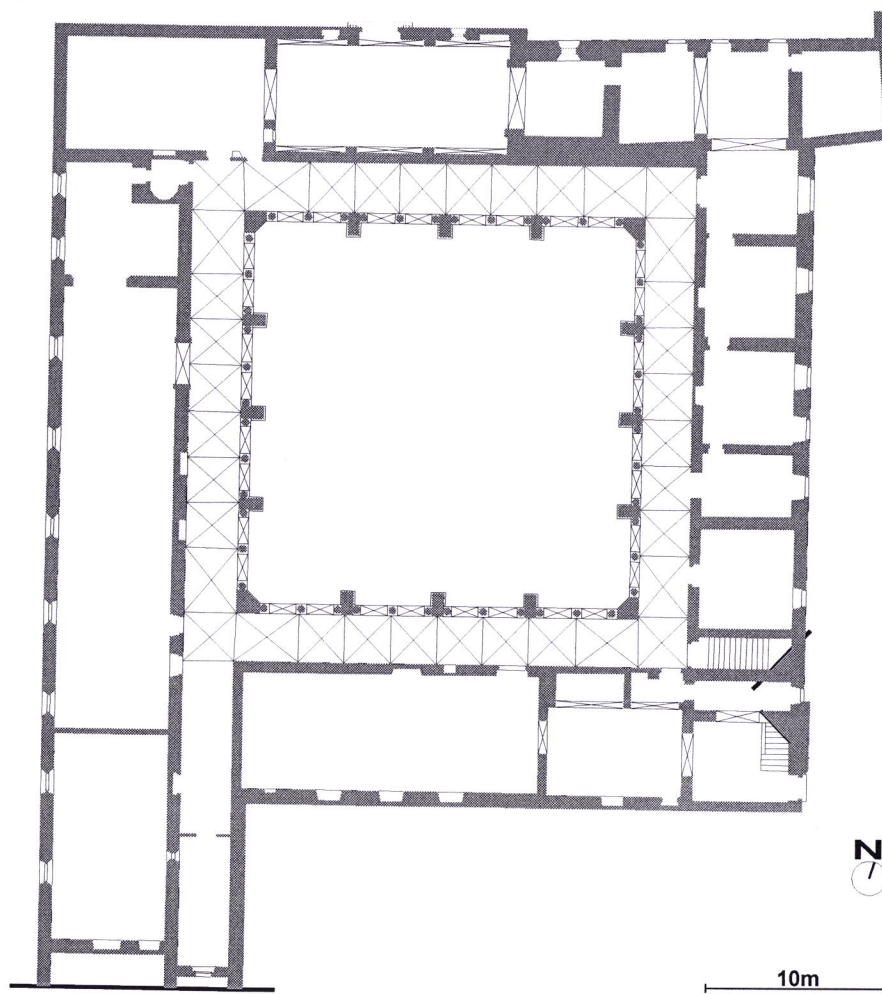


Fig. 3.282 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Planta actual do piso térreo* (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).

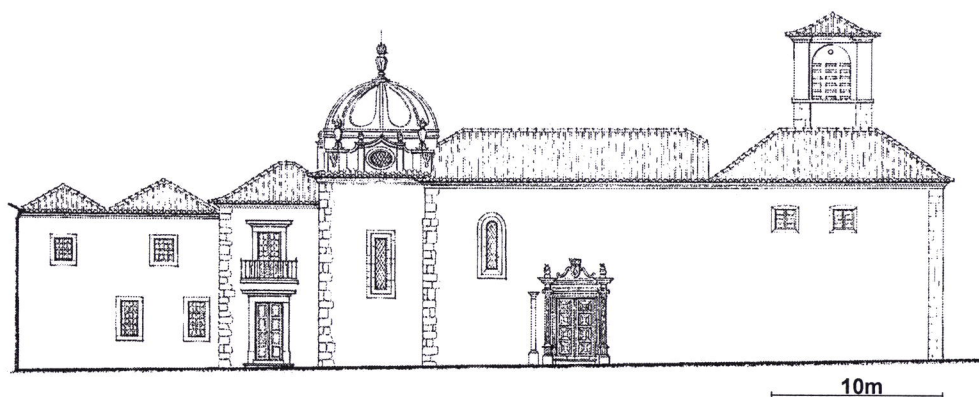


Fig. 3.283 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Alçado norte* (Desenho: DGEMN).

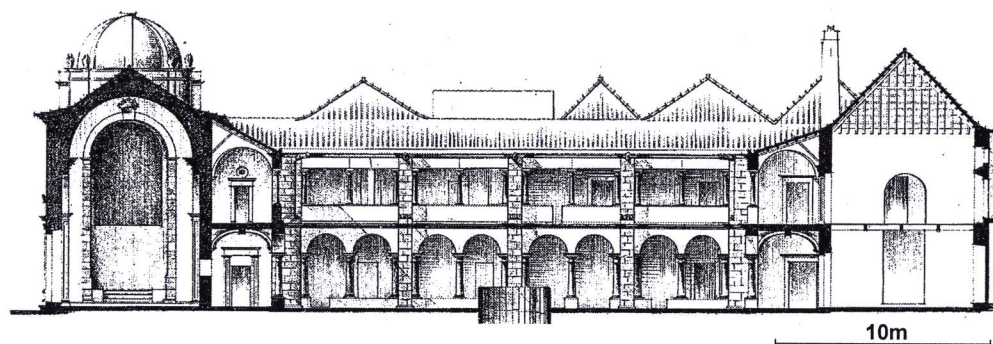


Fig. 3.284 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. *Corte* (Desenho: DGEMN).

4 – Referências a mosteiros parcial ou totalmente destruídos

4.1 – Lisboa: Mosteiro de Santa Clara

4.1.1 – Enquadramento histórico

D. Inês, viúva de D. Vivaldo, obteve, em 1288, bula do papa Nicolau IV para a fundação de um mosteiro de religiosas da Ordem de Santa Clara²⁷⁵; inicialmente, a comunidade instalou-se no Largo da Trindade, em local próximo do Convento de São Francisco; dois anos depois, o Mosteiro foi transferido para o que seria mais tarde designado por “Campo de Santo Clara”²⁷⁶, a nascente da cidade intra-muros. A construção foi iniciada em 1294²⁷⁷.

Pouco se sabe sobre as transformações e ampliações realizadas no complexo monástico, ao longo da sua história²⁷⁸, sobretudo as necessárias para alojar o elevado número de religiosas, conversas, criadas e educandas de que há notícia²⁷⁹.

Na sequência do terramoto de 1755, o Mosteiro ficou “excessivamente danificado [...] a Igreja padeceu total ruína, ficando só em pé a parede da parte do Norte”²⁸⁰. As religiosas foram transferidas para o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança²⁸¹, também em Lisboa, da mesma Ordem de Santa Clara; logo nos anos seguintes ao terramoto, no local do Mosteiro arruinado, foi construída a Fábrica de Armas do Arsenal do Exército, mantendo-se as instalações na posse do exército até hoje.

Não restam vestígios arquitectónicos da construção monástica, à excepção do traçado do claustro, de uma coluna com o arranque de um arco, eventualmente no local da antiga igreja, e de algumas cantarias de embasamento das edificações. A toponímia local é rica em memórias do Mosteiro: Campo de Santa Clara, Travessa das Freiras, Rua Entremuros do Mirante, Beco do Mirante e Rua do Mirante (das Freiras²⁸²); um logradouro é conhecido até hoje como “Igreja Velha”.

4.1.2 – Descrição dos vestígios

O Mosteiro foi edificado fora da muralha da cidade, a oriente, numa área para onde a cidade já se expandira. Nessa época, já tinham sido erigidos, nas proximidades do terreno do futuro Mosteiro de Santa Clara, o Mosteiro de São Vicente de Fora e a Igreja de São Pedro de Alfama, no séc. XII, e o Convento da Graça e as igrejas de São Cristóvão, de Santiago e de São João da Praça, no séc. XIII.

²⁷⁵ Cf. Fernando Portugal e Alfredo de Matos (compil.), *Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974, p. 104.

²⁷⁶ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 253.

²⁷⁷ Cf. Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 840.

²⁷⁸ José Mattoso, *ob. cit.*, p. 253, refere obras de remodelação no séc. XVII.

²⁷⁹ Anteriormente ao terramoto de 1755, este mosteiro recolhia mais de seiscentas mulheres. Cf. Fernando Portugal e Alfredo de Matos (compil.), *ob. cit.*, p. 320.

²⁸⁰ Cf. Fernando Portugal e Alfredo de Matos (compil.), *ob. cit.*, p. 106.

²⁸¹ Cf. José Mattoso, *ob. cit.*, p. 253.

²⁸² Como é designada na planta do séc. XVIII. Cf. Francisco Santana (recolha), *Lisboa na 2.ª Metade do Séc. XVIII (Plantas e Descrições das Suas Freguesias)*, Lisboa, sem data, p. 109.

O Mosteiro de Santa Clara teria grandes dimensões e a sua igreja seria a maior de entre as dos mosteiros de freiras da corte. Tinha decoração muito rica em talha, um coro muito espaçoso e ante-coro²⁸³ e um claustro de planta quadrada, com jardins e uma fonte central.

Só para os “padres que lhe assistem, dois confessores, um capelão e um feitor para a vivenda”, havia um grande dormitório com dez celas e um refeitório²⁸⁴.

Observando a iconografia disponível, podemos deduzir que o corpo longitudinal era orientado a nascente e que o acesso à “igreja pública” era lateral; podemos ainda conjecturar que a “igreja pública” corresponderia a um corpo de maior altura, ocupando os coros a restante nave.

Elementos fotográficos



Figs. 4.1 e 4.2 – Lisboa: Mosteiro de Santa Clara. Alçado sobre a Rua do Mirante e espaço do antigo claustro.

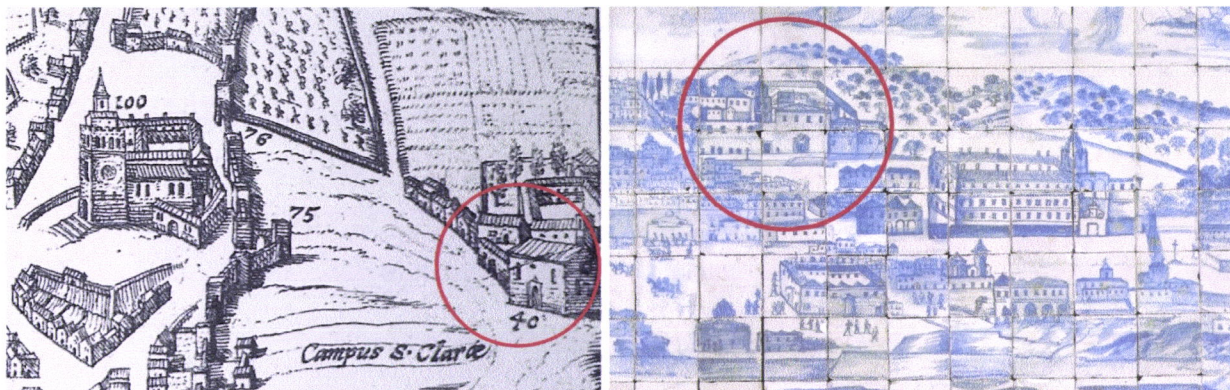


Figs. 4.3 e 4.4 – Lisboa: Mosteiro de Santa Clara. Local designado por “Igreja Velha” e coluna com arranque de arco.

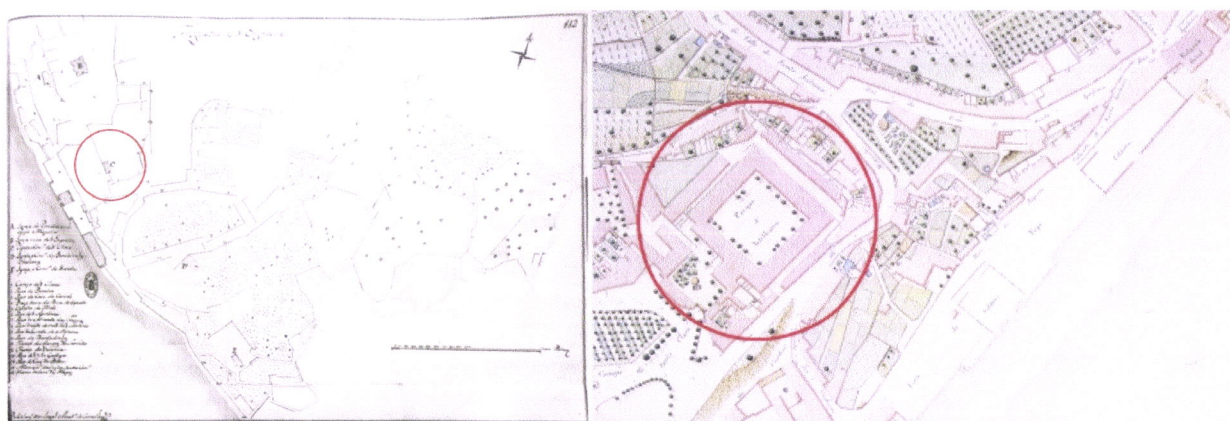
²⁸³ Cf. José António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, Lisboa, 1712, Tomo III, p. 381.

²⁸⁴ Cf. José António Carvalho da Costa, *ob. cit.*, p. 379.

Elementos gráficos



Figs. 4.5 e 4.6 – Extracto da vista panorâmica de Lisboa no séc. XVI, de G. Braunio, onde são representados o Mosteiro de Santa Clara (40), a Porta de São Vicente (75) e o Mosteiro de São Vicente (100), este já dentro da cerca fernandina, e extracto do painel de azulejos do Museu do Azulejo de Lisboa, do início do séc. XVIII, com vista panorâmica da cidade de Lisboa, onde está representado o Mosteiro de Santa Clara.



Figs. 4.7 e 4.8 – Lisboa. Planta da cidade setecentista, onde é visível a localização do Mosteiro de Santa Clara, identificado com a letra C (Francisco Santana, ob. cit.), e extracto da planta da cidade oitocentista, com identificação do Parque de Artilharia instalado no antigo Mosteiro (Filipe Folque, Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: 1856-1858, Lisboa, 2000).

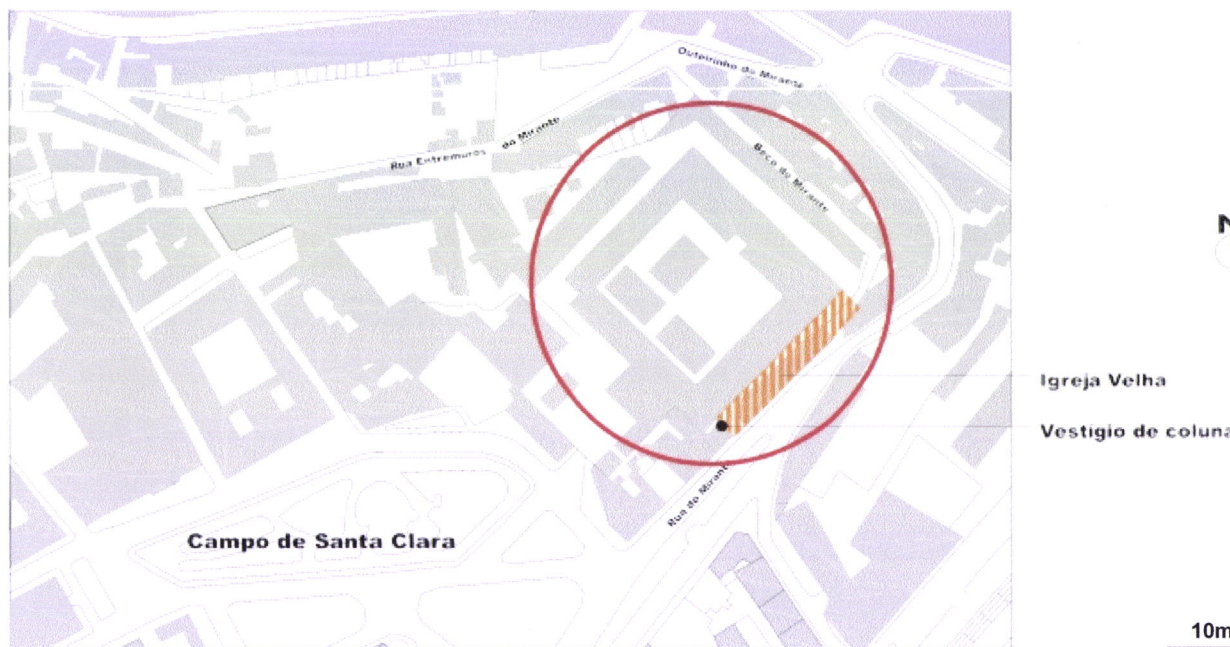


Fig. 4.9 – Lisboa. Extracto da planta actual da cidade (redesenhada por T. Duarte).

4.2 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara

4.2.1 – Enquadramento histórico

Uma comunidade de mantelatas, existente desde 1333, foi incorporada na Ordem de Santa Clara, havendo notícia da sua existência em 1449²⁸⁵.

O conjunto monástico foi destruído em 1809, aquando das invasões francesas, devido ao incêndio que consumiu grande parte das construções da cidade. Posteriormente, as dependências regulares foram transformadas em habitação; a igreja foi resistindo, mas, em 1962, foi demolida para regularização e alargamento do traçado da rua fronteira.

Na década de 1990, o edifício – agora conhecido por “Casa da Cerca” – foi adquirido pela autarquia, que, após a realização de trabalhos de recuperação dos poucos vestígios arquitectónicos subsistentes, nele instalou a biblioteca e o arquivo municipais²⁸⁶.

4.2.2 – Descrição dos vestígios

Chegaram aos nossos dias uma capela lateral, no lado norte do corpo longitudinal da igreja, o alçado dos coros, agora exterior, o traçado de uma das alas do claustro e alguns vestígios arquitectónicos dispersos.

Pela reconstituição que estes elementos permitem, podemos concluir que a igreja tinha um corpo de planta rectangular, orientado a nascente, e uma capela lateral; os coros, localizados na parede oposta à cabeceira²⁸⁷, teriam “grades pintadas e por cima dele(s) um mirante para o terreno”²⁸⁸; a entrada para a “igreja pública” seria lateral, feita pelo alçado sul.

Através das campanhas arqueológicas, puderam definir-se o traçado do claustro e a localização da fonte.

4.2.3 – Protecção legal

A capela foi classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 735/74, de 21 de Dezembro de 1974.

²⁸⁵ Cf. Francisco Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Ponte de Lima, 1992, p. 258.

²⁸⁶ Projecto de arquitectura de A. Portugal e M. M. Reis, Arquitectos e Associados, Lda.

²⁸⁷ Estes são posteriores à construção da igreja. Cf. Francisco Craesbeeck, *ob. cit.*, p. 259.

²⁸⁸ Cf. Francisco Craesbeeck, *ob. cit.*, p. 262.

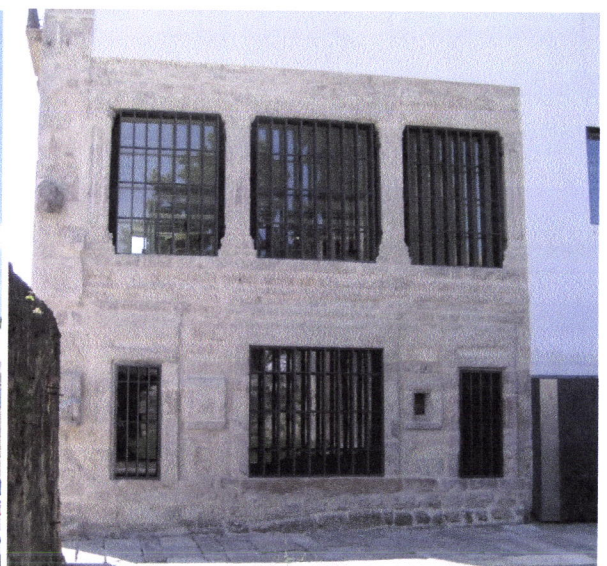
Elementos fotográficos



Fig. 4.10 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto do local onde se erguia a igreja, sendo visíveis o alçado dos coros e a capela lateral.*



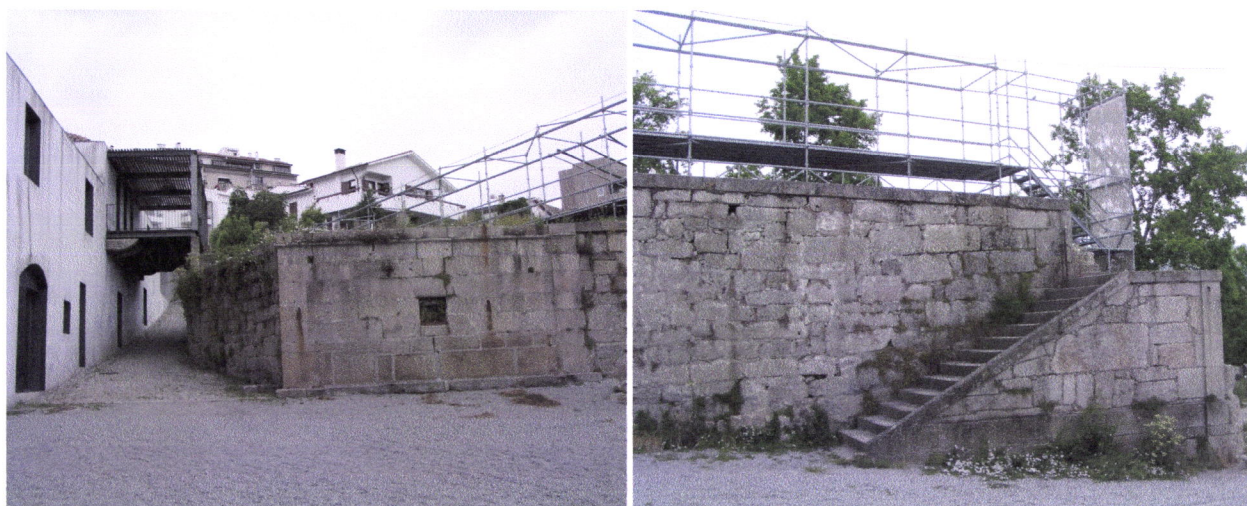
Fig. 4.11 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Vista do conjunto.*



Figs. 4.12 e 4.13 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos do alçado sul e dos antigos coros da igreja, que actualmente integram um alçado exterior.*



Fig. 4.14 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado poente.*



Figs. 4.15 e 4.16 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Vestígios arquitectónicos dispersos.*



Figs. 4.17 e 4.18 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos das escavações arqueológicas.*



Figs. 4.19 e 4.20 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Terreno onde se localizavam a cabeceira e a nave, sendo visível a entrada da capela lateral, e aspecto do antigo coro baixo.*

Elementos gráficos

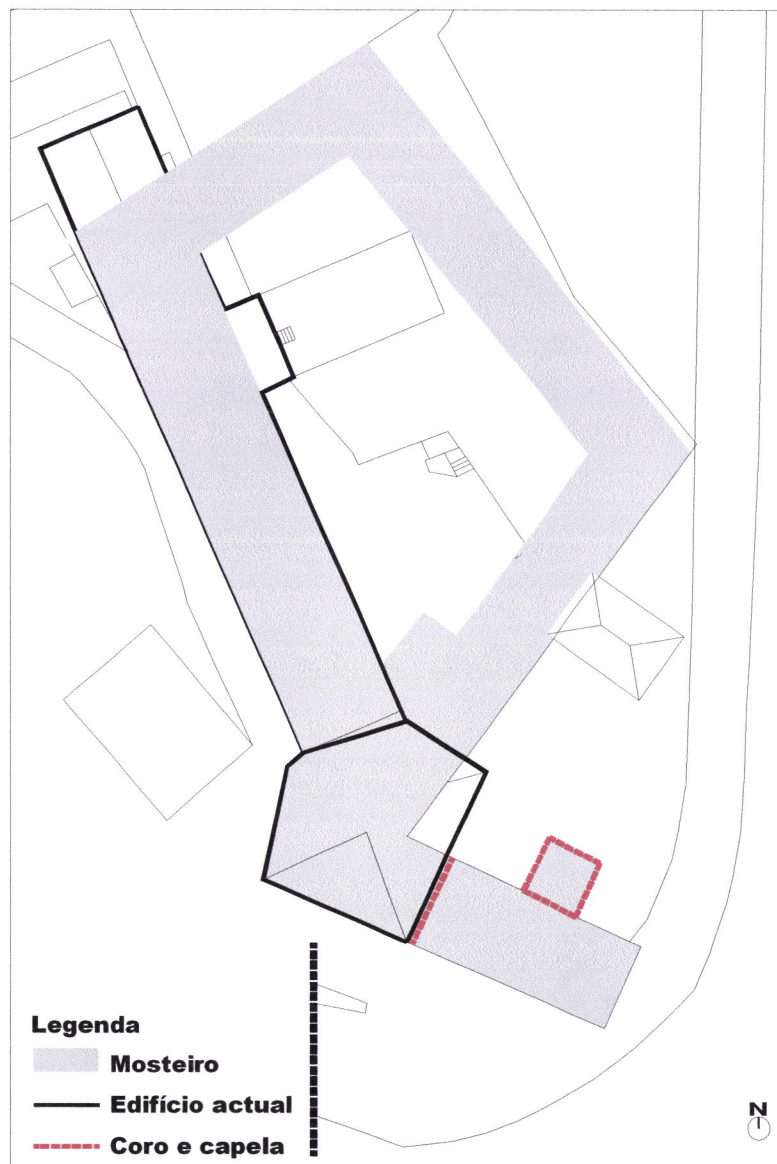


Fig. 4.21 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. *Planta com proposta de reconstituição* (Ricardo Teixeira, “História e Arqueologia no Projecto de Adaptação do Edifício”, *Amarante Municipal*, n.º 0, Amarante, 2000, p. 24; sem escala), *com localização do alçado dos antigos coros da igreja e da capela lateral subsistentes.*

4.3 – Guarda: Mosteiro de Santa Clara

4.3.1 – Enquadramento histórico

Inicialmente, este Mosteiro foi fundado nos arredores da cidade, a partir de um recolhimento de mantelatas. Em 1346, as religiosas deslocaram-se para mais próximo da cidade e adoptaram a Regra de Santa Clara. Em 1382, com a destruição das suas instalações, mudaram-se para o interior da cidade²⁸⁹; das construções anteriores não são conhecidos vestígios arquitectónicos e da última pouco resta.

O Mosteiro foi extinto em 1885, com a morte da última religiosa. Demolido, foi erigido no mesmo local o edifício onde hoje funciona um estabelecimento de ensino.

4.3.2 – Descrição dos vestígios

Da construção monástica, não restam vestígios significativos. A configuração do pátio da escola pode ser comparada a um claustro; nas caves e no embasamento do edifício, restam alguns vestígios arquitectónicos; o portal da igreja foi deslocado para o cemitério da cidade.

Elementos fotográficos

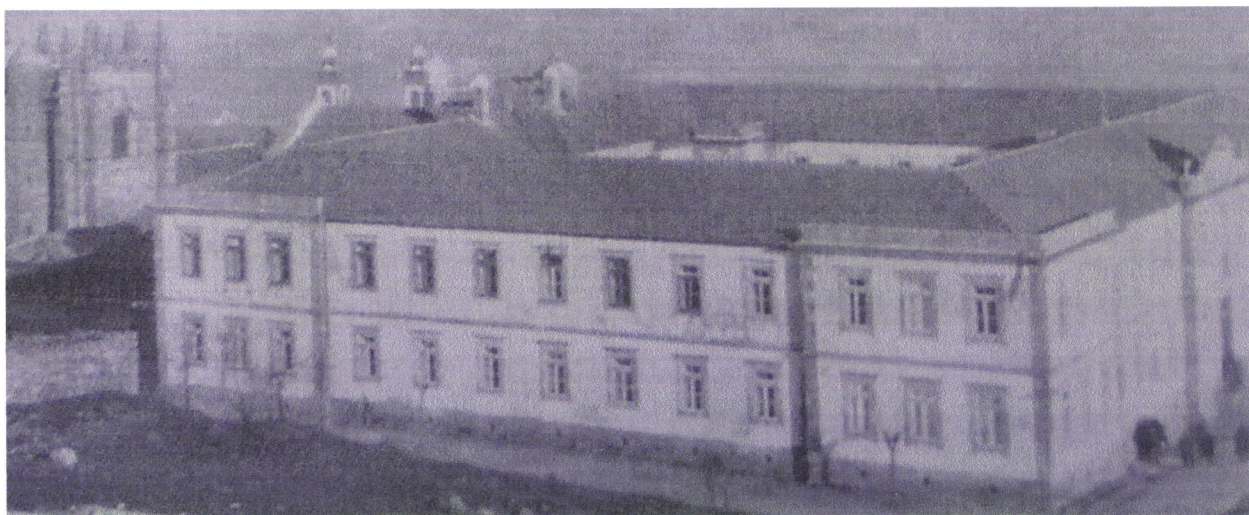


Fig. 4.22 – Guarda. Vista geral da construção actual, erguida no local onde se localizava o Mosteiro (Foto: Escola EB23 de Santa Clara).



Figs. 4.23 e 4.24 – Guarda. Alçado sul e pátio do edifício actual (antiga localização do Mosteiro).

²⁸⁹ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 268.

4.4 – Estremoz: Mosteiro de Santa Clara

4.4.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1424 ou 1498, no reinado de D. João I (1385-1433) ou de D. Manuel (1495-1521)²⁹⁰, o edifício ficou concluído em 1520, sendo nessa data vistoriado pelo arquitecto-mor da coroa, Diogo de Arruda. Em 1553, as religiosas passaram para outros mosteiros alentejanos; a igreja foi cedida à irmandade do Espírito Santo, que edificou uma nova igreja; mais tarde, o Mosteiro acolheu religiosos de Santo Agostinho. O edifício foi muito alterado, nomeadamente em 1698, na sequência da explosão do vizinho paiol do castelo, e por uma grande campanha de obras realizada no início do séc. XVIII.

Após a extinção das ordens religiosas, foi vendido a particulares, que nele instalaram uma fábrica de cortiça, sendo o refeitório adaptado a sala de espectáculos. A partir de 1898, passou a abrigar instituições sócio-assistenciais.

4.4.2 – Descrição dos vestígios

Dada a envergadura das intervenções realizadas, não é possível identificar a construção original.

Elementos fotográficos



Fig. 4.25 – Estremoz: Mosteiro de Santa Clara. Aspecto do alçado actual da igreja e das dependências regulares.

²⁹⁰ Cf. Mário Nunes Costa, “Breve Recopilação”, separata do *Boletim da Biblioteca Universitária de Coimbra*, vol. 42, Coimbra, 1994, pp. 135 e 136, e Pinto Rema, *A Ordem Franciscana no Alentejo*, comunicação ao Congresso de História do IV Centenário do Seminário de Évora, 1994, citado por José Filipe Mendeiros, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, 2001, p. 67. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, Livro XI, p. 632, data a fundação do Mosteiro em 1425.

4.5 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira

4.5.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1460, pela Ordem dos Frades Menores, terá passado para a Ordem de Santa Clara, em 1520²⁹¹, ou para a Ordem Terceira²⁹².

Após a extinção das ordens religiosas, foi vendido a particulares. Parte do conjunto monástico foi destruído e o que resta encontra-se muito degradado e desconsolidado. O acesso à igreja está interdito, devido ao risco de ruína.

Os actuais proprietários pretendem realizar obras de adaptação a unidade hoteleira.

4.5.2 – Descrição dos vestígios

Construído fora do aglomerado urbano, em local isolado, “era um amontoado de humildes celas, [...] em volta de um modesto mas elegante templo, com seu claustro”²⁹³.

O corpo da igreja é orientado a nascente; a cabeceira teria planta quadrada com largura igual à da nave²⁹⁴.

Em corpo contíguo à cabeceira, localizava-se o mirante das freiras.

4.5.3 – Protecção legal

A Igreja do Mosteiro da Ribeira encontra-se em vias de classificação (Despacho de 5 de Abril de 1995).

Elementos fotográficos



Figs. 4.26 e 4.27 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. *Alçados norte e nascente, em imagem de arquivo (Foto: DGEMN) e na actualidade.*

²⁹¹ Cf. Vasco Moreira, *Terras da Beira – Cernancelhe e o Seu Alfoz*, Porto, 1929; edição fac-similada, Sernancelhe, 1997, p. 190.

²⁹² Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro V, p. 764.

²⁹³ Cf. Vasco Moreira, *ob. cit.*, pp. 188 e 189.

²⁹⁴ Segundo informação recolhida no local, os coros foram destruídos, reduzindo a profundidade do corpo longitudinal.



Figs. 4.28 e 4.29 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. *Alçado norte da igreja e pormenor do mirante.*



Figs. 4.30 e 4.31 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. *Aspectos da construção contígua à igreja.*



Figs. 4.32 a 4.34 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. *Aspectos da cabeceira e da nave da igreja* (Fotos: DGEMN).

Elementos gráficos

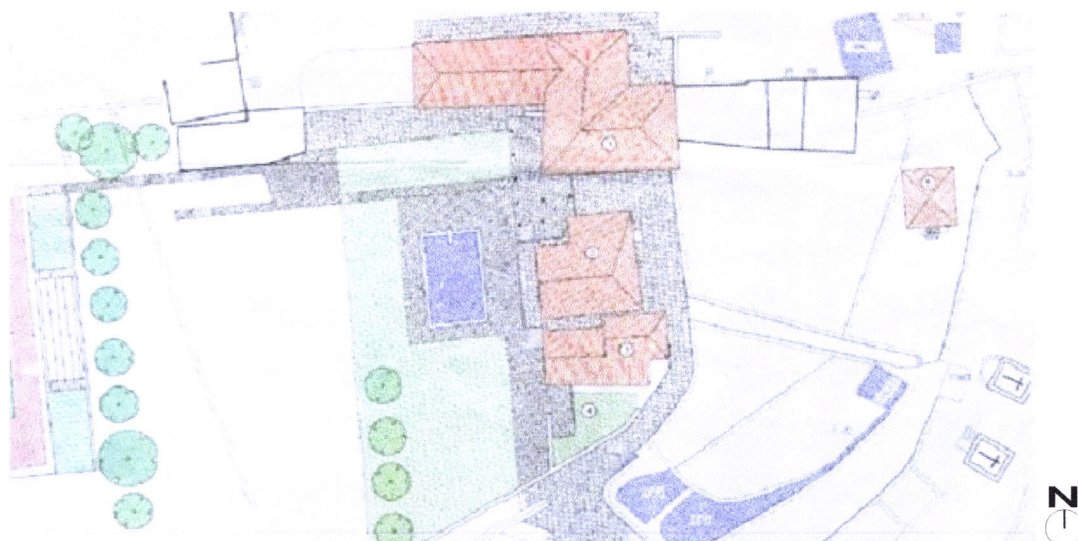


Fig. 4.35 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. *Planta do terreno do Mosteiro, com projecto de adaptação a unidade hoteleira* (desenho cedido pelo proprietário; sem escala).

4.6 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Suberra

4.6.1 – Enquadramento histórico

Mosteiro fundado pelo nobre D. Fernando de Ataíde, em 1520²⁹⁵, na povoação de Castanheira do Ribatejo. Começou por ser habitado por freiras da Ordem Terceira de Santa Clara, passando às Clarissas em 1536, altura em que foram concluídas as obras²⁹⁶.

Ainda existia, e era habitável, em 1838, ano em que as religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora dos Poderes, localizado em Vialonga, no mesmo concelho, para ele se transferiram, por o seu se encontrar muito degradado. Não foi encontrada informação sobre a data da sua extinção.

Em 1985, as suas ruínas foram demolidas para construção de um adutor da Empresa Pública de Águas de Lisboa²⁹⁷.

Elementos fotográficos



Fig. 4.36 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Suberra. *Ruína do Mosteiro na década de 1960* (Foto: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).



Figs. 4.37 e 4.38 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Suberra. *Ruína do Mosteiro na década de 1960* (Fotos: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).

²⁹⁵ Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro II, p. 112.

²⁹⁶ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 120.

²⁹⁷ Informação prestada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



Fig. 4.39 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. *Aspecto do local onde se ergueria o Mosteiro.*



Figs. 4.40 e 4.41 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. *Prováveis restos da construção.*

Elementos gráficos



Fig. 4.42 – Castanheira do Ribatejo. *Planta parcial com localização do Mosteiro (Desenho: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).*

4.7 – Lisboa: Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança

4.7.1 – Enquadramento histórico

O Mosteiro teve bula em 1524 e começou a ser habitado a partir de 1536²⁹⁸, ficando muito danificado com o terramoto de 1755.

Encerrou com a morte da última freira, em 1888, e, no mesmo ano, foi doado à autarquia; ainda nesse ano, o edifício monástico e parte dos edifícios e arruamentos envolventes foram demolidos para viabilizar um projecto, já antigo, de ligação entre o rio e as Cortes, de que resultou a abertura da actual Avenida D. Carlos I. No terreno da igreja, e de algumas das dependências, foram construídas as instalações para os bombeiros municipais²⁹⁹.

4.7.2 – Descrição dos vestígios

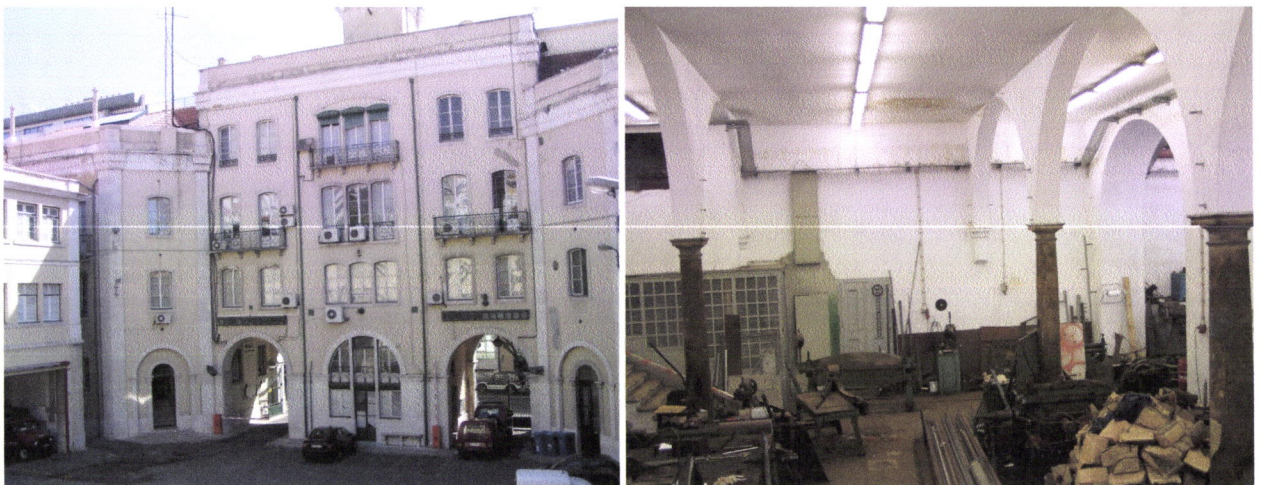
O Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança foi edificado em terreno próximo do rio, no local então conhecido como “Oiteiro da Boa Vista”³⁰⁰.

A igreja teria planta rectangular, orientada a nascente, e o acesso lateral à “igreja pública” seria feito pelo alçado sul da nave.

Para norte, desenvolvia-se o claustro, em torno do qual se organizavam as dependências regulares. Era ladeado por um paço, que comunicava com o coro³⁰¹.

Devido às alterações que sofreu ao longo da sua existência, nomeadamente as decorrentes da destruição provocada pelo terramoto de 1755, e tendo sido o conjunto destruído, não é possível caracterizar com rigor a construção original.

Elementos fotográficos



Figs. 4.43 e 4.44 – Lisboa: Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. Aspectos do pátio da construção actual e da antiga igreja.

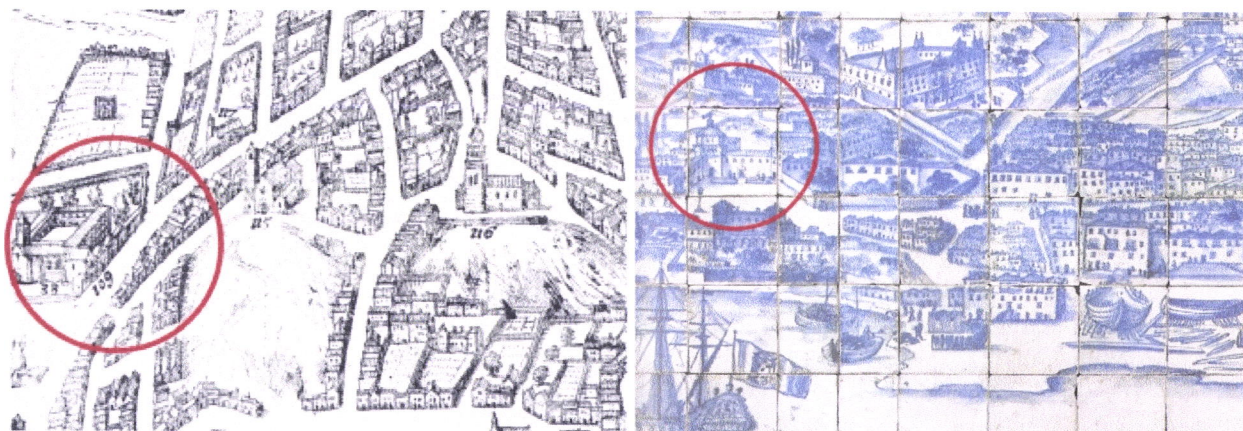
²⁹⁸ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 280.

²⁹⁹ Com projecto do arquitecto José Luís Monteiro, que reutilizou alguns materiais do Mosteiro, nomeadamente cantarias. Cf. Fátima Cordeiro Ferreira e Maria Augusta Adrego, *José Luiz Monteiro na Arquitectura da Transição do Século*, *Monografia*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1990, p. 58.

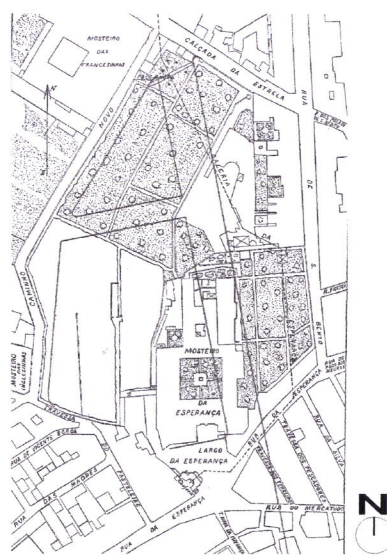
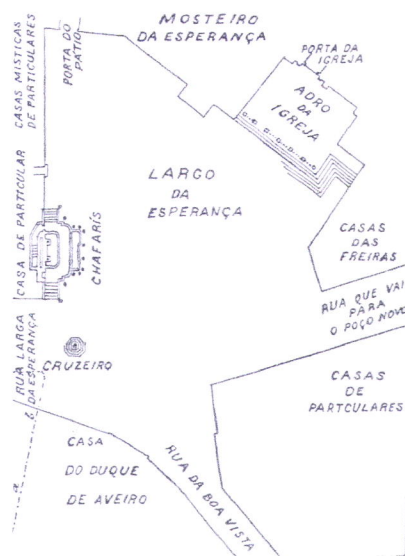
³⁰⁰ Cf. Augusto Vieira da Silva, “O Mosteiro da Esperança”, separata dos n.ºs 45 e 46 da *Revista Municipal*, Lisboa, 1950, p. 9.

³⁰¹ Mandado fazer por D. Joana de Eça, camareira da rainha D. Catarina, mulher de D. João III. Cf. Augusto Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 15.

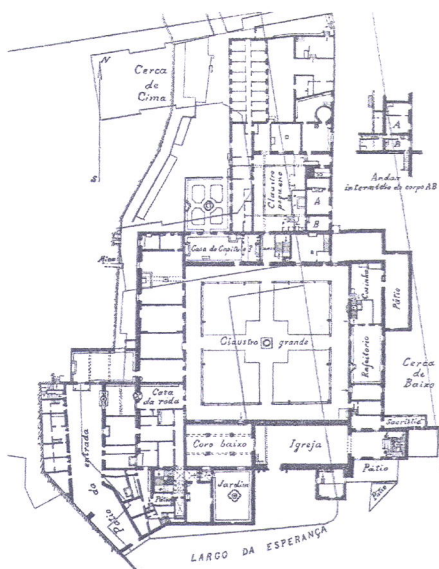
Elementos gráficos



Figs. 4.45 e 4.46 – Extracto da vista panorâmica de Lisboa no séc. XVI, de G. Braunio, com representação do Mosteiro (109), e extracto do painel de azulejos do Museu do Azulejo de Lisboa, do início do séc. XVIII, onde é visível o conjunto edificado do Mosteiro.



Figs. 4.47 e 4.48 – Largo da Esperança em 1752, segundo desenho de Carlos Mardel (Augusto Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 8; sem escala), e extracto da planta da cidade de 1856-1858, com a sobreposição do traçado da Avenida D. Carlos (Augusto Vieira da Silva, *ob. cit.*, p. 12; sem escala).



Figs. 4.49 e 4.50 – Lisboa: Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. Planta do Mosteiro com sobreposição do traçado do arruamento e planta do quartel de bombeiros, onde é identificável a localização da igreja (Desenhos: Augusto Vieira da Silva, *ob. cit.*, pp. 17 e 26; sem escala).

4.8 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara

4.8.1 – Enquadramento histórico

Também designado por “Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição”, foi fundado em 1526 e objecto de alterações e ampliações durante os séculos XVII e XVIII. Após a extinção das ordens religiosas, entrou em processo de ruína³⁰².

Do conjunto monástico, chegou aos nossos dias a igreja, bastante alterada. Das dependências regulares, nada é reconhecível. Actualmente, está ocupado por uma congregação franciscana, que mantém ali uma escola.

4.8.2 – Descrição dos vestígios

O Mosteiro foi construído em terreno de acentuada pendente.

Apesar das alterações de que foi alvo, podemos referir, relativamente ao programa arquitectónico da igreja, que formaria o corpo poente do claustro:

- corpo longitudinal orientado a nascente;
- cabeceira de planta rectangular;
- nave única; duas entradas laterais para a “igreja pública”, a poente;
- coro.

Elementos fotográficos



Figs. 4.51 e 4.52 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. Alçado poente da igreja, com entrada para a “igreja pública”, e local do antigo claustro.

³⁰² Luís Keil refere-o em completa ruína, em 1943. Cf. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre*, Disco III, Lisboa, 2000.



Figs. 4.53 e 4.54 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. *Aspectos da cabeceira e do coro.*

Elementos gráficos

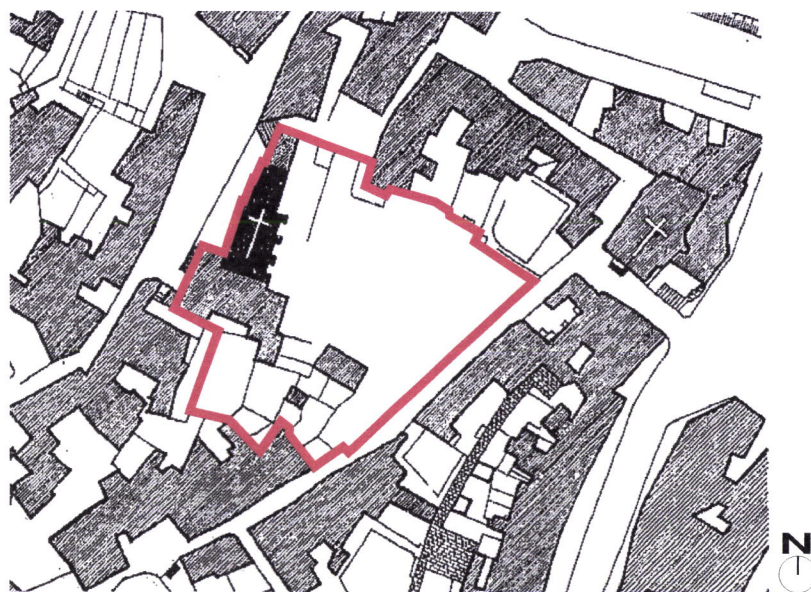


Fig. 4.55 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. *Planta com eventual localização do complexo monástico* (Desenho: DGEMN; sem escala).

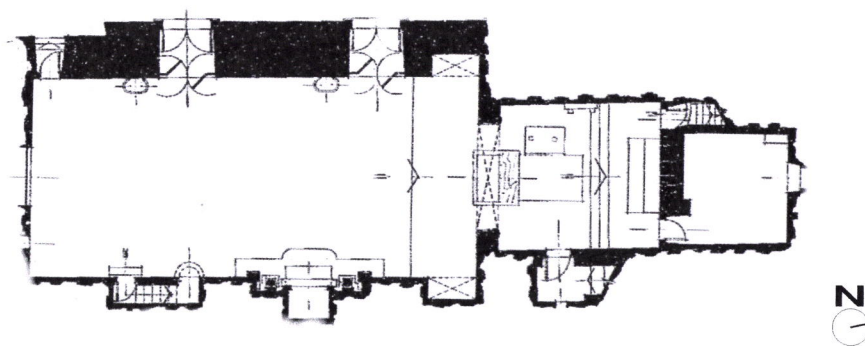


Fig. 4.56 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. *Planta parcial da igreja* (Desenho: DGEMN; sem escala).

4.9 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia

4.9.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1533 e habitado a partir de 1538³⁰³, no local onde fora a judiaria e onde seriam erguidos, mais tarde, os paços dos fundadores, Pero da Cunha Coutinho e Brites de Vilhena. À sua construção está associado o nome de Diogo de Castilho. O conjunto foi objecto de várias alterações e ampliações posteriores.

Em 1834, as religiosas foram transferidas para outros mosteiros na mesma cidade. A igreja foi então ocupada por um depósito de pólvora; mais tarde, foi casa da moeda. As dependências regulares funcionaram como armazéns.

O mau estado de conservação torna difícil identificar os espaços, à excepção do refeitório, que se manteve em relativo bom estado, até ao recente incêndio que o arruinou.

Os materiais do interior e a cobertura da igreja foram dispersos por outras igrejas ou destruídos para reciclagem³⁰⁴.

4.9.2 – Descrição dos vestígios

Construído em terrenos de pendente acentuada, o conjunto desenvolve-se ao longo da encosta e em torno de dois claustros.

A igreja, com cabeceira quadrada virada a oriente, forma o corpo nordeste do claustro maior; o refeitório localiza-se no corpo sudoeste, desenhando um claustro de planta rectangular.

O claustro menor, de planta quadrada, localizado a uma cota inferior, está hoje transformado em armazém; é ladeado pela cozinha, a sudeste. Ambos os claustros tinham fonte central.

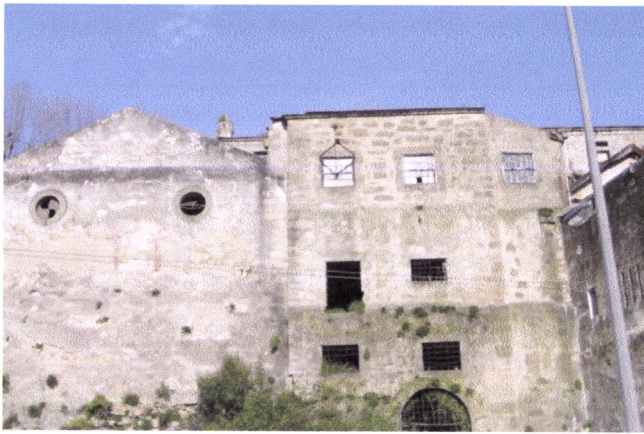
Elementos fotográficos



Fig. 4.57– Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. Vista geral, tirada de norte, vendo-se, em primeiro plano (em baixo, à direita), o corpo da igreja e, à direita, o corpo do refeitório.

³⁰³ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 280.

³⁰⁴ Cf. Fernando J. Moreira da Silva, “O Convento de Monchique”, *Associação Cultural - Amigos do Porto*, Boletim de 1994, 3.ª série, n.º 12, Porto, pp. 109-120.



Figs. 4.58 e 4.59 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. Alçado sudoeste do edifício construído no claustro menor e alçado nordeste do claustro maior.



Figs. 4.60 e 4.61 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. Alçado noroeste do claustro maior e interior do refectório.

Elementos gráficos

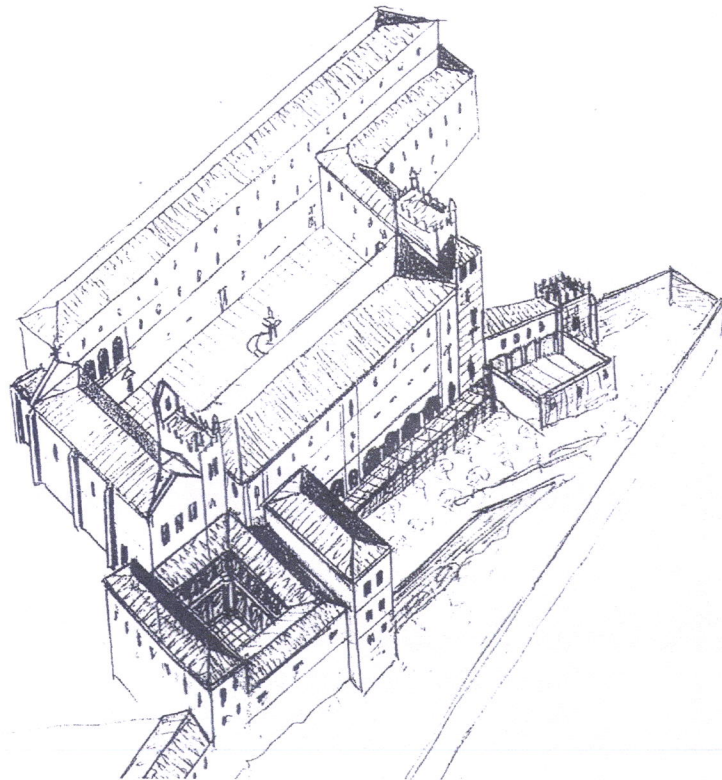


Fig. 4.62 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. Proposta de reconstituição, da autoria do arquitecto Luís Aguiar Branco (desenho cedido pelo proprietário).

4.10 – Trancoso: Mosteiro de Santa Clara

4.10.1 – Enquadramento histórico

Fundado por iniciativa de D. Cristóvão Mendes de Carvalho, fidalgo da casa de D. João III e desembargador do Paço³⁰⁵. Inicialmente, foi prevista a sua construção noutra local, junto à igreja de Nossa Senhora do Sepulcro, num terreno que veio a revelar “incapacidade” para um mosteiro³⁰⁶. Obteve bula para construção em 1537³⁰⁷, mas só dois anos depois Frei António de Buarcos foi chamado a desenhar e dirigir os trabalhos de adaptação da construção³⁰⁸. O Mosteiro foi construído nos terrenos onde existiam os paços dos condes de Marialva, que já estavam em ruína mas onde ainda existia uma torre, que passou a servir de miradouro das freiras³⁰⁹. Começou a ser habitado em 1540, por religiosas transferidas do Mosteiro de Santa Clara do Porto³¹⁰.

Foi suprimido, por decreto de 1864³¹¹. A partir desta data, iniciou-se o processo de ruína, que levou ao desmantelamento do Mosteiro para reutilização dos materiais³¹² e à demolição e terraplanagem do terreno, em 1885. O local onde se situava o complexo monástico é agora um espaço público.

4.10.2 – Descrição dos vestígios

Os vestígios de que dispomos não são arquitectónicos mas documentais; socorremo-nos das descrições feitas por alguns autores: “O Convento de Freiras Religiosas Claras está no meio desta vila com seis janelas comuns para a praça e quatro para o terreiro, dentro dele uma torre muito alta e quadrada com quatro janelas para o Norte, Sul, Nascente e Poente, que era antigamente do Palácio dos Condes de Marialva, e na praça, onde chamam os Balcões se conservam ainda hoje quatro casas, que eram dos seus criados, não tem cerca este Convento”³¹³.

“Compunha-se de um dormitório ao poente, feito de boa pedra de cantaria; ao nascente tinha um outro corpo com altos e baixos, servindo estes de dormitório das criadas e os altos, com seis janelas, de mirante das freiras; ao sul também tinha dormitórios e a face norte era ocupada pela igreja, cuja porta abria para esta banda. Não tinha cerca mas, em compensação, tinha uma torre quadrada. Era o mirante onde as freirinhas passavam as suas horas de lazer.”³¹⁴

³⁰⁵ Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro IV, p. 438.

³⁰⁶ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 439.

³⁰⁷ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 282.

³⁰⁸ Primeiro, com seis moradias, aquisição autorizada por Filipe II de Castela em 1582, e, em 1618, com a construção do dormitório grande e do muro da clausura. Cf. Lopes Correia, *Trancoso – Notas para uma Monografia*, Trancoso, 1989, p. 284.

³⁰⁹ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 439.

³¹⁰ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 440.

³¹¹ Cf. José Mattoso (coord.), *ob. cit.*, p. 282.

³¹² A madeira foi parcialmente vendida para reutilização e grande parte foi roubada, em 1870; a pedra foi vendida ou cedida para reutilização; a porta do mosteiro foi colocada na capela mortuária do cemitério. Cf. Maria do Céu Crespo Ferreira, *Sondagem Arqueológica no Largo da Avenida – Trancoso*, Trancoso, 1998, s/ página (polic.).

³¹³ Cf. Abade de Santiago, em 2 de Setembro de 1732, citado por Maria do Céu Crespo Ferreira, *ob. cit.*

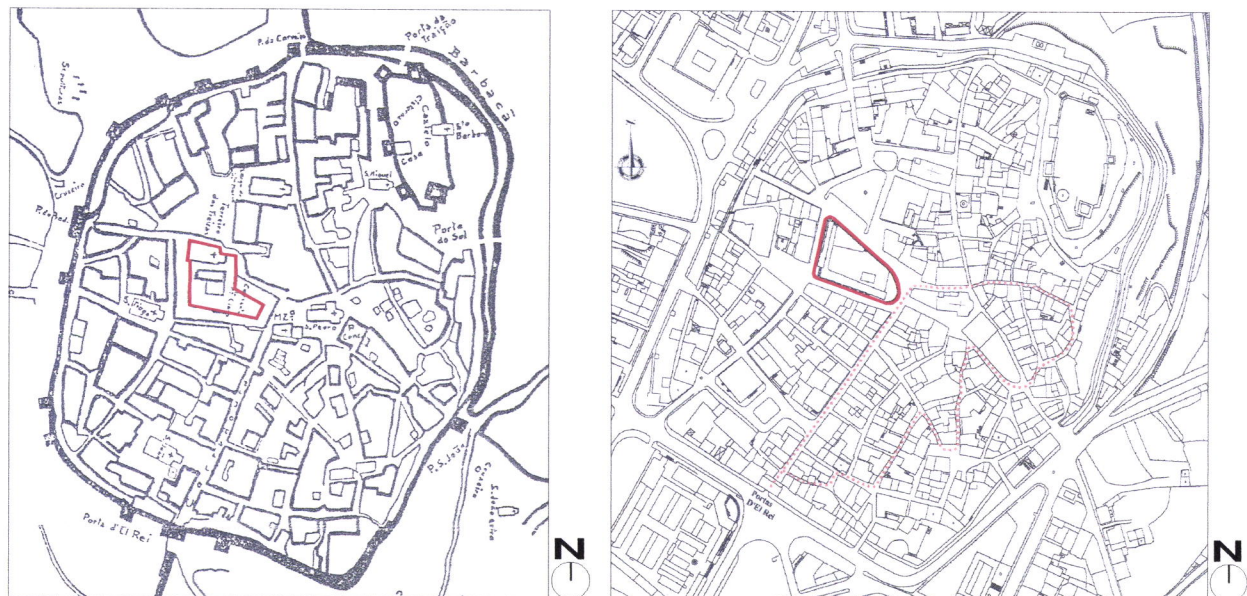
³¹⁴ Cf. Lopes Correia, *ob. cit.*, p. 285.

Elementos fotográficos



Figs. 4.63 e 4.64 – Trancoso. Terreno onde se localizava o Mosteiro de Santa Clara, actualmente uma praça.

Elementos gráficos



Figs. 4.65 e 4.66 – Trancoso. Plantas parciais, anterior à demolição do Mosteiro de Santa Clara (desenho do Conde de Távarede, em Maria do Céu Crespo Ferreira, *ob. cit.*) e actual (ambas sem escala). A vermelho cheio, é identificada a localização da construção monástica.

4.11 – Alenquer: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição

4.11.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1553, por João Gomes de Carvalho, natural de Alenquer e fidalgo da casa de D. João III³¹⁵. O Mosteiro foi erigido em terreno confinante com a cerca do convento franciscano.

O fundador centrou os cuidados da construção no “templo e coros, em que Deus havia de ser servido, concluiu aquele, e deixou imperfeitos estes. Do dormitório ficaram acabadas as paredes e as casas da provisoria e refeitório.”³¹⁶ A obra foi concluída pelo seu filho, ficando o Mosteiro apto a ser habitado em 1555³¹⁷. A reduzida área de que dispunham levou as religiosas a pedirem a D. Sebastião uma propriedade contígua, que lhes foi concedida em 1581³¹⁸. Em 1649, a comunidade tinha oito religiosas e recusou a entrada de uma noviça por falta de espaço, donde se pode deduzir a reduzida dimensão do edifício monástico³¹⁹.

Em 1810, foi ocupado pelas tropas francesas, que o incendiaram aquando da sua saída, destruindo-o quase completamente. As religiosas ainda tentaram o regresso, mas, dado o seu reduzido número e o mau estado do edifício, a comunidade foi extinta em 1819 e o Mosteiro vendido a particulares³²⁰.

Hoje, não resta nada que permita identificar as principais construções do conjunto monástico³²¹. São apenas visíveis duas capelas e um amontoado de casas e hortas em seu redor, e uma construção recente onde estão instaladas forças de segurança.

Elementos fotográficos



Figs. 4.67 e 4.68 – Alenquer. Local onde se erguia o Mosteiro, sendo visível uma das capelas subsistentes.

³¹⁵ Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro V, p. 670.

³¹⁶ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 671.

³¹⁷ Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 672, refere que o Mosteiro foi inicialmente habitado por religiosas transferidas do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa, também de Clarissas, tendo algumas professado no Mosteiro de Santa Clara do Funchal. Este facto reforça a ideia de o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Alenquer ter professado a Ordem de Santa Clara, e não de Terceiras, como é referido por Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), em *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005, p.305.

³¹⁸ Cf. Frei Manuel da Esperança, *ob. cit.*, p. 672.

³¹⁹ Cf. António de Oliveira Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer*, volume I, Alenquer, 1986, p. 117.

³²⁰ Cf. António de Oliveira Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *ob. cit.*, pp. 117-118.

³²¹ Quando, em 1986, António de Oliveira Melo, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *ob. cit.*, p. 118, publicaram o seu livro sobre Alenquer, ainda eram visíveis vestígios do edifício monástico dentro da Cadeia Nova, que mais tarde deu lugar às instalações das forças de segurança.



Figs. 4.69 a 4.71 – Alenquer. Aspectos do local onde se erguia o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição.



Figs. 4.72 a 4.74 – Alenquer. Antiga localização do Mosteiro. Aspectos da capela de planta octogonal, vista para norte, e da segunda capela, vista pelo exterior e pelo interior.

Elementos gráficos



Fig. 4.75 – Alenquer. Planta parcial com localização dos terrenos que pertenceram ao Mosteiro (Desenho: Câmara Municipal de Alenquer; sem escala).

4.12 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara

4.12.1 – Enquadramento histórico

O Mosteiro estava a ser edificado em 1548³²² e começou a ser habitado em 1562³²³.

Teve obras de beneficiação e ampliação durante o séc. XVIII. Encerrou em 1891, por morte da última religiosa. A partir dessa data, teve várias ocupações: seminário, liceu, serviços municipais; a igreja sofreu grandes alterações e encontra-se praticamente irreconhecível; até 2003, alojou o Arquivo Municipal e, posteriormente, instalações da Polícia de Segurança Pública.

Se bem que haja bastante documentação e descrições do Mosteiro, não há dados para identificar a sua configuração medieval, sobretudo devido às obras realizadas no séc. XVIII.

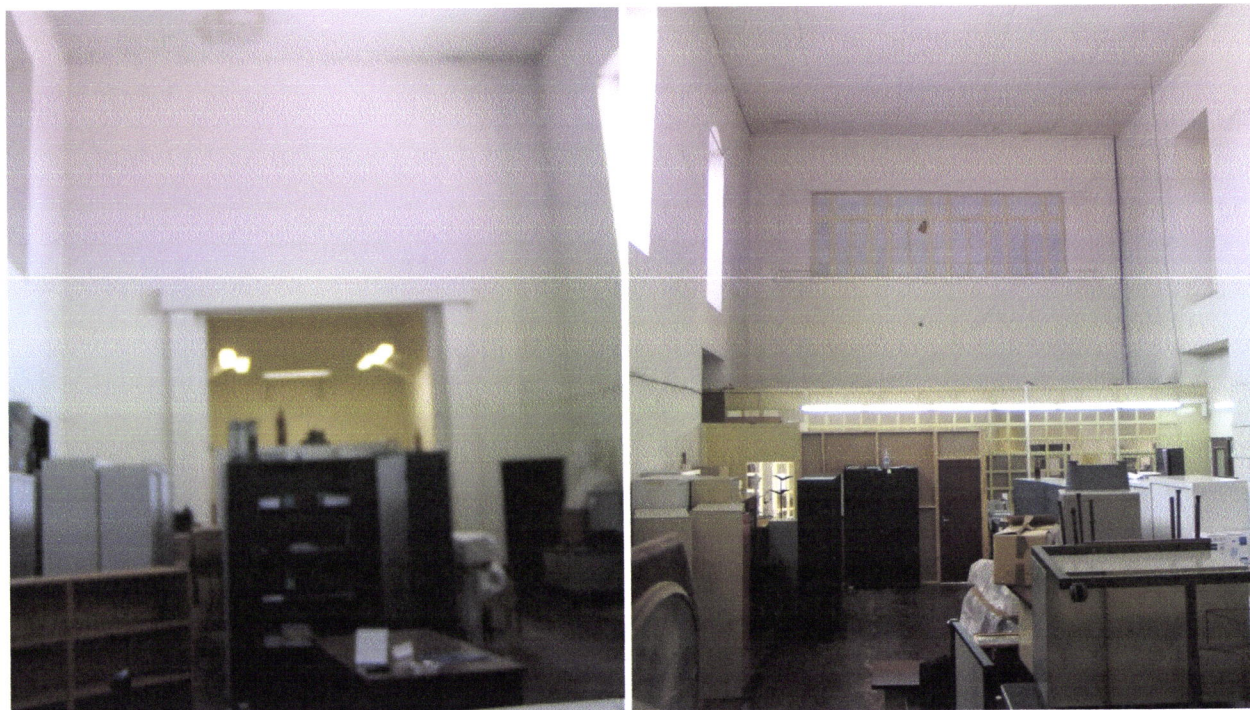
4.12.2 – Descrição dos vestígios

Apesar das alterações de que foi alvo, podemos fazer a seguinte descrição da igreja, de entre o que é identificável da época em análise:

- formava o lado poente do claustro;
- corpo longitudinal orientado a sul; cabeceira de planta rectangular; nave única; entrada lateral para a “igreja pública”; dois coros sobrepostos;

O Mosteiro organizava-se em torno de um claustro principal rectangular e de dois outros, a norte.

Elementos fotográficos



Figs. 4.76 e 4.77 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. Aspectos da antiga igreja, sobre os lados da cabeceira e dos coros.

³²² Cf. Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1656, IV Parte, Livro V, p. 700.

³²³ Cf. Isabel Maria Fernandes e António José de Oliveira, “Convento de Santa Clara de Guimarães”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, Série II, Vol. V, Guimarães, 2004, pp. 15-175.

Elementos gráficos

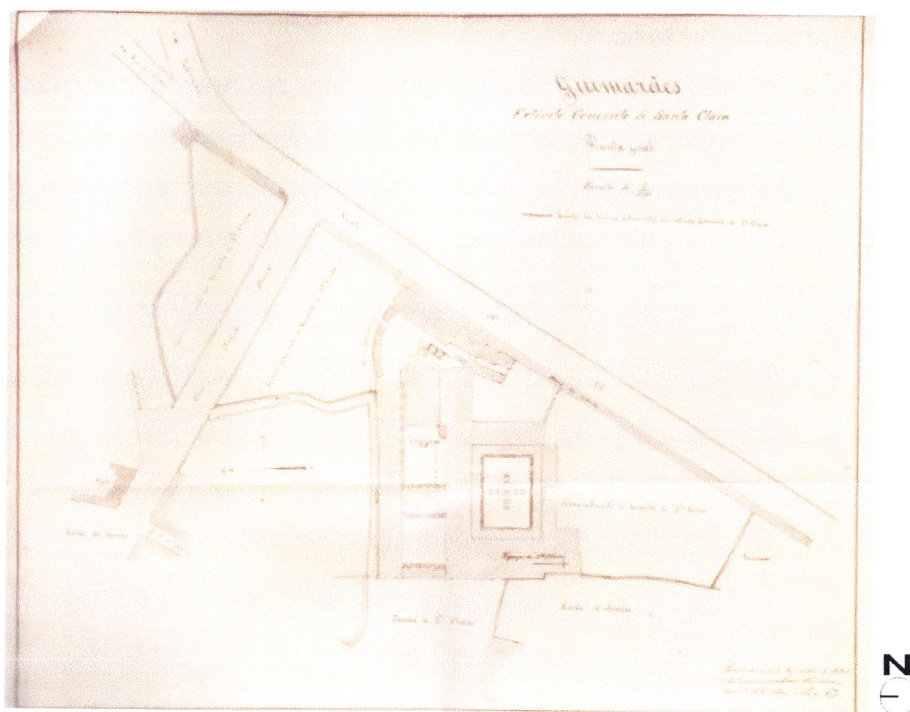


Fig. 4.78 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. *Planta geral do complexo monástico*, de 1891 (extraída de “Convento de Santa Clara de Guimarães”, *ob. cit.*, p. 175; sem escala).

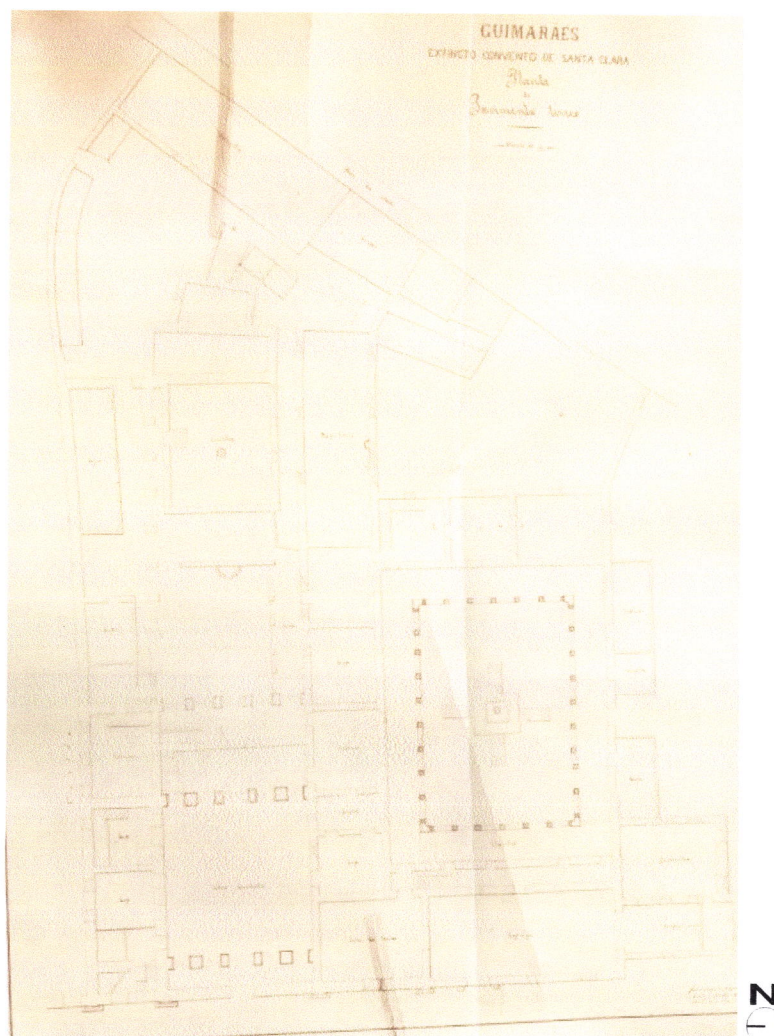


Fig. 4.79 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. *Planta do piso térreo*, de 1891 (extraída de “Convento de Santa Clara de Guimarães”, *ob. cit.*, p. 169; sem escala).

4.13 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia

4.13.1 – Enquadramento histórico

Fundado em 1561 e habitado por religiosas vindas de um mosteiro de Aljustrel. Foi extinto em 1889³²⁴.

O conjunto monástico foi muito danificado e alterado com intervenções dos séculos XIX e XX. Das dependências regulares, não restam vestígios arquitectónicos: Em parte do terreno, foi erigido um novo edifício, no séc. XIX, onde hoje funciona uma escola. Na década de 1990, a igreja foi adaptada a auditório da escola.

4.13.2 – Descrição dos vestígios

Foi construído em terreno de pendente acentuada, numa plataforma elevada em relação aos acessos. Há vestígios de muros e embasamentos de difícil caracterização.

Na documentação gráfica disponível, é visível a organização do Mosteiro em torno de um claustro.

Sobre o programa arquitectónico da igreja, apesar de muito alterada, podemos referir:

- planta rectangular, orientada a nordeste;
- cabeceira de planta rectangular; corpo longitudinal de uma nave; coros de planta quadrangular, com portas laterais (agora exteriores), para o acesso das religiosas;
- coberturas da cabeceira, da nave e dos coros em abóbada; acesso lateral à “igreja pública”, pelo alçado noroeste da nave;
- sacristia a ladear a cabeceira, a norte, com acesso directo da rua.

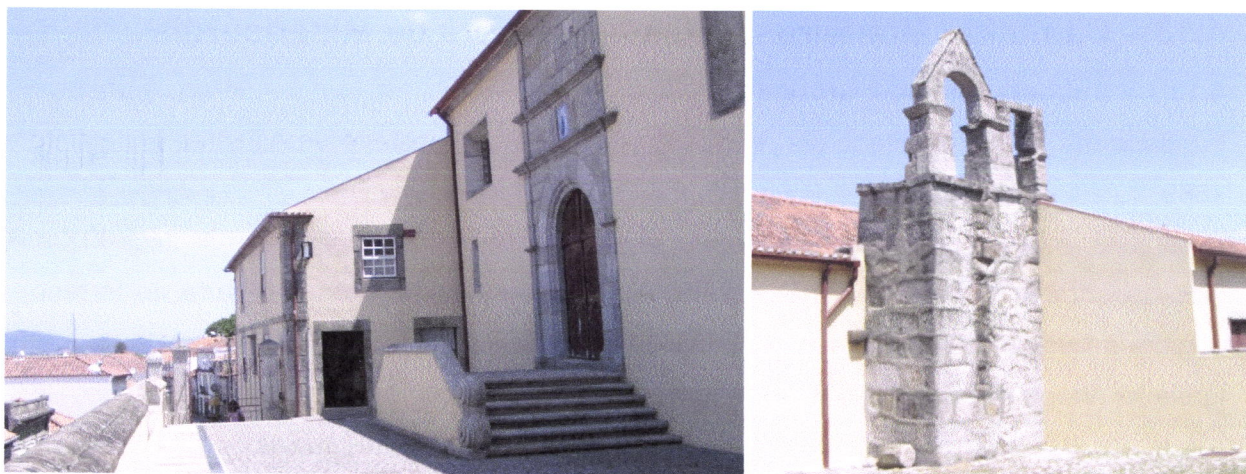
A torre sineira localiza-se no alçado este da nave, junto à cabeceira.

Elementos fotográficos



Fig. 4.80 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. Vista geral, sendo visíveis os corpos da igreja e da sacristia, à esquerda, e o edifício construído no séc. XIX, à direita.

³²⁴ Cf. José Mattoso (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002, p. 285.



Figs. 4.81 e 4.82 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. Alçado noroeste, sendo visíveis o acesso lateral à “igreja pública” e à sacristia, e torre sineira.



Figs. 4.83 e 4.84 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. Aspectos da nave.

Elementos gráficos

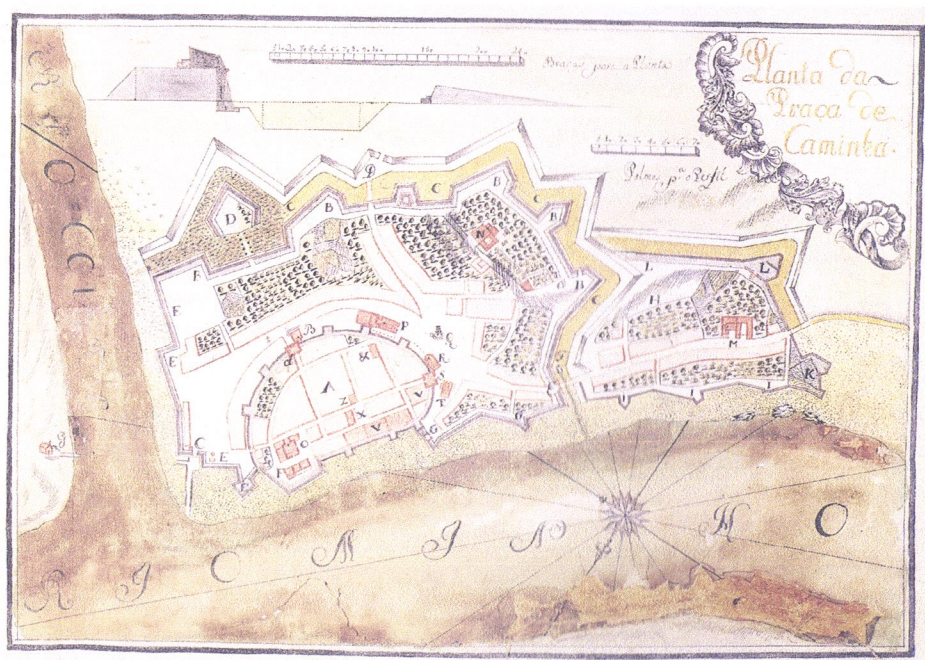


Fig. 4.85 – Caminha. Planta de Gonçalo Luís da Silva Brandão de 1758 (extraída de Manuel Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português – Séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*, Lisboa, 1999, p. 174). O Mosteiro está identificado com a letra M.

5. Caracterização morfotipológica dos mosteiros subsistentes

A organização dos conjuntos monásticos agora analisados é a resposta ao esquema funcional estabelecido pelas exigências gerais definidas para as clausuras femininas e, em particular, para o cumprimento da Regra. Não existindo normas expressas para a arquitectura dos mosteiros, ela não é unitária, apresentando algumas variações.

Cada um destes mosteiros teve uma origem e uma evolução distintas, mas a todos é comum o processo de transformação ao longo dos séculos, que culminou com as grandes alterações sofridas após a secularização oitocentista.

Ao longo da sua história, as reconstruções realizadas na sequência de catástrofes naturais, o alinhamento em novas tendências estilísticas ou a necessidade de ampliação das dependências regulares, devido ao aumento do número de religiosas que ingressavam nas comunidades, provocaram grandes alterações nos conjuntos arquitectónicos monásticos. Tais circunstâncias não nos permitem saber, com certeza inabalável, como seriam estas construções dentro da época em análise.

As restrições da vida de clausura feminina e as da própria Regra conferiram determinadas características aos espaços e definiram um esquema funcional específico destes mosteiros, onde as religiosas passavam a desenvolver as actividades colectivas e individuais inerentes à vida de clausura e de contemplação: orar, ler, reunir, trabalhar, comer e dormir.

5.1 – Disposições da Regra de Santa Clara acerca da arquitectura

A Regra de Santa Clara não faz referência às construções onde as religiosas praticariam a clausura e a vida contemplativa³²⁵. Porém, ao descrever o modo como essa vida se deve processar, as obrigações das monjas e as limitações de acessos à clausura, refere alguns dos espaços e suas características. Assim, no mosteiro, as Clarissas iriam “viver em comum, em união de espírito e sob o voto da mais alta pobreza”, “tendo [...] desprezado as pompas e as delícias do mundo” e “vivendo em obediência, sem próprio e em castidade”³²⁶. “A clausura compreende a casa e a área reservada ao acesso das irmãs, da qual os outros sejam devidamente separados por um muro ou cercado.” Deve ser mantida “material e eficaz separação quanto ao coro e locutório”³²⁷. Nenhuma pessoa pode habitar o mosteiro “que não tenha sido recebida segundo a forma da [...] profissão”³²⁸.

Os contactos das monjas com o exterior podiam ser feitos no parlatório ou através da grade, sempre na presença de outras duas monjas³²⁹, imposição que requer algum espaço. É aberta excepção às enfermas, que “podem ser visitadas por pessoas que entrem no mosteiro”³³⁰,

³²⁵ Segundo Wolfgang Braunfels, *Arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona, 1975, p. 16, “as regras falam da vida dos monges, das suas actividades diárias, das orações, trabalho, comida e vestuário” e nenhuma regra monástica se refere de forma directa à arquitectura dos mosteiros, salvo a beneditina, que cita algumas edificações imprescindíveis ao mosteiro (capítulo 66,6 da Regra Beneditina).

³²⁶ Cf. “Regra de Santa Clara”, *Regra e Constituições Gerais da Ordem de Santa Clara, Roma*, 1988, pp. 15 e 16.

³²⁷ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 86.

³²⁸ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 19.

³²⁹ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 24.

³³⁰ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 29.

situação que implica preferencialmente comunicação da enfermaria com o exterior. Também o capelão pode entrar “para que as doentes, impossibilitadas de ir ao locutório, possam fazer a sua confissão, receber a sagrada comunhão e a santa unção e para que [...] se façam as orações da encomendação das almas”³³¹.

A Regra de Santa Clara refere-se, ainda, à porteira, que durante o dia deve estar na portaria, “numa cela aberta sem porta”. O Visitador tem de entrar para “lugar público, onde possa ser visto por outros”, e onde possa falar com uma religiosa ou várias em simultâneo³³².

Na igreja, centro espiritual do mosteiro, é celebrada a missa. “A Liturgia das Horas celebra-se ordinariamente no coro”, mas não necessariamente: pode ser celebrada fora deste³³³.

A referência à vida em comum é recorrente. Deve ser observada “principalmente na Igreja, no dormitório, no refeitório, na enfermaria”, “num trabalho honesto e de comum utilidade”³³⁴. Este conceito abrange o Capítulo, que deve ser convocado pelo menos uma vez por semana, com a presença de todas as religiosas, e em que são tratadas as questões de “utilidade e bem espiritual do mosteiro”³³⁵.

Os mosteiros não podiam ter terrenos, excepto os indispensáveis ao cultivo de uma horta “para as necessidades das próprias irmãs”³³⁶.

5.2 – Iniciativas de fundação

É variada a iniciativa de construção dos mosteiros da Ordem de Santa Clara em Portugal. Predominam os mosteiros fundados por iniciativa de nobres (Santa Clara de Lisboa, Conceição de Beja, Chagas de Vila Viçosa, Vila Franca de Xira, Tomar, Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa, Madre de Deus de Monchique de Miragaia e Trancoso). Noutros casos, a sua fundação deve-se à iniciativa de reis e rainhas ou de infantas (Santarém, Coimbra, Amarante, Vila do Conde, Portalegre, Madre de Deus de Lisboa e Faro) ou ao padroado de reis (Santa Clara do Porto e Setúbal). Outros, ainda, foram de iniciativa eclesiástica (Santa Clara de Évora e Guimarães).

5.3 – Localização

Para o exercício da vida de clausura feminina, independentemente da regra seguida, havia necessidade de afastamento do mundo, tranquilidade e silêncio. O local escolhido para a edificação dos mosteiros deveria ser longe do movimento, ao abrigo dos olhares exteriores e de intrusão e dentro de muralhas.

³³¹ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, pp. 34-35.

³³² Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, pp. 32 e 35.

³³³ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 96.

³³⁴ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, pp. 22 e 27.

³³⁵ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 22.

³³⁶ Cf. “Regra de Santa Clara”, *ob. cit.*, p. 26.

A cabeceira orientada a nascente³³⁷ e o acesso lateral à “igreja pública”, requisitos específicos das igrejas destes mosteiros, terão contribuído também para a escolha do local de implantação. Se bem que a localização das suas casas estivesse dependente dos recursos dos fundadores e da disponibilidade de terrenos livres ou de construções pré-existentes, verifica-se que as Clarissas privilegiaram o espaço intra-muros (Portalegre, Guarda, Santa Clara do Porto, Estremoz, Santa Clara de Évora, Conceição de Beja, Faro, Elvas, Trancoso e Guimarães)³³⁸.

Outro dos critérios para a escolha do local seria a proximidade de paços reais (Portalegre, Conceição de Beja e Trancoso em espaço intra-muros, Vila do Conde, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa, Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa e Madre de Deus de Monchique de Miragaia do Porto fora das muralhas), ou de edifícios monásticos ou igrejas já existentes, fora de portas mas em áreas para onde as cidades já se expandiam (Santa Clara de Lisboa).

Outra referência considerada era a proximidade de um convento de Frades Menores, se bem que fora das muralhas dos aglomerados (Santarém, Coimbra, Madre de Deus de Lisboa e Alenquer). Em Faro, o mosteiro das Clarissas implantou-se junto ao lado interior da muralha, muito próximo do Convento de São Francisco, exterior a esta³³⁹.

O caso de Setúbal, em que o Mosteiro foi construído fora das muralhas e sem a presença de paço real ou convento franciscano nas proximidades, é uma exceção³⁴⁰.

Alguns dos mosteiros foram construídos em locais elevados (Santa Clara de Lisboa, Santarém, Amarante, Vila do Conde, Portalegre, Santa Clara do Porto, Vila Franca de Xira e Alenquer); noutros casos, a escolha recaiu em terrenos próximos dos leitos fluviais (Coimbra, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa, Tomar e Faro), localização que, por vezes, provocou graves consequências, chegando a originar a necessidade de construção de um novo mosteiro (Coimbra) ou de alteamento do existente (Madre de Deus de Lisboa).

³³⁷ “As igrejas obrigavam-se a ter uma orientação estabelecida a levante (*ad orientem*), por se considerar o oriente como o lugar do Éden, nossa primeira pátria, e ainda porque foi deste lado que os apóstolos viram Cristo subir ao Céu.” Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “A Igreja Romano-gótica do Salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço”, *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 85, 1979, p. 59. Carlos Borromeo, *Instructiones fabricae et suppellectilis ecclesiasticae*, Universidade Autónoma do México, Cidade do México, 1985, p. 15, especifica: “Não se situe nunca completamente para o oriente solsticial mas sim para o equinocial”. Quer dizer, a orientação deve realizar-se nos dias 20 e 21 de Março ou 22 e 23 de Setembro e não nos dias 21 e 22 de Junho e 21 e 22 de Dezembro.

³³⁸ Uma das primeiras instalações de Clarissas em Portugal foi num local isolado, sendo mais tarde as religiosas obrigadas a mudar-se para uma cidade. Pelo contrário, a opção de instalação das religiosas cistercienses era fora das cidades, se bem que próximo das muralhas. Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal – Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 94, 2.º tomo, 2000-2002, p. 8.

³³⁹ O papa Clemente IV (1265-1268) regulou a distância entre conventos e mosteiros da mesma ou de ordens diferentes, sendo de aproximadamente 500 metros a distância permitida entre conventos mendicantes na mesma cidade. Dada a densidade de construções, este afastamento rapidamente passou para metade. Cf. Marta Cuadrado Sánchez, “Un Nuevo Marco Socioespacial: Emplazamiento de los Conventos Mendicantes en el Plano Urbano”, *VI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 1995, p. 106.

³⁴⁰ Outra exceção é o Mosteiro da Ribeira, em Sernancelhe. Porém, não sendo certa a sua filiação na Ordem de Santa Clara, não foi considerado neste estudo. Em relação ao Mosteiro de Nossa Senhora da Suberra de Vila Franca de Xira, não dispomos de dados que nos permitam conhecer como era o local na época em que foi construído.

Nos mosteiros de construção mais recente (Santa Clara de Évora, Conceição de Beja, Tomar e Faro), os edifícios monásticos estão inseridos em conjuntos urbanos e o seu perfil não se demarca das construções envolventes.

5.4 – Organização e articulação das dependências monásticas

Como vimos, os mosteiros foram edificados dentro ou fora das muralhas dos aglomerados, mas sempre em locais já habitados, sendo a sua presença acentuada pelo corpo da igreja; o seu “rosto” era o alçado lateral, virado ao aglomerado, por onde se fazia a entrada dos leigos³⁴¹. A localização da igreja junto a um eixo viário e o acesso à “igreja pública” a comunicar directamente com a rua, orientado para o aglomerado, é uma constante em todos estes mosteiros³⁴², sendo a “igreja pública” o único espaço verdadeiramente público no complexo monástico.

Originalmente, o conjunto monástico não confinava com qualquer outra construção; as excepções verificavam-se pontualmente, quando havia passadiços que ligavam os paços aos coros das igrejas (Conceição de Beja) ou às dependências regulares (Chagas de Vila Viçosa)³⁴³.

A separação entre o interior e o exterior era completamente demarcada; as excepções à restritiva vida de clausura verificavam-se na acessibilidade de um único espaço – a portaria –, que funcionava como membrana por onde eram feitas as trocas entre o interior e o exterior. A portaria pode estar localizada no corpo da igreja, ao fundo do coro (Coimbra), junto à cabeceira (Faro), no corpo contíguo ao ante-coro (Setúbal) ou ainda no corpo mais afastado da igreja (Santa Clara de Évora, Conceição de Beja e Chagas de Vila Viçosa); em Coimbra, Santa Clara do Porto e em Santa Clara de Évora, há vestígios de uma roda junto à grade do coro.

A configuração do terreno e a implantação da igreja determinaram a localização das dependências regulares. Em todos os mosteiros analisados, estas organizam-se em torno de um claustro. Em casos excepcionais, existe um segundo claustro, de construção posterior, provavelmente já fora da época em análise, que se deveria ao crescimento da comunidade e não à necessidade de reorganização de funções.

No piso térreo do claustro, situam-se, para além da igreja, a sacristia, a sala do Capítulo, a portaria e o parlatório, o refeitório, a cozinha, dormitórios e salas de trabalho, sendo a localização destes espaços variável; era ainda no piso térreo, no coro e na galeria do claustro, junto à igreja, que a comunidade fazia os enterramentos. No piso superior, ficavam os dormitórios e as enfermarias.

³⁴¹ Paulo Varela Gomes, “A Fachada Pseudo-frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas”, *Conversas à Volta dos Conventos*, Évora, 2002, pp. 233-242, defende que, se inicialmente a entrada para a “igreja pública” era lateral, devido à localização dos coros, mais tarde essa localização terá sido utilizada pelas freiras como marca identitária. Tanto que, quando só havia coro alto, como no caso da igreja do Mosteiro das Religiosas Capuchas Francesas, em Lisboa, construído no séc. XVII, para além da porta no eixo longitudinal, havia também a entrada lateral.

³⁴² O Mosteiro de Santa Clara de Sevilha tem uma implantação diferente, com a igreja no interior do quarteirão.

³⁴³ O Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa teria também uma ligação a um paço, mas não dispomos de dados sobre a sua localização nem configuração.

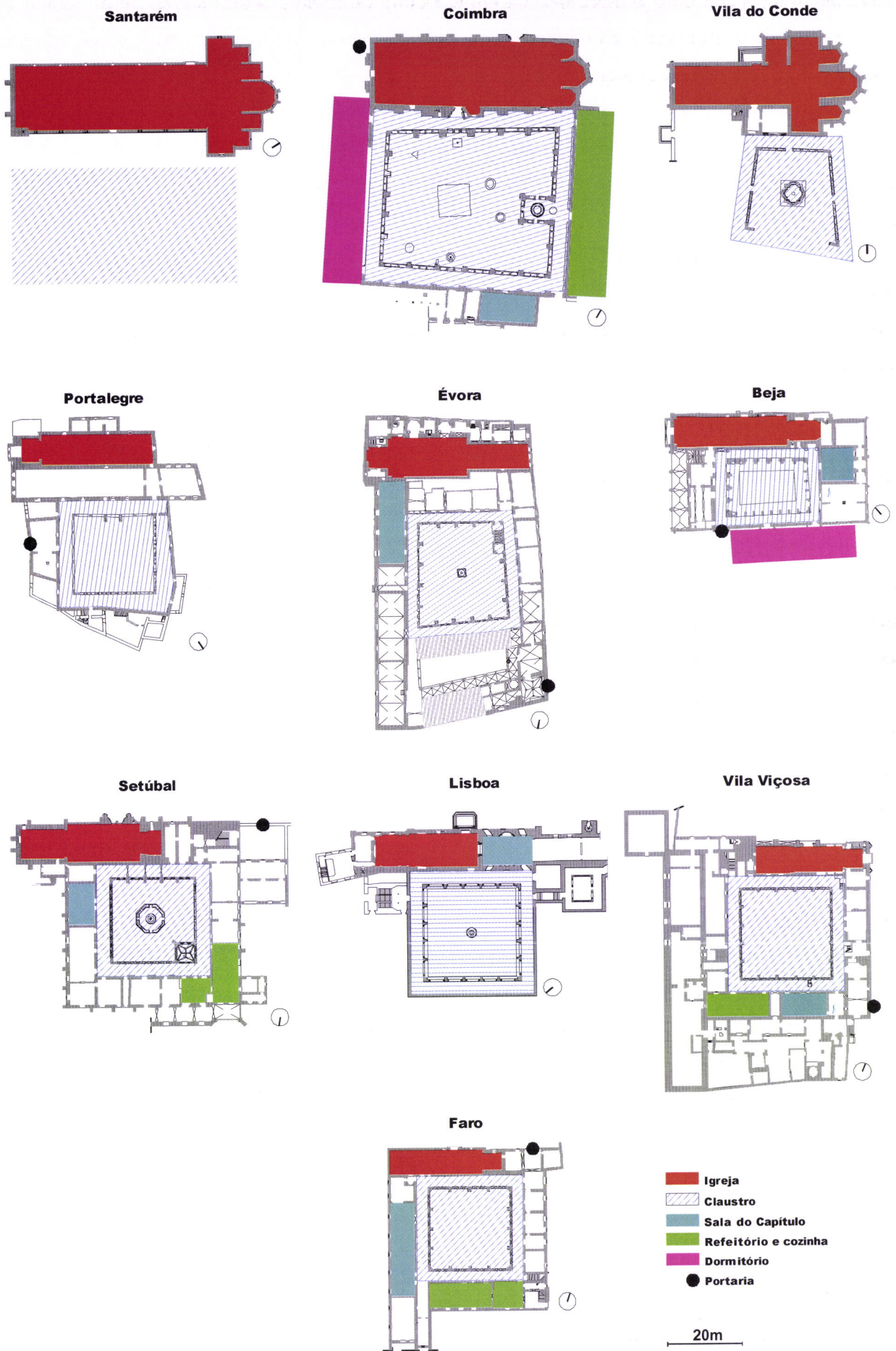


Fig. 5.1 – Proposta de localização de funções em alguns mosteiros de Clarissas, em Portugal.

Habitualmente, havia uma relação directa entre o coro da igreja e o dormitório, para atenuar o desconforto das deslocações no Inverno.

A igreja podia formar o lado norte do conjunto monástico (Santarém, Coimbra, Vila do Conde, Chagas de Vila Viçosa, Faro e Madre de Deus de Monchique de Miragaia) ou o lado sul (Amarante, Portalegre, Santa Clara de Évora, Setúbal, Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa e Guimarães), de forma a que o acesso da igreja ficasse virado para o aglomerado habitacional³⁴⁴.

Em alguns casos, a igreja constituía, sozinha, um dos corpos do claustro (Santarém, Coimbra, Vila do Conde, Conceição de Beja e Faro); noutros, formava-o em conjunto com o ante-coro e a escadaria de acesso aos coros e ao sobreclaustro (Setúbal, Madre de Deus de Lisboa e Chagas de Vila Viçosa).

São poucas as salas do Capítulo que ainda hoje podemos identificar, e mesmo essas levantam algumas dúvidas. É o caso de Coimbra, onde a sala é identificada, por alguns autores, no corpo fronteiro ao da igreja, correspondendo ao reaproveitamento da construção pré-existente. Dada a sua reduzida dimensão, e conseqüente pouca capacidade, quando comparada com a profundidade do coro da igreja, esta interpretação suscita algumas reservas.

No Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, o compartimento identificado como sala do Capítulo localiza-se entre a cozinha e o refeitório. A riqueza decorativa sugere esta interpretação; porém, pode ficar em aberto a hipótese de esta sala se ter localizado junto à cabeceira da igreja, num espaço cuja função se desconhece.

O Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa é outro caso particular, já que a sala do Capítulo funcionou no local habitualmente destinado ao coro baixo. Estando este espaço a uma cota inferior à da “igreja pública”, dificilmente funcionaria como coro baixo.

Em Vila do Conde, a localização da sala do Capítulo não parece ser a original, pois a sua construção esconde parte de um dos vãos laterais da igreja.

Em Faro, a localização da sala do Capítulo poderia ser a geralmente apontada, ideia reforçada pela centralidade da porta que lhe dá acesso, mas o espaço deveria compreender outras funções, pois não seria necessária uma sala de tão grandes dimensões.

Com estes dados, podemos concluir que a localização das salas do Capítulo, relativamente à igreja, podia ser ao lado da cabeceira (Santa Clara de Évora, como hipótese, Conceição de Beja, Setúbal e Faro) ou no corpo oposto à igreja (Coimbra e Chagas de Vila Viçosa)³⁴⁵.

³⁴⁴ Estas duas organizações são também verificadas em Espanha e Itália. Cf. Elena Casas Castells, “Dos Tipos de Arquitectura Monastica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, *Las Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Salamanca, 1993,

p. 704. A não se confirmar a hipótese de ter existido um outro claustro a ladear a igreja do Mosteiro de Santa Iria em Tomar, este constitui uma excepção, pois o existente é distante da igreja, tipologia que observamos em mosteiros de clausura de Sevilha. Cf. María Teresa Pérez Cano, *Patrimonio y Ciudad. El Sistema de los Conventos de Clausura en el Centro Histórico de Sevilla*, Sevilha, 1995, p. 472. Em Santa Clara do Porto, a situação pode parecer semelhante, mas neste caso sabemos ter existido um outro claustro, que poderia confinar com a igreja.

³⁴⁵ Também Elena Casas Castells, *ob. cit.*, p. 704, verificou estas duas soluções no seu estudo dos mosteiros de Espanha e Itália.

Nestes mosteiros, os refeitórios e as cozinhas nem sempre puderam ser localizados. Os que foi possível identificar situavam-se no corpo fronteiro ao da igreja (Conceição de Beja, Chagas de Vila Viçosa e Faro).

As circulações no espaço interior funcionavam sempre em torno do claustro, organizador da vida da comunidade. Era à sua volta que se desenvolviam todas as actividades e se realizavam todos os percursos entre os diversos espaços. As circulações verticais identificáveis eram asseguradas por escadas localizadas na confluência de dois corpos do claustro, junto aos coros, facultando simultaneamente acesso a estes, ao sobreclaustro e à torre sineira (Portalegre, Conceição de Beja, Setúbal, Chagas de Vila Viçosa e Faro) ou em corpo destacado da arcaria (Santa Clara de Évora).

Enquanto nos mosteiros cistercienses, femininos e masculinos, encontramos a permanência de um modelo herdado do esquema organizativo beneditino³⁴⁶, entre as Clarissas a organização dos diversos espaços monásticos é mais casuística³⁴⁷ e a disposição das funções mais livre, devendo sempre ser ressalvada a falta de dados que permitam o conhecimento devidamente fundamentado da sua organização inicial.

5.5 – Características dos espaços

Como resposta a um mesmo esquema funcional, foram concebidas e construídas edificações com características diferentes, que ainda hoje são identificáveis, apesar das vicissitudes por que passaram ao longo da sua existência. Do património subsistente, a maior diversidade verifica-se nas igrejas. Os grupos tipológicos encontrados decorrem da época construtiva.

Igrejas

As igrejas mostram dois tipos distintos de planta, quanto à cabeceira, ao transepto e ao corpo das naves.

O primeiro tipo engloba Santarém (séc. XIII), Vila do Conde (séc. XIV) e Coimbra (séc. XIV)³⁴⁸. São igrejas edificadas por iniciativa régia e de grandes dimensões. As cabeceiras, com capelas de profundidades escalonadas, são reforçadas por contrafortes e cobertas com abóbadas. Os corpos longitudinais têm uma nave (Vila do Conde) ou três naves (Santarém e Coimbra). Em Santarém e em Coimbra, a largura da abside maior equivale à largura da nave central.

³⁴⁶ Este esquema definia a localização do templo, com o claustro a sul, e em seu redor a sala do Capítulo, o dormitório, o refeitório, a cozinha e o celeiro; fora deste grupo, situavam-se a casa do abade, as dependências para doentes e noviços, as hospedarias, as escolas e outros locais de trabalho e auxiliares. Cf. Wolfgang Braunfels, *ob. cit.*, pp. 43-44, e Elena Casas Castells, *ob. cit.*, pp. 690-691.

³⁴⁷ Nos mosteiros da Ordem de Santa Clara em Portugal, encontra-se uma distribuição diversificada de espaços e funções, tal como também se pode verificar nos mosteiros da mesma ordem em Espanha e em Itália. Cf. Elena Casas Castells, *ob. cit.*, pp. 704-705.

³⁴⁸ Pelos elementos que fornece Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981, p. 103, a este grupo pertenceria igualmente a igreja de Santa Clara de Lisboa.

As igrejas de Santarém e de Vila do Conde têm transepto, o que proporcionava o aumento da área reservada aos leigos, pois em ambas os coros originais eram de grandes dimensões, o que reduz consideravelmente o espaço da “igreja pública”³⁴⁹.

No segundo grupo tipológico, incluem-se todas as outras igrejas. Dentro deste tipo, são ainda de distinguir as igrejas com capelas de planta quadrada (Santa Clara de Évora, Chagas de Vila Viçosa e Faro). Considerando o facto de os mosteiros das Chagas de Vila Viçosa e de Faro terem sido construídos após a formação da Província dos Algarves, a que pertenciam, pode ser encarada a hipótese de uma tipologia específica das igrejas desta província³⁵⁰. As igrejas são todas de desenho sóbrio, de dimensões muito inferiores às incluídas no grupo tipológico anterior³⁵¹.

Em todas as igrejas, o acesso à “igreja pública” é feito lateralmente, pelo alçado virado para o aglomerado habitacional. A entrada tanto se localiza aproximadamente ao centro do espaço (Coimbra, Santa Clara de Évora, Conceição de Beja, Tomar e Faro), como mais próximo da cabeceira (Santarém) ou mais próximo dos coros (Vila do Conde, Santa Clara do Porto, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa e Chagas de Vila Viçosa). Poderia ter uma protecção exterior em alpendre (como parece ter existido em Coimbra, Vila do Conde e Faro).

Os dois coros são sempre sobrepostos e localizam-se no lado oposto à cabeceira. Algumas igrejas, inicialmente, tinham apenas um coro (Santarém, Coimbra e Vila do Conde)³⁵². As igrejas de Setúbal e Madre de Deus de Lisboa tiveram somente coro superior. Normalmente, os coros ocupavam a largura das naves.

³⁴⁹ Segundo Jorge Henrique Pais da Silva, *Páginas de História de Arte*, Vol. II, Lisboa, 1986, p. 54, as igrejas com três naves, sendo a axial mais alta, como se verifica na igreja de Santarém, são uma das soluções dos edifícios mendicantes construídos no séc. XIII, onde “o corpo é concebido primordialmente com amplidão bastante para servir de auditório”. A percepção desta espacialidade é reforçada, hoje, pela ausência do coro, demolido aquando da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1940.

³⁵⁰ Naves em forma de caixa com cobertura abobadada, semelhantes a outras igrejas de mosteiros de clausura femininos construídas na mesma época. Cf. Mercedes Pérez del Prado, *La Iglesia Mínima*, Sevilha, 2000, pp. 34-35. Sobre este assunto, está em preparação uma dissertação do mestrado em História da Arte Portuguesa na Universidade de Faro, pela arquitecta Teresa Valente, que poderá trazer novos conhecimentos.

³⁵¹ Estes grupos não coincidem com os propostos para as igrejas espanholas e italianas. No estudo sobre a tipologia planimétrica das igrejas da Ordem de Santa Clara em Espanha e em Itália, feito por Elena Casa Castells, *ob. cit.*, pp. 700-703, esta autora propõe o agrupamento das plantas em três tipos: de cruz latina (Santa Clara de Assis); de nave rectangular com duas variantes: com cabeceira em semicírculo (São Damião de Assis) ou cabeceira poligonal (Santa Clara de Astudillo) e capelas entre os contrafortes (Santa Maria de Pedralbes ou Santa Clara de Tordesilhas); de três naves, com cabeceira de três absides poligonais (Santa Clara de Palência) ou abside central poligonal e laterais rectangulares (Santa Clara de Burgos). Em todas estas plantas, as cabeceiras podem ser formadas por absides de vários números de tramos, delimitados por contrafortes, com grandes vãos; as coberturas podem ser de madeira, assentes sobre arcos transversais, ou em abóbada de cruzaria. Nestas igrejas, os alçados são acompanhados por grandes contrafortes prismáticos e dividem-se em dois corpos, tendo o inferior a porta de acesso à igreja e o superior um vão. Apesar de algumas semelhanças planimétricas com as igrejas subsistentes da mesma Ordem construídas em Portugal, as igrejas portuguesas não se enquadram nestes tipos.

³⁵² Segundo Paulo Varela Gomes, “As Igrejas Conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e Algumas Notas Sobre Arquitectura de Igrejas de Freiras”, *Museu*, n.º 9, Porto, 2000, p. 97, a ideia de coro alto, que permitia uma separação mais efectiva entre as duas igrejas, foi adoptada em Portugal no início do séc. XVI. O Concílio de Trento obrigou a uma clausura mais restrita, o que pode ter levado à criação generalizada do coro alto. A construção dos dormitórios no sobreclaustro também não será alheia a esta localização.

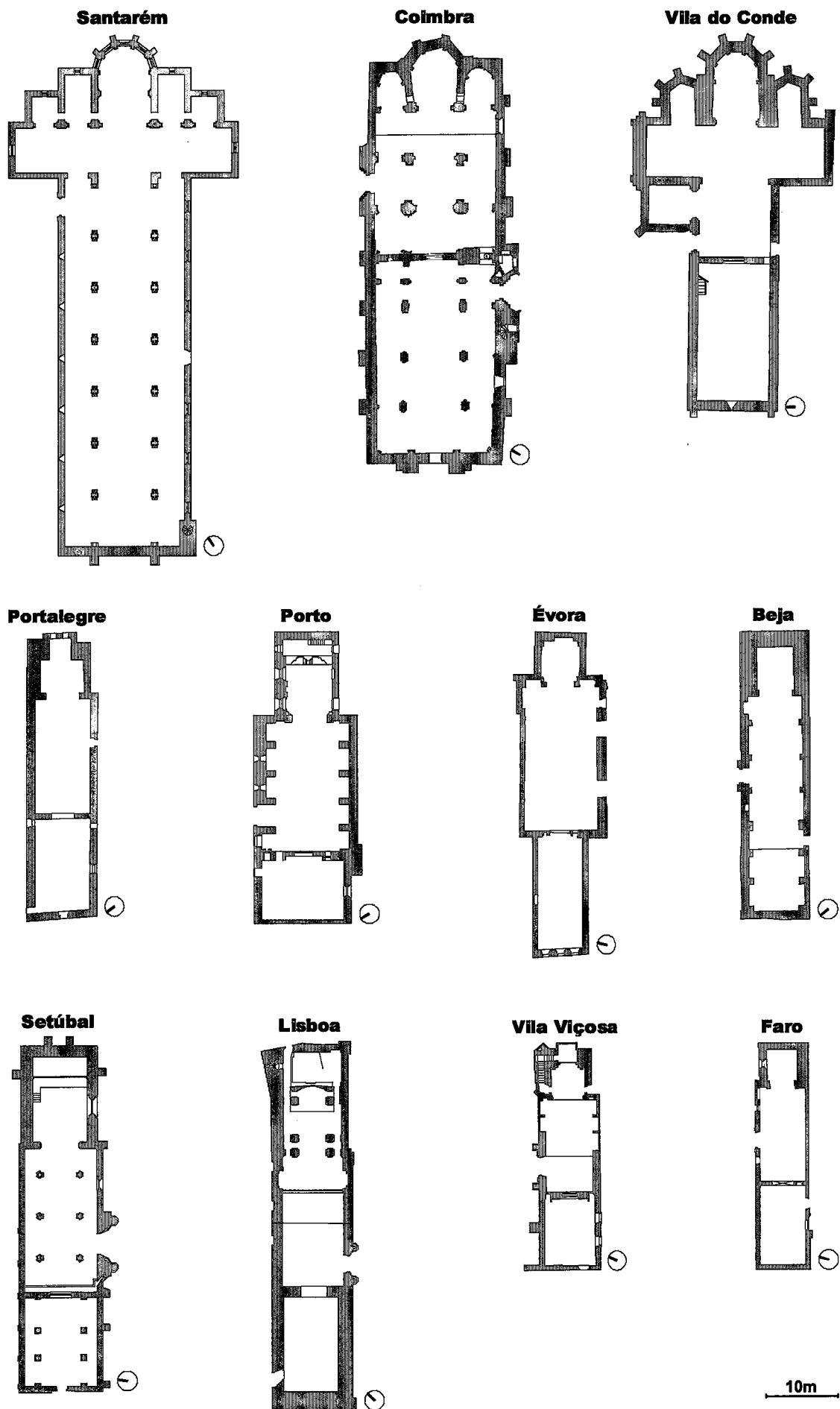


Fig. 5.2 – Proposta de reconstituição da planta primitiva de igrejas de Clarissas, em Portugal.

A profundidade dos coros relativamente ao corpo da igreja é variável: pode ser muito inferior ao da “igreja pública” (Setúbal) ou muito superior (Vila do Conde), ocupar cerca de 1/3 do comprimento total (Santa Clara do Porto e Conceição de Beja) ou ser quase igual à da “igreja pública (Coimbra, Portalegre, Santa Clara de Évora, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa e Faro).

O acesso das religiosas aos coros podia ser feito por vão localizado na parede fronteira à cabeceira (Santa Clara do Porto e Chagas de Vila Viçosa) ou na lateral (Santarém, Vila do Conde³⁵³, Portalegre, Santa Clara de Évora, Conceição de Beja, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa e Caminha).

Em todas as grades do coro baixo, há uma pequena abertura, que permitiria a passagem das alfaias litúrgicas ao capelão, já que este não dispunha de acessibilidade aos espaços da clausura. Mais uma vez, é de realçar o caso particular da igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal; não havendo coro baixo, acedia-se à abertura da grade do coro alto através de um varandim fronteiro, ao qual se chegava por uma escada lateral.

As soluções de iluminação natural das igrejas são variadas e muito determinantes para a apreensão da espacialidade interior. Algumas cabeceiras permitem forte entrada de luz através de janelas abertas na capela-mor e de frestas nos absidiolos (Santarém, Coimbra e Vila do Conde); outras têm janelas laterais (Santa Clara do Porto, Setúbal, Chagas de Vila Viçosa e Faro³⁵⁴). Os transeptos têm também janelas abertas nas paredes testeiros. Todas as naves são iluminadas por vãos rasgados nos alçados longitudinais e, em alguns casos, por rosáceas (Santarém, Coimbra, Vila do Conde e Chagas de Vila Viçosa). A igreja do Mosteiro de Santa Clara de Santarém demarca-se das restantes, devido às janelas abertas em vários níveis, situação proporcionada pela diferente altura das naves.

As coberturas das cabeceiras destas igrejas são abobadadas, tendo as capelas-mores de Santarém, Coimbra e Vila do Conde a particularidade de serem cobertas por abóbada de dois tramos. Os transeptos de Santarém e Vila do Conde são cobertos em madeira.

Originalmente, os corpos longitudinais seriam cobertos com estruturas de madeira, mas não é essa solução que hoje se encontra. Em algumas igrejas, a cobertura do corpo longitudinal é unitária (em Santarém, o corpo longitudinal é todo coberto com madeira; na Igreja do Mosteiro da Conceição de Beja, com abóbada; em Coimbra, as três naves são cobertas com abóbadas); em Santa Clara de Évora, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa e Faro, as coberturas da “igreja pública” e dos coros das monjas são diferentes, sendo sempre em abóbada a da zona dos leigos³⁵⁵.

³⁵³ Nestes dois casos, e apesar de já não existirem os referidos acessos, seria esta a sua localização, pois à parede de fundo dos coros, onde existe uma rosácea, não deveria encostar qualquer construção.

³⁵⁴ Na cabeceira da igreja de Faro, há ainda a particularidade de parte da iluminação ser proporcionada por óculos abertos na base da cúpula.

³⁵⁵ Em Vila do Conde, as coberturas em madeira tomaram a forma de abóbada, provavelmente fruto dos trabalhos realizados pela DGEMN na década de 1930.

Na maioria dos mosteiros analisados, não restam vestígios visíveis das **sacristias** originais³⁵⁶. Porém, a localização habitualmente apontada permitiria sempre o acesso directo a partir do exterior, por forma a que o capelão não tivesse de interferir com a vida da comunidade.

Claustros

Nos claustros, predomina a planta quadrada (Portalegre, Santa Clara do Porto, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa, Faro e Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa); outros têm planta rectangular (Conceição de Beja, Madre de Deus de Monchique de Miragaia e Guimarães). Os claustros de Coimbra e de Santa Clara de Évora são excepção, com planta trapezoidal³⁵⁷.

As coberturas das galerias do claustro são feitas com abóbadas ou com estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira.

A presença de água nos claustros era uma constante. Todos tinham fonte central e, em alguns casos, encontramos poços (Amarante, Conceição de Beja, Santa Clara de Évora e Chagas de Vila Viçosa) e vestígios de cisterna (Santarém) ou de minas (Amarante e Madre de Deus de Monchique de Miragaia). As estruturas de maior realce são os lavabos (Coimbra e Setúbal), em corpos destacados da arcaria do claustro e localizados próximo da entrada do refeitório.

Salas do Capítulo

As salas do Capítulo podem ter planta quadrada (Conceição de Beja³⁵⁸) ou rectangular (Setúbal, Chagas de Vila Viçosa e Faro). O acesso ao seu interior tanto podia ser feito a eixo da quadra (Chagas de Vila Viçosa e Faro) como não centralizado (Conceição de Beja e Setúbal).

Restantes espaços

Quanto aos **refeitórios** e **cozinhas**, os poucos vestígios encontrados não são significativos para uma caracterização. O mesmo se passa com os **dormitórios**, em relação aos quais não dispomos de informação relevante nem foram encontrados dados que permitam saber se eram colectivos ou divididos em celas³⁵⁹. Sabemos terem existido dormitórios tanto no piso do claustro (Coimbra e Beja) como no sobreclaustro (Setúbal); em Coimbra, é apontada a localização do dormitório no corpo contíguo ao coro; no Mosteiro da Conceição de Beja, o

³⁵⁶ Em Vila do Conde, os textos referem uma sacristia seiscentista junto à abside, do lado norte; na igreja do Mosteiro da Conceição de Beja, terá existido uma sacristia, junto à cabeceira. Não sabemos se é original a localização das sacristias ainda existentes que ladeiam a cabeceira (Setúbal, Chagas de Vila Viçosa e Faro).

³⁵⁷ A remontagem da arcaria do Mosteiro de Vila do Conde foi feita sobre planta quadrangular, mas não sabemos como seria o original.

³⁵⁸ Esta com coluna central, que afectaria a visibilidade, e, apesar da reduzida área da sala, prejudicaria a sua acústica.

³⁵⁹ Segundo Braunfels, *ob. cit.*, p. 199, os dormitórios comuns foram abandonados no final do séc. XIV. Todavia, sabemos que o uso de celas individuais foi autorizado somente em 1666, por bula de Alexandre VII. Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como Modelo de Análise”, *As Beiras e a Presença de Cister – Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, 1.º Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, Lafões, 2006, p. 84.

dormitório original localizar-se-ia no corpo fronteiro ao da igreja, tendo sido transformado em refeitório no tempo de D. Manuel I; o novo dormitório seria construído em corpo destacado do conjunto, ao lado da sala do Capítulo.

Junto aos dormitórios, localizavam-se as **latrinas**. Devido à refuncionalização dos mosteiros, não foram encontrados vestígios destas estruturas, à excepção do Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, se bem que se trate de uma construção posterior à época em estudo.

A **torre sineira** encontra-se sempre junto aos coros das monjas, no alçado interior (Santarém, Coimbra, Vila do Conde, Conceição de Beja e Faro) ou exterior da igreja (Portalegre, Santa Clara do Porto, Santa Clara de Évora, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa e Chagas de Vila Viçosa). A sua posição em relação à profundidade dos coros também é variável: pode localizar-se junto à parede que divide a “igreja pública” dos coros (Vila do Conde, Santa Clara de Évora e Conceição de Beja), a meio da profundidade dos coros (Coimbra e Faro³⁶⁰) ou na parede do fundo, lateralmente (Santarém, Setúbal e Chagas de Vila Viçosa) ou ao centro (Santa Clara do Porto); somente no Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa a torre sineira se localiza distante da actual igreja, mas esta excepção não se verificaria no edifício original.

A planta das torres é quadrada. Pode ser saliente do alçado a que se adossa (Vila do Conde, Santa Clara de Évora, Conceição de Beja, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa e Faro) ou integrada na parede (Santarém e Coimbra).

O acesso à torre sineira podia ser feito a partir do coro (Santarém, Santa Clara de Évora e Madre de Deus de Lisboa), do ante-coro (Conceição de Beja, Setúbal, Chagas de Vila Viçosa e Faro) ou do claustro (Coimbra e Vila do Conde).

Estas torres poderiam funcionar igualmente como mirantes (Santarém, Portalegre, Santa Clara de Évora, Chagas de Vila Viçosa e Faro).

Há pouca informação relevante para caracterizar os restantes espaços que constituíam as dependências regulares. Não foram identificadas as dependências afectas a certas funções (instalações para noviças, salas de trabalho, calefatórios, lavandarias, farmácias, enfermarias e hospedarias), ou não foram encontrados vestígios assinaláveis.

Alçados

A imagem urbana destes conjuntos monásticos sempre foi muito marcada pelo alçado lateral da igreja.

O corpo da igreja é o que mais se destaca em altura, entre os volumes do conjunto monástico, apesar de, nos mosteiros de Clarissas, a igreja não ser construída no ponto de cota mais elevada do terreno, como se verificava nas construções cistercienses³⁶¹, mas sim no local do terreno que confina com a via pública.

³⁶⁰ Em Faro, esta localização pode ser justificada pelo aproveitamento da estrutura pré-existente.

³⁶¹ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal – Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas”, *ob. cit.*, p. 9.

A morfologia das igrejas edificadas dentro do período medieval é distinta das restantes, sendo essa diferenciação realçada pelos trabalhos de recuperação realizados, que as demarcam das demais. Das restantes, não considerando as alterações posteriores, como em Santa Clara de Évora e do Porto³⁶², ou as expressões regionais, como os “telhados de tesouro” de Faro, a sua morfologia é muito semelhante.

Há igrejas onde são distintamente identificáveis os corpos das cabeceiras escalonadas, dos transeptos e das naves (Santarém e Vila do Conde); noutras, encontramos o corpo da cabeceira mais baixo do que o da nave (Coimbra, Conceição de Beja, Chagas de Vila Viçosa e Faro³⁶³) ou mais alto (Setúbal³⁶⁴).

As alturas das naves podem ser diferentes sem que isso seja visível do exterior (Setúbal), ou ser bem demarcadas, tendo a nave central uma altura superior relativamente às colaterais, configuração que permitiu a abertura de vãos no alçado lateral da nave central (Santarém). Na maioria das igrejas, a nave e o coro mantêm a mesma altura. Noutros casos, a altura é diferente, podendo ser superior (Chagas de Vila Viçosa) ou inferior (Santa Clara de Évora).

Muitos dos alçados são marcados por contrafortes de secção rectangular (Santa Clara de Évora, Setúbal e Chagas de Vila Viçosa), sendo alguns escalonados (Santarém, Coimbra e Vila do Conde).

Em alguns casos, foram acrescentados elementos ao alçado para realçar o acesso à “igreja pública”. Em Santa Clara de Évora, por exemplo, foi adicionada uma “fachada pseudo-frontal”³⁶⁵; para tornar o corpo simétrico na frente urbana, há dois acessos para o espaço interior³⁶⁶. Noutros casos, o acesso à “igreja pública” é realçado pelos contrafortes que ladeiam o portal (Setúbal e Chagas de Vila Viçosa). Em Faro, a individualização da área da “igreja pública”, provocada pelo “telhado de tesouro”, cria a ideia de a entrada estar centralizada no alçado.

Em Santa Clara do Porto, o alçado norte da igreja é diferente de todos os outros, tendo dois níveis em planos diferentes.

Em geral, os alçados são rematados com platibanda onde assenta o beiral do telhado. Nos outros casos, o remate é feito com uma cachorrada (Santarém e Coimbra), com um coroamento por merlões pontiagudos (Vila do Conde) ou com uma cimalha rendilhada (Setúbal).

A generalidade dos alçados está marcada pela presença de torres sineiras e de mirantes.

³⁶² O alçado norte da igreja de Santa Clara do Porto é dividido em dois corpos, concepção que não se encontra em nenhuma das outras igrejas da Ordem em Portugal. Esta não seria a sua configuração primitiva, uma vez que a igreja foi abobadada posteriormente, intervenção que levou à construção de contrafortes, localizados no interior da nave.

³⁶³ Sendo aqui o corpo da cabeceira realçado pela cúpula e denunciada a divisão dos coros pelos “telhados de tesouro”.

³⁶⁴ Tendo esta um contorno particular, devido aos chanfros que a transformam de quadrangular em octogonal.

³⁶⁵ Segundo Paulo Varela Gomes, *ob. cit.*, p. 236, estas fachadas apareceram em Portugal durante o período filipino, na transição do séc. XVI para o XVII.

³⁶⁶ Intervenção que terá sido realizada aquando do abobadamento da nave e conseqüente construção de contrafortes.

Alguns dos alçados originais dos claustros, ou parte deles, chegaram até aos nossos dias, como vemos ainda em Coimbra, Portalegre, Santa Clara de Évora, Setúbal, Chagas de Vila Viçosa, Tomar e Faro³⁶⁷.

Encontramos arcaria semicircular somente nas galerias do piso térreo (Coimbra e Setúbal) ou neste e no sobreclaustro (Portalegre e Santa Clara de Évora), ou ainda um piso térreo com arcaria semicircular e um sobreclaustro com arquitrave sobre colunas (Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa, Tomar e Faro).

Quanto aos alçados das alas dos mosteiros, pouco pode ser dito com rigor. Seriam inicialmente três corpos em torno do claustro, de altura inferior à da igreja, destacando-se sempre a torre sineira, eventualmente um mirante e a chaminé da cozinha.

Após esta sistematização, verifica-se que as comunidades de Clarissas encontraram uma resposta eficaz para um esquema de funcionamento específico, que viabilizava e permitia o cumprimento da Regra. Apesar de serem erguidos em meio urbano e de uma parte da construção ser, por definição programática, acessível ao público, os mosteiros adoptaram uma configuração que protegia a comunidade residente da vida e dos olhares do exterior, permitindo-lhes assumir a clausura restrita que professavam.

5.6 – Características ideais dos mosteiros de clausura femininos pós-tridentinos

Em 1577, Carlos Borromeo definiu as características ideais dos edifícios para o cumprimento da vida de clausura feminina³⁶⁸. Apesar de a obra ser posterior à realização do Concílio de Trento e de incorporar, entre outras, as alterações decididas naquele Concílio, fundamentalmente nas igrejas, ela é importante para o conhecimento das preocupações vigentes na época com os mosteiros femininos, os espaços e suas funções, bem como com a segurança e a conservação dos edifícios.

O mosteiro deveria ter apenas duas portas de comunicação com o exterior: a do parlatório e outra para animais e veículos. O contacto com o exterior poderia também realizar-se através da roda (colocada na igreja, na portaria ou noutra local resguardado)³⁶⁹.

No piso térreo, deveriam localizar-se o claustro, preferencialmente com planta quadrada; a sala do Capítulo, dimensionada para a totalidade da comunidade, de planta quadrada, para proporcionar melhor acústica, e com bancos colocados no perímetro da sala; o refeitório, bem iluminado, também dimensionado para todas as religiosas do mosteiro e ainda para as visitantes; a cozinha, localizada junto ao refeitório, com forno, dispensa, cela para medições, lava-loiças, poço e capoeira; o lavatório, próximo da sala do Capítulo e do refeitório e

³⁶⁷ Segundo José Eduardo Horta Correia, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, *Monumentos*, n.º 8, Lisboa, 1998, p. 17, os claustros tinham um só piso até ao séc. XV. Para a viabilização estrutural do sobreclaustro, as coberturas passaram a ser abobadadas e os alçados amparados por contrafortes.

³⁶⁸ Cf. Carlos Borromeo, *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, Universidade Autónoma do México, México, 1985.

³⁶⁹ Cf. Carlos Borromeo, *ob. cit.*, pp. 97 e 99.

dimensionado para o número total de religiosas; o calefatório, próximo do refeitório e do lavatório e dimensionado para a totalidade da população do mosteiro; a sala de trabalho, ampla e bem iluminada; o parlatório, em local não oculto, dividido em duas partes, que comunicavam por grades duplas com uma pequena porta; a portaria, com uma configuração e localização tais que o espaço interior do mosteiro não fosse visto do exterior, aquando da abertura da porta, e com uma pequena cela para a porteira; a lavanderia, próxima de um poço e das hortas, para estender a roupa ao sol ou em terraços resguardados das vistas; a farmácia, em local fresco, também com poço³⁷⁰.

No piso superior, seriam construídos o dormitório, resguardado das vistas do exterior e protegido de intempéries, triplo ou quádruplo, de modo a haver um em cada lado do claustro, com uma janela em cada topo e eventualmente outras, sempre do lado do claustro; as latrinas, na proximidade dos dormitórios; o noviciado, separado dos dormitórios, com todas as dependências necessárias para o seu funcionamento, incluindo latrinas; a rouparia³⁷¹.

Em lugares separados, deveriam funcionar a enfermaria, em local saudável dentro do mosteiro ou um pouco afastado mas próximo da portaria, com as dependências necessárias para ter um funcionamento autónomo; a escola, para educação de jovens entregues aos cuidados das religiosas; a prisão, em local distante da via pública; a casa do confessor, entre a porta e o claustro, formada por duas celas sobrepostas, com forno e latrina; a hospedaria, num local intermédio, com celas duplas ou triplas, sem janelas, roda ou grade; e a casa das conversas, fora dos limites da clausura, com dormitório comum, cozinha e poço³⁷².

³⁷⁰ Cf. Carlos Borromeo, *ob. cit.*, pp. 92-102.

³⁷¹ Cf. Carlos Borromeo, *ob. cit.*, pp. 102-105.

³⁷² Cf. Carlos Borromeo, *ob. cit.*, pp. 105-111.

6. Contributos para a recuperação e valorização dos mosteiros subsistentes

Face à situação em que se encontram actualmente os mosteiros estudados, deve colocar-se a questão de saber se eles necessitam de novas intervenções de recuperação ou se podem conceber-se iniciativas que contribuam para a sua valorização.

Ao longo da maior parte da história destes conjuntos monásticos, houve continuidade no tipo de uso. As transformações que neles se processaram tinham sempre por objectivo a adequação dos edifícios à vida das suas comunidades religiosas.

O momento de ruptura desta continuidade deu-se no séc. XIX, com a exclaustração das ordens religiosas ditada pelo movimento liberal, e foi concluído definitivamente no início do séc. XX, com a Lei de Separação dos Bens do Estado e da Igreja. Estes acontecimentos provocaram o empobrecimento e o egresso das comunidades, a desamortização dos seus bens e o abandono dos edifícios ou a sua sobreocupação com novas utilizações, com a consequente degradação.

Em alguns casos, o reconhecimento do seu valor arquitectónico, que lhes permitiu a salvaguarda com protecção legal, e, sobretudo, a refuncionalização de que alguns foram alvo determinaram o seu bom estado de conservação actual.

Sendo assim, que lições podemos retirar do passado e que recomendações podemos deixar à consideração do futuro, no que diz respeito tanto à recuperação e conservação dos edifícios como à sua valorização e à da história das comunidades em que se inserem? Como fomentar a identidade cultural? Que conclusões podemos tirar sobre o possível aproveitamento ou refuncionalização dos edifícios subsistentes? Faz sentido, por exemplo, que sejam “devolvidos” ao uso inicial para que foram construídos? Podem inserir-se melhor na vida económica e social, em sentido lato, nomeadamente como elementos de interesse cultural e turístico?

6.1 – Situação actual dos mosteiros subsistentes

A situação actual dos mosteiros que chegaram aos nossos dias decorre directamente das atitudes e das opções tomadas perante eles logo após o egresso das comunidades religiosas. É evidente o tratamento diferenciado entre a igreja e as dependências regulares. Foi sempre permitido que estas fossem destruídas ou alteradas e só não o foram quando a área já edificada era necessária para qualquer refuncionalização ou quando não havia necessidade de as demolir para evidenciar o corpo da igreja no conjunto urbano.

As igrejas de Clarissas tidas como peças exemplares da história da arquitectura religiosa (Santarém, Coimbra, Vila do Conde, Setúbal e Madre de Deus de Lisboa³⁷⁰) foram objecto de intervenções logo no final do séc. XIX e sobretudo a partir da década de 1930, por iniciativa da DGEMN; estes monumentos eram entendidos como “um dos mais preciosos quinhões da nossa herança de povo civilizador [...], páginas vivas da história da nacionalidade”³⁷¹. Nestas igrejas,

³⁷⁰ Destas, estão ainda afectas ao culto as igrejas de Vila do Conde, de Setúbal e da Madre de Deus de Lisboa.

³⁷¹ Boletim DGEMN, n.º 1, *A Igreja de Leça do Balio*, Lisboa, 1935, p. 5.

foram realizadas obras que pretendiam restituir-lhes “a pureza da sua traça primitiva” e a sua “unidade prístina” ³⁷². Foram objecto de trabalhos de grande vulto que apagaram quaisquer vestígios de intervenções adventícias, sobretudo decorativas, e que lhes conferiram o aspecto que vemos hoje. Em Santarém e Vila do Conde, a “valorização” passou pela destruição das dependências regulares, resultando, assim, edifícios destacados do meio envolvente e sem enquadramento. Santa Clara de Coimbra teve uma intervenção reduzida, devido à inundação permanente pelas águas do rio Mondego, que dificultava a realização de trabalhos³⁷³. Actualmente, está a ser alvo de uma operação de requalificação, que prevê trabalhos de conservação e de restauro nas ruínas da igreja e no claustro. As igrejas de Santa Clara do Porto, Santa Clara de Évora e Chagas de Vila Viçosa tiveram obras que mantiveram as intervenções feitas ao longo da sua existência.

Em alguns casos, por se tratar de grandes massas construídas localizadas dentro dos aglomerados urbanos, as dependências regulares foram sendo ocupadas por serviços (Portalegre e Santa Clara do Porto) e equipamentos (Santa Clara de Évora, Beja, Setúbal e Lisboa), dando resposta a carências que o Estado não podia colmatar de outro modo. Dada esta falta de recursos, muitas vezes a instalação destas funções não implicou demolições, mas apenas a compartimentação reversível do espaço edificado ou a construção de anexos nos terrenos livres.

Percurso diferente teve o único mosteiro de Clarissas que, após outras ocupações, veio a alojar uma unidade hoteleira (Chagas de Vila Viçosa). Aqui, os recursos foram de maior envergadura e os requisitos de funcionamento requereram a realização de trabalhos mais intrusivos na construção³⁷⁴.

No Porto, as dependências monásticas foram alvo de alterações desde a secularização oitocentista, que as descaracterizaram; a intervenção realizada recentemente permite interpretar duas grandes campanhas de obras no conjunto monástico.

Em Beja e em Faro, as obras realizadas alteraram as igrejas, no primeiro caso devido à refuncionalização do edifício e no segundo por razões estruturais. A envolvente do Mosteiro da Conceição de Beja foi destruída e as dependências monásticas foram parcialmente demolidas, sendo os alçados resultantes transformados para corresponderem à arquitectura que se pretendia encenar. Em Faro, as demolições nas dependências regulares do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção restringiram-se aos interiores das alas.

Em Tomar, a igreja foi descaracterizada, sobretudo com a demolição dos coros. No claustro, restam os alçados das alas e alguns dos compartimentos que as formam.

A igreja de Portalegre não teve intervenção de restauro assinalável desde a época da exclausuração. O claustro mantém os alçados, tendo sido alteradas três alas; a quarta ala foi completamente destruída.

³⁷² Cf. Boletim DGEMN, *ob. cit.*, p. 8.

³⁷³ Não será alheio o facto de ter passado a propriedade privada aquando da extinção das ordens religiosas. O claustro já fora destruído no séc. XVIII, por razões de saúde pública.

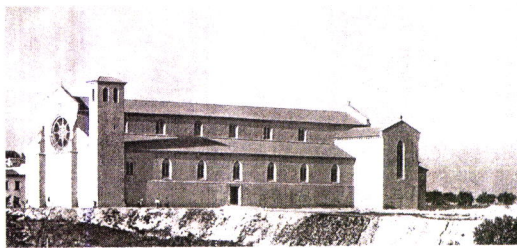
³⁷⁴ Este tipo de intervenção, se por um lado altera a arquitectura e a lógica de funcionamento do Mosteiro, por outro, dados os recursos disponíveis, permite a realização de trabalhos de conservação e restauro.

Designação	Sector protegido	Tipo e data de classificação
Santarém: Mosteiro de Santa Clara	Igreja	MN 14 Março 1917
Coimbra: Mosteiro de Santa Clara	Mosteiro	MN 16 Junho 1910
Amarante: Mosteiro de Santa Clara	Capela	IIP 21 Dezembro 1974
Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara	Igreja	MN 16 Junho 1910
Portalegre: Mosteiro de Santa Clara	Claustro	MN 30 Novembro 1922
	Mosteiro	MN 20 Junho 1935
Porto: Mosteiro de Santa Clara	Igreja	MN 16 Junho 1910
Évora: Mosteiro de Santa Clara	Mosteiro	MN 29 Junho 1922
Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira	Igreja	Em vias de classificação
Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição	Mosteiro	MN 29 Junho 1922
Setúbal: Mosteiro de Jesus	Igreja, claustro e sala do Capitulo	MN 30 Agosto 1933
Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus	Igreja	MN 16 Junho 1910
Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas	Igreja e claustro	MN 27 Março 1944
Tomar: Mosteiro de Santa Iria	Portal e capela lateral	MN 11 Março 1920
	Mosteiro, incluindo igreja	IIP 15 Março 1946
Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção	Mosteiro	MN 29 Setembro 1948

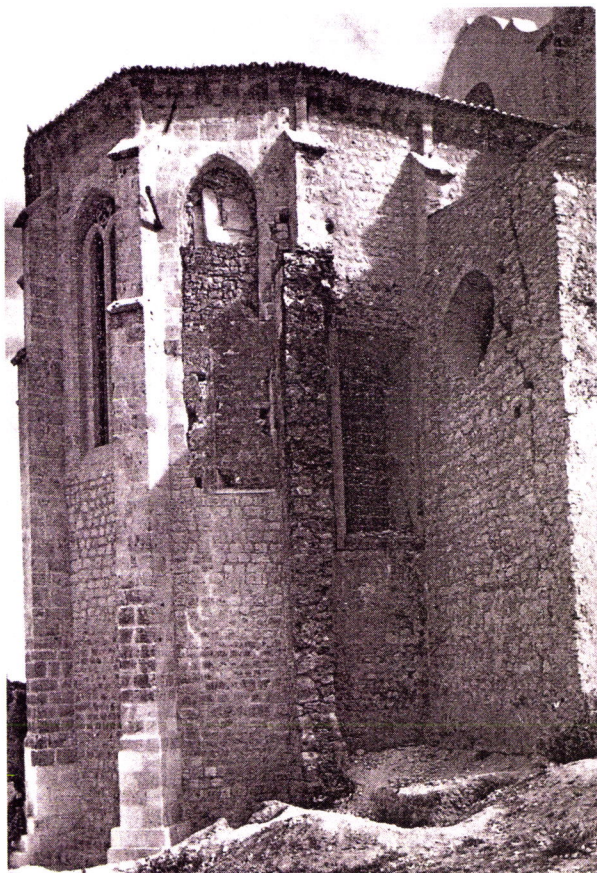
Quadro 6.1 – Mosteiros subsistentes da Ordem de Santa Clara, construídos em Portugal após o Concílio de Trento. Protecção legal (MN – Monumento Nacional; IIP – Imóvel de Interesse Público).

Designação	Igreja	Dependências regulares
Santarém: Mosteiro de Santa Clara	Turística / Aberta ao culto	Destruídas
Coimbra: Mosteiro de Santa Clara	Turística	Turística
Amarante: Mosteiro de Santa Clara	Não tem	Biblioteca
Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara	Abre quando solicitado	Assistência social
Portalegre: Mosteiro de Santa Clara	Teatro	Biblioteca
Porto: Mosteiro de Santa Clara	Turística / Aberta ao culto	Esquadra da PSP
Évora: Mosteiro de Santa Clara	Encerrada	Escola
Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição	Museu	Museu
Setúbal: Mosteiro de Jesus	Turística / Aberta ao culto	Museu (encerrado actualmente)
Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus	Turística / Aberta ao culto	Museu
Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas	Turística / Aberta ao culto	Unidade hoteleira
Tomar: Mosteiro de Santa Iria	Aberta ao culto	Habitação
Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção	Auditório	Museu

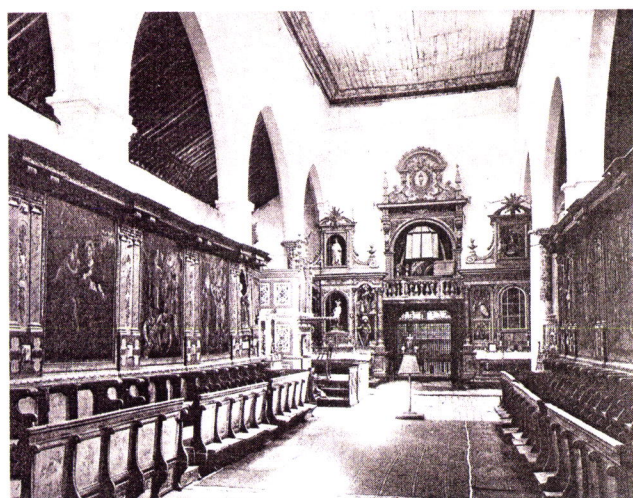
Quadro 6.2 – Mosteiros subsistentes da Ordem de Santa Clara, construídos em Portugal após o Concílio de Trento. Ocupação actual.



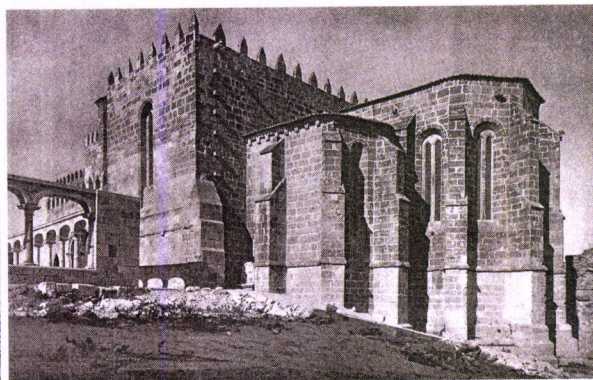
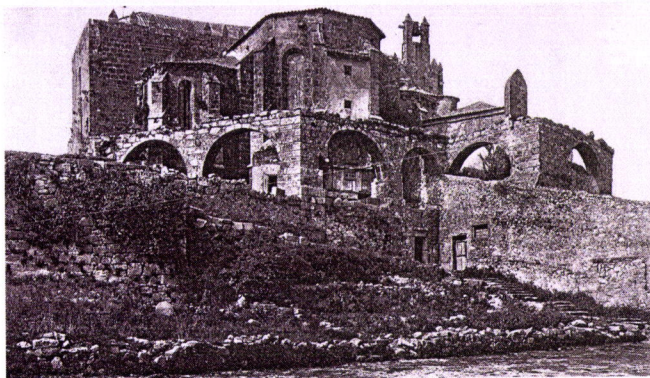
Figs. 6.1 e 6.2 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Vistas do conjunto, antes da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1940 (Foto: DGEMN) e actual.*



Figs. 6.3 e 6.4 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto exterior da cabeceira da igreja, antes e depois da mesma intervenção (Fotos: DGEMN).*



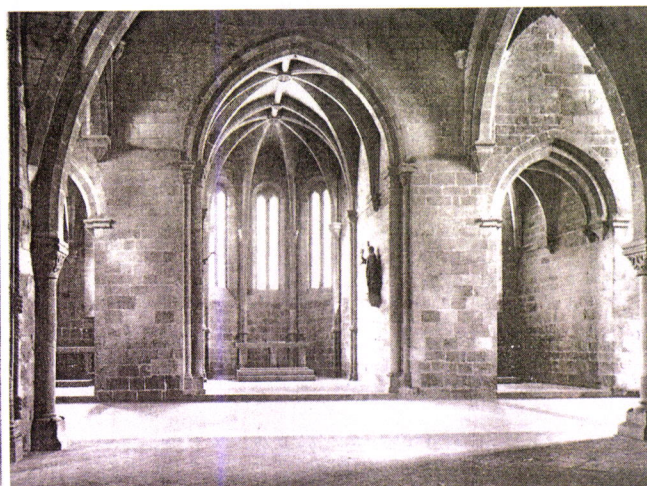
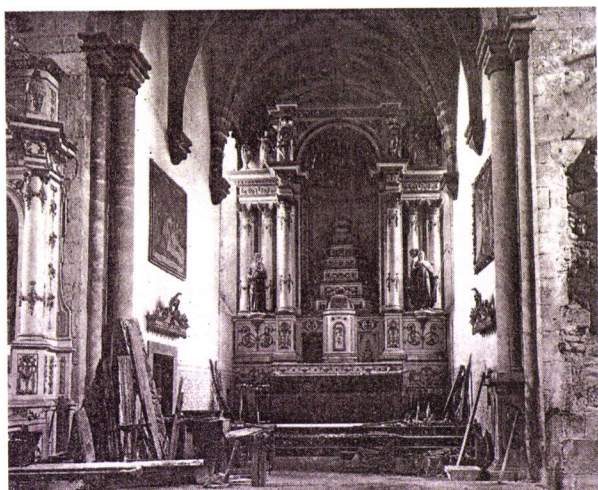
Figs. 6.5 e 6.6 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto interior da cabeceira e da nave da igreja, antes e depois da mesma intervenção (Fotos: DGEMN).*



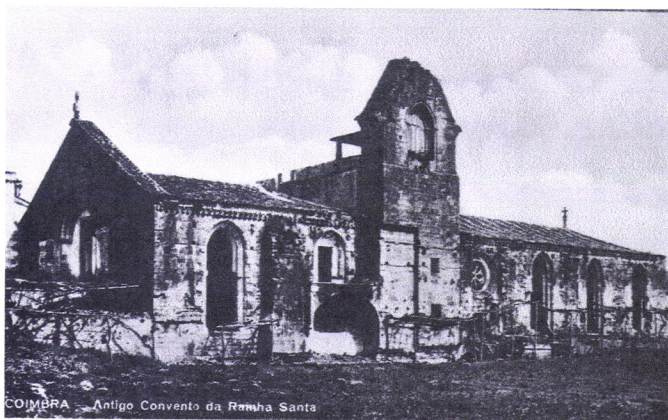
Figs. 6.7 e 6.8 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto exterior da cabeceira da igreja, antes e depois da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1930* (Fotos: DGEMN).



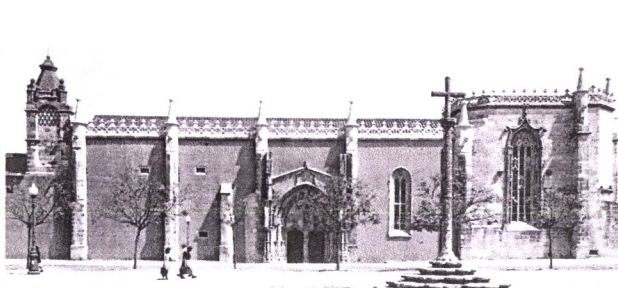
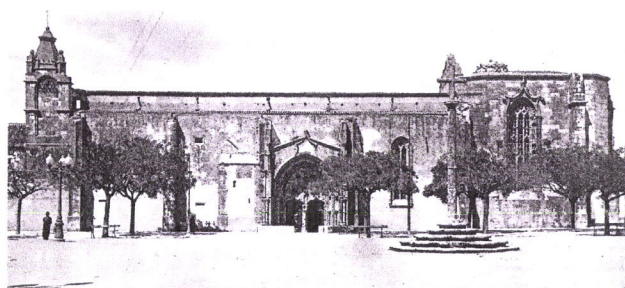
Figs. 6.9 e 6.10 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto do claustro, antes e depois da mesma intervenção* (Fotos: DGEMN).



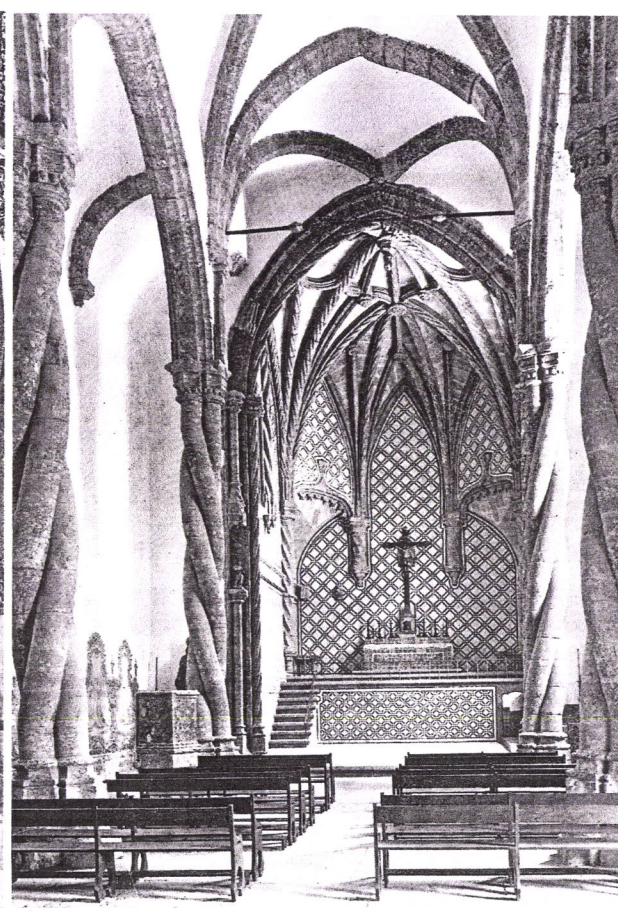
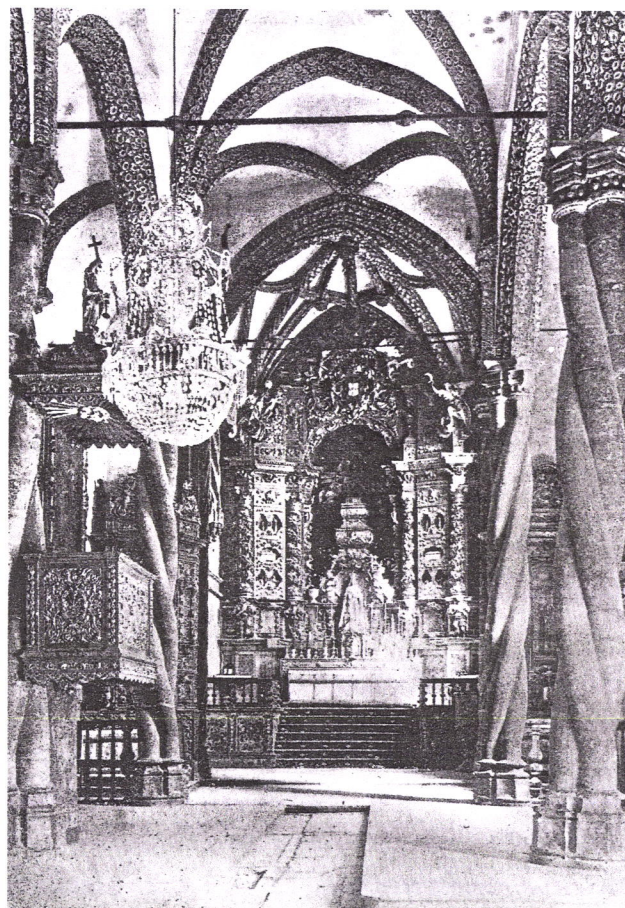
Figs. 6.11 e 6.12 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. *Aspecto da cabeceira e da nave, antes e depois da mesma intervenção* (Fotos: DGEMN).



Figs. 6.13 e 6.14 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. *Alçado sul*, antes da intervenção realizada pela DGEMN nas décadas de 1930 e 1940 (Foto: DGEMN) e actual, após as escavações arqueológicas, sendo visível o claustro.



Figs. 6.15 e 6.16 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Alçado sul*, antes e depois da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1940 (Fotos: DGEMN).



Figs. 6.17 e 6.18 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. *Aspecto da cabeceira e da nave*, antes e depois da mesma intervenção (Fotos: DGEMN).

6.2 – Critérios gerais de intervenção

A análise das intervenções supracitadas tem, pelo menos, a virtude de alertar para conceitos e concepções inaceitáveis ao abrigo do conhecimento actual.

Desde então, vários foram os organismos, nacionais e internacionais, criados para a salvaguarda do património cultural; vários foram os foros criados para a discussão de conceitos e técnicas a adoptar. Dos consensos possíveis, resultaram cartas, recomendações e convenções internacionais que são a referência actual para todas as intervenções no património construído.

Perante as diferentes situações em que se encontram os mosteiros subsistentes, pode colocar-se a questão de saber se é necessária ou desejável alguma nova intervenção, de que tipo e quais as linhas de actuação, já que é impossível preservar a sua autenticidade.

À partida, sabemos que as intervenções no património construído devem integrar o conjunto edificado; os complexos monásticos devem ser olhados e tratados no seu todo. O tratamento e/ou a ocupação fragmentados, parcelando a construção, dificultam a leitura do conjunto.

Também sabemos que, antes de qualquer intervenção, deve haver o conhecimento mais aprofundado possível sobre o edifício, utilizando todas as técnicas de sondagem e de diagnóstico disponíveis³⁷⁵, numa perspectiva integrada.

Depois, com este conhecimento, compete aos projectistas e aos responsáveis pela execução dos projectos permitir e incentivar a leitura do edifício e da sua história, as diversas campanhas de obras, subtracções, adições e transformações³⁷⁶, a sua espacialidade, correntes estilísticas e técnicas construtivas.

A correcta adequação do programa ao espaço construído permitirá a aplicação dos princípios da intervenção mínima e da reversibilidade da operação. Quando haja necessidade de construir novas áreas, estas “devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais”³⁷⁷. As demolições são de evitar, pois “a destruição de um documento não se documenta a si mesma”³⁷⁸.

Os trabalhos a realizar devem prever, tanto quanto possível, a utilização dos materiais e das técnicas construtivas usados anteriormente. “Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia

³⁷⁵ “A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental.” Artigo 2.º da Carta de Veneza.

³⁷⁶ Os conventos das ordens mendicantes, construídos nas cidades, reconstroem-se e renovam-se sobre si mesmos, como as cidades; por isso, durante as obras, são encontradas muitas sobreposições. Cf. María Teresa Pérez Cano, *Patrimonio y Ciudad. El Sistema de los Conventos de Clausura en el Centro Histórico de Sevilla*, Sevilha, 1995, p. 332.

³⁷⁷ Artigo 12.º da Carta de Veneza.

³⁷⁸ Cesare Brandi citado por José Aguiar, *Cor e Cidade Histórica – Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, Porto, 2002, p. 62.

tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência”³⁷⁹, e desde que seja compatível e, preferencialmente, reversível.

Após a conclusão das obras, a sua gestão deverá consistir na “adopção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controlo dos resultados.”³⁸⁰

Entendido o património como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica”³⁸¹, é fundamental que os edifícios dialoguem com a comunidade. Para que esse diálogo seja possível, é necessário que os edifícios contem a sua história e as suas metamorfoses.

Atendendo à sua localização, muitas vezes central dentro dos aglomerados habitacionais, estas grandes massas construídas contribuem mais para a vida da comunidade se nelas forem instalados equipamentos.

Se os mosteiros fossem restituídos a comunidades religiosas, que os ocupassem na totalidade, ficariam fechados e não seriam usufruíveis pela população. Porém, dada a reduzida dimensão das actuais congregações, é aceitável o seu alojamento em parte dos edifícios, sendo a área restante afecta a outra ocupação. Tem-se assistido, com algum sucesso, à instalação de equipamentos sócio-assistenciais nestas construções, geridos por pequenas comunidades religiosas.

A refuncionalização para equipamentos educativos e culturais é igualmente uma opção adequada. Em todos os casos, os edifícios devem manter a sua identidade, de modo a que as pessoas conheçam a sua história, até porque, por vezes, a importância do edifício equipara-se ou sobrepõe-se mesmo ao conteúdo nele instalado³⁸².

Para decidir qual o programa funcional a instalar num edifício, há que avaliar se as características da pré-existência se adequam às novas funções, dimensões, compartimentação, materiais, etc. Este passo é determinante para a vida da construção, mas também para a comunidade envolvente.

6.3 – Possibilidades de valorização dos mosteiros subsistentes

De entre os mosteiros analisados, atendendo à sua utilização e ao seu estado actuais, a cargo geralmente das autarquias, há algumas operações de valorização que podem ser realizadas sem investimentos de grande vulto.

Sendo a memória do edifício uma das áreas a valorizar, um dos contributos possíveis é a divulgação do seu nome, disponibilizando também, no local, elementos sobre a sua história e a

³⁷⁹ Artigo 10.º da Carta de Veneza.

³⁸⁰ Artigo 11.º da Carta de Cracóvia.

³⁸¹ Anexo – Definições da Carta de Cracóvia.

³⁸² Por exemplo, num museu, o edifício pode tornar-se o “principal objecto de valor para o público, que está frequentemente tão interessado em ver o espaço do museu como as obras de arte que ele contém”. Cf. Helena Barranha, “A Arquitectura do Museu, Entre a Invenção do Presente e a (Re)construção da Memória”, *Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Dia Nacional da Arquitectura, actas do colóquio realizado em 6 de Outubro de 2003, Faro, 2003, p. 12.

identificação dos espaços mais significativos que constituíam a vida claustral, acompanhada de sinalética que remeta para a vida da comunidade religiosa que ali habitou. Se o edifício acolher um museu, seja qual for a sua temática, ele poderá também ter uma sala com uma exposição sobre o mosteiro e a sua história. Esta iniciativa pode reforçar o que subsiste na memória local, habitualmente em extinção, não fôra o contributo da toponímia.

A adequação entre a função original de um espaço e a sua nova ocupação é outra das operações que permitem a correcta leitura do edifício. Deverão ser asseguradas a importância e a dignidade dos espaços, ou, pelo menos, garantir que estas mantêm uma relação equilibrada³⁸³. Este princípio pode ser aplicado em novas distribuições de funções, mesmo nos espaços já intervencionados.

Em alguns casos, as demolições realizadas isolaram partes dos edifícios, que assim ficaram descontextualizados. São disso exemplo as obras realizadas em Amarante e em Portalegre. Em Amarante, com a demolição da igreja, ficou isolada uma capela lateral e o alçado dos coros das monjas passou a ser exterior. Em Portalegre, ficou isolada a fonte de mergulho, que se localizaria na cozinha. Esta situação pode ser colmatada através da criação de elementos (por exemplo, desenho de paredes ou de fundações nos pavimentos) que permitam a leitura da sua inserção no conjunto. Ainda em Portalegre, e em relação ao seu actual alçado principal, sobre a Rua de Elvas, pode promover-se uma acção que identifique o actual espaço ajardinado como tendo sido um dos corpos do claustro, restituindo assim o Mosteiro à cidade.

Mantendo os corpos em torno do claustro, mas a funcionar em unidades estanques, encontra-se o Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa, dividido entre duas entidades e com percursos autónomos que impossibilitam a apreensão global. A instalação do Museu do Azulejo em todo o conjunto poderia permitir a sua valorização.

Nos casos de Santarém e Vila do Conde, ainda muito marcados pelas intervenções realizadas no período do Estado Novo, não sendo considerada a hipótese do desrestauro das igrejas, há que realizar trabalhos de conservação. Quanto às dependências regulares, completamente apagadas no caso de Santarém, poderia ser equacionada uma intervenção nos espaços envolventes, através de marcação do solo, que permitisse identificar como eram no passado. O mesmo poderia ser feito no Mosteiro da Conceição de Beja, onde foram destruídas todas as construções do território envolvente.

Em todos os casos, para além das obras de recuperação de que muitos necessitam, é necessária a realização continuada de trabalhos de conservação preventiva, bem como a divulgação de informação sobre os edifícios.

Havendo um tão vasto e relevante património de Clarissas no nosso País, poderia ser pensada a criação de um percurso de mosteiros desta Ordem em Portugal, já que eles formaram uma teia por todo o território nacional. Neste percurso, seriam incluídos todos os locais onde foram edificadas mosteiros; nos casos em que estes já não existam ou não sejam reconhecíveis,

³⁸³ Neste aspecto, o caso mais singular é o do Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, onde a entrada da unidade hoteleira foi colocada no corpo das latrinas.

poderia ser facultada informação sobre a edificação desaparecida, a sua localização e a sua história.

Em complemento, e num plano diferente, poderiam ser criados percursos que incluíssem mosteiros de Clarissas e de outras ordens femininas de clausura, para poderem ser comparadas as respectivas características e as suas diferenças.

Conclusão

Como por toda a Europa, também em Portugal foi bem recebido o ideário de Clara de Assis, sendo os nossos primeiros mosteiros fundados cinco anos após a sua morte. O início da expansão clarista verificou-se no norte do país, alastrando para sul consoante iam sendo criadas condições de estabilidade e segurança na sequência da reconquista cristã.

O estado de conservação destes conjuntos é muito variável, e esse facto foi determinante para o propósito deste trabalho. Alguns mosteiros encontram-se muito alterados, danificados ou mesmo destruídos, limitando as análises que nos propusemos realizar e a consequente caracterização morfotipológica. Dentre todos, só doze permitem uma análise mais documentada.

Do estudo efectuado, concluiu-se que os mosteiros da Ordem de Santa Clara foram construídos predominantemente dentro das muralhas dos aglomerados urbanos. Quando edificados fora destas, foram-no na proximidade de paços régios ou de outras construções conventuais, nomeadamente da Ordem dos Frades Menores. As fundações devem-se, genericamente, a iniciativas da família real ou da nobreza.

A presença urbana do mosteiro é marcada sempre pelo alçado lateral da igreja, voltado para o aglomerado, localizado junto a um eixo viário e por onde era feita a entrada dos leigos. Por vezes, esta presença é reforçada pela topografia dos terrenos onde foram construídos, de cota elevada; noutros casos, foram escolhidos terrenos localizados nas margens de rios.

Os corpos longitudinais das igrejas são sempre divididos em “igreja pública” e coro das monjas. Aliás, a “igreja pública” constituía o único espaço verdadeiramente público de cada mosteiro. A comunicação da comunidade religiosa com o exterior restringia-se à portaria.

Foram identificados dois grupos tipológicos de igrejas, sempre com as cabeceiras voltadas a oriente. O primeiro grupo, com construções realizadas entre 1260 e o início do séc. XIV, é caracterizado por igrejas de grandes dimensões, com cabeceiras de profundidades escalonadas, reforçadas por contrafortes e cobertas com abóbadas. Nem todas têm transepto. O corpo longitudinal pode ter uma ou três naves, cobertas com estrutura de madeira ou com abóbadas. Pertencem a este grupo as igrejas dos mosteiros de Santarém, Coimbra e Vila do Conde. As igrejas do segundo grupo, construídas a partir do final do séc. XIV, têm dimensões muito inferiores às do grupo anterior. As cabeceiras têm planta quadrada ou rectangular, e os corpos longitudinais têm, maioritariamente, uma só nave. Integram este grupo as igrejas dos mosteiros de Portalegre, Santa Clara do Porto, Santa Clara de Évora, Nossa Senhora da Conceição de Beja, Setúbal, Madre de Deus de Lisboa, Chagas de Vila Viçosa, Santa Iria de Tomar e Nossa Senhora da Assunção de Faro.

Em todos os casos analisados, o acesso à “igreja pública” é feito lateralmente; os dois coros eram sempre sobrepostos e normalmente tinham largura igual à do corpo da igreja, sendo a sua profundidade variável. Geralmente, junto aos coros localizava-se a torre sineira.

Em comunicação com a cabeceira, localizava-se a sacristia, com acesso directo do exterior, para permitir um funcionamento autónomo da vida da comunidade.

Quanto à iluminação do espaço interior, era feita por vãos rasgados no envelope perimétrico dos edifícios, a alturas diferentes. A igreja de Santarém demarca-se das restantes, devido à grande quantidade de vãos, abertos em dois níveis no corpo longitudinal, proporcionados pelas diferentes alturas das naves.

O esquema funcional, ditado pela vida de clausura e, em parte, pela Regra, determinou a implantação das dependências monásticas. Estas organizavam-se sempre em torno de um claustro, raramente dois, que se desenvolvia para norte ou para sul da igreja, ficando esta voltada para o aglomerado. Toda a vida da comunidade se organizava em torno do claustro e todas as circulações no espaço interior se organizavam em seu redor. Geralmente, o acesso ao piso superior e à torre sineira era feito por escadas localizadas junto aos coros.

Não é possível definir tipologias das dependências regulares, pois estas encontram-se muito transformadas. No entanto, pode verificar-se que a sala do Capítulo, de planta quadrada ou rectangular, nem sempre se localizava no mesmo corpo relativamente à igreja; podia ser junto à cabeceira ou num corpo afastado; esse facto pode decorrer da especificidade da construção ou da sua evolução, ou ainda de alterações entretanto realizadas. Sobre os refeitórios, as cozinhas e as salas de trabalho, pouco pode ser dito com rigor. Os dormitórios, próximos do coro, tanto se localizavam no piso térreo como no sobreclaustro, em conjunto com as enfermarias.

Quanto à morfologia das construções, o corpo da igreja é o que mais se destaca, tendo ele próprio, por vezes, alturas variáveis entre a cabeceira, a nave e os coros. Os restantes edifícios monásticos teriam sensivelmente a mesma altura.

As alterações que se foram processando nestes conjuntos edificados tiveram, durante largos séculos, a intenção de responder às necessidades das comunidades religiosas. A progressiva escassez de recursos com que algumas delas se foram deparando para realizar obras de alteração e de conservação, sobretudo depois do terramoto de 1755 e das invasões francesas (1807-1811), levou a que alguns mosteiros entrassem em processo de ruína. A conjuntura cultural, política e económica que culminou com a extinção das ordens religiosas e, mais tarde, com a Lei da Separação dos Bens do Estado e da Igreja, de 1911, provocou o empobrecimento e o êxodo das comunidades e levou à degradação dos conjuntos arquitectónicos monásticos. Logo surgiram movimentos culturais, organizados na sociedade civil, para defesa deste património construído, intenção que nem sempre obteve os resultados desejados. Se alguns mosteiros foram completamente arrasados, outros sobreviveram, com adaptação a novos usos. Se bem que reutilizados, por vezes, com prejuízo da integridade dos edifícios, eles mantêm-se até à actualidade. Sendo grandes massas edificadas, de propriedade pública, inseridas nos aglomerados urbanos, as administrações central e, sobretudo, local têm vindo a aproveitar

estas construções para vários fins, instalando neles predominantemente equipamentos sócio-educativos ou culturais.

A adaptação das construções a este tipo de equipamentos tem-se revelado uma resposta eficaz à sua refuncionalização. Apesar de terem sido construídos para serem massas fechadas à vida dos aglomerados urbanos em que se inseriram, a história transformou-lhes essa vocação, e a sua presença central nos tecidos urbanos pede que sejam abertos à comunidade. Para manter a integridade do edifício, é fundamental a correcta adequação do programa funcional a instalar às áreas e compartimentações disponíveis, bem como a compatibilização de materiais e de técnicas construtivas.

Para além destas medidas, a valorização dos conjuntos arquitectónicos implica a divulgação do conhecimento que há sobre eles. A sua história deve ser devidamente divulgada no local, identificando-se a designação e a função dos diversos espaços que os constituem.

Estas acções individuais poderiam ser potenciadas com a criação de um percurso de mosteiros da Ordem de Santa Clara em Portugal.

Esperamos que este trabalho seja um contributo para o conhecimento arquitectónico dos mosteiros de Clarissas em Portugal e que a caracterização da sua morfologia e da sua tipologia possa informar futuras intervenções de salvaguarda neste valioso património edificado, sobretudo no que respeita à adequabilidade de instalação de novas funções. Por outro lado, o conhecimento dos edifícios e das suas metamorfoses permite respeitar as recomendações da Carta de Cracóvia, ao referir que as intervenções devem ser realizadas tendo sempre em conta que os edifícios são o resultado de uma dialéctica entre diferentes momentos históricos e determinados contextos sócio-culturais.

Temos de permitir aos edifícios que contem a sua história. Eles dependem de nós para se darem a conhecer, mas esse conhecimento dependerá da nossa consciência avisada.

Bibliografia

Fontes impressas

- AA. VV.**, *A Ordem de Santa Clara em Portugal*, Mosteiro de São José, Clarissas Adoradoras, Vila das Aves, Braga, 1976.
- AA. VV.**, *Inventário Artístico de Portugal*, edição em CD-ROM, Lisboa, 2000.
- AA. VV.**, *Regra e Constituições Gerais da Ordem de Santa Clara*, Roma, 1988.
- AA. VV.**, *Três Pessoas, Três Edifícios, Um Museu*, folha de sala da exposição comemorativa do 110.º aniversário do Museu Arqueológico e Lapidar D. Afonso Henriques, sem data [2004], Faro.
- AGUIAR**, José, *Cor e Cidade Histórica – Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, Porto, 2002.
- ALMEIDA**, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, volume I, Porto, 1965-1971.
- BARRANHA**, Helena, “A Arquitectura do Museu, Entre a Invenção do Presente e a (Re)construção da Memória”, *Adaptação de Edifícios Históricos a Museus*, Dia Nacional da Arquitectura, actas do colóquio realizado em 6 de Outubro de 2003, Faro, 2003
- BARROS**, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª edição, Tomo II, Lisboa, 1950.
- BERLIOZ**, Jacques (apres.), *Monges e Religiosos da Idade Média*, Lisboa, 1994.
- BORROMEO**, Carlos, *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae*, Universidade Autónoma do México, Cidade do México, 1985.
- BRANCO**, Manuel J. C., “Evolução do Sítio [de São Francisco de Évora] do Século XIII ao Século XIX”, *Monumentos*, n.º 17, Lisboa, 2002.
- BRAUNFELS**, Wolfgang, *Arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona, 1975.
- CAETANO**, Joaquim de Oliveira, “A Fundação do Convento das Chagas”, *Monumentos*, n.º 6, Lisboa, 1997.
- CANO**, María Teresa Pérez, *Patrimonio y Ciudad. El Sistema de los Conventos de Clausura en el Centro Histórico de Sevilla*, Sevilha, 1995.
- CARDOSO**, Mário de Sousa, “O Mosteiro de Santa Clara – A Organização do Espaço Conventual”, *Correio do Ribatejo*, Santarém, 14 e 21 de Dezembro de 2001 e 4 de Janeiro de 2002.
- CARVALHO**, Almeida, *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, Vol. III, Setúbal, 1969.
- CASTELLS**, Elena Casas, “Dos Tipos de Arquitectura Monastica Medieval: Cistercienses y Clarisas”, *Las Clarisas en España y Portugal*, vol. I, Salamanca, 1993.
- CHICÓ**, Mário Tavares, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1981.
- CORREIA**, José Eduardo Horta, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, 1987.
- CORREIA**, José Eduardo Horta, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, *Monumentos*, n.º 8, Lisboa, 1998.
- CORREIA**, Lopes, *Trancoso – Notas para uma Monografia*, Trancoso, 1989.
- CÔRTE-REAL**, Artur e **MACEDO**, Francisco Pato de, “Le Cloître de Sainte-Claire-l’Ancienne de Coimbra”, *Revue de l’Art*, n.º 133, 2001-3, Paris.
- CÔRTE-REAL**, Artur, *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Novos Dados para o Seu Conhecimento, Operação Arqueológica 1995-1999*, dissertação de mestrado, Coimbra, 2001 (polic.).
- CÔRTE-REAL**, Artur, “Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – Contemporaneidade e Passado...”, *Património/Estudos*, n.º 8, Lisboa, 2005.
- COSTA**, José António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, Lisboa, 1712, Tomo III.
- COSTA**, Mário Nunes, “Breve Recopilação”, separata do *Boletim da Biblioteca Universitária de Coimbra*, vol. 42, Coimbra, 1994.
- CRAESBEECK**, Francisco, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Ponte de Lima, 1992.
- CUSTÓDIO**, Jorge, *O Património Monumental de Santarém: Fases da Sua Destruição*, Santarém, 1979.
- CUSTÓDIO**, Jorge (coord.), *Santarém – Cidade do Mundo*, Vol. I, Santarém, 1996.
- DGEMN**, Boletim n.º 1, *A Igreja de Leça do Balio*, Lisboa, 1935.
- DGEMN**, Boletim n.º 14, *Santa Clara de Vila do Conde*, Lisboa, 1938.
- DGEMN**, Boletim n.º 30-31, *Igreja de Santa Clara de Santarém*, Lisboa, 1942-1943.
- DGEMN**, Boletim n.º 47, *Igreja e Claustro do Antigo Mosteiro de Jesus – Setúbal*, Lisboa, 1947.

- DINIZ**, Marcos Blanch, "Arquitectura Civil em Faro Após o Terramoto de 1755", separata dos *Anais do Município de Faro*, Faro, 1981.
- ESPANCA**, Túlio, *Mosteiros de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, 1970.
- ESPERANÇA**, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, 1656.
- FAGULHA**, Mário, *Historial, Recolhas e Memórias da Freguesia do Torrão (Alentejo)*, Alcácer do Sal, 2001.
- FERNANDES**, Eugénia Matos, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em Meados do Século XVIII (1730-80)*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1987 (polic.).
- FERNANDES**, Isabel Maria e **OLIVEIRA**, António José de, "Convento de Santa Clara de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, Série II, Vol. V, Guimarães, 2004.
- FERREIRA**, Fátima Cordeiro e **ADREGO**, Maria Augusta, *José Luiz Monteiro na Arquitectura da Transição do Século*, Monografia, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1990.
- FERREIRA**, Maria do Céu Crespo, *Sondagem Arqueológica no Largo da Avenida – Trancoso*, Trancoso, 1998 (polic.).
- FERREIRA**, Monsenhor J. Augusto, *Vila do Conde e o Seu Alfoz – Origens e Monumentos*, Porto, 1923.
- FIRMO**, Joaquim Santos, *Notícia Sobre a Fundação do Mosteiro e Igreja da Madre-de-Deus*, Lisboa, 1867.
- FONSECA**, António Belard da, *Mariana Alcoforado – A Freira de Beja e as "Lettres Portugaises"*, Lisboa, 1966.
- FONTOURA**, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira – Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, 2000.
- FRANÇA**, José Augusto, *Tomar*, Lisboa, 1994.
- GOMES**, Paulo Varela, "A Fachada Pseudo-frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas", *Conversas à Volta dos Conventos*, Évora, 2002.
- GOMES**, Paulo Varela, "As Igrejas Conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e Algumas Notas Sobre Arquitectura de Igrejas de Freiras", *Museu*, n.º 9, Porto, 2000.
- GUIMARÃES**, Vieira, *Thomar – Santa Iria*, Lisboa, 1927.
- JORGE**, Virgolino Ferreira, "A Igreja Romano-gótica do Salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço", *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 85, 1979.
- JORGE**, Virgolino Ferreira, "Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal – Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas", *Boletim Cultural – Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 94, 2.º tomo, 2000-2002.
- JORGE**, Virgolino Ferreira, "Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como Modelo de Análise", *As Beiras e a Presença de Cister – Espaço, Património Edificado, Espiritualidade*, 1.º Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, Lafões, 2006.
- LACERDA**, Aarão de, *Lisboa – Madre de Deus*, Barcelos, sem data.
- LAMEIRA**, Francisco, *Faro – A Arte na História da Cidade*, Faro, 1999.
- LIMA**, Miguel Pedroso de, *O Recinto Amuralhado de Évora – Subsídios para o Estudo do Seu Traçado*, Lisboa, 1996.
- LOPES**, Flávio e **CORREIA**, Miguel Brito (trad.), *Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, 2004.
- MACEDO**, Francisco Pato de, *Arquitectura Gótica na Bacia do Mondego nos Séc. XIII e XIV*, Coimbra, 1988 (polic.).
- MACEDO**, Francisco Pato de, "O Mosteiro Velho de Santa Clara", *Monumentos*, n.º 18, Lisboa, 2003.
- MAGALHÃES**, Joaquim Romero, "A Meio do Reino do Algarve: Faro, Séculos XVI-XVII", *Monumentos*, n.º 24, Lisboa, 2006.
- MACEDO**, José António Sousa, "Caso prático de intervenção num edifício classificado", *Monumentos*, n.º 2, Lisboa, 1995
- MÂLE**, Émile, *L'Art Religieux du XIIIe Siècle en France*, Paris, 1986.
- MARQUES**, João Alberto Carvalho, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, dissertação de mestrado em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1990 (polic.).
- MARQUES**, Maria Alegria Fernandes, "Evolução do Monaquismo Feminino, Até ao Século XIII, na Região de Entre Douro e Tejo – Notas para uma Investigação", separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, 1985.
- MATTOSO**, José (coord.), *Ordens Monástico/Conventuais*, Lisboa, 2002.

- MELO**, António de Oliveira, António Rodrigues Guapo e José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer*, Vol. I, Alenquer, 1986.
- MENDEIROS**, José Filipe, *Património Religioso de Estremoz*, Estremoz, 2001.
- MESTRE**, Vitor, "Edifício do Aljube – Porto", *Caminhos do Património*, DGEMN, 1999.
- MOREIRA**, António Montes, "Breve História das Clarissas em Portugal", *Las Clarisas en España y Portugal*, Vol. II, Salamanca, 1993.
- MOREIRA**, Vasco, *Terras da Beira – Cernancelhe e o Seu Alfoz*, Porto, 1929; edição facsimilada, Sernancelhe, 1997.
- NETO**, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, 2001.
- NEVES**, Joaquim Pacheco, *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde – Pequena Crónica de um Grande Mosteiro*, 1982.
- NÚÑEZ**, Clara Rodríguez, "El Conventualismo Femenino: Las Clarisas", *VI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 1995.
- PAIS**, Alexandre e **CAMPOS**, Teresa, "Interiores", *As Coleções do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa, 1995.
- PAULA**, Rui Mendes e **PAULA**, Frederico, *Faro – Evolução Urbana e Património*, Faro, 1993.
- PEREIRA**, Fernando António Baptista, "A Génese da Igreja e do Convento de Jesus de Setúbal", *Convento de Jesus – 500 Anos: Arqueologia e História*, Texto de Apoio Científico à Exposição Inaugurada por S. Excelência o Sr. Presidente da República a 22 de Julho de 1989.
- PORTUGAL**, Fernando e **MATOS**, Alfredo de (compil.), *Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974.
- PRADO**, Mercedes Pérez del, *La Iglesia Mínima*, Sevilha, 2000.
- SÁNCHEZ**, Marta Cuadrado, "Un Nuevo Marco Socioespacial: Emplazamiento de los Conventos Mendicantes en el Plano Urbano", *VI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 1995.
- SANTANA**, Francisco (recolha), *Lisboa na 2.ª Metade do Séc. XVIII (Plantas e Descrições das Suas Freguesias)*, Lisboa, sem data.
- SANTANA**, Francisco e **Sucena**, Eduardo (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994.
- SILVA**, Augusto Vieira da, "O Mosteiro da Esperança", separata dos n.ºs 45 e 46 da *Revista Municipal*, Lisboa, 1950.
- SILVA**, Carlos Tavares da, "O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: uma Abordagem Arqueológica", *Convento de Jesus – 500 Anos: Arqueologia e História*, Texto de Apoio Científico à Exposição Inaugurada por S. Excelência o Sr. Presidente da República a 22 de Julho de 1989.
- SILVA**, Fernando J. Moreira da, "O Convento de Monchique", *Associação Cultural – Amigos do Porto*, Boletim de 1994, 3.ª série, n.º 12, Porto.
- SILVA**, Jorge Henrique Pais da, *Páginas de História de Arte*, 2 vols, Lisboa, 1986.
- SILVA**, José Custódio Vieira da, *Setúbal – A Igreja de Jesus*, Setúbal, 1987.
- SILVA**, José Sidónio Meneses da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego*, Coimbra, 2002.
- SILVA**, Padre José Guilherme Godinho da, "Santa Iria – Influências da Escola Renascentista Coimbrã em Tomar", *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, n.º 4, Tomar, 1982.
- SOUSA**, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, 2005.
- SOUSA**, Maria Leonor Machado de, "Introdução", Francisco Leite de Faria (coord.), *Santa Clara e as Clarissas em Portugal – VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara 1193/94–1993/94*, Lisboa, 1994.
- TEIXEIRA**, Manuel e **VALLA**, Margarida, *O Urbanismo Português – Séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*, Lisboa, 1999.
- TEIXEIRA**, Ricardo, "História e Arqueologia no Projecto de Adaptação do Edifício", *Amarante Municipal*, n.º 0, Amarante, 2000.
- VALENÇA**, Manuel, "Presença Franciscana em Faro – Séc. XVI-XX", *Anais do Município de Faro*, vols. XXVII/XXVIII, 1997/98, Faro, 2000.
- VASCONCELOS**, António, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, Vol. 1, Coimbra, 1894.
- VELOSO**, María Alonso (coord.), "Mosteiro de São Bernardo. Valladolid", *Espaços Recriados*, Pontevedra, 2004.

Fontes electrónicas

- AA. VV.**, *Inventário do Património Arquitectónico*, <http://www.monumentos.pt>.
- AA. VV.**, *IPPAR*, <http://www.ippar.pt>

Índice de Elementos Fotográficos

Fig. 3.1 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista dos lados sul e poente, alguns anos antes da intervenção da DGEMN, na década de 1940</i> (Foto: DGEMN).....	30
Fig. 3.2 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Claustro demolido anos antes da intervenção da DGEMN, na década de 1940</i> (Foto: DGEMN).....	30
Figs. 3.3 e 3.4 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto exterior dos alçados norte e sul</i>	30
Figs. 3.5 e 3.6 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista exterior da cabeceira, onde é visível a sobreposição dos absíditos aos contrafortes laterais da capela-mor, e alçado poente</i>	31
Figs. 3.7 e 3.8 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Porta de acesso à “igreja pública” e rosácea no alçado poente</i>	31
Figs. 3.9 e 3.10 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista interior da capela-mor e vãos de comunicação entre os absíditos</i>	31
Figs. 3.11 e 3.12 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Interior do lado norte dos absíditos e vista interior das naves</i>	32
Fig. 3.13 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista interior do corpo longitudinal, para a cabeceira</i>	32
Fig. 3.14 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista interior das naves</i>	32
Fig. 3.23 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do alçado sul, nas décadas de 1930 ou 1940</i> (Foto: DGEMN).....	39
Fig. 3.24 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista aérea em 1998</i> (Foto: DGEMN).....	39
Figs. 3.25 e 3.26 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista geral do claustro, sendo visíveis as ruínas do refeitório e do lavabo, em primeiro plano, da fonte central e do corpo poente, mais afastado, e pormenor do lavabo</i>	40
Figs. 3.27 e 3.28 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista do corpo sul, onde se localizaria a sala do Capítulo, e aspecto da entrada dessa sala</i>	40
Fig. 3.29 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista do alçado sul da igreja, sendo identificável, pela diferença de coloração dos materiais, o nível de assoreamento</i>	40
Figs. 3.30 e 3.31 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do alçado norte, sendo visíveis o portal de entrada da “igreja pública” e os contrafortes no mesmo alçado</i>	41
Figs. 3.32 e 3.33 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto exterior do alçado nascente, com ruína da cabeceira, e alçado poente</i>	41
Figs. 3.34 e 3.35 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do interior do corpo longitudinal</i>	42
Figs. 3.36 e 3.37 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Cobertura do tramo recto da capela-mor e absídolo</i>	42
Figs. 3.38 e 3.39 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Localização da antiga roda e pequeno compartimento junto à entrada do coro</i>	42
Fig. 3.42 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>A igreja e as dependências regulares setecentistas, vistas de sul</i>	48
Figs. 3.43 e 3.44 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos dos alçados norte e sul</i>	48
Figs. 3.45 e 3.46 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Cabeceira e transepto da igreja e aspecto do antigo claustro, vendo-se a arcaria do lado nascente, a torre sineira e a fonte</i>	48
Figs. 3.47 e 3.48 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do interior da igreja</i>	49
Figs. 3.49 a 3.51 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto dos coros baixo e alto e escada posterior de comunicação entre os coros</i>	49
Figs. 3.52 a 3.54 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Pormenor da portinhola da grade dupla do coro baixo, cobertura da “Capela dos Fundadores” e entrada da sala do Capítulo</i>	49
Fig. 3.60 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Claustro em 1950</i> (Foto: Monumentos, ob. cit.).....	56
Figs. 3.61 e 3.62 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do alçado sudeste, sobre a Rua de Santa Clara, vendo-se a entrada da portaria, e alçado sudoeste da igreja</i>	56
Figs. 3.63 e 3.64 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Entrada da “igreja pública”, no alçado sudoeste, e fonte de mergulho, junto à Rua de Elvas</i>	57
Figs. 3.65 e 3.66 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Avanço da cabeceira da igreja, a sudeste, sobre a Rua de Santa Clara, e pormenor</i>	57
Figs. 3.67 e 3.68 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corpos nordeste e noroeste</i>	58
Figs. 3.69 e 3.70 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Arcos quebrados originais das galerias do piso térreo dos corpos nordeste e noroeste, vistos pelos lados exterior e interior</i>	58

Figs. 3.71 e 3.72 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corpos sudeste e sudoeste</i>	58
Figs. 3.73 e 3.74 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Galerias do piso térreo cobertas por abóbadas e por estrutura de madeira onde apoia um piso de tijoleira</i>	58
Figs. 3.75 e 3.76 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do interior da igreja</i>	59
Figs. 3.77 e 3.78 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Coro baixo e grade do coro alto</i>	59
Figs. 3.79 a 3.81 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Pormenor da antiga portinhola da grade do coro baixo, desaparecida (Foto: Inventário Artístico de Portugal, ob. cit.), vão com grade situado no compartimento na base da torre sineira e capela setecentista na galeria do corpo noroeste</i>	60
Figs. 3.82 e 3.83 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do compartimento contíguo à igreja</i>	60
Figs. 3.84 e 3.85 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Lavatório de parede no acesso ao coro baixo e parede divisória na portaria, com vestígios de encaixe de grade</i>	60
Fig. 3.92 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista geral de sul, em 1948 (Foto: DGEMN)</i>	65
Figs. 3.93 e 3.94 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado norte do edifício construído a norte da igreja e porta para o pátio que, actualmente, dá acesso à igreja</i>	65
Figs. 3.95 e 3.96 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado norte da igreja e portal de entrada para a “igreja pública”</i>	65
Figs. 3.97 e 3.98 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul da igreja, onde são visíveis vestígios de transformações, e pisos inferiores do claustro subsistente</i>	66
Figs. 3.99 e 3.100 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto interior da nave e cabeceira e tecto da nave da igreja</i>	66
Figs. 3.101 e 3.102 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Coro alto, durante a intervenção realizada pela DGEMN (Foto: DGEMN) e na actualidade</i>	67
Figs. 3.103 e 3.104 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do coro alto e da passagem lateral ao longo da nave</i>	67
Figs. 3.105 a 3.107 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Antigo acesso das dependências regulares ao coro baixo, parede que separa o coro das monjas da “igreja pública” e roda</i>	67
Figs. 3.113 e 3.114 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul e pormenor dos acessos à “igreja pública”</i>	73
Figs. 3.115 e 3.116 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado nascente, sendo visíveis, à esquerda, o corpo destacado da cabeceira e a passagem em arco, e alçado poente</i>	73
Fig. 3.117 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corpo sul do claustro principal, sendo visível o corpo da igreja</i>	74
Figs. 3.118 e 3.119 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Claustro principal: corpo norte e escada de acesso ao sobreclaustro</i>	74
Figs. 3.120 e 3.121 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos das galerias nascente e norte do piso térreo do claustro principal</i>	74
Figs. 3.122 e 3.123 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corpos poente e norte e galeria norte do piso térreo do claustro pequeno</i>	75
Fig. 3.124 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto interior da nave da igreja</i>	75
Figs. 3.125 e 3.126 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Cobertura abobadada do coro baixo e antiga passagem deste para as dependências regulares</i>	76
Figs. 3.127 e 3.128 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do coro alto e sala localizada a norte do claustro pequeno</i>	76
Fig. 3.135 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçado norte e escadaria de acesso à igreja e ao Paço Ducal, antes das demolições de 1894 (Foto: António Belard da Fonseca, ob. cit.)</i>	83
Figs. 3.136 e 3.137 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçado da igreja e Paço dos Infantes, antes das demolições realizadas em 1894, sendo ainda visível parte do passadiço que ligava os dois edifícios (Foto: António Belard da Fonseca, ob. cit.), e aspecto da reconstrução do mesmo passadiço, exposta actualmente no Museu Regional de Beja (Foto: António Cunha, Museu Rainha D. Leonor)</i>	83
Fig. 3.138 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçado poente</i>	83
Figs. 3.139 e 3.140 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Aspectos dos alçados norte e sul</i>	84

Figs. 3.141 e 3.142 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Cabeceira da igreja, ladeada por construções, e antigo acesso lateral à “igreja pública”</i>	84
Figs. 3.143 e 3.144 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçados norte e nascente do claustro</i>	84
Figs. 3.145 e 3.146 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçados sul e poente do claustro</i>	85
Figs. 3.147 e 3.148 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Pormenor do alçado norte do claustro e galeria</i>	85
Figs. 3.149 e 3.150 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Galeria poente e portal de acesso ao sobreclaustro e aos coros</i>	85
Figs. 3.151 e 3.152 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Piso térreo do corpo nascente e portal do refeitório, localizado neste corpo</i>	86
Fig. 3.153 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Aspecto do interior da nave da igreja</i> (Foto: IPPAR, http://www.ippar.pt , 26 de Julho de 2005).....	86
Figs. 3.154 e 3.155 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Coro alto no final do séc. XIX</i> (Foto: António Belard da Fonseca, <i>ob. cit.</i>) e <i>área dos coros tal como se encontra actualmente</i>	86
Figs. 3.156 a 3.158 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Pormenor da roda, vista da igreja e a partir do claustro, e grade</i>	87
Figs. 3.159 e 3.160 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Aspectos da sala do Capítulo</i>	87
Figs. 3.161 e 3.162 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Salas construídas em torno da sala do Capítulo</i>	87
Fig. 3.171 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Alçado sul</i>	95
Figs. 3.172 e 3.173 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Exterior da escada de acesso ao coro alto e torre sineira</i>	95
Figs. 3.174 e 3.175 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corpos norte e poente</i>	95
Figs. 3.176 e 3.177 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corpo sul do claustro, onde são visíveis os arcobotantes do corpo da igreja, e corpo poente</i>	96
Figs. 3.178 e 3.179 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corpo nascente e entrada da sala do Capítulo, no mesmo corpo</i>	96
Figs. 3.180 e 3.181 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Galeria do piso térreo do corpo sul e antecoro</i>	96
Figs. 3.182 e 3.183 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corpo norte e pormenor do lavabo</i>	96
Figs. 3.184 e 3.185 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Abóbada e vão da cabeceira</i>	97
Figs. 3.186 e 3.187 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Aspectos do interior da nave da igreja</i>	97
Figs. 3.188 e 3.189 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Porta de acesso e varandim fronteiro ao coro alto</i>	97
Figs. 3.190 e 3.191 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Sub-coro e coro alto</i>	98
Figs. 3.192 e 3.193 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Pormenor do chanfro na cabeceira da igreja, visto pelo interior e pelo exterior</i>	98
Figs. 3.201 e 3.202 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Alçado sudeste e acesso à “igreja pública”</i>	104
Figs. 3.203 e 3.204 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Alçado sudeste: torre sineira e platibanda de remate do edifício</i>	104
Figs. 3.205 e 3.206 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Claustro principal e claustro</i>	104
Figs. 3.207 e 3.208 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Aspectos do interior da nave da igreja</i>	105
Figs. 3.209 e 3.210 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Sub-coro e coro alto</i>	105
Figs. 3.213 e 3.214 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Alçado norte e acesso à “igreja pública”</i>	110
Figs. 3.215 e 3.216 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Alçado nascente e corpo das latrinas</i>	110
Figs. 3.217 e 3.218 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Corpos norte e poente do claustro</i>	110
Figs. 3.219 e 3.220 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Galeria do piso térreo do corpo norte e pormenor do poço, na galeria do corpo sul do claustro</i>	111
Figs. 3.221 e 3.222 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Aspectos da nave da igreja</i>	111

Figs. 3.223 e 3.224 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Pormenor da grade do coro baixo e ante-coro.</i>	111
Figs. 3.225 a 3.227 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Os três compartimentos com grade e roda.</i>	112
Figs. 3.228 e 3.229 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Refeitório e forno de lenha.</i>	112
Figs. 3.230 e 3.231 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Aspectos da sala do Capítulo.</i>	112
Fig. 3.237 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Alçado poente, sobre o rio Nabão.</i>	117
Figs. 3.238 e 3.239 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Aspectos do alçado norte.</i>	117
Figs. 3.240 e 3.241 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Arco sobre a Rua de Santa Iria e alçado poente, sendo visível a entrada para a capela de Santa Iria, realçada com um painel de azulejo.</i>	117
Figs. 3.242 e 3.243 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Corpos poente e nascente do claustro.</i>	118
Figs. 3.244 e 3.245 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Corpo norte do claustro.</i>	118
Figs. 3.246 e 3.247 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Galeria do piso térreo e sobreclaustro.</i>	118
Figs. 3.248 e 3.249 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Aspecto do interior da cabeceira e nave da igreja.</i>	119
Figs. 3.250 a 3.252 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Porta da sacristia, arcaria no alçado sul da igreja e interior do corpo poente do claustro.</i>	119
Fig. 3.255 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Alçado norte com acesso à “igreja pública”, sendo visíveis os “telhados de tesouro”.</i>	124
Figs. 3.256 e 3.257 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Corpos norte e poente do claustro.</i>	124
Figs. 3.258 e 3.259 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Corpos sul e nascente do claustro.</i>	124
Figs. 3.260 e 3.261 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Galeria do piso térreo e sobreclaustro.</i>	125
Figs. 3.262 a 3.264 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Contrafortes e ângulos chanfrados.</i>	125
Figs. 3.265 e 3.266 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Aspectos da nave da igreja.</i>	125
Figs. 3.267 e 3.268 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Pormenor da cúpula sobre a cabeceira e estrutura de reforço da igreja.</i>	126
Figs. 3.269 e 3.270 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Pequena porta lateral de acesso à “igreja pública” e vão de comunicação entre o coro baixo e a nave.</i>	126
Figs. 3.271 e 3.272 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Aspectos dos coros.</i>	126
Figs. 3.273 e 3.274 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Provável sala do Capítulo e portal de acesso no claustro.</i>	127
Figs. 3.275 e 3.276 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Refeitório e cozinha.</i>	127
Figs. 3.277 e 3.278 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Tecto da “câmara de disciplina” e interior da torre sineira.</i>	127
Figs. 3.279 a 3.281 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Porta, no claustro, de acesso aos coros, porta de acesso à torre sineira e porta de acesso à escadaria que acede ao sobreclaustro.</i>	127
Figs. 4.1 e 4.2 – Lisboa: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sobre a Rua do Mirante e espaço do antigo claustro.</i>	130
Figs. 4.3 e 4.4 – Lisboa: Mosteiro de Santa Clara. <i>Local designado por “Igreja Velha” e coluna com arranque de arco.</i>	130
Fig. 4.10 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do local onde se erguia a igreja, sendo visíveis o alçado dos coros e a capela lateral.</i>	134
Fig. 4.11 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vista do conjunto.</i>	134
Figs. 4.12 e 4.13 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do alçado sul e dos antigos coros da igreja, que actualmente integram um alçado exterior.</i>	134
Fig. 4.14 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado poente.</i>	135
Figs. 4.15 e 4.16 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vestígios arquitectónicos dispersos.</i>	135
Figs. 4.17 e 4.18 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos das escavações arqueológicas.</i>	135

Figs. 4.19 e 4.20 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Terreno onde se localizavam a cabeceira e a nave, sendo visível a entrada da capela lateral, e aspecto do antigo coro baixo</i>	136
Fig. 4.22 – Guarda. <i>Vista geral da construção actual, erguida no local onde se localizava o Mosteiro (Foto: Escola EB23 de Santa Clara)</i>	137
Figs. 4.23 e 4.24 – Guarda. <i>Alçado sul e pátio do edifício actual (antiga localização do Mosteiro)</i>	137
Fig. 4.25 – Estremoz: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos do alçado actual da igreja e das dependências regulares</i>	139
Figs. 4.26 e 4.27 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. <i>Alçados norte e nascente, em imagem de arquivo (Foto: DGEMN) e na actualidade</i>	141
Figs. 4.28 e 4.29 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. <i>Alçado norte da igreja e pormenor do mirante</i>	142
Figs. 4.30 e 4.31 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. <i>Aspectos da construção contígua à igreja</i>	142
Figs. 4.32 a 4.34 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. <i>Aspectos da cabeceira e da nave da igreja (Fotos: DGEMN)</i>	142
Fig. 4.36 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. <i>Ruína do Mosteiro na década de 1960 (Foto: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)</i>	143
Figs. 4.37 e 4.38 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. <i>Ruína do Mosteiro na década de 1960 (Fotos: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)</i>	143
Fig. 4.39 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. <i>Aspecto do local onde se ergueria o Mosteiro</i>	144
Figs. 4.40 e 4.41 – Vila Franca de Xira: Mosteiro de Nossa Senhora da Subserra. <i>Prováveis restos da construção</i>	144
Figs. 4.43 e 4.44 – Lisboa: Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. <i>Aspectos do pátio da construção actual e da antiga igreja</i>	145
Figs. 4.51 e 4.52 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado poente da igreja, com entrada para a “igreja pública”, e local do antigo claustro</i>	147
Figs. 4.53 e 4.54 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos da cabeceira e do coro</i>	148
Fig. 4.57 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. <i>Vista geral, tirada de norte, vendo-se, em primeiro plano (em baixo, à direita), o corpo da igreja e, à direita, o corpo do refeitório</i>	149
Figs. 4.58 e 4.59 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. <i>Alçado sudoeste do edifício construído no claustro menor e alçado nordeste do claustro maior</i>	150
Figs. 4.60 e 4.61 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. <i>Alçado noroeste do claustro maior e interior do refeitório</i>	150
Figs. 4.63 e 4.64 – Trancoso. <i>Terreno onde se localizava o Mosteiro de Santa Clara, actualmente uma praça</i>	152
Figs. 4.67 e 4.68 – Alenquer. <i>Local onde se erguia o Mosteiro, sendo visível uma das capelas subsistentes</i>	153
Figs. 4.69 a 4.71 – Alenquer. <i>Aspectos do local onde se erguia o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição</i>	154
Figs. 4.72 a 4.74 – Alenquer. <i>Antiga localização do Mosteiro. Aspectos da capela de planta octogonal, vista para norte, e da segunda capela, vista pelo exterior e pelo interior</i>	154
Figs. 4.76 e 4.77 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspectos da antiga igreja, sobre os lados da cabeceira e dos coros</i>	155
Fig. 4.80 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. <i>Vista geral, sendo visíveis os corpos da igreja e da sacristia, à esquerda, e o edifício construído no séc. XIX, à direita</i>	157
Figs. 4.81 e 4.82 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. <i>Alçado noroeste, sendo visíveis o acesso lateral à “igreja pública” e à sacristia, e torre sineira</i>	158
Figs. 4.83 e 4.84 – Caminha: Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. <i>Aspectos da nave</i>	158
Figs. 6.1 e 6.2 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Vistas do conjunto, antes da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1940 (Foto: DGEMN) e actual</i>	178
Figs. 6.3 e 6.4 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto exterior da cabeceira da igreja, antes e depois da mesma intervenção (Fotos: DGEMN)</i>	178
Figs. 6.5 e 6.6 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto interior da cabeceira e da nave da igreja, antes e depois da mesma intervenção (Fotos: DGEMN)</i>	178

Figs. 6.7 e 6.8 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto exterior da cabeceira da igreja, antes e depois da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1930</i> (Fotos: DGEMN).....	179
Figs. 6.9 e 6.10 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto do claustro, antes e depois da mesma intervenção</i> (Fotos: DGEMN).....	179
Figs. 6.11 e 6.12 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Aspecto da cabeceira e da nave, antes e depois da mesma intervenção</i> (Fotos: DGEMN).....	179
Figs. 6.13 e 6.14 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul, antes da intervenção realizada pela DGEMN nas décadas de 1930 e 1940</i> (Foto: DGEMN) e <i>actual, após as escavações arqueológicas, sendo visível o claustro</i>	180
Figs. 6.15 e 6.16 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Alçado sul, antes e depois da intervenção realizada pela DGEMN na década de 1940</i> (Fotos: DGEMN).....	180
Figs. 6.17 e 6.18 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Aspecto da cabeceira e da nave, antes e depois da mesma intervenção</i> (Fotos: DGEMN).....	180

Índice de Elementos Gráficos

Fig. 2.1 – Mapa de Portugal com a localização dos mosteiros da Ordem de Santa Clara fundados até ao Concílio de Trento.....	21
Fig. 3.15 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta actual da igreja</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	33
Fig. 3.16 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado norte</i> (Desenho: DGEMN).	33
Fig. 3.17 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul</i> (Desenho: DGEMN).....	33
Figs. 3.18 e 3.19 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçados nascente e poente</i> (Desenhos: DGEMN).....	34
Fig. 3.20 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte transversal do transepto</i> (Desenho: DGEMN).....	34
Fig. 3.21 – Santarém: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte longitudinal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	34
Fig. 3.22 – Santarém. <i>Pormenor de iluminura do séc. XVI, vendo-se o Mosteiro de Santa Clara, no círculo (Genealogia do Infante D. Fernando)</i>	34
Fig. 3.40 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta actual da igreja e dos vestígios arqueológicos do claustro e das dependências regulares</i> (Desenho: IPPAR; redesenhado por T. Duarte).	43
Fig. 3.41 – Coimbra: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte longitudinal da igreja</i> (Desenho: Património/Estudos, n.º 8, ob. cit., p. 59).....	43
Fig. 3.55 – Vila do Conde. <i>Planta parcial com localização do Mosteiro de Santa Clara, antes dos trabalhos realizados pela DGEMN na década de 1930</i> (Desenho: DGEMN).	50
Fig. 3.56 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta actual da igreja e do claustro</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	50
Fig. 3.57 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul da igreja</i> (Desenho: DGEMN).	51
Fig. 3.58 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte transversal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	51
Fig. 3.59 – Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte longitudinal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	51
Fig. 3.86 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta actual do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	61
Fig. 3.87 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sudeste, sobre a Rua de Santa Clara</i> (Desenho: DGEMN).	61
Fig. 3.88 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sudoeste</i> (Desenho: DGEMN).	62
Fig. 3.89 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte</i> (Desenho: DGEMN).....	62
Fig. 3.90 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte</i> (Desenho: DGEMN).	62
Fig. 3.91 – Portalegre: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte</i> (Desenho: DGEMN).....	62
Fig. 3.108 – Porto. <i>Planta parcial de 1892</i> (extraída de “Reabilitação do Edifício do Aljube para Instalação da Divisão Concentrada da PSP Porto”, <i>Monumentos</i> , n.º 4, 1996, p. 75); <i>no círculo, a localização do Mosteiro de Santa Clara</i>	68
Fig. 3.109 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta actual da igreja, ao nível do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	68
Fig. 3.110 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado norte da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	69
Fig. 3.111 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte transversal da nave da igreja</i> (Desenho: DGEMN).	69
Fig. 3.112 – Porto: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte transversal dos coros</i> (Desenho: DGEMN).	69
Fig. 3.129 – Évora. <i>Planta parcial com localização do Mosteiro e da sua cerca</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).	77
Fig. 3.130 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).	77
Fig. 3.131 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado sul</i> (Desenho: DGEMN).	78
Fig. 3.132 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Alçado poente</i> (Desenho: DGEMN).....	78
Fig. 3.133 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte longitudinal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	78
Fig. 3.134 – Évora: Mosteiro de Santa Clara. <i>Corte transversal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).	78
Figs. 3.163 e 3.164 – Beja. <i>Plantas parciais da área envolvente do Mosteiro, antes das demolições e na actualidade</i> (Planta de reconstituição de António Belard da Fonseca, ob. cit.; redesenhadas por T. Duarte).	88

Figs. 3.165 e 3.166 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Reconstituição dos dois pisos do Mosteiro proposta por Abel Viana</i> (Desenhos: António Belard da Fonseca, <i>ob. cit.</i>).....	88
Fig. 3.167 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Claustro no final do séc. XIX: corpo norte (à esquerda) e nascente</i> (Desenho: L. Borrela, Museu Rainha D. Leonor).....	88
Fig. 3.168 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Planta actual do Mosteiro, ao nível do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	89
Figs. 3.169 e 3.170 – Beja: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. <i>Alçados nascente e poente</i> (Desenhos: DGEMN).....	89
Fig. 3.194 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Planta actual do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	99
Fig. 3.195 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Alçado sul</i> (Desenho: DGEMN).....	99
Figs. 3.196 e 3.197 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Alçado nascente e corte transversal da capela-mor e da actual sacristia</i> (Desenhos: DGEMN).....	99
Fig. 3.198 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corte longitudinal da igreja</i> (Desenho: DGEMN).....	100
Fig. 3.199 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Corte transversal da igreja e do claustro</i> (Desenho: DGEMN).....	100
Fig. 3.200 – Setúbal: Mosteiro de Jesus. <i>Reprodução de gravura antiga</i> (Boletim DGEMN, n.º 47, <i>ob. cit.</i>).....	100
Fig. 3.211 – Lisboa: Mosteiro da Madre de Deus. <i>Planta parcial do Mosteiro, com proposta de identificação da construção primitiva, a cinzento, e da realizada em 1551, a negro</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	106
Fig. 3.212 – <i>Retábulo de Santa Auta</i> (Foto: Atlas de Lisboa – A Cidade no Espaço e no Tempo, Contexto, Lisboa, 1993, p. 62). <i>Pintura que inspirou os trabalhos realizados no séc. XIX; a igreja era formada por vários corpos articulados, sendo identificáveis a nave e a cabeceira</i>	106
Fig. 3.232 – Vila Viçosa. <i>Planta de 1763, de Stuckumcker Welmerdeng e João de Roemer</i> (arquivo do Gabinete de Estudos de Arqueologia Militar do Ministério do Exército). <i>O Mosteiro das Chagas está identificado com a letra C</i>	113
Fig. 3.233 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Planta actual do Mosteiro</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	113
Fig. 3.234 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Alçado norte</i> (Desenho: DGEMN).....	114
Fig. 3.235 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Alçado nascente</i> (Desenho: DGEMN).....	114
Fig. 3.236 – Vila Viçosa: Mosteiro das Chagas. <i>Corte</i> (Desenho: DGEMN).....	114
Fig. 3.253 – Tomar. <i>Planta parcial com localização do Mosteiro de Santa Iria, da igreja e do claustro</i> (Desenho: Câmara Municipal de Tomar; sem escala).....	120
Fig. 3.254 – Tomar: Mosteiro de Santa Iria. <i>Planta da igreja</i> (extraído de <i>Santa Iria – Influências da Escola Renascentista Coimbrã em Tomar</i> , <i>ob. cit.</i> , p. 50; sem escala).....	120
Fig. 3.282 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Planta actual do piso térreo</i> (Desenho: DGEMN; redesenhado por T. Duarte).....	128
Fig. 3.283 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Alçado norte</i> (Desenho: DGEMN).....	128
Fig. 3.284 – Faro: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção. <i>Corte</i> (Desenho: DGEMN).....	128
Figs. 4.5 e 4.6 – <i>Extracto da vista panorâmica de Lisboa no séc. XVI, de G. Braunio, onde são representados o Mosteiro de Santa Clara (40), a Porta de São Vicente (75) e o Mosteiro de São Vicente (100), este já dentro da cerca fernandina, e extracto do painel de azulejos do Museu do Azulejo de Lisboa, do início do séc. XVIII, com vista panorâmica da cidade de Lisboa, onde está representado o Mosteiro de Santa Clara</i>	131
Figs. 4.7 e 4.8 – Lisboa. <i>Planta da cidade setecentista, onde é visível a localização do Mosteiro de Santa Clara, identificado com a letra C</i> (Francisco Santana, <i>ob. cit.</i>), e <i>extracto da planta da cidade oitocentista, com identificação do Parque de Artilharia instalado no antigo Mosteiro</i> (Filipe Folque, <i>Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: 1856-1858</i> , Lisboa, 2000).....	131
Fig. 4.9 – Lisboa. <i>Extracto da planta actual da cidade</i> (redesenhada por T. Duarte).....	131
Fig. 4.21 – Amarante: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta com proposta de reconstituição</i> (Ricardo Teixeira, "História e Arqueologia no Projecto de Adaptação do Edifício", <i>Amarante Municipal</i> , n.º 0, Amarante, 2000, p. 24; sem escala), <i>com localização do alçado dos antigos coros da igreja e da capela lateral subsistentes</i>	136
Fig. 4.35 – Sernancelhe: Mosteiro da Ribeira. <i>Planta do terreno do Mosteiro, com projecto de adaptação a unidade hoteleira</i> (desenho cedido pelo proprietário; sem escala).....	142
Fig. 4.42 – Castanheira do Ribatejo. <i>Planta parcial com localização do Mosteiro</i> (Desenho: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).....	144

Figs. 4.45 e 4.46 – Extracto da vista panorâmica de Lisboa no séc. XVI, de G. Braunio, com representação do Mosteiro (109), e extracto do painel de azulejos do Museu do Azulejo de Lisboa, do início do séc. XVIII, onde é visível o conjunto edificado do Mosteiro.	146
Figs. 4.47 e 4.48 – Largo da Esperança em 1752, segundo desenho de Carlos Mardel (Augusto Vieira da Silva, <i>ob. cit.</i> , p. 8; sem escala), e extracto da planta da cidade de 1856-1858, com a sobreposição do traçado da Avenida D. Carlos (Augusto Vieira da Silva, <i>ob. cit.</i> , p. 12; sem escala).....	146
Figs. 4.49 e 4.50 – Lisboa: Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. <i>Planta do Mosteiro com sobreposição do traçado do arruamento e planta do quartel de bombeiros, onde é identificável a localização da igreja</i> (Desenhos: Augusto Vieira da Silva, <i>ob. cit.</i> , pp. 17 e 26; sem escala).....	146
Fig. 4.55 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta com eventual localização do complexo monástico</i> (Desenho: DGEMN; sem escala).	148
Fig. 4.56 – Elvas: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta parcial da igreja</i> (Desenho: DGEMN; sem escala).....	148
Fig. 4.62 – Porto: Mosteiro da Madre de Deus de Monchique de Miragaia. <i>Proposta de reconstituição, da autoria do arquitecto Luís Aguiar Branco</i> (desenho cedido pelo proprietário).	150
Figs. 4.65 e 4.66 – Trancoso. <i>Plantas parciais, anterior à demolição do Mosteiro de Santa Clara</i> (desenho do Conde de Tavadede, em Maria do Céu Crespo Ferreira, <i>ob. cit.</i>) e <i>actual</i> (ambas sem escala). <i>A vermelho, é identificada a localização da construção monástica.</i>	152
Fig. 4.75 – Alenquer. <i>Planta parcial com localização dos terrenos que pertenceram ao Mosteiro</i> (Desenho: Câmara Municipal de Alenquer; sem escala).	154
Fig. 4.78 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta geral do complexo monástico, de 1891</i> (extraída de “Convento de Santa Clara de Guimarães”, <i>ob. cit.</i> , p. 175; sem escala).	156
Fig. 4.79 – Guimarães: Mosteiro de Santa Clara. <i>Planta do piso térreo, de 1891</i> (extraída de “Convento de Santa Clara de Guimarães”, <i>ob. cit.</i> , p. 169; sem escala).	156
Fig. 4.85 – Caminha. <i>Planta de Gonçalo Luís da Silva Brandão, de 1758</i> (extraída de Manuel Teixeira e Margarida Valla, <i>O Urbanismo Português – Séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil</i> , Lisboa, 1999, p. 174). <i>O Mosteiro está identificado com a letra M.</i>	158
Fig. 5.1 – Proposta de localização de funções em alguns mosteiros de Clarissas, em Portugal.	163
Fig. 5.2 – Proposta de reconstituição da planta primitiva de igrejas de Clarissas, em Portugal.	167

